



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DOUTORADO EM FILOSOFIA

MAILSON BRUNO DE QUEIROZ CARNEIRO GONÇALVES

CAPITAL E VIOLÊNCIA: UMA HISTÓRIA DE AMOR

FORTALEZA

2023

MAILSON BRUNO DE QUEIROZ CARNEIRO GONÇALVES

CAPITAL E VIOLÊNCIA: UMA HISTÓRIA DE AMOR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Cultura e Arte, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G626c Gonçalves, Mailson Bruno De Queiroz Carneiro.
Capital e violência: uma história de amor / Mailson Bruno De Queiroz Carneiro Gonçalves. – 2023.
176 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas.

1. Capital. 2. Violência. 3. Determinação. 4. Estrutural. I. Título.

CDD 100

MAILSON BRUNO DE QUEIROZ CARNEIRO GONÇALVES

CAPITAL E VIOLÊNCIA: UMA HISTÓRIA DE AMOR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Cultura e Arte, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

Aprovada em: 07 de fevereiro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antonio Francisco Lopes Dias
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Prof. Dr. Rosalvo Schütz
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Prof. Dr. Marcos Fábio Alexandre Nicolau
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Prof. Dr. Renato Almeida de Oliveira
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

AGRADECIMENTOS

A elaboração do presente trabalho foi a última etapa de minha trajetória como doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, onde pude aprofundar meus estudos em Marx. Dito isso, devo mencionar o apoio de todos que estiveram do meu lado nessa caminhada: meus pais e meus avós, pelos seus cuidados; minha esposa, por todo seu amor; os professores da Universidade Federal do Ceará, sobretudo o meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas, pela sua parceria incondicional, e o Prof. Dr. Hugo Filgueiras de Araújo, pela ajuda inestimável durante a seleção do doutorado-sanduíche; os funcionários da mesma instituição, especialmente o querido Sebastião da Silva Barroso, secretário do PPGFIL; o Prof. Dr. Emmanuel Renault, por ter me recebido na França, onde aperfeiçoei minha tese e meus conhecimentos em francofonia. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apontar a íntima relação entre capital e violência. A primazia das condições materiais de existência e, por extensão, sua autonomia em relação ao pensar constituem o ponto de partida da crítica de Marx ao modo burguês de produção, cujo movimento é determinado pelo seu impulso cego e desmedido por mais-trabalho. Embora o propósito do autor ao redigir sua obra-prima consista numa análise das leis que regem a economia moderna, a violência aparece enquanto elemento constitutivo de uma relação social cuja finalidade é o crescimento *ad infinitum*. Obedecendo a lógica expositiva das categorias de *O Capital*, esta pesquisa pretende demonstrar o caráter destrutivo da produção de mais-valor, os custos humanos do processo de acumulação primitiva e os efeitos globais do processo de reprodução em escala ampliada. Desse modo, o leitor não encontrará nas páginas seguintes um tratado sobre violência, mas uma tentativa de concebê-la como elemento visceral do capitalismo.

Palavras-chave: capital; violência; determinação; estrutural.

RÉSUMÉ

Ce travail vise à souligner le lien étroit entre le capital et la violence. La primauté des conditions matérielles d'existence et, par extension, leur autonomie par rapport à la pensée constituent le point de départ de la critique de Marx sur le mode de production bourgeois, dont le mouvement est déterminé par sa pulsion aveugle et démesurée de surtravail. Bien que le but de l'auteur dans la rédaction de son chef-d'œuvre consiste en une analyse des lois qui régissent l'économie moderne, la violence apparaît comme un élément constitutif d'une relation sociale dont le but est la croissance ad infinitum. Obéissant à la logique d'exposition des catégories du Capital, cette recherche vise à démontrer le caractère destructeur de la production de survaleur, les coûts humains du processus d'accumulation initiale et les effets globaux du processus de reproduction à échelle élargie. Ainsi, le lecteur ne trouvera pas dans les pages suivantes un traité sur la violence, mais une tentative de la concevoir comme un élément viscéral du capitalisme.

Mots-clés: capital; violence; détermination; structurel.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	A VIOLÊNCIA NO LIVRO I DE “O CAPITAL”.....	10
2.1	A Violência como determinação estrutural da produção capitalista.....	10
<i>2.1.1</i>	<i>A mercadoria.....</i>	<i>10</i>
<i>2.1.2</i>	<i>O processo de trabalho e o processo de valorização do valor.....</i>	<i>15</i>
<i>2.1.3</i>	<i>Composição orgânica do capital e taxa do mais-valor.....</i>	<i>20</i>
<i>2.1.4</i>	<i>A jornada de trabalho.....</i>	<i>21</i>
<i>2.1.4.1</i>	<i>O impacto da indústria moderna sobre as relações de trabalho.....</i>	<i>29</i>
2.2	O Processo de acumulação do capital e suas implicações sobre o trabalho.....	45
<i>2.2.1</i>	<i>Cooperação e manufatura.....</i>	<i>45</i>
<i>2.2.2</i>	<i>Exploração do homem pelo homem como fundamento do processo de acumulação capitalista.....</i>	<i>49</i>
<i>2.2.2.1</i>	<i>A reprodução simples.....</i>	<i>49</i>
<i>2.2.2.2</i>	<i>A transformação do mais-valor em capital.....</i>	<i>53</i>
<i>2.2.2.3</i>	<i>Lei geral da acumulação capitalista.....</i>	<i>57</i>
2.3	Gênese e expansão da economia capitalista.....	65
<i>2.3.1</i>	<i>O processo originário.....</i>	<i>65</i>
<i>2.3.2</i>	<i>Teoria Moderna da Colonização.....</i>	<i>75</i>
3	A VIOLÊNCIA NO LIVRO II DE “O CAPITAL”.....	78
3.1	A Violência como determinação estrutural da circulação capitalista...	78
<i>3.1.1</i>	<i>As três figuras do capital industrial e seus ciclos.....</i>	<i>78</i>
<i>3.1.1.1</i>	<i>O ciclo do capital monetário.....</i>	<i>79</i>
<i>3.1.1.2</i>	<i>O ciclo do capital produtivo.....</i>	<i>89</i>
<i>3.1.1.3</i>	<i>O ciclo do capital-mercadoria.....</i>	<i>95</i>
<i>3.1.1.4</i>	<i>As três figuras do capital industrial em seu conjunto.....</i>	<i>97</i>
<i>3.1.2</i>	<i>O tempo de curso.....</i>	<i>102</i>
<i>3.1.3</i>	<i>Os custos de circulação.....</i>	<i>106</i>
3.2	A Violência subjacente à rotação capital.....	111
<i>3.2.1</i>	<i>A unidade entre as fases do processo cíclico.....</i>	<i>111</i>
3.3	A Violência subjacente à relação intersetorial.....	119

3.3.1	<i>A Reprodução e a circulação do capital social total.....</i>	120
4	A VIOLÊNCIA NO LIVRO III DE “O CAPITAL”	128
4.1	A Violência subjacente à produção do lucro industrial	128
4.1.1	<i>Mistificação do lucro industrial na esfera da concorrência.....</i>	128
4.1.2	<i>Agravamento das mazelas sociais nos períodos de crise.....</i>	136
4.2	A Violência subjacente aos demais componentes do mais-valor.....	144
4.2.1	<i>O Rendimento do capital comercial como parte do lucro empresarial..</i>	144
4.2.2	<i>O fetichismo do capital portador de juros.....</i>	147
4.2.3	<i>A mistificação da renda fundiária.....</i>	159
4.3	A Violência obliterada pela fórmula trinitária.....	165
4.3.1	<i>A mistificação da trindade profana.....</i>	165
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
	REFERÊNCIAS.....	175

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é apresentar a violência como determinação estrutural do modo burguês de produção mediante uma exegese da obra *O capital*. A tese que levantamos é a seguinte: 1. a violência não é contingente, mas contínua e necessária, de maneira que a autovalorização do capital só é possível graças à exploração do trabalho, cujos resultados são estropiamento do corpo, mentes embrutecidas, individualismo, dissolução dos laços familiares, mortes prematuras, pauperismo etc.; 2. a violência é a parteira da economia capitalista, pois os cercamentos, o colonialismo, o comércio atlântico negreiro e a servidão indígena permitiram o advento de uma relação social cuja lógica é o crescimento *ad infinitum*. Conforme Marx (2017, p. 830) declarou, “o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés”; 3. o domínio da superfície planetária pela produção capitalista, isto é, “o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial, e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista” (MARX, 2017, 832), destruiu economias agrárias tradicionais, incorporou novos espaços de acumulação, estendeu a população supranumerária e impôs um concerto entre as nações regulado pela força.

A obra que servirá de substrato para os próximos capítulos não é um tratado filosófico sobre a violência, pois o objetivo de Marx era expor as leis que regem o modo burguês de produção ou o desenvolvimento de um organismo social específico, com uma engrenagem própria e necessariamente contraditório¹. Em todo caso, desde seus primórdios, o regime do capital tem se apoderado dos mananciais de riqueza e do trabalho por meio de um violento processo de mercantilização, desalojando populações inteiras e criando as condições ideais para seu metabolismo infernal.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia

¹ Desde sua juventude, Marx se debruçou sobre os chamados interesses materiais, conforme ele mesmo afirma no célebre prefácio para a *Contribuição à crítica da economia política* ao traçar o percurso de sua trajetória como intelectual e militante comunista. No mesmo texto, o autor revela também que a primeira tentativa de esclarecer o desenvolvimento de seus estudos resultou numa crítica aos *Princípios da Filosofia do Direito* (1821), obra cuja introdução fora publicada em 1844 nos *Anais Franco-Alemães*. Após revisar o que Hegel havia definido no interior do seu sistema dialético-especulativo como espírito objetivo, Marx declara que o Estado não é expressão de uma consciência universal. Segundo ele, a gênese daquilo que o pensamento hegeliano classificara como plena realização do *ethos* residiria nas condições materiais de existência, cuja totalidade fora denominada pelos autores do século XVIII de sociedade civil. De acordo com o autor, o conjunto de suas relações representava apenas a superfície da economia política. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 46-47.

ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (MARX, 2017, p. 787).

O primeiro capítulo, centrado no livro I de *O capital*, tem como finalidade apresentar o caráter violento da criação de mais-valor, do processo originário e da formação do mercado mundial. Constatar-se-á que: 1. o impulso cego e desmedido por trabalho excedente é o que determina a autovalorização do capital; 2. os métodos mais brutais de acumulação estão nas origens de uma relação social mistificada pelo pomposo catálogo dos direitos humanos inalienáveis; 3. o intercâmbio universal de mercadorias é uma tendência da produção capitalista que arrasta as nações do mundo para os circuitos mercantis.

O segundo capítulo, centrado no livro II da obra supracitada, trata da violência na esfera da circulação e demonstra que: 1. o tempo de trabalho não pago cristalizado nas mercadorias é um pressuposto às metamorfoses do valor, isto é, à unidade entre as três figuras do processo cíclico. A compra dos elementos produtivos no mercado, cuja fórmula reside na série D-M, corresponde à primeira transação de um circuito cujo sentido é a acumulação infinita. Mais do que a subsunção formal da força de trabalho, a operação D-T garante, com o devido reconhecimento legal, a extração do mais-valor, absorvido na troca após o cumprimento de M'-D', desde que, evidentemente, o crescimento *ad infinitum* não tenha atingido a saturação. Camuflado pelos direitos inatos do homem, o negócio tem como pressuposto a expropriação, presente tanto na acumulação primitiva como no processo de reprodução em escala ampliada; 2. a rotação do capital pressupõe tanto a desigualdade entre os agentes de mercado como o esgotamento físico e mental dos trabalhadores; 3. o intercâmbio intersetorial ou relação de compra e venda entre os mais variados ramos da produção exige tanto a sucção de mais-trabalho como o desmantelamento das formações econômicas pré-burguesas.

O último capítulo, centrado no livro III de *O capital*, esclarece como os componentes do mais-valor são apenas expressões distintas da usurpação burguesa, muito embora apareçam na superfície da economia moderna como rendimentos autônomos, sem qualquer relação com o tempo de trabalho não pago. Demonstrar-se-á que: 1. o lucro industrial, ainda que sua origem seja mistificada na esfera da concorrência, como se fosse uma remuneração independente, representa apenas uma fração da massa de valor adquirida gratuitamente; 2. o lucro comercial, os juros e a renda fundiária são figuras metamorfoseadas do mais-valor, portanto formas de apropriação capitalista do produto do trabalho; 3. a fórmula trinitária oblitera a relação social que sustenta o modo burguês de produção ou a própria fisiologia interna do capital.

2 A VIOLÊNCIA NO LIVRO I DE “O CAPITAL”

Uma coisa, no entanto, é clara: a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [*naturgeschichtliches*], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da *destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social* (MARX, 2017, p. 244, grifo nosso).

Assim, a produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, *sucção de mais trabalho*, produz, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a *debilitação da força humana de trabalho*, que se vê *roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação*. Ela produz o *esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho*. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o *encurtamento de seu tempo de vida* (MARX, 2017, p. 338, grifo nosso).

Onde a máquina se apodera pouco a pouco de um setor da produção se produz uma miséria crônica nas camadas operárias que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seu efeito é massivo e agudo. A história mundial não oferece nenhum espetáculo mais aterrador que do que a paulatina extinção dos tecelões manuais de algodão ingleses, processo que se arrastou por décadas até ser consumado em 1838. Muitos deles morreram de fome, enquanto outros vegetaram por muitos anos com suas famílias, vivendo com 2,5 *pence* por dia. Igualmente, agudos foram os efeitos da maquinaria algodoeira sobre as Índias Orientais, cujo governador-geral constatava, em 1834-1835. “Difícilmente uma tal miséria encontra paralelo na história do comércio. As ossadas dos tecelões de algodão alvejam as planícies da Índia (MARX, 2017, p. 504).

2.1 A Violência como determinação estrutural da produção capitalista

Este capítulo pretende demonstrar, com base na crítica de Marx à economia política, como a violência se constitui num elemento constitutivo das leis que regem a produção capitalista. A presente seção, cuja finalidade é desvelar o caráter parasitário da acumulação capitalista, está dividida em quatro momentos: 1) exposição da mercadoria, forma mais elementar e abstrata da riqueza na economia burguesa; 2) distinção entre processo de trabalho (metabolismo eterno e necessário entre homem e natureza) e processo de valorização do valor (relação social historicamente determinada); 3) composição orgânica do capital e taxa do mais-valor; 4) descrição do processo de deformação humana subjacente à produção capitalista.

2.1.1 A mercadoria

A mercadoria representa a forma germinal da violência na sociedade moderna, uma vez que sua existência corresponde à manifestação originária da exploração do homem

pelo homem no sistema capitalista, isto é, à espoliação que mantém o processo de acumulação infinita. O capítulo I de *O Capital* é determinante para compreender a crítica de Marx à economia burguesa devido à centralidade da mercadoria para o processo de reprodução em escala ampliada, cuja expressão encontra-se no circuito D-M-D'. Antes de explicitar a fórmula geral do capital, Marx inicia sua investigação pela mercadoria².

A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*] como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual, por sua vez, aparece como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria (MARX, 2017, p. 113).

Marx, ao contrário da economia política clássica, afirma que a origem do mais-valor está na produção, um dos momentos (distribuição, circulação e consumo) que constituem a totalidade da vida material, conforme diz ele na *Introdução à Crítica da Economia Política*³. Ao iniciar a investigação do objeto pela mercadoria, o autor sinaliza a existência de uma relação social sedimentada na exploração, pois, embora a produção da riqueza se realize coletivamente, sua distribuição acontece de forma assimétrica tendo em vista que a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador (mais-valor), indispensável à própria reprodução do capital, impede que haja equivalência nas relações de troca. Marx desenvolve uma análise fenomenológica da mercadoria e concebe sua totalidade como uma síntese de múltiplas determinações que tem como fundamento a contradição entre trabalho e capital, já enunciada nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2010, p. 80)

² A preocupação com o começo está presente desde os primórdios da filosofia ocidental. Os pré-socráticos, por exemplo, começavam pela natureza, particularmente Tales (água), Anaxímenes (ar), Pitágoras (quatro elementos) etc. Já o pensamento escolástico começava pelo poder incondicional e soberano de Deus. O advento da modernidade inverteu o ponto de partida da especulação filosófica, sobretudo a dúvida hiperbólica de Descartes e o sujeito transcendental de Kant. Hegel, por sua vez, representa um contraponto ao ceticismo moderno argumentando haver uma identidade entre sujeito e objeto. Feuerbach, um dos maiores críticos da Filosofia Clássica Alemã, defendia a necessidade do começo pela natureza. Por fim, Marx, reconhecendo a centralidade do trabalho para a história do homem, começará pela produção, cuja forma mais elementar, no regime do capital, é a mercadoria. Para mais detalhes sobre o começo em Marx, ver: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 33.

³ Para mais detalhes sobre a dialética entre produção, distribuição, circulação e consumo, ver: MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 39-53.

A crítica de Marx ao trabalho em sua dimensão estranhada, resultante em última instância de circunstâncias históricas, isto é, da forma pela qual os homens se organizam para produzir e distribuir a riqueza, só pode ser feita em sua totalidade a partir do escrutínio categorial desenvolvido no primeiro capítulo do livro I de *O Capital*. Assim, analisaremos primeiramente o duplo caráter da mercadoria: valor de uso e valor.

Segundo o autor, tudo aquilo que é produzido por meio do metabolismo entre homem e natureza traz em si um conjunto de propriedades capaz de satisfazer nossas necessidades, de modo que a utilidade de cada objeto é determinada pela sua corporeidade, concebida, por sua vez, no ato da produção social. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem esse corpo” (MARX, 2017, p. 114). Ele observa ainda que o valor de uso da mercadoria encontra sua efetividade precisamente no consumo, cujo conceito equivale ao desvanecer da matéria transformada pelo trabalho.

O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material [*stofflichen Inhalt*] da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca (MARX, 2017, p. 114).

Ao afirmar que há uma dependência do valor de troca em relação ao valor de uso devido à necessidade de um substrato material para o intercâmbio entre os produtos do trabalho, Marx avança na decomposição dos elementos que constituem a mercadoria e revela a influência de uma categoria hegeliana (*aufhebung*) para a construção de sua análise fenomenológica. Após ter percebido que o duplo caráter da mercadoria se constitui a partir de uma relação dialética, ele prossegue sua análise recorrendo a uma hipótese de comércio envolvendo mercadorias qualitativamente distintas para demonstrar que é possível, através da abstração, transformar qualquer uma delas em meio de troca mesmo que cada uma contenha propriedades *sui generis*. Cumpre notar o que diz o autor:

Tomemos, ainda, duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja sua relação de troca, ela é sempre representável por uma equação em que uma dada quantidade de trigo é igualada a uma quantidade qualquer de ferro, por exemplo, 1 *quarter* de trigo = *a* quintais de ferro. O que mostra essa equação? Que algo comum e de mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 *quarter* de trigo e em *a* quintais de ferro. Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que, em si mesma, não é nem uma nem outra. Cada uma delas, na medida em que é valor de troca, tem, portanto, de ser redutível a essa terceira (MARX, 2017, p. 115).

Marx (2017, p. 115) observa que a substância comum às partes envolvidas no processo de troca citado anteriormente “não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias” porque é exatamente a abstração de suas singularidades materiais, isto é, do valor de uso pertencente a cada uma delas, que possibilita a transferência da posse. Assim, o autor já indica, em sua análise fenomenológica da mercadoria, que a compreensão das relações de troca na sociedade burguesa remete a uma essência abstrata comum a múltiplas formas concretas. Conforme diz Marx (2017, p. 116), “abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho”. A partir desse trecho, fica evidente que a incumbência do trabalho como mediador das relações de troca resulta na negação do valor de uso das mercadorias e conseqüentemente do aspecto qualitativo do próprio trabalho. Marx (2017, p. 116) acrescenta que:

Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato.

Dessa maneira, o duplo caráter da mercadoria, sendo ela invariavelmente valor de uso e valor, remete, por conseguinte, à dupla determinação do trabalho, isto é, à íntima relação entre trabalho concreto e trabalho abstrato⁴: “Eis o que há de melhor em meu livro: 1. o destaque (e sobre isto se funda *toda* a inteligência dos fatos [facts]), desde o primeiro capítulo, do *duplo caráter do trabalho*, que se exprime como *valor de uso* ou como *valor de troca*” (MARX, 2020, p. 216). Sobre a última forma, Marx (2017, p. 116) observa que “a continuação da investigação nos reconduzirá ao valor de troca como o modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor, mas este tem de ser, por ora, considerado independente dessa forma.

Desse modo, Marx (2017, p. 116) conclui que “um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato”, porém ainda resta verificar a magnitude da substância comum a todas as mercadorias.

Como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho

⁴ Para maiores esclarecimentos sobre o duplo caráter do trabalho, ver: CHAGAS, Eduardo. *A determinação dupla do trabalho em Marx: Trabalho concreto e trabalho abstrato*. Revista Outubro. São Paulo, v. 1, p. 1-14, 2011.

possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc. (MARX 2017, p. 116).

Assim, a análise do autor sobre a mercadoria já demonstra que a existência do valor de uso é determinante para a forma de valor tendo em vista que a efetivação do trabalho e seu caráter quantitativo pressupõem um substrato material, totalizando a contradição imanente à essência do produto do trabalho no regime do capital. Segundo Marx (2017, p. 116), “poderia parecer que, se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante sua produção, quanto mais preguiçoso ou inábil for um homem, maior será o valor de sua mercadoria”, entretanto o trabalho que constitui o valor das mercadorias é considerado a partir de uma grandeza média. De acordo com Marx (2017, p. 117), “a força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais”. Além disso, o trabalho não é uma categoria abstrata, fora das condições materiais de existência, sua execução está associada ao desenvolvimento das forças produtivas. Antes de mais nada, o trabalho individual se efetiva numa realidade determinada. Desse modo, a base para as relações de troca na economia burguesa é precisamente o tempo de trabalho médio socialmente necessário para produzir as mercadorias.

Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho. Após a introdução do tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, passou a ser possível transformar uma dada quantidade de fio em tecido empregando cerca da metade do trabalho de antes. Na verdade, o tecelão manual inglês continuava a precisar do mesmo tempo de trabalho para essa produção, mas agora o produto de sua hora de trabalho individual representava apenas metade da hora de trabalho social e, por isso, seu valor caiu para a metade do anterior (MARX, 2017, p. 117).

Desse modo, Marx retoma da economia política clássica a teoria do valor-trabalho e revela a influência de autores como Adam Smith e David Ricardo para a formulação de sua crítica ao capital, de modo que a riqueza deixa de ser um estado de coisas exterior ao homem. Após ter declarado que o valor das mercadorias só pode ser obtido por meio de uma abstração do conjunto de propriedades físicas bem como pela grandeza da substância comum a todas elas, Marx prossegue sua exposição e afirma que, assim como na mercadoria, há uma dupla determinação do trabalho em virtude de seu caráter qualitativo e quantitativo. Por se tratar de uma categoria que não só gera valor de uso, como também produz valor, é simultaneamente trabalho útil-concreto e trabalho abstrato.

A mercadoria apareceu-nos como um duplo [*Zwieschlächtiges*] de valor de uso e valor de troca. Mais tarde, mostrou-se que também o trabalho, quando se expressa no valor, já não possui os mesmos traços que lhe cabem como produtor de valores de uso. Essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim (MARX, 2017, p. 119).

Inicialmente, o autor informa que a reprodução da vida material pressupõe o trabalho enquanto categoria capaz de gerar valor de uso, sempre por meio de seu metabolismo com a natureza. Marx (2017, p. 120) faz referência à dimensão qualitativa do trabalho e demonstra seu caráter necessário a partir de uma perspectiva ontológica⁵: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

Marx ressalta que as mercadorias, embora qualitativamente distintas, apresentam um aspecto em comum: todas são produtos do trabalho, portanto, embora como valores de uso sejam diferentes, como valores são iguais. Se há uma dupla determinação da mercadoria, sua essência também apresenta duas dimensões, trabalho concreto e trabalho abstrato. Enquanto o primeiro corresponde à utilidade do trabalho, o segundo se refere à quantidade de trabalho incorporado na mercadoria, cujo devir consiste na nulidade do caráter qualitativo de uma atividade eminentemente humana: o trabalho. Segundo Marx (2017, p. 121), “abstraindo da determinidade da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta o fato de que ela é um dispêndio de força humana de trabalho”. Aqui está a contradição latente entre valor de uso e valor e, por extensão, entre trabalho concreto e trabalho abstrato, pois, embora no modo de produção capitalista haja uma primazia do valor em relação ao valor de uso, a manifestação daquele pressupõe a existência deste, o que, por conseguinte, ocorrerá igualmente na relação entre trabalho concreto e trabalho abstrato.

2.1.2 O processo de trabalho e o processo de valorização do valor

A mercadoria, forma mais elementar e abstrata da riqueza no regime do capital, corresponde à gênese da crítica de Marx à economia política, portanto o desenvolvimento das categorias que constituem o modo burguês de produção tem o produto do trabalho em sua

⁵ Marx, concebendo o trabalho fora das relações de estranhamento acarretadas pela majestade da propriedade privada, destaca a realização do homem em sua atividade vital, uma vez que haveria a mais perfeita expressão da subjetividade na coisa sensível, sem constrangimentos e forças alheias à satisfação humana na produção dos meios de vida. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico Filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 221-222.

forma mercantil como ponto de partida. O processo de valorização do valor, cujo impulso vital pressupõe mais-trabalho, consiste na inversão entre sujeito e predicado objetivada na mercadoria, isto é, na sujeição daquele em relação a este, uma vez que a produção capitalista resulta, para o trabalhador, em impedimento ao livre jogo das forças físicas e espirituais, exaustão, adoecimento do corpo, miséria etc.

O autor inicia sua análise sobre a íntima relação entre o processo de trabalho e o processo de valorização do valor estabelecendo uma distinção entre o que, num primeiro momento, constitui-se unicamente em potência (força de trabalho), e o que, sucessivamente, torna-se ato (trabalho). Segundo ele, o capital se apodera, acima de tudo, da capacidade humana de transformar a natureza para satisfazer necessidades materiais. Em seguida, a realização desse atributo eminentemente humano num substrato material consistirá precisamente no trabalho.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valor de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo (MARX, 2017, p. 255).

O autor prossegue sua investigação afirmando que o trabalho é imprescindível à reprodução da vida material, uma vez que possibilita o metabolismo entre homem e natureza, portanto, não obstante o caráter *sui generis* das relações de produção historicamente determinadas, o trabalho é para o homem uma categoria necessária, eterna e universal. Conforme diz Marx (2017, p. 255), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

O trabalho se constitui, dessa maneira, numa determinação ontológica que liberta o homem de seu estado orgânico, permitindo-lhe transformar a natureza de acordo com suas necessidades. Por essa razão, diz Marx (2017, p. 255): “Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem”, pois somente ele é capaz de estabelecer uma coexistência entre elaboração e execução no âmago de sua atividade vital, o que faz do trabalho uma categoria teleológica por excelência. Enquanto ser livre e consciente, o homem é capaz de projetar a nível ideal a transformação do real. No mesmo sentido, afirma Marx (2017, p. 256): “No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava

presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente”.

O autor observa que o processo de trabalho contempla simultaneamente a atividade vital do gênero humano, a matéria que recebe a ação transformadora e os meios de trabalho que lhe são necessários. Através desse complexo metabólico, a natureza se torna objetivamente o corpo inorgânico do homem. Segundo Marx (2017, p. 257), “é assim que o próprio elemento natural se converte em órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua forma natural”.

A forma pela qual os homens se organizam para produzir e distribuir sua riqueza material, seja qual for o grau de desenvolvimento das forças produtivas, pressupõe a transformação da natureza pelo trabalho, cujos contornos são determinados no interior de cada civilização. A diferença entre as múltiplas formas de existência material não consiste no resultado da produção, mas nas condições particulares de realização. Segundo Marx (2017, p. 257), “o que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’”. Desse modo, a reelaboração do mundo sensível, isto é, a transformação contínua da natureza, demonstra a dimensão ontológica do trabalho na medida em que se trata de uma atividade vital, operativa, presente de forma universal. Sobre o processo de trabalho, isto é, o engendrar prático subjetivo, Marx (2017, p. 258) assevera que:

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio.

O resultado final do processo de trabalho – a criação materializada no real através do vir para fora subjetivo – é o próprio corolário da atividade prática humana. Assim, o trabalho, enquanto categoria dotada de finalidade concreta, pressupõe, seja qual for o grau de avanço tecnológico, mediações que permitam sua realização no mundo objetivo, isto é, meios de produção, que contemplam simultaneamente objetos e meios de trabalho. Marx (2017, p. 258), refletindo sobre o tema, acrescenta que: “Se considerarmos o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção, e o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo”.

A atividade vital do gênero humano, como determinação ontológica, portanto imanente e necessária, realiza-se num substrato material absorvendo meios e objetos de

trabalho. Desse modo, o emprego dos meios de produção é parte integrante do complexo metabólico criador de riqueza. Segundo Marx (2017), o trabalho consome seus elementos materiais durante o processo de transformação da natureza, cuja finalidade consiste em criar valores de uso para a satisfação das necessidades humanas. Assim, conforme foi esclarecido anteriormente, o trabalho é condição imprescindível a toda forma de existência material na medida em que o homem, independente das determinações históricas, pressupõe vida produtiva, isto é, o eterno metabolismo com a natureza mediado pelo trabalho.

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2017, p. 261).

Após ter estabelecido uma íntima relação entre o engendrar prático da espécie humana e as formas de reprodução da vida material, o autor passa a examinar o processo de trabalho sob condições historicamente determinadas, uma vez que seu objeto é o capital. Marx (2017) observa que, nessa forma de organização social, o trabalhador deve empregar adequadamente meios e objetos de trabalho, isto é, reunir as condições materiais estritamente necessárias à produção de riqueza. Além disso, o resultado do processo de trabalho não pertence aos trabalhadores, mas à classe dominante, que adquiriu, em forma de salário, a mercadoria capaz de criar valor, que possibilita a mercantilização geral exigida pelo modo burguês de produção.

Assim, o metabolismo entre homem e natureza no regime do capital tem como única finalidade a acumulação, isto é, o crescimento *ad infinitum do valor*, portanto o resultado objetivo do processo de trabalho tem como causa determinante o funcionamento contínuo do circuito D-M-D'. Em última instância, a finalidade do valor de uso não é satisfazer necessidades materiais, mas atuar como substrato material ou suporte de valor, determinação celular da economia capitalista. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 263):

Na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui même* [que se ama por ela mesma]. Aqui, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca. E, para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor.

O autor apresenta novamente o duplo caráter da mercadoria ao demonstrar a unidade indivisível entre valor de uso e valor, esclarecendo, por último, o funcionamento do sistema capitalista, resumido no circuito D-M-D', um processo constante e vital de autovalorização do valor. Em seguida, Marx prossegue afirmando que sua investigação sobre o processo de trabalho nessa forma de existência material deve revelar a totalidade da mercadoria, isto é, evidenciar não apenas sua dimensão útil-concreta, como também vê-la sob o prisma abstrato do valor.

Porque se trata aqui da produção de mercadorias, consideramos, até este momento, apenas um aspecto do processo. Assim como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser a unidade de processo de trabalho e o processo de formação de valor. *Vejam, agora, o processo de produção também como processo de formação de valor* (MARX, 2017, p. 263, grifo nosso).

A análise do processo de trabalho sob o prisma do valor equivale unicamente ao cálculo do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadoria, portanto substância e grandeza, determinações imanentes da forma de valor, são fundamentais para a análise do processo de acumulação capitalista. Segundo Marx (2017, p. 263), “o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção”. Desse modo, a unidade entre trabalhos qualitativamente distintos que totaliza o resultado da cadeia produtiva corresponde ao valor conclusivo da matéria finalizada. Em outras palavras: a soma de uma determinação abstrata comum ao universo das mercadorias consiste na operação basilar de um sistema que é resumidamente valor em movimento.

Se, além disso, compararmos o processo de formação do valor com o processo de trabalho, veremos que este último consiste no trabalho útil, que produz valores de uso. O movimento é, aqui, considerado qualitativamente, em sua especificidade, segundo sua finalidade e conteúdo. Mas o mesmo processo de trabalho se apresenta, no processo de formação de valor, apenas sob seu aspecto quantitativo. Aqui, o que importa é apenas o tempo que o trabalho necessita para a sua operação, ou o período durante o qual a força de trabalho é despendida de modo útil. As mercadorias que tomam parte no processo também deixam de importar como fatores materiais [*stoffliche*], funcionalmente determinados, da força de trabalho que atua orientada para um fim. Elas importam tão somente como quantidades determinadas de trabalho objetivado. Seja contido nos meios de produção, seja adicionado pela força de trabalho, o trabalho só importa por sua medida temporal. Ele dura tantas horas, dias etc. (MARX, 2017, p. 271-272).

Após reiterar a dupla determinação do engendrar prático subjetivo sob condições historicamente determinadas, Marx (2017) assinala que o modo de produção capitalista é

necessariamente uma coexistência entre processo de trabalho e processo de valorização do valor na medida em que este pressupõe aquele, portanto nessa forma de existência material, os dois momentos constituem uma determinação holística, contraditória e inseparável.

2.1.3 Composição orgânica do capital e taxa do mais-valor

A economia capitalista consiste numa forma de existência material historicamente determinada, portanto sua composição orgânica provém de um metabolismo particular entre homem e natureza cuja finalidade é garantir o crescimento ad infinitum. Através do tempo de trabalho não pago, a classe dominante retira do operário a massa de valor necessária ao processo de reprodução em escala ampliada.

Marx (2017) inicia sua investigação sobre os dois fatores que constituem o processo de trabalho na economia capitalista destacando que o valor da mercadoria equivale à combinação entre meios de produção e força de trabalho, isto é, à íntima relação entre capital constante e capital variável. Enquanto este produz valor incorporando *quantum* de trabalho a um substrato material, aquele a conserva durante as múltiplas etapas de produção.

A reprodução da vida material na sociedade capitalista reduz à materialidade do objeto à forma de valor, portanto transforma o resultado do metabolismo entre homem e natureza em coisa oca, abstrata e puramente quantitativa, que, por sua vez, só pode ser conservada pelo caráter útil da atividade humana. Assim, a composição orgânica do capital emerge necessariamente da dupla determinação do trabalho.

Por meio da adição meramente quantitativa de trabalho, um valor novo é adicionado; por meio da qualidade do trabalho adicionado, os valores antigos dos meios de produção são conservados no produto. Esse efeito duplo do mesmo trabalho, decorrência de seu caráter duplo, pode ser detectado em vários fenômenos (MARX, 2017, p. 278).

A relação metabólica entre homem e natureza no sistema capitalista promove simultaneamente o consumo do valor de uso e a preservação do valor, uma vez que o caráter qualitativo da mercadoria é transformado sem que haja perda quantitativa de sua determinação abstrata. A metamorfose da dimensão concreta inscrita no processo de trabalho é acompanhada pela transmutação da forma inerente ao processo de expansão do capital. De acordo com Marx (2017, p. 284), “o que é realmente consumido nos meios de produção é seu valor de uso, e é por meio desse consumo que o trabalho cria produtos. Seu valor não é, de fato, consumido, e tampouco pode ser reproduzido”.

O funcionamento da economia capitalista consiste essencialmente na produção, reprodução e acumulação de valor, isto é, numa relação que tem como finalidade o crescimento *ad infinitum*, cujo substrato consiste na diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador. Segundo Marx (2017, p. 286), “o excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos formadores é o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente desembolsado”, equação resumida no circuito D-M-D’. Assim, embora haja um metabolismo entre os fatores objetivos e subjetivos no processo de criação da riqueza, a variação na magnitude do valor se deve à força de trabalho.

A parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino-a parte constante do capital, ou, mais sucintamente: capital constante. Por outro lado, a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomino-o, por isso, parte variável do capital ou, mais sucintamente: capital variável (MARX, 2017, p. 286).

Ao analisar a taxa do mais-valor, Marx (2017) afirma que, na economia burguesa, o montante inicial gera um excedente em relação à soma dos elementos necessários à produção de mercadorias, uma vez que o investimento primário resulta na autovalorização do capital, cujo fundamento reside na exploração do trabalho. A grandeza proporcional do mais-valor, denominada também de expansão relativa do capital variável, corresponde à relação entre trabalho necessário e trabalho excedente, portanto a diferença entre os dois momentos que constituem a jornada de trabalho consiste numa espoliação imanente ao modo de produção capitalista. Conforme bem observou Marx (2017, p. 294), “a taxa de mais-valor é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”.

2.1.4 A jornada de trabalho

Após ter apresentado os elementos fundamentais para a crítica da economia política, desvelando a legalidade interna do objeto segundo a lógica de Hegel⁶, uma vez que o

⁶ Já nos esboços à crítica da economia política, publicados no Brasil com o título de *Grundrisse*, as categorias da *Lógica* de Hegel fornecem a Marx um alicerce metodológico para o esclarecimento das leis que regem a

ser é examinado a partir de sua forma mais elementar, concebida como substrato necessário às suas determinações ulteriores, Marx revela o impacto nefasto do capital sobre os trabalhadores. No mesmo sentido, diz Hetzel (2017, p. 435, tradução nossa), “o processo de produção se manifesta como um processo destrutivo do produtor, um mecanismo de desapropriação, embrutecimento e degradação dos seres humanos”.

Marx (2017) inicia sua investigação sobre a força de trabalho afirmando que seu valor é determinado pela substância comum (trabalho incorporado) ao conjunto de mercadorias que constituem a economia capitalista bem como pela variável (tempo) que define sua grandeza. Assim, se a produção dos meios de subsistência do trabalhador exige uma determinada fração horária, a duração da jornada de trabalho deveria, por conseguinte, apresentar a mesma magnitude, entretanto essa equivalência não define a extensão da jornada de trabalho no capital tendo em vista que sua reprodução pressupõe um excedente.

A jornada de trabalho não é, portanto, uma grandeza constante, mas variável. Uma de suas partes é, de fato, determinada pelo tempo de trabalho requerido para a reprodução contínua do próprio trabalhador, mas sua grandeza total varia com a extensão ou duração do mais-trabalho. A jornada de trabalho é, pois, determinável, mas é, em verdade, indeterminada (MARX, 2017, p. 306).

O tempo de trabalho necessário à subsistência do trabalhador corresponde unicamente a uma etapa de sua produção. Segundo Marx (2017, p. 306), “no modo de produção capitalista, o trabalho necessário só pode constituir uma parte de sua jornada de trabalho, de modo que esta jamais pode ser reduzida a esse mínimo⁷”. Embora haja uma íntima relação entre capital e prolongamento da jornada de trabalho, a fração horária excedente não é uma grandeza imensurável devido às determinações do corpo e aos imperativos morais produzidos historicamente, que atuam como barreiras à avareza do processo de acumulação capitalista.

A jornada de trabalho possui um limite máximo, não podendo ser prolongada para além de certo limite. Esse limite máximo é duplamente determinado. Em primeiro lugar, pela limitação física da força de trabalho. Durante um dia natural de 24 horas, uma pessoa despense apenas uma determinada quantidade de força vital. Do mesmo modo, um cavalo pode trabalhar apenas 8 horas diárias. Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras necessidades físicas, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desses limites puramente físicos, há também limites morais que impedem o

produção capitalista. Para mais detalhes, ver: Marx, Karl. ENGELS, Friedrich. *Cartas sobre o capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 115-116.

⁷ Se o tempo de trabalho consumido durante a produção fosse equivalente ao salário, não haveria capital ou valorização do valor. A parte da jornada de trabalho que extrapola a massa de valor representada nos salários é uma necessidade da produção capitalista, uma determinação que se impõe aos agentes econômicos. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 474-475

prolongamento da jornada de trabalho. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época (MARX, 2017, p. 306).

O trabalhador, em troca de um salário necessário à sua subsistência, vende sua força de trabalho e entrega o resultado de sua produção ao proprietário, que, por sua vez, obedece a uma determinação basilar da economia capitalista ao se apoderar da única mercadoria capaz de gerar valor. Assim, a força de trabalho assume uma particularidade no universo das mercadorias não somente por produzir valor, mas também por garantir ao capital trabalho incorporado superior ao custo de sua reprodução.

Os meios de produção, que, na composição orgânica do capital, correspondem à sua parte constante, destinam-se unicamente a produzir mais-valor, isto é, a extrair do operário trabalho excedente e exauri-lo em proveito de um movimento que lhe é devastador. Os assalariados assumem no interior da produção capitalista um poder tão sobrenatural quanto o do Messias, pois assim como o Nazareno ressuscitou Lázaro, o trabalho vivo reanima o trabalho morto.

O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador (MARX, 2017, p. 307).

Desse modo, o cerne do sistema capitalista é a contínua extração de mais-valor, que consiste no tempo de trabalho usurpado na esfera da produção. Essa lógica da economia burguesa, traduzida na fórmula $D-M-D'$, tem como propulsor o esgotamento dos trabalhadores, que, condenados às mazelas da acumulação irrefreável, são despojados de suas potencialidades, sejam elas físicas ou espirituais. A história da regulamentação da jornada de trabalho no regime do capital é marcada pela tensão entre interesses conflitantes, cujo resultado é decidido em última instância pela força.

O capitalista faz valer seus direitos como comprador quando tenta prolongar o máximo possível a jornada de trabalho e transformar, onde for possível, uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador faz valer seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito. *Entre direitos iguais, quem decide é a força.* E assim, a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, *i.e.*, a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, *i.e.*, a classe trabalhadora (MARX, 2017, p. 309, grifo nosso).

Após ter destacado que a duração da jornada de trabalho no modo de produção capitalista corresponde ao tempo de trabalho necessário à reprodução da vida material operária bem como à fração horária referente ao mais-valor, Marx (2017) assevera que o trabalho excedente não é uma determinação *sui generis* do capital, pois, segundo ele, toda forma de existência da riqueza que tem como fundamento a propriedade privada reserva ao trabalhador o dever de garantir a sua própria subsistência e a da classe dominante. Embora esse seja um aspecto comum às sociedades estratificadas, o autor assinala que a distinção entre a sociedade burguesa e as formações pré-capitalistas reside na primazia do valor de uso sobre o valor, isto é, no predomínio das necessidades historicamente determinadas em relação à avidez por mais-valor.

É evidente que em toda formação socioeconômica da sociedade onde predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais amplo ou mais estreito de necessidades, mas nenhum carecimento descomedido de mais-trabalho surge do próprio caráter da produção (MARX, 2017, p. 309).

A ganância da economia capitalista pela substância que garante seu impulso vital submete inclusive as crianças de origem operária a uma jornada de trabalho impiedosa, transformando a estratificação social e a exploração que lhe é inerente em mazelas hereditárias. Com base numa inspeção feita por comissários do governo inglês numa fábrica de papéis pintados, Marx, através de analogias, denuncia de que forma a maquinaria foi capaz de inverter a relação entre capital constante e capital variável na medida em que este constituía-se numa extensão daquele com o único propósito de ampliar a taxa de mais-valor.

O relatório afirma ingenuamente que o medo de algumas “firmas importantes” de perder tempo, isto é, tempo de apropriação do trabalho alheio, e, desse modo, “perder lucro” não é “razão suficiente” para fazer com que crianças menores de 13 e jovens menores de 18 anos, que trabalham de 12 a 16 horas por dia, “sejam privados de suas refeições”, tampouco justifica que elas sejam alimentadas durante o próprio processo de produção, como se suas refeições fossem mera matéria auxiliar do meio de trabalho, tal como o carvão e a água servem à máquina a vapor, o sabão à lã, o óleo à engrenagem etc. (MARX, 2017, p. 321-322).

Desse modo, os meios de produção são indispensáveis à extração de trabalho excedente e à execução do circuito D-M-D' no sistema fabril, isto é, à valorização do valor e, por extensão, à reprodução de capital. Marx (2017), todavia, afirma que os produtores são incapazes de obedecer sucessivamente ao ritmo de trabalho que lhes é imposto de forma arbitrária devido às suas próprias determinações orgânicas. A criação de um sistema de

revezamento dos operários é, portanto, imprescindível para o funcionamento ininterrupto da grande indústria, isto é, para o consumo desenfreado da força de trabalho pelo capital.

Apropriar-se de trabalho 24 horas por dia é, assim, o impulso imanente da produção capitalista. Mas como é fisicamente impossível sugar as mesmas forças de trabalho continuamente dia e noite, ela necessita, a fim de superar esse obstáculo físico, do revezamento entre as forças de trabalho consumidas de dia e de noite (MARX, 2017, p. 329).

O autor prossegue sua análise retomando, em forma de pergunta, o que foi explicitado no início de sua investigação sobre a jornada de trabalho, isto é, procurando esclarecê-la na medida em que pretende responder o que é a jornada de trabalho, quanto tempo de trabalho o capital pode extrair diariamente do trabalhador e por quanto tempo se pode prolongar a jornada de trabalho além do tempo necessário para reproduzir a própria força de trabalho. A partir do próprio capital, das próprias relações de produção historicamente determinadas, Marx (2017, p. 337) conclui que: “A jornada de trabalho contém 24 horas inteiras, deduzidas as poucas horas de repouso sem as quais a força de trabalho ficaria absolutamente incapacitada de realizar novamente seu serviço”. Devido ao seu próprio funcionamento, isto é, às suas determinações imanentes, a sociedade burguesa desconsidera as necessidades materiais e espirituais do operário e o reconhece apenas enquanto produtor de mais-valor, uma vez que sua existência se limita à sede vampiresca do capital por trabalho excedente.

Em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo capital a não mais que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido (MARX, 2017, p. 337-338)⁸.

A jornada de trabalho, no modo burguês de produção, tem como limite o esgotamento físico e mental do operário, isto é, a incapacidade de aumentar a grandeza do

⁸ A monstruosidade imposta pela autovalorização do capital é exatamente o oposto do que havia na república dos utopienses. Na ilha visitada por Rafael Hitlodeu, somente ¼ do dia é preenchido pelo trabalho, sendo garantida a reabilitação do corpo por meio de oito horas de descanso; já as inclinações da alma podem ser desenvolvidas graças ao tempo livre e sem qualquer interdição às preferências individuais. Para mais detalhes, ver: MORE, Thomas. *Utopia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 99-101.

mais-valor em virtude da própria degradação do corpo, absolutamente subsumido à autovalorização do capital. Conforme Marx (2017, p. 338) declarou, “o maior dispêndio diário possível de força de trabalho, não importando quão insalubre, compulsório e doloroso ele possa ser, é que determina os limites do período de repouso do trabalhador”. Desse modo, a economia capitalista estabelece um tempo de vida útil prematuro à própria força de trabalho, sem qualquer preocupação com as mazelas acarretadas pela produção desenfreada de mercadorias. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 338): “O capital não se importa com o tempo de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho”.

A explosão demográfica nos centros industriais da Inglaterra, fomentada pela íntima relação entre expropriação camponesa e concentração da propriedade fundiária, constituiu-se num fator indispensável ao prolongamento da jornada de trabalho no modo de produção capitalista. Se os escravocratas adotavam como referência a flutuação de preços no mercado negreiro para estabelecer os limites da exploração africana, os capitalistas usavam a massa de trabalhadores que se amotinavam nos bairros operários para declarar publicamente sua sordidez na equação salários de subsistência + trabalho excedente = reprodução de capital. “*Mutato nomine de te fabula narratur!* Basta ler, no lugar de mercado de escravos, mercado de trabalho, no lugar de Kentucky e Virgínia, Irlanda e distritos agrícolas da Inglaterra, Escócia e País de Gales e, no lugar de África, Alemanha!” (MARX, 2017, p. 339). Desse modo, as relações de produção na sociedade burguesa revelam que o desemprego é imprescindível ao desenvolvimento capitalista bem como à mortificação operária.

O que a experiência mostra aos capitalistas é, em geral, uma constante superpopulação, isto é, um excesso de população em relação às necessidades momentâneas de valorização do capital, embora esse fluxo populacional seja formado por gerações de seres humanos atrofiados, de vida curta, que se substituem uns aos outros rapidamente e são, por assim dizer, colhidos antes de estarem maduros (MARX, 2017, p. 341).

A expansão da economia capitalista, cuja finalidade reside nela mesma, consiste objetivamente na antítese das determinações que constituem a natureza humana na medida em que o processo de valorização do valor, contido na fórmula D-M-D’, transforma os produtores em mera força de trabalho, a mais ordinária das mercadorias, mecânica e abstrata. Aqui está a dimensão ontológica da crítica de Marx ao capital: para o autor, a forma pela qual os homens se organizam para produzir e distribuir a riqueza na modernidade pressupõe esgotamento do corpo, embrutecimento, atomização etc. Essa barbárie, enquanto elemento constitutivo da sociedade burguesa, consiste numa impossibilidade à emancipação humana.

O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração. Às queixas sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobretrabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (o lucro)? De modo geral, no entanto, isso tampouco depende da boa ou má vontade do capitalista individual. A livre concorrência impõe ao capitalista individual, como leis eternas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista (MARX, 2017, p. 342).

A voracidade do capital por mais-trabalho, isto é, pela substância que garante seu impulso vital, traz em si e de forma irreversível sua própria negação: os trabalhadores. Segundo Marx (2017), é a resistência do proletariado, antítese de uma relação social historicamente determinadas, que estabelece limites à espoliação burguesa. Assim, a disputa pela regulamentação da jornada de trabalho deve ser concebida acima de tudo como um conflito entre duas tendências opostas cujo movimento se define na reprodução da vida material. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 343): “A consolidação de uma jornada de trabalho normal é o resultado de uma luta de 400 anos entre capitalista e trabalhador. Mas a história dessa luta mostra duas correntes antagônicas”.

A exploração imanente à autovalorização do capital, cuja intensidade pode ser avaliada em termos quantitativos com base no tempo de trabalho usurpado na esfera da produção, é resultado de uma luta obstinada da classe dominante pela absorção do mais-valor. O advento do sistema fabril no último terço do século XVIII, cuja consequência imediata foi a mecanização do trabalho, estabeleceu um marco para a história operária. Vejamos os efeitos da indústria moderna sobre a vida dos trabalhadores:

Derrubaram-se todas as barreiras erguidas pelos costumes e pela natureza, pela idade e pelo sexo, pelo dia e pela noite. Mesmo os conceitos de dia e noite, de uma simplicidade rústica nos antigos estatutos, tornaram-se tão complicados que ainda em 1860 um juiz inglês precisava de uma sagacidade talmúdica para explicar “judicialmente” o que era dia e o que era noite. O capital celebrou suas orgias (MARX, 2017, p. 350).

A economia capitalista, impulsionada pelo funcionamento da maquinaria em fins do século XVIII, encontrou na resistência operária os limites para sua dinâmica predatória na medida em que sua sede vampiresca por trabalho excedente esbarrava na luta dos trabalhadores. Segundo Marx (2017, p. 350), “assim que a classe trabalhadora, inicialmente aturdida pelo ruído da produção, recobrou em alguma medida seus sentidos, teve início sua resistência, começando pela terra natal da grande indústria, a Inglaterra”.

A primazia do sistema de máquinas em relação aos trabalhadores, alicerce da exploração burguesa no sistema fabril, acentuou as contradições inerentes ao capitalismo bem

como a violência que lhe é estrutural. A espoliação da classe dominante só encontraria limites no segundo quartel do século XIX, quando a resistência proletária obteve suas primeiras conquistas. “Somente com a lei fabril de 1833 – que incluía as indústrias de algodão, lã, linho e seda – foi instituída na indústria moderna uma jornada normal de trabalho” (MARX, 2017, p. 350). As garantias trabalhistas, como barreiras à pulsão do capital por mais-valor, resultam diretamente da luta operária, portanto o direito, cuja essência reside nas condições materiais de existência, é uma expressão da luta de classes historicamente determinada.

Vimos que essas determinações minuciosas, que regulam os limites, as pausas do trabalho com uma uniformidade militar, de acordo com o sino do relógio, não foram de modo algum produto das lucubrações parlamentares. Elas se desenvolveram paulatinamente a partir das circunstâncias, como leis naturais do modo de produção moderno. Sua formulação, seu reconhecimento oficial e sua proclamação estatal foram o resultado de longas lutas de classes (MARX, 2017, p. 354-355).

O acirramento das tensões entre burguesia e proletariado no interior do sistema fabril, cuja manifestação reside na luta da classe dominante pelo prolongamento da jornada de trabalho, é irreversível devido à exploração inerente ao capitalismo. Marx (2017, p. 364) acrescenta que: “O direito à igual exploração da força de trabalho é o primeiro direito humano do capital”. Assim, conforme foi explicitado anteriormente, a redução do proletariado a tempo de trabalho é uma determinação imanente à produção capitalista, uma vez que o processo de valorização do valor, materializado na sujeição operária ao sistema de máquinas, é contínua extração de mais-valor.

O funcionamento da economia capitalista, independente do grau de desenvolvimento tecnológico, consistirá fundamentalmente em extração de mais-valor ou tempo de trabalho não pago. Desse modo, a finalidade imanente ao processo de produção da riqueza no capitalismo pode ser concebida não obstante suas metamorfoses históricas.

A produção de mais-valor ou a extração de mais-trabalho constitui o conteúdo e a finalidade específicos da produção capitalista, abstraindo das transformações decorrentes do próprio modo de produção decorrentes da subordinação do trabalho ao capital (MARX, 2017, p. 369).

A luta pela regulamentação da jornada de trabalho na modernidade é a expressão latente da resistência operária em face da espoliação capitalista, que transforma o suplício do trabalhador no cerne de sua existência.

2.1.4.1 O impacto da indústria moderna sobre as relações de trabalho

A exploração constitutiva do capital atinge seu estágio mais elevado com o surgimento da grande indústria, isto é, com a completa sujeição dos trabalhadores ao sistema de máquinas, uma vez que a relação entre sujeito e objeto se revela na primazia deste em relação àqueles⁹. Destituído das condições necessárias à reprodução da vida material, submetido à avidez a classe dominante, desamparado pelo Estado e em busca da própria sobrevivência, o proletariado, de forma involuntária e independente da sua vontade, vende sua força de trabalho em troca de salário, tornando-se o componente vital da produção fabril.

Marx (2017) inicia o capítulo XIII de *O capital* abordando o surgimento da maquinaria com uma epígrafe cujo texto pertence à obra de John Stuart Mill intitulada *Princípios da economia política* para corroborar sua tese a respeito da grande indústria, resumida nos seguintes pontos: o desenvolvimento das forças produtivas atuou diretamente no processo de barateamento das mercadorias, reduziu o período da jornada de trabalho convertida em salário e se transformou num elemento indispensável para a produção de mais-valor. Destarte, a introdução da maquinaria nas relações de trabalho não pretendia minimizar o sofrimento dos trabalhadores¹⁰.

Essa não é em absoluto a finalidade da maquinaria utilizada de modo capitalista. Como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. A maquinaria é meio para a produção de mais-valor (MARX, 2017, p. 445).

Marx (2017, p. 445) prossegue sua análise afirmando que “na manufatura, o revolucionamento do modo de produção começa com a força de trabalho; na grande indústria, com o meio de trabalho”, isto é, se por um lado, o desenvolvimento do processo manufatureiro reorganizou as relações de produção graças à transformação da força de

⁹ O uso da maquinaria, uma tendência da economia capitalista que exige do trabalhador o cumprimento de tarefas monótonas, revela como a ciência pode dominar o conjunto dos indivíduos em proveito de uma criatura estranha e dotada de vida própria, tendo em vista que um organismo inanimado comanda os movimentos do corpo com a estrita finalidade de produzir mais-valor. O emprego livre e consciente das capacidades humanas é necessariamente interditado com a mecanização do trabalho. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 581.

¹⁰ Engels critica especificamente o emprego da maquinaria no regime do capital. Segundo ele, o desenvolvimento tecnológico em marcha desde o último quartel do século XVIII agravou as mazelas da sociedade urbano-industrial porque está subordinado ao processo de acumulação infinita, isto é, ao impulso cego e desmedido da economia burguesa por mais-valor. Os aperfeiçoamentos mecânicos não teriam como finalidade diminuir o consumo de energia vital e liberar os trabalhadores para o livre jogo das forças físicas e espirituais, mas apenas garantir a maximização do lucro. Para mais detalhes, ver: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 174.

trabalho, por outro, o progresso tecnológico se converteu em força motriz da grande indústria devido à importância da maquinaria para a expansão do capital. Desse modo, Marx (2017, p. 445) declara que “devemos começar, portanto, examinando de que modo o meio de trabalho é transformado de ferramenta em máquina, ou em que a máquina difere do instrumento artesanal”. Para o autor, essa distinção só pode ser feita levando em consideração os grandes traços e as características gerais.

O autor continua sua investigação sobre o advento da maquinaria apontando as partes que lhe são constitutivas, nomeadamente a máquina motriz, o mecanismo de transmissão e a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. Conforme diz Marx (2017, p. 445-446), “toda máquina é constituída dessas potências simples, independentemente do disfarce sob o qual elas se apresentam e do modo como são combinadas”, portanto sua totalidade é, acima de tudo, um movimento que reúne o múltiplo no uno, na medida em que este só existe através daquele. Essa distinção feita por Marx entre ferramenta de trabalho e maquinaria se assemelha, sob o ponto de vista fenomenológico, ao que Hegel elabora na *Fenomenologia do Espírito* ao tratar do desenvolvimento do espírito a partir de sua relação com o objeto em sua forma mais elementar, ou seja, a certeza sensível. Hegel afirma que a consciência filosófica em seu estágio inicial desconsidera as múltiplas determinações do objeto tendo em vista seu caráter imediato. Embora suponha que tem a coisa em sua totalidade, a certeza sensível é impossibilitada de traduzir o que pensa devido às óbvias limitações da experiência, cujas contradições são reveladas pela linguagem.

A consciência natural vai mostrar-se como sendo apenas conceito do saber, ou saber não real. Mas enquanto se toma imediatamente por saber real, esse caminho tem, para ela, significação negativa: o que é a realização do conceito vale para ela antes como perda de si mesma, já que nesse caminho perde sua verdade (HEGEL, 2013, p. 74).

Dito isso, Marx não compreende a maquinaria como uma potência mecânica complexa e a ferramenta como uma potência mecânica simples, segundo propuseram analistas da indústria moderna (matemáticos, mecânicos e alguns economistas ingleses) sem perceberem as transformações históricas do próprio avanço tecnológico. Vejamos como o autor descreve os componentes da máquina até que o processo de exploração do trabalho seja efetivado na grande indústria:

A máquina motriz atua como força motora do mecanismo inteiro. Ela gera sua própria força motora, como a máquina a vapor, a máquina calórica, a máquina eletromagnética etc., ou recebe o impulso de uma força natural já existente e externa a ela, como a roda d'água o recebe da queda d'água, as pás do moinho, do vento etc.

O mecanismo de transmissão, composto de volantes, eixos, rodas dentada, polias, hastes, cabos, correias, mancais e engrenagens dos mais variados tipos, regula o movimento, modifica sua forma onde é necessário – por exemplo, de perpendicular em circular – e o distribui e transmite à máquina-ferramenta. Ambas as partes do mecanismo só existem para transmitir o movimento à máquina-ferramenta, por meio do qual ela se apodera do objeto de trabalho e o modifica conforme uma finalidade. É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que nasce a revolução industrial no século XVIII (MARX, 2017, p. 447).

O autor observa que a introdução da maquinaria nas fábricas inglesas transformou as relações de produção devido à sua capacidade de reunir instrumentos de trabalho usados separadamente pelos homens em sociedades pré-industriais bem como à perda de autonomia dos produtores com o ritmo das tarefas sendo determinado mecanicamente. Segundo Marx (2017, p. 447), “a máquina-ferramenta é, assim, um mecanismo que, após receber a transmissão do movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que antes o trabalhador executava com ferramentas semelhantes”. O advento da maquinaria revela, acima de tudo, a incapacidade orgânica dos trabalhadores de exercerem várias atividades simultaneamente, pois, conforme diz Marx (2017, p. 448), “o número de instrumentos de trabalho com que ele pode operar simultaneamente é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus próprios órgãos corporais”. Segundo o autor, o trabalho dos homens em sociedades pré-industriais reunia simultaneamente força motriz e exercício manual, como no caso da roda de fiar, tendo em vista que um dos pés atuaria como propulsor do movimento enquanto a mão seria responsável pela tessitura do fio. De acordo com Marx (2017, p. 448), “é exatamente dessa última parte do instrumento artesanal que a Revolução Industrial se apropria em primeiro lugar, deixando para o homem, além do novo trabalho de vigiar a máquina com os olhos e corrigir os erros dela com as mãos, o papel puramente mecânico da força motriz”. Assim, o uso da maquinaria foi indispensável para o crescimento da economia capitalista tendo em vista sua capacidade de aumentar a produção num espaço de tempo cada vez menor. O próprio Marx, refletindo sobre o processo de mecanização do trabalho, assinala que o advento da máquina-ferramenta resultava numa exclusão progressiva dos trabalhadores submetidos ao sistema fabril:

A máquina da qual parte a Revolução Industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que opera com uma massa de ferramenta iguais ou semelhantes de uma só vez e é movido por uma única força motriz, qualquer seja sua forma (MARX, 2017, p. 449).

Após ter examinado o impacto da máquina-ferramenta sobre a atividade industrial, o autor prossegue sua análise afirmando que a criação da energia a vapor pôde

substituir técnicas rudimentares de impulsão devido à sua uniformidade e à sua eficiência, garantindo a ação conjunta dos elementos que constituem a produção mecanizada:

Foi somente depois que as ferramentas se transformaram de ferramentas do organismo humano em ferramentas de um aparelho mecânico, isto é, em máquina-ferramenta, que também a máquina motriz adquiriu uma forma autônoma, totalmente emancipada dos limites da força humana. Com isso, a máquina ferramenta-individual, que examinamos até aqui, foi reduzida a um simples elemento da produção mecanizada. Uma máquina motriz podia agora mover muitas máquinas de trabalho ao mesmo tempo. Com o número das máquinas de trabalho movidas simultaneamente, cresceu também a máquina motriz, e o mecanismo de transmissão se transformou num aparelho de consideráveis proporções (MARX, 2017, p. 452).

Desse modo, a transformação das relações de produção resultante do avanço tecnológico e a expansão do sistema fabril se constituíram num processo de exploração do trabalho tendo em vista sua capacidade de reduzir o número de homens na grande indústria, retirar a autonomia dos produtores e ampliar a taxa de mais-valor com a diminuição do tempo de trabalho necessário à subsistência do proletariado em forma de salário. A incumbência das operações nas fábricas, que consiste na diferença primordial entre a manufatura e a produção mecanizada, representa um ato de violência da produção capitalista em virtude da combinação nefasta entre desemprego, reificação e mais-trabalho.

Após ter estabelecido uma diferença entre os instrumentos de produção do período manufatureiro e as máquinas que impulsionavam o sistema fabril, o autor afirma que o avanço das forças produtivas transformou o interior das fábricas na medida em que diminuiu a quantidade de trabalhadores adultos devido à mecanização do trabalho e impôs uma nova dinâmica produtiva à indústria. Se, conforme observa Marx (2017, p. 454), “na manufatura, os trabalhadores, individualmente ou em grupos, têm de executar cada processo parcial específico com sua ferramenta manual”, no sistema fabril, as atividades são exercidas por uma combinação mecânica cujo desempenho está sujeito à interdependência entre as máquinas que a constituem. Vejamos como Marx descreve essa cooperação.

A produção mecanizada atinge sua forma mais desenvolvida como sistema articulado de máquinas de trabalho movidas por um autômato central através de uma maquinaria de transmissão. No lugar da máquina isolada surge, aqui, um monstro mecânico, cujo corpo ocupa fábricas inteiras e cuja força demoníaca, inicialmente escondida sob o movimento quase solenemente comedido de seus membros gigantesco, irrompe no turbilhão furioso e febril de seus incontáveis órgãos de trabalho propriamente ditos (MARX, 2017, p. 455).

O autor prossegue sua análise sobre o impacto do avanço tecnológico na indústria e ressalta que, embora o sistema fabril tenha como peculiaridade histórica o uso da

maquinaria, seu funcionamento permanecia dependendo da força de trabalho humana, porém com um nível de destreza incomum entre os operários devido à súbita mudança nas relações de produção imposta pela maquinaria. Se a manufatura havia se constituído como base da produção mecanizada, agora se tornara um estorvo, pois conforme bem observou Marx (2017, p. 456), “a partir de certo grau de desenvolvimento, porém, a grande indústria também entrou tecnicamente em conflito com sua base artesanal e manufatureira”. O sistema fabril, surgido no interior das manufaturas, funcionava agora como antítese do trabalho manual ou negação de sua forma mais primitiva.

A ampliação do tamanho das máquinas motrizes, do mecanismo de transmissão e das máquinas-ferramentas; a maior complexidade, multiformidade e a regularidade mais precisa de seus componentes, à medida que a máquina-ferramenta se distanciava do modelo artesanal (que originalmente dominava sua construção) e assumia uma forma livre, determinada apenas por sua tarefa mecânica; o aperfeiçoamento do sistema automático e a aplicação, cada vez mais inevitável, de um material difícil de ser trabalhado, como o ferro em vez da madeira – a solução de todas essas tarefas surgidas espontaneamente chocou-se por toda parte com as limitações pessoais, que mesmo os trabalhadores combinados na manufatura só conseguiam superar até certo grau, mas não em sua essência. Máquinas como a impressora, o tear a vapor e a máquina de cardar modernos não podiam ser fornecidas pela manufatura (MARX, 2017, p. 456-457).

Marx (2017, p. 460) prossegue seu raciocínio sobre o impacto do avanço tecnológico nas relações de produção e conclui que: “Em vez de uma ferramenta manual, agora o capital põe o trabalhador para operar uma máquina que maneja por si mesma suas próprias ferramentas”. Além disso, o autor observa que a maquinaria, enquanto elemento constitutivo do capital constante, apenas transfere valor à mercadoria, garantindo-lhe uma valorização com o aumento inevitável do quantum de trabalho contido no objeto. Segundo Marx (2017, p. 460), “como qualquer outro componente do capital constante, a maquinaria não cria valor nenhum, mas transfere seu próprio valor ao produto, para cuja produção ela serve”, portanto a dimensão do capital que corresponde aos meios de produção não altera a grandeza do valor. Assim, alheio à sua vontade e de forma sistêmica, o trabalhador mantém um processo de valorização das mercadorias e preserva o movimento ininterrupto de expansão do capital.

Após ter destacado a importância da maquinaria na composição orgânica do capital, Marx (2017, p. 468) aponta “algumas repercussões gerais daquela revolução sobre o próprio trabalhador”. Segundo o autor, o sistema fabril foi capaz de diminuir a importância da força muscular no processo de produção do capital devido ao advento do sistema de máquinas, o que contribuiu decisivamente para a inclusão de mulheres e crianças nas

indústrias. Conforme declara Marx (2017, p. 468), “esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade”. O autor prossegue sua análise e ressalta que a mecanização do trabalho pôde ampliar o número de mulheres e crianças nas fábricas bem como aumentar o grau de exploração do trabalho.

É possível, por exemplo, que a compra parcelada das quatro forças de trabalho de uma família custe mais do que anteriormente a compra da força de trabalho de seu chefe, mas, em compensação, temos agora quatro jornadas de trabalho no lugar de uma, e o preço delas cai na proporção do excedente de mais-trabalho dos quatro trabalhadores em relação ao mais-trabalho de um. Para que uma família possa viver, agora são quatro pessoas que têm de fornecer ao capital não só trabalho, mas mais-trabalho. Desse modo, a maquinaria desde o início amplia, juntamente com o material humano de exploração, ou seja, com o campo de exploração propriamente dito do capital, também o grau de exploração (MARX, 2017, p. 468-469).

Destarte, Marx revela como o advento da maquinaria atuou como propulsor da violência nas fábricas inglesas do século XIX, pois o súbito desenvolvimento tecnológico tinha como único objetivo o crescimento do capital. Vejamos o que Mill (*apud* MARX, 2017, p. 445) disse sobre os efeitos imediatos da maquinaria na jornada de trabalho: “É questionável que todas as invenções mecânicas já feitas tenham servido para aliviar a faina diária de algum ser humano”. Isso fica mais evidente na análise de Marx (2017, p. 469) quando ele afirma: “O capital compra menores de idade, ou pessoas desprovidas de maioridade plena. Antes, o trabalhador vendia sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora, ele vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos”. Assim, o sistema fabril pôde demolir a estrutura familiar da classe trabalhadora, amparada em padrões normativos tradicionais. Marx prossegue sua análise sobre a grande indústria e observa que o interesse pelo trabalho infantil na Inglaterra do século XIX era semelhante à procura de escravos nos Estados Unidos. Baseado num anúncio de jornal, o autor estabelece uma comparação entre a avidez pelo trabalho assalariado e a busca por escravos fugidos:

“Chamou minha atenção”, diz, por exemplo, um inspetor de fábrica inglês, “um anúncio na folha local de uma das mais importantes cidades manufatureiras de meu distrito, que aqui reproduzo: precisa-se de 12 a 20 garotos, crescidos o suficiente para que possam se passar por 13 anos. Salário £4 por semana. Contatar etc.” (MARX, 2017, p. 470).

Segundo o autor, a recomendação pelo trabalho de jovens cuja aparência fosse de 13 anos ou mais era motivada pela lei fabril que estabelecia uma jornada de trabalho de 6 horas diárias para crianças com idade inferior àquela. Marx (2017, p. 470) acrescenta que “um

médico oficialmente qualificado (*certifying surgeon*) tem de certificar a idade. O fabricante exige, por isso, jovens que aparentem ter 13 anos”. Baseado no trabalho de vistoria dos inspetores, Marx relaciona a introdução do trabalho infantil nas fábricas inglesas aos atestados médicos que forjavam a idade das crianças para satisfazer as demandas do capital e as necessidades dos pais.

Após destacar a inclusão de mulheres e crianças pelo capital com o advento da maquinaria, apontar uma desvalorização da força de trabalho com a inserção de toda a família operária no sistema fabril e indicar uma mudança radical no contrato entre a burguesia e os trabalhadores, o autor dá prosseguimento à sua análise da mecanização do trabalho ressaltando a grande mortalidade infantil na Inglaterra decorrente das transformações nas relações de produção.

Há 16 distritos de registro civil que apresentam, na média anual, apenas 9.085 casos de óbito (em um distrito, apenas 7.047) para cada 100 mil crianças vivas com menos de 1 ano de idade; em 24 distritos, entre 10 e 11 mil; em 39 distritos, entre 11 e 12 mil; em 48 distritos, entre 12 e 13 mil. em 22 distritos, mais de 20 mil; em 25 distritos, mais de 21 mil; em 17, mais de 22 mil; em 11, mais de 23 mil; em Hoo, Wolverhampton, Ashton-under-Lyne e Preston, mais de 24 mil; em Nottingham, Stockport e Bradford, mais de 25 mil; em Wisbeach, 26.001, e em Manchester, 26.125 (MARX, 2017, p. 471).

O autor observa que os óbitos na infância se deviam especialmente à ruptura da organização familiar impulsionada pela grande indústria. Marx (2017, p. 471) argumenta que, “como evidenciou uma investigação médica oficial em 1861, desconsiderando-se as circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem preferencialmente à ocupação extradomiciliar das mães, que acarreta o descuido e os maus-tratos infligidos às crianças”. Por fim, a ruína familiar, atrelada sobretudo à falta de acompanhamento materno, era decretada completamente quando as crianças morriam de fome ou eram envenenadas pelas próprias mães. Desintegração familiar, embrutecimento, degradação moral, corpos adoecidos e infanticídio: eis o catálogo de horrores do capital.

O autor prossegue sua análise sobre a grande indústria afirmando que o desenvolvimento tecnológico contribuiu para o prolongamento da jornada de trabalho devido à introdução de máquinas com menor custo e maior eficiência, portanto a obsolescência promovida pelo avanço das forças produtivas potencializou a exploração da força de trabalho com o aumento do capital variável. Destarte, o objetivo da classe dominante seria acompanhar o ritmo da produção imposta pela concorrência, porém como a materialização do valor pressupõe trabalho objetivado, Marx (2017, p. 477) conclui que: “Quanto mais curto o

período em que seu valor total é reproduzido, tanto menor o perigo de depreciação moral, e quanto mais longa a jornada de trabalho, tanto mais curto é aquele período”.

Assim, a histeria produtiva do capital, motivada pela avidez necessária à sua expansão, incidiu diretamente sobre os trabalhadores com a exploração do trabalho em forma de mais-valor absoluto. O autor afirma que esse aumento progressivo da diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador resultou numa luta operária contra a avareza do capital, impondo um limite à jornada de trabalho através da lei. De todo modo, conforme diz Marx, a extração de mais-valor é processada duplamente, portanto se a resistência operária limitou sua forma absoluta, restava ao capital garantir sua expansão pela forma relativa.

O prolongamento desmedido da jornada de trabalho, que a maquinaria provoca em mãos do capital, suscita mais adiante, como vimos, uma reação da sociedade, ameaçada em suas raízes vitais, e, com isso, a fixação de uma jornada normal de trabalho legalmente limitada. Com base nesta última, desenvolve-se um fenômeno de importância decisiva, com que já nos deparamos anteriormente: a intensificação do trabalho. Na análise do mais-valor absoluto, tratava-se inicialmente da grandeza extensiva do trabalho, ao passo que seu grau de intensidade era pressuposto como dado. Cabe examinar, agora, a transformação da grandeza extensiva em grandeza intensiva ou de grau (MARX, 2017, p. 481).

O desenvolvimento da maquinaria criou um perfil de trabalhador que prontamente foi incorporado à dinâmica produtiva do sistema fabril, cuja intensidade pôde manter o crescimento acelerado do capital ao compensar o limite extensivo da jornada de trabalho estabelecido em lei. A classe dominante, submetida a princípios normativos que impediam sua exploração desmesurada, impôs um ritmo de produção mais intenso para reaver o tempo que lhe fora tomado no contexto da luta de classe.

Assim que a revolta crescente da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força o tempo de trabalho e a impor à fábrica propriamente dita uma jornada de trabalho, ou seja, a partir do momento em que a produção crescente de mais-valor mediante o prolongamento da jornada de trabalho estava de uma vez por todas excluída, o capital lançou-se com todo seu poder e plena consciência à produção de mais-valor relativo por meio do desenvolvimento acelerado do sistema da maquinaria (MARX, 2017, p. 482).

A redução da jornada de trabalho impôs ao operário maior desgaste físico no mesmo espaço de tempo em face da aceleração produtiva impulsionada pela maquinaria, portanto a mais-valor relativo se constituiu na força motriz do sistema fabril. Segundo Marx (2017, p. 482), “essa compressão de uma massa maior de trabalho num dado período de tempo mostra-se, agora, como ela é: uma quantidade maior de trabalho”. Assim, mensurar a

jornada de trabalho equivalia à coexistência entre duração e intensidade. De acordo com Marx (2017, p. 482), “ao lado da medida do tempo de trabalho como ‘grandeza extensiva’ apresenta-se agora a medida de seu grau de condensação”. A consequência mais imediata da produção de mais-valor sobre a jornada de trabalho consiste na relação inversamente proporcional entre eficiência e duração, pois, conforme bem observou Marx (2017, p. 483), “o primeiro efeito da jornada de trabalho reduzida decorre da lei óbvia de que a eficiência da força de trabalho é inversamente proporcional a seu tempo de operação”. Assim, a produtividade dos trabalhadores na grande indústria era determinada pela velocidade do sistema de máquinas bem como pela vigilância no interior das fábricas, portanto a produção de mais-valor relativo apresentava basicamente duas dimensões: se por um lado, o desenvolvimento da maquinaria exercia pressão objetiva sobre os trabalhadores, por outro, a fiscalização interna coibia qualquer tentativa de resistência ao funcionamento do sistema fabril. O autor conclui seu raciocínio afirmando que:

Não resta a mínima dúvida de que a tendência do capital, tão logo o prolongamento da jornada de trabalho lhe esteja definitivamente vedado por lei, de ressarcir-se mediante a elevação sistemática do grau de intensidade do trabalho e transformar todo aperfeiçoamento da maquinaria em meio de extração de um volume ainda maior de força de trabalho, não tardará a atingir um ponto crítico, em que será inevitável uma nova redução das horas de trabalho (MARX, 2017, p. 489).

Após ter examinado o advento da maquinaria e a sua importância para o desenvolvimento da grande indústria, Marx demonstrou como o modo de produção capitalista foi capaz de mudar o perfil dos trabalhadores em face de suas novas necessidades ao admitir mulheres e crianças nas fábricas inglesas do século XIX. Em seguida, o autor ressaltou o prolongamento da jornada de trabalho como alternativa da classe dominante para compensar a defasagem tecnológica diante da concorrência. Por fim, Marx destacou o crescimento do mais-valor relativo como desdobramento de uma legislação cuja finalidade era conter a exploração sem limites do capital. Em suma, a fábrica é concebida pelo autor como um amplo sistema de máquinas que submete os trabalhadores a movimentos independentes de sua vontade, pois a primazia daquele diante destes resulta na perda de uma determinação eminentemente humana: a liberdade.

Assim, o sistema fabril representa para o trabalhador um imenso autômato mecânico que pôde despojá-lo de sua própria vontade, pois, conforme bem observou Marx (2017, p. 491), “o próprio autômato é o sujeito, e os operários só são órgãos conscientes pelo fato de estarem combinados com seus órgãos inconscientes, estando subordinado, juntamente com este último, a força motriz central”. Enquanto no alvorecer do capital a dinâmica

produtiva estava baseada no trabalho especializado, na grande indústria o que predomina é o nivelamento entre os operários, tendo em vista que foram convertidos em assistentes da maquinaria. No mesmo sentido, informa Marx (2017, p. 491-492): “No lugar da hierarquia de trabalhadores especializados que distingue a manufatura, surge na fábrica automática a tendência à equiparação ou nivelamento dos trabalhos que os auxiliares da maquinaria devem executar”. A única diferença estaria entre aqueles que se responsabilizam pelo funcionamento da máquina e os que obedecem a seus movimentos, porém o autor faz uma ressalva:

Ao lado dessas classes principais, figura um pessoal numericamente insignificante, encarregado do controle de toda a maquinaria e de sua reparação constante, como engenheiros, mecânicos, carpinteiros etc. Trata-se de uma classe superior de trabalhadores, com formação científica ou artesanal, situadas à margem do círculo dos operários fabris e somente agregada a eles. Essa divisão do trabalho é puramente técnica (MARX, 2017, p. 492).

O autor concebe a indústria moderna como um modo de exaurir os nervos do trabalhador e suprimir seus movimentos musculares, uma negação de suas faculdades físicas e mentais, uma forma de organização social coisificada, cuja finalidade reside unicamente na produção de mais-valor. Marx (2017, p. 495), refletindo sobre a mecanização do trabalho, destaca o caráter invertido da relação entre sujeito e objeto projetado pela maquinaria ao afirmar que “toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador”.

Desse modo, o funcionamento do sistema fabril representa o estágio mais avançado da contradição entre trabalho concreto e trabalho abstrato, isto é, da antítese entre trabalho vivo, produtor de valores de uso, e trabalho morto, contido nas mercadorias com o objetivo de garantir a expansão do capital. No mesmo sentido, informa Marx (2017, p. 495): “Transformado num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva”.

A obediência do operário ao funcionamento da indústria moderna, baseado fundamentalmente na regularidade de movimentos mecânicos, exigia um código disciplinar aplicado pelos supervisores de fábrica, cuja importância aumentaria devido à própria composição do proletariado inglês. De acordo com Marx (2017, p. 496), “o código fabril [...] é apenas a regulação que se torna necessária com a cooperação em escala ampliada e o uso de meios coletivos de trabalho, especialmente a maquinaria. No lugar do chicote do feitor de

escravos, surge o manual de punições do supervisor fabril”. Do trabalho mecanizado, decorre a perda de autonomia dos produtores, da maldição de Sísifo imposta pelo capital, decorre a degradação física e espiritual do homem, da produção de mais-valor, decorre a espoliação operária. Vejamos o que diz o autor ao examinar as condições de trabalho no interior das fábricas:

Apontamos, aqui, apenas as condições materiais nas quais o trabalho fabril é realizado. Todos os órgãos dos sentidos são igualmente feridos pela temperatura artificialmente elevada, pela atmosfera carregada de resíduos de matéria-prima, pelo ruído ensurdecedor etc., para não falar do perigo mortal de se trabalhar num ambiente apinhado de máquinas, que, com a regularidade das estações do ano, produz seus boletins de batalha industrial. Ao mesmo tempo, a economia nos meios sociais de produção, que no sistema de fábrica atingiu pela primeira vez sua maturidade, transforma-se, nas mãos do capital em *roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho: roubo de espaço, ar, luz e meios de proteção pessoal contra as circunstâncias do processo de produção que apresentem perigo para a vida ou sejam insalubres, para não falar de instalações destinadas a aumentar a comodidade do trabalhador* (MARX, 2017, p. 497-498-499, grifo nosso).

O autor prossegue analisando a grande indústria e passa a examinar a contradição entre trabalho e capital no interior da fábrica, isto é, a oposição entre trabalho vivo e trabalho morto, pois a primazia deste em relação àquele no decorrer da jornada de trabalho resulta numa luta direta entre os operários e o sistema de máquinas, forma concreta e desenvolvida do capital. A tentativa de ampliar a produção através da maquinaria impulsionou o aumento da força de trabalho ociosa bem como a expansão ulterior do exército industrial de reserva. A indústria moderna anunciou simultaneamente a perda de autonomia do trabalho e a formação de um excedente indispensável à redução dos salários. Com isso, os meios de produção no sistema fabril se transformaram em instrumentos independentes, cuja finalidade consiste em última instância na reprodução do capital.

Como máquina, o meio de trabalho logo se converte num concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina é diretamente proporcional ao número de trabalhadores *cujas condições de existência ela aniquila*. O sistema inteiro da produção capitalista baseia-se no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza tal força, convertendo-a numa habilidade absolutamente particularizada de manusear uma ferramenta parcial. Assim que o manuseio da ferramenta é transferido para a máquina, extingue-se, juntamente com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador se torna invendável, como o papel-moeda tirado de circulação (MARX, 2017, p. 502-503, grifo nosso).

Além disso, o advento da maquinaria na Europa Ocidental se convertera no grande propulsor do sistema fabril, marcado fundamentalmente pela mudança na composição

orgânica do capital, tendo em vista que a expansão do sistema de máquinas reduziu o número de trabalhadores no interior das fábricas e estabeleceu novas relações de produção. O sistema fabril também foi diretamente responsável pela especialização produtiva de cada país no comércio internacional, pois a mecanização do trabalho decretou o colapso das indústrias estrangeiras devido ao baixo preço das mercadorias produzidas no centro dinâmico do capitalismo. Com isso, as oscilações no mercado de trabalho eram determinadas essencialmente pelo desenvolvimento tecnológico bem como pelo processo de globalização do capital. No mesmo sentido, informa Marx:

O crescimento do número de trabalhadores fabris é, portanto, condicionado pelo crescimento proporcionalmente muito mais rápido do capital total investido nas fábricas. Mas esse processo só se realiza nos períodos de alta e baixa do ciclo industrial. Ademais, ele é constantemente interrompido pelo progresso técnico, que ora substitui virtualmente os trabalhadores, ora os desloca de fato. Essa mudança qualitativa na indústria mecanizada expulsa constantemente trabalhadores da fábrica ou cerra seus portões ao novo afluxo de recrutados, ao mesmo tempo que a expansão meramente quantitativa das fábricas absorve, juntamente com aqueles expulsos, novos contingentes de trabalhadores. Desse modo, os trabalhadores são continuamente repelidos e atraídos, jogados de um lado para outro, e isso em meio a uma mudança constante no que diz respeito ao sexo, idade e destreza dos recrutados (MARX, 2017, p. 525-526).

O autor prossegue analisando o desenvolvimento do sistema fabril e ressalta sua natureza excludente ao afirmar que a expansão da maquinaria representou o colapso da manufatura bem como do trabalho doméstico, transformou as pequenas oficinas em verdadeiras extensões das fábricas, destituiu os trabalhadores de autonomia e potencializou a exploração do homem pelo homem. Segundo o autor, a indústria moderna arruinou formas alternativas de organização produtiva, impôs sua própria lógica em escala global e submeteu uma massa de trabalhadores a interesses privados.

Com o desenvolvimento do sistema fabril e o consequente revolucionamento da agricultura, não só se amplia a escala da produção nos demais ramos da indústria como também se modifica seu caráter. Por toda parte torna-se determinante o princípio da produção mecanizada, a saber, analisar o processo de produção em suas fases constitutivas e resolver os problemas assim dados por meio da aplicação da mecânica, da química etc., em suma, das ciências naturais (MARX, 2017, p. 532-533).

Assim, o sistema fabril, cujo funcionamento era determinado pela mecanização do trabalho, manteve sua supremacia enquanto forma de organização produtiva ao subjugar conjuntamente a manufatura e o trabalho doméstico, reduzir as possibilidades de reprodução da vida material e ampliar o nível de dependência dos trabalhadores na forma de salário. Eliminando qualquer estorvo à sua avareza, o capital outorgou a si mesmo uma

atemporalidade que o transformaria num modo de produção “eterno e necessário”. Marx, refletindo sobre o tema, descreve o processo através do qual a economia capitalista adquiriu esse caráter abstrato e traz como exemplo as condições de trabalho nas manufaturas e nas oficinas domésticas inglesas do século XIX:

A exploração de forças de trabalho baratas e imaturas torna-se mais inescrupulosa na manufatura moderna do que na fábrica propriamente dita, pois a base técnica existente nesta última, a substituição da força muscular por máquinas e a facilidade do trabalho é algo que inexistente, em grande parte, na primeira, que, ao mesmo tempo, submete o corpo de mulheres e crianças, com a maior naturalidade, à influência de substâncias tóxicas etc. Essa exploração se torna ainda mais inescrupulosa no assim chamado trabalho domiciliar do que na manufatura, porque a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui em consequência de sua dispersão, porque toda uma série de parasitas rapaces se interpõe entre o verdadeiro patrão e o trabalhador, porque o trabalho domiciliar compete em toda parte e no mesmo ramo da produção com a indústria mecanizada ou, ao menos, manufatureira; porque a pobreza rouba do trabalhador as condições de trabalho mais essenciais, como espaço, luz, ventilação etc., porque cresce a instabilidade do emprego e, finalmente, porque a concorrência entre os trabalhadores atinge necessariamente seu grau máximo nesses últimos refúgios daqueles que a grande indústria e a grande agricultura transformaram em “supranumerários [*überzählig*]” (MARX, 2017, p. 533-534).

Após ter apontado o impacto da indústria moderna sobre outras formas de organização produtiva, especialmente a manufatura e o trabalho doméstico, Marx examina novamente o trabalho infantil nas fábricas inglesas do século XIX e denuncia o seu estado degradante. No caso descrito pelo autor, a atividade se resume a inserir uma folha de papel na máquina e retirá-la após a impressão, resultando numa tarefa monótona, exaustiva e degradante. As crianças “executam essa faina por 14, 15, 16 horas ininterruptas durante vários dias da semana, e frequentemente por 36 horas consecutivas, tendo apenas 2 horas de descanso para comer e dormir. Grande parte deles não sabe ler e, em geral, são *criaturas absolutamente embrutecidas e anormais*” (MARX, 2017, p. 555, grifo nosso). Após ter obstruído o pleno desenvolvimento das crianças, a indústria moderna reproduz a brutalidade que lhe é inerente na medida em que a demissão na adolescência se torna irreversível diante das exigências impostas pela mecanização do trabalho. Segundo Marx (2017, p. 555), “assim que se tornam velhos demais para esse trabalho pueril, ou seja, no mais tardar aos 17 anos, são despedidos da gráfica, tornando-se recrutas do crime”. Assim, o sistema fabril representa indubitavelmente a causa estrutural da insegurança, do roubo, do assassinato e da bandidagem na sociedade moderna¹¹.

¹¹ O germe da criminalidade na sociedade moderna está diretamente associado às mazelas que emergem do sistema fabril, concentrado sobretudo nas cidades industriais: turnos de trabalho prolongados, tarefas

O autor conclui sua análise sobre a grande indústria apontando os efeitos da mecanização do trabalho na agricultura, como a queda vertiginosa da população rural, a substituição do camponês independente pelo trabalhador assalariado, o crescimento do exército industrial de reserva nos grandes centros urbanos e a degradação do solo. Assim como acontece nas manufaturas, a transformação das relações de produção no campo resulta numa servidão do produtor em relação ao instrumento de trabalho, pois ele deixa de ser sujeito e passa a ser predicado na medida em que o capital realiza o movimento inverso ao se constituir enquanto força predatória. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 574): “A produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”.

O metabolismo entre homem e natureza, independente de suas formas provisórias, representa indubitavelmente um consumo de energia vital que garante a satisfação das necessidades materiais: por meio do emprego de trabalho social, os indivíduos produzem seus meios de vida, isto é, suas próprias condições de existência, portanto são trabalhadores produtivos. Já considerado segundo a estampa da produção capitalista, interessada apenas na acumulação infinita, “só e produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 2017, p. 578). O pensamento econômico burguês, com as imprecisões que lhe são peculiares, estreitou o conceito de trabalho produtivo ao tratá-lo como atividade que conserva e amplia a magnitude do capital. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 578): “A economia política clássica sempre fez da produção de mais-valor a característica decisiva do trabalhador produtivo”.

Se admitíssemos essa mistificação, o desmoronamento da economia moderna, representaria o fim de toda atividade produtiva, uma vez que o processo de trabalho já estaria dissociado da autovalorização do capital. Por fim, deveríamos reconhecer também, segundo a vulgaridade apregoada pelos entusiastas do capital, que a espoliação é um pressuposto ao trabalho produtivo, tendo em vista que só é possível haver produção e circulação de mais-valor mediante tempo de trabalho não pago. O absurdo formulado pelos economistas burgueses emana na verdade de uma relação social alheia às necessidades genuinamente humanas, sedimentadas na exploração e repleta das mais detestáveis mazelas.

repetitivas e comandadas por movimentos mecânicos, insalubridade, corpos adoecidos, mortes prematuras, compressão dos salários e exclusão sistêmica de uma gigantesca massa de indivíduos do consumo de bens e serviços. O pensamento econômico burguês comprova a existência do equilíbrio de mercado na barbárie do capital, pois a oferta do pauperismo é preenchida com a demanda pelo crime. Para mais detalhes, ver: ENGELS, Friedrich. *Esboço para uma crítica da economia política: e outros textos de juventude*. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 182-183.

O capital, portanto, não é apenas o comando sobre o trabalho, como diz A. Smith. Ele é, em sua essência, o comando sobre o trabalho não pago. Todo mais-valor, qualquer que seja a forma particular em que mais tarde se cristalice, como o lucro, a renda etc., é, com relação à sua substância, a materialização [*Materiatur*] de tempo de trabalho não pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma determinada quantidade de trabalho alheio não pago (MARX, 2017, p. 602).

O processo de acumulação infinita, que invariavelmente mantém um antagonismo de classe, traduzido em interesses conflitantes e agitações coletivas, consiste exatamente na absorção despudorada de mais-valor, isto é, numa relação social que desgraça a vida dos trabalhadores reproduzindo a maldição de Sísifo. Quanto maior for o tempo de trabalho pertencente ao capital, maior será a espoliação que empobrece, degenera e coisifica a massa de assalariados, muito embora a violência diária seja revestida de igualdade na esfera da circulação. Conforme Marx (2017, p. 605) declarou, “na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, como determinada quantidade de dinheiro paga por determinada quantidade de trabalho”. Os doutrinários sicofantas, incapazes de desnudar o movimento real da produção capitalista, concebem o objeto de modo acrítico e reproduzem idealmente as ilusões que lhe são constitutivas. “Que em sua manifestação as coisas frequentemente se apresentem invertidas é algo conhecido em quase todas as ciências, menos na economia política” (MARX, 2017, p. 607).

O tempo de trabalho excedente em sociedades industriais, ao contrário do que predominou na Europa durante quase mil anos ou nas plantações escravistas das Américas desde a expansão ultramarina até as últimas décadas do século XIX, desaparece formalmente com os contratos de trabalho, pois a massa de valor objetivada nas mercadorias aparece como grandeza inteiramente restituída pelos produtores através dos salários. Os estamentos medievais e a hierarquia racial foram varridos pela pujança da civilização burguesa, de modo que a exploração flagrante do homem pelo homem foi camuflado com o advento do estimável direito moderno. O dispêndio de força vital para manutenção de privilégios das classes dominantes, como no caso das obrigações feudais e das tarefas nas fazendas coloniais, é ocultado pela compra da força de trabalho, supostamente fundamentada em garantias como liberdade e igualdade.

A forma-salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. Na corveia, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra se distinguem, de modo palpavelmente sensível, tanto no espaço como no tempo. No trabalho escravo, mesmo a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, ele trabalha, de fato, para si mesmo, aparece como

trabalho para seu senhor. Todo seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou o trabalho não pago aparece como trabalho pago (MARX, 2017, p. 610).

A espoliação que mantém o processo de acumulação capitalista é obliterada pelo pagamento da força de trabalho, a única mercadoria que os produtores podem oferecer na esfera da circulação após a gestação violenta da economia moderna: destituído de seus meios de subsistência, o populacho finalmente é livre para entrar na anarquia da concorrência. Como o sistema normativo burguês é alheio às condições do intercâmbio entre patrão e empregado, todo vestígio de exploração é enterrado graças ao trabalho assalariado.

Sobre essa forma de manifestação, que torna invisível a relação efetiva e mostra precisamente o oposto dessa relação, repousam todas as noções jurídicas, tanto do trabalhador como do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todas as tolices apologéticas da economia vulgar (MARX, 2017, p. 610).

A mistificação das condições materiais de existência demonstra “como no cérebro do capitalista se reflete apenas a aparência das relações de produção” (MARX, 2017, p. 620), isto é, o movimento que se apresenta na superfície da economia moderna. Segundo a consciência atrofiada da classe dominante, o salário consiste no pagamento de todo tempo de trabalho cristalizado na mercadoria, isto é, de toda massa de valor gerada na esfera da produção. Para o burguês, é uma fantasia associar o processo de acumulação infinita à espoliação porque “a categoria de tempo de mais-trabalho não existe de modo algum para ele, pois esse tempo está incluído na jornada normal de trabalho que ele acredita pagar quando paga o salário” (MARX, 2017, p. 620).

Ainda que o salário corresponda à representação monetária de uma parte da massa de valor produzida pelos operários, regulada genericamente pelos custos necessários à sua subsistência, algumas variáveis determinam o preço final da mercadoria que garante o processo de acumulação capitalista. A diversidade do que se paga no mercado mundial pelo consumo da força de trabalho é acarretada por fatores como “preço e volume das necessidades vitais elementares, natural e historicamente desenvolvidas, custos de educação do trabalhador, papel do trabalho feminino e infantil, produtividade do trabalho, sua grandeza extensiva e intensiva” (MARX, 2017, p. 631).

2.2 O Processo de acumulação do capital e suas implicações sobre o trabalho

O objetivo desta seção é apontar as implicações do processo de acumulação do capital sobre o trabalho, ou seja, compreender a íntima relação entre o processo de valorização do valor e o rebaixamento da força de trabalho à mais ordinária de todas as mercadorias a partir da seguinte exposição: 1) organização do trabalho segundo as exigências do capital; 2) consequências da economia capitalista sobre os trabalhadores.

2.2.1 *Cooperação e manufatura*

Em sua exposição da racionalidade imanente à produção capitalista, isto é, do processo de valorização do valor, resumido no circuito D-M-D', Marx revela como capital e violência correspondem a uma totalidade indivisível entre prosperidade e miséria, opulência e privação, progresso e atraso em face de suas próprias contradições. Vejamos a seguir como o autor desenvolve sua análise lógico-histórica referente ao curso da produção capitalista.

O capital inaugura sua experiência como relação social quando uma massa de trabalhadores é mantida sob seu controle e transformada em fonte de mais-valor, ou seja, quando o processo de trabalho aumenta a escala da produção de mercadorias que, em condições, será vendida na esfera da circulação.

A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo lugar (ou, se se preferir, no mesmo campo de trabalho), para a produção do mesmo tipo de mercadoria, sob o comando do capitalista: tal é histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 2017, p. 397).

Desse modo, o advento da manufatura representa uma extensão da indústria artesanal, uma vez que, em seus primórdios, amplia o número de trabalhadores reunidos na mesma oficina sem mudar a essência da produção, portanto a diferença é meramente quantitativa, entretanto Marx (2017, p. 399) observa que: “A lei geral da valorização só se realiza plenamente para o produtor individual quando ele produz como capitalista, emprega muitos trabalhadores simultaneamente e, desse modo, põe em movimento, desde o início, o trabalho social médio”.

A cooperação, cujo fundamento consiste na assistência mútua entre os produtores, amplia o volume de mercadorias na mesma escala temporal devido ao *quantum* de trabalho concentrado no processo de criação da riqueza. A venda da força de trabalho resultante da separação entre produtores e seus meios de subsistência, isto é, a sujeição do operário à

exploração da classe dominante, é a condição basilar da cooperação no capital. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 405): “O número de trabalhadores que cooperam, ou a escala da cooperação, depende inicialmente da grandeza do capital que o capitalista individual pode desembolsar na compra da força de trabalho”, de modo que a práxis da espécie humana só existe enquanto projeção arbitrária, sórdida e violenta do burguês, que transforma o operário no substrato da exploração cuja finalidade é o crescimento infinito.

A cooperação dos assalariados é, além disso, um mero efeito do capital que os emprega simultaneamente. *A interconexão de suas funções e sua unidade como corpo produtivo total reside fora deles*, no capital, que os reúne e os mantém unidos. Por isso, a conexão entre seus trabalhos aparece para os trabalhadores, idealmente, como plano preconcebido e, praticamente, *como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que submete seu agir ao seu próprio objetivo* (MARX, 2017, p. 406-407, grifo nosso).

O sistema manufatureiro, base da indústria moderna e expressão da divisão social do trabalho, emerge da cooperação e apresenta tendencialmente dois estágios: a princípio, o empregador reúne trabalhadores de competência autônoma para garantir a produção de riqueza através da colaboração mútua; com o prosseguimento das tarefas diárias, a totalidade de cada ofício desvanece em virtude da esfera restrita de atuação dos artífices, resultando na perda da capacidade universal, isto é, no desaparecimento da plenitude do trabalho.

Além disso, aqueles artesãos que produziam de forma holística também sofrem com a desqualificação imposta pela manufatura, organizada para aumentar o resultado do trabalho social. Conforme Marx (2017, p. 412) destacou, “circunstâncias externas logo fazem com que a concentração dos trabalhadores no mesmo local e a simultaneidade de seus trabalhos sejam utilizadas de outro modo”.

A especialização produtiva que surge da manufatura transforma a mercadoria no resultado da combinação entre trabalhos isolados, realizados de forma irrefletida e destituídos de totalidade. Segundo Marx (2017, p. 413), “seja qual for seu ponto de partida particular, sua configuração final é a mesma: um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos”.

O desmembramento da produção em momentos atomizados é decorrência evidente e necessária da divisão do trabalho, que, embora transforme os produtores em meros instrumentos do sistema manufatureiro, permanece dependendo do grau de destreza artesanal. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 413): “É justamente porque a habilidade artesanal permanece como a base do processo de produção que cada trabalhador passa a dedicar-se exclusivamente a uma função parcial”. Assim, a difusão particular das operações na

manufatura é condição indispensável ao crescimento da produtividade social do trabalho, uma vez que a combinação de tarefas unilaterais é o fundamento da produção em larga escala.

Um artesão que executa sucessivamente os diversos processos parciais da produção de um artigo é obrigado a mudar ora de lugar, ora de instrumentos. A passagem de uma operação para outra interrompe o fluxo de seu trabalho, formando, em certa medida, poros em sua jornada de trabalho. Tais poros se fecham assim que ele passa a executar continuamente uma única e mesma operação o dia inteiro, ou desaparecem à medida que diminuem as mudanças de sua operação (MARX, 2017, 415).

O autor prossegue sua investigação sobre a manufatura afirmando que suas formas operacionais, embora resguardem algumas semelhanças entre si, são fundamentalmente distintas e ocupam domínios particulares no processo de desenvolvimento da indústria moderna, uma vez que, em seu estágio embrionário, a produção ainda é dispersa em oficinas domésticas, portanto os trabalhadores não estão completamente submetidos à disciplina do capital. Já em sua fase mais desenvolvida, a manufatura combina o trabalho dos artífices reduzindo a separação espacial entre eles. Segundo Marx (2017, p. 419), “ela só alcança essa organização social do processo de trabalho ao soldar o mesmo trabalhador ao mesmo detalhe”. Desse modo, o resultado do trabalho de cada produtor na manufatura constitui apenas um momento particular da totalidade na cadeia produtiva, que, por sua vez, corresponde à combinação de operações isoladas, portanto a interdependência entre o conjunto de artífices numa mesma oficina é condição imprescindível à produção em larga escala.

Apenas sob esse pressuposto os processos de trabalho diferentes e mutuamente complementares podem prosseguir justapostos espacialmente, de modo simultâneo e ininterrupto. É evidente que essa dependência imediata dos trabalhos e, por conseguinte, dos trabalhadores entre si, força cada indivíduo a empregar em sua função não mais do que o tempo necessário, gerando-se assim uma continuidade, uniformidade, regularidade, ordenamento e, mais ainda, uma intensidade de trabalho absolutamente distintos daqueles vigentes no ofício autônomo ou mesmo no regime de cooperação simples (MARX, 2017, p. 419-420).

O pressuposto geral da economia burguesa consiste na interdependência entre produção e circulação de mercadorias, isto é, o circuito D-M-D' só existe enquanto totalidade processual ou síntese de múltiplas determinações. Acomodados ao processo de acumulação infinita, a expansão do comércio e o colonialismo promovem o desenvolvimento da manufatura, contribuem para a divisão do trabalho e cumprem seu papel no desenvolvimento do capital. Segundo Marx (2017, p. 427-428), “a ampliação do mercado mundial e o sistema colonial, que integram as condições gerais de existência do período da manufatura, fornecem

a este último um rico material para o desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade”. O homem, confinado ao isolamento no interior da manufatura em virtude do caráter parcial, constante e inacabado do trabalho, é condição indispensável à produção em larga escala, cuja finalidade é garantir a autovalorização do capital.

A divisão manufatureira do trabalho supõe a autoridade incondicional do capitalista sobre homens que constituem meras engrenagens de um mecanismo total que a ele pertence; a divisão social do trabalho confronta produtores autônomos de mercadorias, que não reconhecem outra autoridade senão a da concorrência, da coerção que sobre eles é exercida pela pressão de seus interesses recíprocos, assim como, no reino animal, o *bellum omnium contra omnes* [guerra de todos contra todos] preserva em maior ou menor grau as condições de existência de todas as espécies (MARX, 2017, p. 430).

Desse modo, o fundamento da produção manufatureira corresponde à divisão do trabalho, à coisificação dos produtores e ao esvaziamento das faculdades genuinamente humanas, uma vez que a autonomia ilusória das mercadorias bem como seu caráter arbitrário estabelecem uma completa inversão entre sujeito e objeto imanente à produção capitalista. Segundo Marx (2017, p. 434), “a manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente, como também cria uma estrutura hierárquica entre os próprios trabalhadores”. A distinção entre a manufatura e a cooperação simples consiste exatamente na transformação do trabalho individual: enquanto esta, como expressão da atividade genérica, corresponde a uma associação entre produtores autônomos, à força coletiva do trabalho, aquela:

Aleija o trabalhador, converte-o numa aberração, promovendo artificialmente sua habilidade detalhista por meio da repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas, do mesmo modo como, nos Estados da bacia do Prata, um animal inteiro é abatido apenas para a retirada da pele ou do sebo. Não só os trabalhos parciais específicos são distribuídos entre os diversos indivíduos, como o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial, conferindo assim realidade à fábula de Menênio Agripa, que representa um ser humano como mero fragmento de seu próprio corpo (MARX, 2017, p. 434, grifo nosso).

Despojado das condições necessárias à sua existência material, isto é, dos meios que garantem sua subsistência, o artífice é obrigado a vender sua força de trabalho e sujeitar-se às determinações impostas pela manufatura, portanto, em virtude da perda de autonomia resultante do contrato entre trabalho e capital, o conjunto dos produtores se torna extensão da vontade arbitrária da classe dominante. Segundo Marx (2017, p. 435), “assim como na frente do povo eleito estava escrito que ele era propriedade de Jeová, também a divisão do trabalho marca o trabalhador manufatureiro a ferro em brasa, como propriedade do capital”.

Assim, o advento do capital é simultaneamente causa e consequência da separação entre produtores e meios de subsistência, do domínio privado das condições materiais de existência bem como da expropriação dos trabalhadores. Marx, analisando a relação entre o proletariado e os estágios da produção capitalista, observa que:

Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social do trabalho, desenvolve-se na manufatura, *que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial*, e se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital (MARX, 2017, p. 435, grifo nosso).

A sujeição dos trabalhadores à manufatura representa uma etapa do desenvolvimento capitalista, cuja determinação estrutural equivale à extração de mais-valor, portanto, não obstante o grau de avanço das forças produtivas e as relações de produção que lhes são decorrentes, o processo de acumulação infinita constitui a essência do capital. A divisão manufatureira cumpre seu dever no processo de racionalização burguesa, cujo desdobramento consiste na exaustão do trabalhador, contemplando simultaneamente a degradação do corpo e o embrutecimento. Segundo Marx (2017, p. 438), “ela não só desenvolve a força produtiva social do trabalho exclusivamente para o capitalista, em vez de para o trabalhador, como o faz por meio da mutilação do trabalhador individual”.

2.2.2 Exploração do homem pelo homem como fundamento do processo de acumulação capitalista

A expansão necessária e ilimitada do *quantum* de valor que corresponde à finalidade da produção capitalista pressupõe a espoliação operária, isto é, o tempo de trabalho usurpado pela classe dominante, portanto não é possível decretar o fim da violência sem destruir as condições materiais de sua reprodução. O objetivo deste tópico, baseado nos três primeiros capítulos da seção VII de *O capital*, é demonstrar a relação visceral entre o processo de acumulação infinita e o caráter violento da sociedade burguesa.

2.2.2.1 A reprodução simples

Marx (2017) inicia a análise da reprodução simples destacando seu caráter necessário e universal, isto é, sua antecedência às formas particulares de existência material, uma vez que a produção de riqueza consiste num processo ininterrupto decorrente das

necessidades humanas. Assim, a reprodução simples é uma categoria absoluta, um comum isolado, uma abstração razoável para compreender o capital enquanto forma de sociabilidade historicamente determinada, portanto contingente, finita e transitória. Independente das singularidades de cada povo ou civilização, produção e consumo equivalem às partes do todo indivisível, às fases do fluxo que se renova, aos estágios do movimento cíclico que constitui a vida material dos homens.

Seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução (MARX, 2017, p. 641).

A economia capitalista transforma simultaneamente produção e reprodução num circuito permanente cuja finalidade é a extração de mais-valor, isto é, o processo de trabalho, condição eterna e necessária à satisfação das necessidades humanas, adquire um fim particular sob o regime do capital, portanto aquilo que permite ao homem se libertar do seu estado de dependência imediata com a natureza, transforma-se na negação de si, no esvaziamento de sua atividade genérica, no cumprimento da maldição de Sísifo.

Se a produção tem a forma capitalista, também o tem a reprodução. Como no modo de produção capitalista o processo de trabalho aparece apenas como um meio para o processo de valorização, também a reprodução aparece tão somente como um meio de reproduzir como capital o valor adiantado, isto é, como valor que se valoriza (MARX, 2017, p. 641).

A compra da força de trabalho é um fator indispensável ao capital, uma vez que o contrato entre a classe dominante e o proletariado mantém o caráter legítimo das relações de produção capitalista. Sob o prisma da lei, o consentimento entre as partes envolvidas no acordo permite que o empregador transforme o operário numa extensão de sua vontade arbitrária em troca de salário. A reprodução simples consiste exatamente na renovação desse ciclo, cuja contradição é revestida pela liberdade ilusória subjacente ao direito moderno.

O processo de produção é introduzido com a compra da força de trabalho por um tempo determinado, e essa introdução é constantemente renovada, tão logo esteja vencido o prazo de venda do trabalho, decorrido um determinado período de produção, semana, mês etc. Porém, o trabalhador só é pago depois de sua força de trabalho ter atuado e realizado tanto seu próprio valor como o mais-valor em mercadorias (MARX, 2017, p. 642).

A reprodução da vida material segundo as necessidades da economia capitalista consiste num processo constante de valorização do valor, isto é, um movimento de eterno retorno cujo fundamento é a exploração dos produtores representada na forma-salário, uma vez que o preço da força de trabalho é necessariamente inferior à massa de valor que lhes pertence. Segundo Marx (2017, p. 642), “o que reflui continuamente para o trabalhador na forma-salário é uma parte do produto continuamente reproduzido por ele mesmo”. De acordo com as normas que regem a sociedade burguesa, essa subtração necessária ao capital é apontada como expressão da consciência moderna, do consentimento entre homens livres e iguais que lhe é constitutiva, entretanto, conforme declara Marx (2017, p. 643), “a forma-mercadoria do produto e a forma-dinheiro da mercadoria disfarçam a transação”.

A grandeza monetária empregada na compra da força de trabalho consiste apenas numa expressão provisória do fundo dos meios de subsistência, portanto o consumo dos bens necessários à reposição da vitalidade humana através do mercado, garantido pelo pagamento do salário, é uma determinação notadamente capitalista. Marx (2017, p. 643-644), refletindo sobre o tema, aduz que: “O economista burguês, cujo cérebro limitado não consegue distinguir entre a forma de manifestação e o que nela se manifesta, cerra os olhos para o fato de que ainda hoje o fundo de trabalho só excepcionalmente aparece sobre o globo terrestre na forma de capital”.

A existência de uma massa de produtores despojados de seus meios de subsistência em virtude do processo de acumulação primitiva e a formação de um grupo minoritário e dominante que lhe é decorrente fornecem a base da produção capitalista, uma vez que a objetivação de sua fórmula geral pressupõe a transformação da força de trabalho em mercadoria. Assim, o acordo feito entre a classe dirigente e o proletariado sob respaldo do direito moderno é o ponto de partida da produção bem como da reprodução capitalista, uma vez que esta representa a sucessão daquela. Conforme Marx (2017, p. 645) declarou, “a separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas e a força subjetiva de trabalho, era, portanto, a base efetivamente dada, o ponto de partida do processo capitalista de produção”. A exploração do trabalho na sociedade burguesa, materializada no esvaziamento das potencialidades humanas, no fetichismo da mercadoria e na concentração de riqueza, transforma o capital uma força estruturalmente violenta, de modo que é impossível falar de liberdade, igualdade e justiça sem superar essa relação social particular, histórica e transitória.

Sendo o processo de produção e, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que se utilizam dos produtores. Por conseguinte, o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder que lhe é estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e efetivação, abstrata, existente na mera corporeidade do trabalhador; numa palavra, produz o trabalhador como assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a *sine qua non* da produção capitalista (MARX, 2017, p. 645-646).

O processo de exploração imanente à produção capitalista só pode ser renovado caso o trabalhador se reproduza enquanto tal, isto é, se puder dispor das condições materiais necessárias à sua subsistência, pois, conforme destacou Marx (2017, p. 647), “a manutenção e reprodução constantes da classe trabalhadora continuam a ser uma condição constante para a reprodução do capital”. O consumo dos bens indispensáveis à existência do trabalhador é reduzido à parte mais diminuta, uma vez que o salário equivalente à quota mínima de valor que lhe é repassada o transforma num ser puramente orgânico, cuja única finalidade é satisfazer as necessidades do capital ou, em outras palavras, garantir o processo de acumulação infinita.

A compra da força de trabalho e sua constante renovação apresentam um duplo aspecto na sociedade burguesa: 1º) demonstrar que o acordo entre a classe dominante e o proletariado resguarda a igualdade entre os homens; 2º) garantir, sob o prisma da lei, a acumulação infinita, isto é, a extração de mais-valor, definida aqui como espoliação necessária à expansão do capital.

Desse modo, a quota de valor paga ao operário em forma de salário deve, por um lado, promover a igualdade ilusória que fundamenta o direito moderno, por outro, abastecer o trabalhador da mesma forma que a máquina a vapor é abastecida pelo carvão. Para o capital, o consumo do proletariado limita-se unicamente à sua reprodução biológica, isto é, à reposição de sua capacidade física, portanto fornecer-lhe condições acima do nível de subsistência é algo totalmente desprovido de sentido.

É por isso que o capitalista e seu ideólogo, o economista político, entendem como produtiva apenas a parte do consumo individual do trabalhador exigida para a perpetuação da classe trabalhadora, isto é, aquela parte que, de fato, tem de ser consumida para que o capital consuma a força de trabalho; tudo o que, além dessa parte, o trabalhador possa consumir para seu próprio prazer é consumo improdutivo (MARX, 2017, p. 647-648).

A sociedade burguesa, impulsionada pela autovalorização do capital ou, em outras palavras, pelo impulso cego e desmedido por mais-trabalho, decretou o fim da produção

autônoma ao dissociar os trabalhadores de seus meios de subsistência, garantiu as condições materiais necessárias à acumulação infinita e, com absoluto cinismo, revestiu de liberdade e igualdade um processo civilizatório marcado pela dominação. Conforme Marx (2017, p. 648) declarou, “o escravo romano estava preso por grilhões a seu proprietário; o assalariado o está por fios invisíveis. Sua aparência de independência é mantida pela mudança constante dos padrões individuais e pela *fictio juris* do contrato”.

A dependência do trabalhador em relação à classe dominante, renovada de forma contínua e sistemática, é consequência necessária da produção de capital, portanto o processo de valorização do valor transforma a exploração do trabalho no fundamento de sua existência. Se, nos primórdios da economia capitalista, o acordo entre burguesia e proletariado consistia numa casualidade justa em virtude do pleno consentimento entre as partes, seu caráter estrutural e coercitivo ficou demonstrado *a posteriori* com a venda permanente da força de trabalho. “O processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado” (MARX, 2017, p. 653).

2.2.2.2 A transformação do mais-valor em capital

Marx (2017) inicia a análise da transformação do mais-valor em capital ressaltando a íntima relação entre o trabalho excedente e a produção capitalista, isto é, entre a fração da substância que garante seu movimento cíclico e a base material que lhe dá existência. Desse modo, a relação entre o *quantum* de trabalho usurpado pela classe dominante e a base material da qual ela provém corresponde ao fundamento da reprodução capitalista, portanto atribuir a origem do mais-valor à circulação de mercadorias consiste num quiproquó criado pelo economista burguês.

Anteriormente, tivemos de examinar como o mais-valor surge do capital; agora veremos como o capital surge do mais-valor. A aplicação de mais-valor como capital ou a reconversão de mais-valor em capital se chama acumulação de capital (MARX, 2017, p. 655).

O *quantum* de valor correspondente ao volume originário do capital está representado em sua forma monetária, isto é, em sua figura acabada: o dinheiro. O mais-valor, que provém da quota de trabalho não pago, transcende a esfera da possibilidade e se afirma como grandeza excedente apenas ao final do circuito D-M-D’. Sucessivamente, obedecendo às determinações do capital, a massa de valor remanescente é incorporada ao primeiro estágio

do movimento, converte-se num acréscimo ao montante inicial e, agregada a este, inicia uma nova série, passando da reprodução simples à reprodução ampliada.

O valor de capital foi originalmente adiantado na forma de dinheiro; já o mais-valor, ao contrário, existe desde o início como valor de uma parte determinada do produto bruto. Se este é vendido, convertido em dinheiro, o valor do capital readquire sua forma primitiva, mas o mais-valor transforma seu modo originário de existência. A partir desse momento, porém, tanto o valor do capital como o mais-valor são quantias de dinheiro, e sua reconversão em capital se efetua exatamente do mesmo modo. O capitalista aplica tanto um como o outro na aquisição de mercadorias que o capacitem a recomeçar a fabricação de seu artigo e, desta vez, numa escala ampliada (MARX, 2017, p. 655-656).

O processo de valorização do valor, isto é, o desenvolvimento da produção capitalista enquanto forma de existência material arbitrária e soberana, pressupõe a ampliação de seu componente variável, ou seja, a conversão progressiva e necessária de mais-valor em capital demanda uma quantidade maior de trabalhadores ativos, portanto a classe dominante recorre ao exército industrial de reserva e submete o proletariado às suas exigências. De forma objetiva, o incremento de novos trabalhadores à economia capitalista é feito através do salário, cuja finalidade se restringe à conservação e à reprodução da classe operária. Desse modo, o capital produz internamente as condições de sua própria lei populacional.

Se a exploração dos trabalhadores já ocupados não aumenta extensiva ou intensivamente, é necessário empregar forças de trabalho adicionais. O mecanismo de produção capitalista já cuidou desse problema, reproduzindo a classe trabalhadora como classe dependente do salário, isto é, como classe cujo salário habitual basta não somente para garantir sua conservação, mas também sua multiplicação. Para realizar a transformação do mais-valor em capital, este precisa apenas incorporar essas forças de trabalho suplementares e de diversas faixas etárias que a classe trabalhadora lhe fornece anualmente aos meios de produção adicionais já contidos na produção anual. Concretamente considerada, a acumulação não é mais do que a reprodução do capital em escala progressiva. O ciclo da reprodução simples se modifica e se transforma, segundo a expressão de Sismondi, perfazendo uma espiral (MARX, 2017, p. 657).

Assim, o processo de desenvolvimento da economia capitalista promove a antropofagia coagida do proletariado, o canibalismo involuntário dos trabalhadores¹², uma vez que o aumento do seu componente variável, isto é, da força de trabalho, só é possível em virtude da extração de mais-valor, portanto o capital, através da exploração que lhe é

¹² O caso irlandês na Inglaterra de meados do século XIX consiste num exemplo da desintegração de classe, isto é, da disputa entre os trabalhadores pela sobrevivência num cenário de concorrência generalizada ou guerra de todos contra todos. O capital explora oportunamente as diferenças nacionais ou os padrões de civilidade para agravar a precarização do trabalho e promover hostilidades que arruinam o movimento operário. Para mais detalhes, ler: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 117-119.

constitutiva, transforma a substância que garante seu impulso vital no propulsor do suplício operário. A classe dominante, como personificação do movimento de espoliação, “continua a agir segundo o velho procedimento do conquistador que compra as mercadorias dos vencidos com o dinheiro que roubou destes últimos” (MARX, 2017, p. 658).

Além de promover o definhamento do proletariado consumindo toda sua vitalidade, o capital pôde transformá-lo na causa de seu próprio martírio. Dessa maneira, a espoliação dos produtores, materializada no tempo de trabalho usurpado pelo burguês, consiste na única e verdadeira fonte de acumulação capitalista. “Conhecemos com plena exatidão seu processo de surgimento. Trata-se de mais-valor capitalizado. *Desde sua origem, ele não contém um só átomo de valor que não derive de trabalho alheio não pago*” (MARX, 2017, p. 658, grifo nosso).

O processo de acumulação capitalista, cuja legalidade consiste na reprodução ampliada do valor, transforma o trabalho morto no parasita do trabalho vivo, uma vez que este é hospedeiro daquele, organismo necessário à sua sobrevivência, matéria imprescindível de seu ciclo predatório. Segundo Marx (2017, p. 658), “a propriedade do trabalho pretérito não pago se manifesta agora como a única condição para a apropriação atual de trabalho vivo não pago, em escala cada vez maior. Quanto mais o capitalista tiver acumulado, mais ele poderá acumular”¹³.

A equivalência dissimulada entre trabalho e capital reside exatamente na extração de mais-valor, pois é o roubo na esfera da produção, devidamente autorizada e protegida pela lei, que garante o processo de acumulação infinita. A burguesia, imbuída pelas leis que regem o capital, condena os trabalhadores ao fratricídio bíblico: assim como Caim matou Abel, o proletariado é submetido a um ritual canibalesco para satisfazer as necessidades da economia capitalista.

A relação de troca entre o capitalista e o trabalhador se converte, assim, em mera aparência pertencente ao processo de circulação, numa mera forma, estranha ao próprio conteúdo e que apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo está no fato de que o capitalista troca continuamente uma parte do trabalho alheio já objetivado, do qual ele não cessa de se apropriar sem equivalente, por uma quantidade maior de trabalho vivo alheio (MARX, 2017, p. 659).

A transformação do dinheiro em capital, isto é, o processo de valorização do valor, carrega uma tensão insuperável entre forma (equivalência no intercâmbio entre os

¹³ As paralisações cíclicas interrompem o processo de acumulação capitalista, entretanto Marx só tratará do problema de forma mais ampla e sistemática somente no livro III, sobretudo na seção intitulada A lei da queda tendencial da taxa de lucro.

agentes de mercado) e conteúdo (apropriação capitalista). Desse modo, a assimetria constitutiva do processo de troca envolvendo a classe dominante e o proletariado é uma determinação necessária à acumulação burguesa, cujo resultado consiste nos seguintes pontos:

1) que o produto pertence ao capitalista, e não ao trabalhador; 2) que o valor desse produto, além do valor do capital adiantado, inclui um mais-valor, o qual, embora tenha custado trabalho ao trabalhador e nada ao capitalista, torna-se propriedade legítima deste último; 3) que o trabalhador conservou consigo sua força de trabalho e pode vendê-la de novo, sempre que encontrar um comprador (MARX, 2017, p. 660).

O desenvolvimento do capital, resumido na sucessão do circuito D-M-D', consiste numa forma de existência material cujo fundamento desobedece à penitência determinada por Deus conforme diz a tradição judaico-cristã, uma vez que a sociedade burguesa manteve a condenação para os trabalhadores e garantiu a indulgência aos capitalistas, reservando àqueles o inferno e a estes o paraíso. O desprezo pelo decreto divino se deve ao processo de valorização do valor, ao desejo insaciável do capital por trabalho excedente, portanto o sacrilégio cometido pela classe dominante resultou, de modo surpreendente, no seu retorno ao Jardim do Éden. Numa analogia com a narrativa bíblica, mais precisamente em alusão ao que diz o Evangelho de Mateus 1, 2, Marx (2017, p. 661), refere-se ironicamente ao início do processo de reprodução em escala ampliada: “O reino do trabalho, como é sabido, não é o único onde a primogenitura opera milagres”.

A dissociação entre produtores e seus meios de subsistência, a transformação da força de trabalho em mercadoria, o contrato entre a classe dominante e o proletariado, o direito de propriedade, o processo de autovalorização do capital e a conservação dessas determinações são partes de uma totalidade indivisível, elementos constitutivos da sociedade burguesa. Desse modo, a reprodução em escala ampliada revela o caráter estrutural da acumulação de riqueza na modernidade e desmistifica a prosperidade regida por artifícios como a diligência e a parcimônia, conforme argumenta “o preconceito popular que confunde a produção capitalista com o entesouramento e, por isso, imagina que a riqueza que conserva sua forma natural preexistente, subtrai-se do consumo e salva-se da circulação” (MARX, 2017, p. 664).

Assim, o autor demonstra que a associação concebida no imaginário popular entre riqueza e austeridade corresponde a uma inferência distorcida da estratificação na sociedade burguesa, uma ilusão que desobedece às leis da produção capitalista, uma mistificação incapaz de revelar a legalidade imanente ao objeto. O fundamento da desigualdade social não está na abstinência de uma classe em contraste à opulência de outra, mas numa forma de

existência material cujo fundamento é a contradição entre trabalho e capital. “Como fanático da valorização do valor, o capitalista força inescrupulosamente a humanidade à produção pela produção” (MARX, 2017, p. 667), satisfaz as necessidades, ainda que provisoriamente, da acumulação infinita e reproduz o antagonismo inconciliável entre riqueza e miséria, “por conseguinte, na medida em que suas ações são apenas uma função do capital que nele está dotado de vontade e consciência, seu próprio consumo privado apresenta-se a ele como um roubo contra a acumulação de seu capital” (MARX, 2017, p. 667). A classe dominante, ao jurar lealdade ao capital e condenar os trabalhadores à maldição de Sísifo, torna-se o que Sancho Pança fora para Dom Quixote, um fiel escudeiro¹⁴.

O capitalista só é respeitável como personificação do capital. Como tal, ele partilha com o entesourador o impulso absoluto de enriquecimento. Mas o que neste aparece como mania individual, no capitalista é efeito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva (MARX, 2017, p. 667).

Destarte, a exploração dos trabalhadores pela classe dominante, materializada no *quantum* de trabalho não pago, isto é, na extração de mais-valor, é um elemento constitutivo da economia capitalista, determinação imanente à base material da sociedade moderna. A distinção entre a prosperidade burguesa e o enriquecimento do entesourador corresponde à forma de acumulação própria da modernidade, isto é, ao tempo de trabalho excedente convertido em capital. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 669): “O capitalista não enriquece como o fazia o entesourador, em proporção ao seu trabalho e não-consumo [*Nichtkonsum*] pessoais, mas quando suga força de trabalho alheia e obriga o trabalhador a renunciar a todos os desfrutes da vida”.

2.2.2.3 Lei geral da acumulação capitalista

Marx (2017) inicia sua análise sobre a lei geral da acumulação capitalista afirmando que a relação entre o desenvolvimento da economia burguesa e seus

¹⁴ Como o burguês é personificação de categorias econômicas, portador de determinadas relações e interesses de classe, sua tarefa no interior do modo de produção moderno é garantir o crescimento *ad infinitum*, portanto sua existência é determinada pela busca inesgotável do capital por mais-valor. Caso Sancho Pança seja indisciplinado e não cumpra as ordens de Dom Quixote, o mando é restabelecido pelas leis coercitivas da concorrência. Para mais detalhes, ver: HARVEY, David. *Para entender o capital*: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 247-248.

desdobramentos sobre a classe trabalhadora constitui o seu objeto de investigação, cuja expressão reside no reordenamento da composição orgânica do capital, que deve ser considerada sob um duplo aspecto: valor e matéria. Enquanto a primeira se divide em capital constante e capital variável, a segunda em meios de produção e força de trabalho.

O fundamento da distinção entre capitais que pertencem ao mesmo ramo industrial consiste precisamente na relação entre os fatores produtivos, isto é, na particularidade de cada composição orgânica. Assim, a média aritmética do conjunto de composições individuais corresponde à média geral de um setor determinado da indústria. Segundo Marx (2017, p. 689), “a média total das composições médias de todos os ramos da produção nos dá a composição do capital social de um país”.

A acumulação de riqueza no sistema capitalista pressupõe um crescimento real da força de trabalho, isto é, parte do mais-valor extraído ao final do circuito D-M-D’ deve ser revertido em capital variável, o que resultaria num aumento quantitativo e qualitativo do trabalho assalariado, uma vez que a expansão capitalista empregaria os trabalhadores disponíveis no mercado bem como elevaria, por extensão, os níveis de salário. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 690), “como a cada ano mais trabalhadores estão empregados do que no ano precedente, cedo ou tarde há de se chegar ao ponto em que as necessidades da acumulação comecem a ultrapassar a oferta habitual de trabalho, ocasionando o aumento do salário”.

Seja como for, conjecturas de relativa prosperidade da classe trabalhadora não alteram o cerne das relações de produção capitalista na medida em que a estratificação social que lhe é inerente permanece. Segundo Marx (2017, p. 690), “as circunstâncias mais ou menos favoráveis em que os assalariados se mantêm e se multiplicam em nada alteram o caráter fundamental da produção capitalista”, uma vez que a espoliação é mantida enquanto elemento constitutivo dessa forma de existência material.

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capitalista – capitalista de um lado, assalariados de outro –, a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista em escala ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados (MARX, 2017, p. 690).

Desse modo, o processo de valorização do valor, isto é, a expansão irremediável da economia moderna, pressupõe, enquanto determinação estrutural, o crescimento da força de trabalho. Segundo Marx (2017, p. 690), “acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado”, por conseguinte a universalidade do sistema capitalista, traduzida em seu

caráter devastador e soberano, demonstra apenas a tendência de um movimento que, estimulado pelo imperativo da infinitude, só adquire conteúdo objetivo com a reprodução do trabalho assalariado.

O próprio mecanismo do processo de acumulação aumenta, juntamente com o capital, a massa dos “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que convertem sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, justamente por isso, têm de perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista (MARX, 2017, p. 692).

A verticalidade das relações de produção capitalista, objetivada na completa sujeição do trabalhador à indústria moderna, base real do esvaziamento de suas potencialidades, isto é, de suas faculdades genuínas, obedece unicamente à lógica da economia burguesa, uma vez que sua existência é imanente ao processo de valorização do valor. Assim, o interesse da classe dominante não consiste na satisfação das próprias necessidades materiais, mas na busca por trabalho excedente.

A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. *A produção de mais-valor, ou a criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção* (MARX, 2017, p. 695, grifo nosso).

Assim, o trabalho assalariado constitui a base reprodutiva do sistema capitalista, uma vez que sua existência é o fundamento do processo de valorização do valor, portanto não é possível haver produção de riqueza no capital sem exploração do trabalho. Após destacar a dimensão constitutiva da força de trabalho para a economia capitalista, o autor observa que as flutuações inerentes à acumulação burguesa incidem diretamente sobre o capital variável empregado, portanto o número de trabalhadores assalariados é inconstante devido ao caráter cíclico do capitalismo. De acordo com Marx (2017, p. 696), “a grandeza da acumulação é a variável independente, a grandeza do salário a variável dependente, e não o contrário”.

O autor prossegue sua investigação sobre o processo de acumulação burguesa apontando uma transformação na composição orgânica do capital. Segundo Marx (2017), a capacidade produtiva do trabalho social, materializada no desenvolvimento tecnológico, estabelece uma relação inversa entre capital constante e capital variável, portanto o encolhimento relativo da mão de obra consiste numa tendência da indústria moderna. Assim, o autor demonstra que a hipótese delineada em princípio, baseada no crescimento proporcional das forças produtivas, é inválida por desobedecer às leis internas do capital.

Essa alteração na composição técnica do capital, o aumento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que a põe em atividade, reflete-se na composição de valor do capital, no aumento do componente constante do valor do capital à custa de seu componente variável (MARX, 2017, p. 699).

O processo de acumulação burguesa, embora estabeleça um reordenamento da composição orgânica do capital, mantém inalterado o fundamento de sua própria existência, isto é, a exploração do trabalho, objetivada na extração de mais-valor obtido ao final do circuito D-M-D'. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 700): “A contínua reconversão de mais-valor em capital acrescenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, o fundamento de uma escala ampliada da produção”. Destarte, o cerne da economia capitalista permanece o mesmo, porém sob novos contornos. Assim, o encolhimento relativo da força de trabalho evidencia a reestruturação produtiva do regime capitalista, concebido aqui simultaneamente como causa e efeito, origem e resultado, princípio e fim de um movimento de eterno retorno.

Se, portanto, certo grau de acumulação do capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último provoca, em reação, uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital (MARX, 2017, p. 700-701).

Seja como for, a composição orgânica do capital é uma totalidade entre suas frações constante e variável, meios de produção e força de trabalho, objetividade e subjetividade, portanto, tecnicamente, a economia capitalista consiste numa unidade entre pares inseparáveis, cuja magnitude depende da fase de acumulação burguesa. “Cada capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção e dotada de comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores” (MARX, 2017, p. 701). Assim, a capacidade produtiva do capital social consiste no conjunto de capitais individuais que disputam o controle do mercado segundo seus interesses.

Inicialmente, o processo de acumulação burguesa é marcado pela multiplicidade de capitais singulares competindo entre si ou lutando pela soberania comercial. Em seguida, a animosidade desaparece com o surgimento de oligopólios, conforme diz Marx ao esclarecer o colapso da concorrência:

Essa fragmentação do capital social total em muitos capitais individuais ou a repulsão mútua entre seus fragmentos é contraposta por sua atração. Essa já não é a concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão [*Aufhebung*] de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista,

conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores (MARX, 2017, p. 701).

Desse modo, a disputa entre capitais do mesmo setor industrial pelo controle do mercado corresponde à gênese de um processo cuja tendência é a centralização da riqueza, portanto a economia capitalista deve ser concebida segundo a tensão entre concorrência e monopólio. O fundamento dessa metamorfose consiste na flutuação dos preços, cujo fator determinante é o desequilíbrio material, isto é, o contraste imanente à capacidade produtiva da indústria moderna.

A luta concorrencial é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores (MARX, 2017, p. 702).

O processo de acumulação burguesa é acelerado com a entrada dos bancos na produção industrial. A existência de vários capitais singulares é arruinada com a desigualdade promovida pelo sistema de crédito, isto é, a relativa paridade entre concorrentes disputando a hegemonia comercial é suplantada pelo triunfo da financeirização. Segundo Marx (2017), a participação do crédito no processo de autovalorização do capital apresenta duas fases: inicialmente, manifesta-se como um simples colaborador da expansão capitalista, injetando recursos moderados; em seguida, transforma-se num mecanismo imanente à supressão da concorrência pelo monopólio¹⁵.

Após destacar a importância do capital portador de juros para o desenvolvimento da economia burguesa, o autor prossegue sua análise reforçando a distinção conceitual entre os termos centralização e concentração. Enquanto este corresponde à reprodução em escala ampliada, aquele *equivale* à formação de oligopólios com base na riqueza já em circulação, portanto, se no primeiro caso predomina a atração, no segundo prevalece a repulsão. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 702): “A centralização é possível por meio da mera alteração na distribuição de capitais já existentes, da simples modificação do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social”. Para o autor, a centralização terá alcançado sua apoteose no processo de acumulação capitalista quando a concorrência estiver

¹⁵ A financeirização do capital industrial tanto lança as bases da centralização de riqueza por meio de empréstimos que arruinam a concorrência como determina a capacidade de investimentos do setor produtivo. Em princípio, os descontos das letras de câmbio ocorrem de maneira fortuita, porém a regularidade das operações transforma o crédito num expediente central do processo de acumulação capitalista. Para mais detalhes, ver: LÊNIN, Vladímir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*: ensaio de divulgação ao público. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 62.

completamente suprimida, isto é, quando a produção for domínio singular, indivisível e universal¹⁶.

A transformação do capital, difuso, repulsivo e hostil, é consumada pelo devir de suas determinações contrárias: centralidade, convergência e atração. Segundo o autor, os desdobramentos desse movimento consistem num arranjo global do trabalho coletivo e numa ampla expansão tecnológica, com a preponderância deste sobre aquele, isto é, com a primazia do capital constante em relação ao capital variável.

Enquanto reforça e acelera desse modo os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam a parte constante deste último à custa de sua parte variável, reduzindo, com isso, a demanda relativa do trabalho (MARX, 2017, p. 703).

Desse modo, o processo de acumulação burguesa estabelece uma íntima relação entre seu crescimento quantitativo e a renovação tecnológica, uma vez que há um nexo entre a reprodução de capital em escala ampliada e o aperfeiçoamento das condições materiais de produção. Segundo Marx (2017, p. 704), “com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre as partes constante e variável do capital”, pois a introdução progressiva da maquinaria associada ao consumo elevado de matéria-prima reduz a demanda por força de trabalho.

Além disso, a diminuição proporcional dos trabalhadores ativos, fomentada pelo processo de acumulação capitalista, resulta numa expansão absoluta do proletariado sem ocupação, isto é, num aumento do exército industrial de reserva, cujo desdobramento imediato é a desvalorização do trabalho, materializado no pauperismo operário. Segundo Marx (2017, p. 705), “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”.

O processo de acumulação burguesa, cuja determinação estrutural consiste na predominância do capital constante em relação ao capital variável, produz uma massa de trabalhadores que, em virtude de sua própria indigência, atua como vetor de retração dos salários, pois a existência de uma população economicamente inativa e a diminuição

¹⁶ A centralização do capital é uma tendência do modo burguês de produção, e o resultado desse gigantesco volume de riqueza concentrado em sociedades por ações e estimulado pelos bancos é a partilha da superfície planetária independente dos agentes de mercado, pois o que determina a divisão do globo por nações imperialistas é o impulso irrefreável da economia moderna pela maximização do lucro. Para mais detalhes, ver: LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*: ensaio de divulgação ao público. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 113.

progressiva da força de trabalho na composição técnica do capital aumentam fatalmente o grau de exploração do trabalho. De acordo com Marx (2017, p. 706-707), “essa lei de população é peculiar ao modo de produção capitalista, tal como, de fato, cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas¹⁷”. Assim, o exército industrial de reserva é causa e consequência da autovalorização do capital, necessário às flutuações cíclicas da economia burguesa e manifestação inelutável do processo de reprodução em escala ampliada.

Se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (MARX, 2013, p. 743).

A presença de uma superpopulação relativa confirma o desequilíbrio no interior da composição orgânica do capital, isto é, a relação cada vez mais desproporcional entre trabalho vivo e morto. Segundo Marx (2017, p. 708), “toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada”. Desse modo, a equivalência entre oferta e demanda no mercado de trabalho é nociva à produção capitalista, pois o processo de acumulação burguesa pressupõe um excedente populacional.

À produção capitalista não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural (MARX, 2017, p. 710).

O processo de acumulação capitalista estabelece uma relação dialética entre a exploração do trabalho e o exército industrial de reserva, pois o crescimento da massa de trabalhadores sem ocupação amplia diretamente o trabalho excedente, que, por sua vez, aumenta a população supranumerária. Assim, o capital dispõe da correlação imprescindível à desvalorização do trabalho, isto é, ao rebaixamento dos salários. Marx (2017, p. 712)

¹⁷ Marx sublinha o grande erro da teoria populacional de Malthus, por exemplo, ao afirmar que a interpretação demográfica do economista burguês negligencia o caráter social e provisório de seu objeto e concebe a suposta crise de desabastecimento em termos puramente abstratos. O desequilíbrio revestido de naturalidade entre reprodução humana e meios de subsistência consiste numa abstração das leis que regem a autovalorização do capital. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 504-505.

acrescenta que: “*Grosso modo*, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial”, portanto não é a grandeza do proletariado que determina a dinâmica do modo de produção capitalista, mas, ao contrário, são as flutuações da economia burguesa que definem a magnitude do desemprego. A relação inversamente proporcional entre o processo de acumulação infinita e a demanda por força de trabalho reduz o proletariado à coisificação, confirmando a virulência de um sistema cuja única finalidade é garantir a autovalorização do capital. Segundo Marx (2017, p. 715), “o movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital”.

Marx (2017) conclui sua análise sobre a lei geral da acumulação capitalista afirmando que o exército industrial de reserva é constituído por três categorias: flutuante, latente e estagnada. Enquanto a primeira diz respeito à oscilação entre emprego e desemprego num universo de trabalhadores conforme as necessidades da economia burguesa, a segunda e a terceira correspondem, respectivamente, à explosão demográfica nos centros urbanos em virtude das transformações na produção agrícola e à ocupação de caráter irregular. A magnitude da população economicamente inativa apresenta causas distintas, porém sob gênese idêntica e estrutural, uma vez que o modo de produção capitalista consiste no fundamento do desemprego. Desse modo, a sociedade burguesa inverteu as relações de produção com a primazia do capital constante em relação ao capital variável, transformou a dinâmica do trabalho vivo numa expressão do trabalho morto, submeteu o proletariado ao imperativo da maquinaria, despojou os trabalhadores de suas faculdades genuínas e estabeleceu uma contradição imanente entre acumulação e miséria na medida em que esta é condição para aquela.

A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, *a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto*, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 2017, p. 721, grifo nosso)¹⁸.

Assim, o processo de acumulação capitalista conserva e amplia a contradição que garante a expansão do valor, transforma o suplício e a miséria do proletariado no fundamento

¹⁸ O antagonismo entre riqueza e miséria, abundância e privação, conhecimento e estupidez, beleza e deformidade, civilização e barbárie no interior do modo burguês de produção já consta nos primeiros estudos de Marx sobre economia política. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 82.

da prosperidade burguesa, destitui os trabalhadores de suas potências espirituais em sua atividade vital e aumenta a exploração do homem pelo homem.

2.3 Gênese e expansão da economia capitalista

Trata-se aqui de apresentar a violência em Marx a partir do 24º capítulo do livro I de *O capital*, cujo cerne temático consiste no que o autor denomina de acumulação primitiva (*ursprüngliche Akkumulation*). O autor, apontando a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador como base de exploração do capital, procura compreender, através da história, a gênese do modo burguês de produção e afirma que, ao contrário da hipótese defendida pela economia política clássica¹⁹, a concentração de riqueza nunca foi resultado da negligência de muitos e da disposição de poucos, mas de um violento processo de expropriação camponesa, servidão da força de trabalho indígena, comércio atlântico negreiro²⁰, espoliação das Américas, saque das Índias Orientais etc. Marx nega a base histórica do sistema capitalista proposta pelos teóricos liberais ao sublinhar um conjunto de fatores que contribuíram decisivamente para o advento do capitalismo na Europa, especialmente a Inglaterra, seu principal laboratório de estudos para sua crítica à economia política. Para finalizar, será feita uma breve análise da relação entre a soberania global da produção capitalista e o colapso da autodeterminação dos povos a partir do 25º capítulo de *O capital*.

2.3.1 O processo originário

Marx (2017) apresenta o que seria a acumulação primitiva do capital na economia política clássica a partir de uma analogia com a tradição judaico-cristã. Segundo o autor, da mesma forma que as Escrituras trazem uma explicação para a degeneração do homem a partir da queda, os teóricos liberais procuram um fundamento idílico para a gênese do sistema

¹⁹ Por exemplo: de acordo com A. Smith, a parcimônia representa o verdadeiro fundamento da acumulação. Segundo ele, o que determina a retração dos capitais é o esbanjamento ou a má administração. Para mais detalhes, ver: SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Volume 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016. p. 423

²⁰ A participação de Liverpool no tráfico internacional de escravos e no comércio de algodão com os estados meridionais da União americana demonstra a importância da escravidão para a economia capitalista, seja através do processo originário ou do fornecimento de produto primário às tecelagens da Grã-Bretanha. A monstruosa diáspora africana e o consumo brutal do trabalho de pele negra no cinturão algodoeiro atestam que os direitos inatos do homem são apenas uma cantilena diante da violência que marca a história do modo burguês de produção. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 155

capitalista. Se por um lado, a desobediência de Adão e Eva levou seu congênere ao estado de depravação, por outro, a indolência de muitos e a diligência de poucos se transformaram historicamente no cerne da concentração de riqueza, mas o autor aponta uma distinção entre a mitologia bíblica e o discurso burguês no que diz respeito ao conceito de trabalho. Enquanto a teologia judaico-cristã diz que a subsistência do homem seria o resultado do esforço individual, o modo de produção capitalista invalidou sumariamente a punição soberana de Deus.

Na história real, como se sabe, *o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência*. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílico. Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, “este ano”. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos (MARX, 2017, p. 786, grifo nosso).

Após afirmar que a gênese do capital se deve a uma história de violência marcada pelo domínio dos povos, pela espoliação e pelo genocídio, o autor prossegue sua análise declarando que o pressuposto à existência do capital bem como à sua expansão é o afastamento entre os produtores e os seus meios de subsistência²¹. Dessa maneira, a acumulação primitiva do capital se constituiria basicamente num movimento brutal de expropriação. Marx (2017, p. 786) observa que “a assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. Em seguida, o autor afirma que a separação entre trabalhadores e meios de subsistência, condição para a gênese e o desenvolvimento do capitalismo, foi uma consequência imediata das ruínas da sociedade feudal, mais precisamente de suas relações de produção. Marx (2017) ressalta que, embora os produtores tivessem se libertado das tarefas impostas pelos grandes proprietários de terra e das normas estabelecidas pelas corporações de ofício, seus meios de subsistência lhes foram arrancados violentamente. O autor prossegue sua exposição afirmando que o triunfo do capital sobre o feudalismo e a hierarquia dos ofícios manteve a exploração do homem pelo homem, porém sob novos contornos.

²¹ A violência subjacente ao regime do capital já é sublinhada por Marx em seus esboços para a crítica da economia política. De acordo com o autor, a existência de um contrato entre partes e livres iguais como base da produção de riqueza é um postulado idílico, sem qualquer validade histórica ou fundamentação conceitual. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2011. p. 2011. p. 415.

Os capitalistas industriais, esses novos potentados, tiveram, por sua vez, de deslocar não apenas os mestres-artesãos corporativos, mas também os senhores feudais, que detinham as fontes de riquezas. Sob esse aspecto, sua ascensão se apresenta como o fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, assim como contra as corporações e os entraves que estas colocavam ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem (MARX, 2017, p. 787)

O autor dá continuidade à sua análise sobre a gênese do modo burguês de produção afirmando que as estruturas de poder existentes entre o assalariado e o capitalista na sociedade moderna têm suas origens no julgo do trabalhador e destaca a mudança nas relações de exploração com o surgimento do capital. Assim, o conjunto de transformações históricas que contribuiu para o desenvolvimento de uma classe embrionária deve ser chamado de processo originário ou acumulação primitiva. Segundo Marx (2017), a maior expressão dessa metamorfose, intensificada na Idade Moderna, é o dos camponeses em direção às cidades com os cercamentos (*enclosures*), sobretudo no país que se tornaria o centro do capitalismo global: a Inglaterra.

De que forma se deu a expropriação na Inglaterra? Foi uma operação longa, demorada e violenta. Já na Idade Média, os senhores aboliram seus exércitos e dissolveram suas comitivas feudais por conta própria, e no começo do século XVII os governantes da Inglaterra fecharam publicamente os mosteiros, erradicaram frades, vendedores de indulgências e mendigos itinerantes, e destruíram o sistema medieval da caridade. Talvez o mais importante de tudo tenham sido as medidas tomadas pelos grandes latifundiários no fim do século XVI e começo do século XVII em reação a novas oportunidades do mercado. Elas alteraram radicalmente práticas agrícolas, cercando as terras, aráveis, despejando os pequenos proprietários e removendo locatários rurais, expulsando da terra milhares de homens e mulheres e negando-lhes acesso às áreas comunais (LINEBAUGH e REDIKER, 2008, p. 27).

Marx (2017) assinala que as relações feudais de produção haviam praticamente desaparecido entre os ingleses no final do século XIV com o crescimento dos arrendatários livres, dos assalariados da agricultura e dos assalariados propriamente ditos, portanto ainda que a economia permanecesse essencialmente agrária, algumas mudanças no que diz respeito à produção e à distribuição da riqueza material ocorriam na Inglaterra durante a Baixa Idade Média. O autor concebe o feudalismo como um modo de produção predominante medieval e fundamentado numa distribuição fundiária capaz de reunir o maior número possível de camponeses, portanto o poder da aristocracia rural não estaria baseado propriamente na grandeza de sua renda, mas na quantidade de trabalhadores produzindo em suas terras.

Cumpra-se notar o que diz Marx a respeito do caso inglês, sua principal referência para os estudos sobre a economia capitalista²²:

Isso explica por que o solo inglês, que depois da conquista normanda se dividiu em gigantescos baronatos, um único dos quais costumava incluir 900 dos antigos senhorios anglo-saxônicos, era entremeadado de pequenas propriedades camponesas, apenas aqui e ali interrompidas por domínios senhoriais maiores (MARX, 2017, p. 789).

Marx afirma que essa forma de organização do trabalho e o crescimento das cidades durante a Baixa Idade Média garantiram aos europeus o acesso à riqueza conservando simultaneamente entraves que impediam o advento do capital, o que mudaria entre o final do século XV e o início do século XVI com o declínio das relações feudais de produção e o crescimento demográfico urbano, provocado sobretudo pela expropriação camponesa. No caso inglês, os grandes proprietários de terra haviam retirado dos trabalhadores o manto comunal ao transformar áreas de cultivo agrícola em pasto para a criação de ovelhas devido à demanda de um mercado em expansão pela manufatura têxtil. Conforme Marx (2017, p. 790) declarou, “o impulso imediato para essas ações foi dado, na Inglaterra, particularmente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e o conseqüente aumento dos preços da lã”.

O processo de cercamento das terras comunais também foi impulsionado pela Reforma Protestante, mais precisamente pelo desmantelamento do poder de Roma após o Ato de Supremacia, tendo em vista a supressão das relações feudais de produção pela economia pastoril com a expropriação e a doação de bens eclesiásticos a “rapazes favoritos do rei ou vendidos por um preço irrisório a especuladores, sejam arrendatários ou habitantes urbanos, que expulsaram em massa os antigos vassallos hereditários e açambarcaram suas propriedades” (MARX, 2017, p. 793).

O autor, depois de ter assinalado a transformação dos mantos comunais em áreas para a economia pastoril durante a Baixa Idade Média e o Início da Idade Moderna, observa que a expropriação camponesa seria amparada no século XVIII por um corpo de leis que assegurava a concentração fundiária e garantia o triunfo de latifundiários capitalistas numa disputa contra o campesinato pelo controle da terra. Segundo Marx (2017, p. 796), “o progresso alcançado no século XVIII está em que a própria lei se torna, agora, o veículo do

²² A França e a Inglaterra foram, respectivamente, o lócus privilegiado da luta de classes e do capitalismo desenvolvido desde o último quartel do século XVIII até a crise que encerrou a prosperidade liberal. As experiências revolucionárias que sacudiram a sociedade francesa oitocentista, como a Primavera dos Povos e a Comuna de Paris, bem como o avanço espetacular da indústria inglesa e seus desdobramentos globais receberam uma atenção notável de Marx. Para mais detalhes, ver: HOBBSAWM, Eric. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 58-59

roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados”. O conflito entre fazendeiros e camponeses pelo controle da terra era uma expressão da antítese entre o desenvolvimento do mercado e as normas do direito comum.

Os historiadores têm observado que a grande era dos cercamentos parlamentares, entre 1760 e 1820, comprova não só o frenesi pelo desenvolvimento agrícola, mas também a tenacidade com que sujeitos “impertinentes” e “despeitados” obstruíam os cercamentos por acordo, resistindo até o fim em favor da antiga economia baseada nos costumes (THOMPSON, 1998 p. 95).

Se por um lado, a expansão do capitalismo era movida por interesses comerciais, por outro, as propriedades coletivas existiam para satisfazer as necessidades dos produtores. O impacto da expropriação camponesa, em termos locais, pode ser resumido basicamente em três pontos: dissociação entre produtores e meios de subsistência, concentração fundiária e explosão demográfica nas cidades. Já no contexto das grandes navegações, os cercamentos inseriram trabalhadores na expansão ultramarina ou, em outras palavras, fomentaram o deslocamento transatlântico dos expropriados em direção aos domínios coloniais.

Essa emigração estava em sintonia com as teorias mercantilistas da época, que defendiam enfaticamente que os pobres fossem alocados em trabalhos úteis e produtivos e propugnavam a emigração, voluntária ou involuntária, como medida para reduzir o índice de pobres e encontrar ocupações mais rentáveis no exterior para os vagabundos e desocupados do país (WILLIAMS, 2013, p. 38).

O autor conclui sua análise sobre as transformações que possibilitaram o advento do capitalismo na Inglaterra descrevendo novamente o processo de espoliação que marcou o início da Idade Moderna e substituiu estruturas de poder atreladas à ordem feudal pelo funcionamento arbitrário e contraditório do capital, revelando a insuficiência do discurso pautado numa riqueza oriunda do trabalho e de princípios normativos, como aparece na economia política clássica. Marx (2017) reafirma que a desintegração do feudalismo e o êxodo rural forneceram mão de obra necessária ao advento da economia capitalista, mas a demanda da indústria no início da Idade Moderna era incapaz de absorver toda a força de trabalho disponível no mercado. Assim, as transformações sociais impulsionadas pelo crescimento do comércio retiraram dos camponeses seus meios de subsistência sem deixar uma alternativa para a reprodução de sua vida material. Segundo o autor, grande parte dos expropriados se enquadraria numa legislação de combate à vadiagem em virtude das próprias circunstâncias atreladas ao declínio do modo de produção feudal, isto é, da falta de ocupação ocasionada pelos cercamentos.

Henrique VIII, 1530: mendigos velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contrapartida, açoitamento e encarceramento para os vagabundos mais vigorosos. Estes devem ser amarrados a um carro e açoitados até sangrarem; em seguida, devem prestar juramento de retornarem à sua terra natal ou ao lugar onde tenham residido durante os últimos três anos e de “se porem a trabalhar” (*to put himself to labour*). Que ironia cruel! Na lei 27 Henrique VIII, reitera-se o estatuto anterior, porém diversas emendas o tornam mais severo. Em caso de uma segunda prisão por vagabundagem, o indivíduo deverá ser novamente açoitado e ter a metade da orelha cortada; na terceira reincidência, porém, o réu deve ser executado como grave criminoso (MARX, 2017, p. 806).

Mais adiante, o autor enumera outras medidas que previam uma séria de penalidades contra os vadios na Inglaterra, durante os reinados de Eduardo VI, Elizabeth I e Jaime I, na França de Luís XVI e nos Países Baixos, com Carlos V. Assim, Marx afirma que os camponeses foram duplamente afetados pela espoliação que prenunciava o modo burguês de produção devido ao controle das terras comunais pelos latifundiários e ao conjunto de leis contra a vadiagem.

A população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado (MARX, 2017, p. 808).

O autor continua sua exposição afirmando que as condições de trabalho assalariado são insuficientes, embora necessárias, para o desenvolvimento da economia capitalista, uma vez que seu triunfo global pressupõe uma consciência unilateral, capaz de assimilar a suposta eternidade das leis que regem o capital. Conforme declarou Marx (2017, p. 808), “no evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas”.

Posteriormente, o autor afirma que a contradição entre trabalho e capital e a implacável exploração do proletariado estavam atreladas diretamente às próprias condições de produção da economia capitalista, que por sua vez eram amparadas pelo Estado burguês. A classe que havia iniciado um processo de profundas transformações estruturais na Europa da Idade Moderna recebia apoio institucional para, segundo Marx (2017, p. 809), “‘regular’ o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva”.

A análise do autor sobre a origem do modo de produção capitalista demonstra o nexo entre as transformações materiais que ocorriam durante a Baixa Idade Média e o conjunto de

leis acomodadas às demandas de uma classe cuja riqueza pressupunha princípios normativos assimétricos. Cumpre notar o que diz Marx (2017, p. 809) sobre o impacto jurídico das novas relações de produção na Europa Ocidental, particularmente na Inglaterra e na França, já no século XIV:

A legislação sobre o trabalho assalariado, desde sua origem cunhada para a exploração do trabalhador e, à medida de seu desenvolvimento, sempre hostil a ele, foi iniciada na Inglaterra, em 1349, pelo *Statute of Labourers* [Estatuto dos trabalhadores] de Eduardo III. E ele corresponde, na França, a ordenança de 1350, promulgada em nome do rei João. As legislações inglesa e francesa seguem um curso paralelo e são idênticas quanto ao conteúdo (MARX, 2017, p. 809).

Marx (2017) observa que o desenvolvimento da economia capitalista atuava como propulsor das mudanças normativas na Inglaterra durante a Idade Moderna e aponta alguns casos que corroboram sua tese, como uma fonte oficial do reinado de Elizabeth (Estatuto dos Aprendizes). De acordo com esse documento, o salário dos trabalhadores jamais poderia superar o limite previsto pela lei. Em caso de descumprimento, o empregador e o trabalhador seriam punidos, respectivamente, com 10 e 21 dias de detenção. De todo modo, esse conjunto de medidas se tornou obsoleto com o crescimento demográfico nos principais centros industriais e a superexploração da força de trabalho. Já a respeito da organização de classe, Marx (2017, p. 810) observa que “desde o século XIV até 1825, ano de revogação das leis antioalhão, considerava-se crime grave toda coalizão de trabalhadores”.

Marx, analisando os desdobramentos normativos da Revolução Francesa, compreende a Lei de Le Chapelier como uma expressão da luta de classes após a queda do Antigo Regime e a ascensão da burguesia. Cumpre notar o que diz o autor sobre o decreto que proibiu o sindicalismo na França num momento de instabilidade política após o surgimento de uma nova ordem.

Já no início da tormenta revolucionária, a burguesia francesa ousou despojar novamente os trabalhadores de seu recém-conquistado direito de associação. O decreto de 14 de junho de 1791 declarou toda coalizão de trabalhadores como um “atentado à liberdade e à Declaração dos Direitos Humanos”, punível com uma multa de 500 libras e privação, por um ano, dos direitos de cidadania ativa. Essa lei, que por meio da polícia estatal impõe à luta concorrencial entre capital e trabalho obstáculos convenientes ao capital, sobreviveu a revoluções e mudanças dinásticas (MARX, 2017, p. 812).

Dessa maneira, o autor ressalta, com base em experiências históricas na Europa Ocidental, o papel indispensável do Estado no processo de acumulação primitiva²³ e na

²³ A centralidade do Estado, notadamente dos seus meios repressivos para o abastecimento do mercado de trabalho, é sublinhada por Marx em seus esboços para a crítica da economia política. O autor observa que o violento processo de expropriação camponesa resultou em todo tipo de mazela social, coibida com brutalidade

consolidação da economia burguesa, portanto a gênese e a expansão do capital são expressões de uma antítese marcada pela violência cujo pressuposto normativo é a superestrutura jurídica. Após demonstrar como as relações feudais de produção entraram em declínio com a efervescência comercial e o desenvolvimento de uma economia monetária, situar historicamente a conversão brutal dos trabalhadores em assalariados e desvelar a importância do Estado para a burguesia, Marx descreve o processo que culminou na transformação de agricultores em arrendatários e destaca a importância da expropriação camponesa para o advento do capital no campo.

Na Inglaterra, a primeira forma de arrendatário é a do *bailiff*, ele mesmo um servo da gleba. Sua posição é análoga a do *villicus* da Roma Antiga, porém com um raio de ação mais estreito. Durante a segunda metade do século XIV, ele é substituído por um arrendatário, a quem *landlord* provê sementes, gado e instrumentos agrícolas. Sua situação não é muito distinta da do camponês. Ele apenas explora mais trabalho assalariado. Não tarda em se converter em *metayer* [meeiro], meio arrendatário. Ele investe uma parte do capital agrícola, o *landlord* a outra. Ambos repartem entre si o produto global em proporção determinada por contrato. Essa forma desaparece rapidamente na Inglaterra e dá lugar ao arrendatário propriamente dito, que valoriza seu capital próprio por meio do emprego de trabalhadores assalariados e paga ao *landlord*, como renda da terra, uma parte do mais produto, em dinheiro ou *in natura* (MARX, 2017, p. 814).

Após ter demonstrado historicamente como o camponês se transformou em arrendatário na Inglaterra, Marx enumera os fatores que possibilitaram o desenvolvimento do capital agrário, como a revolução nas técnicas de cultivo da terra, a expropriação, a extensão dos contratos com a aristocracia feudal, a desvalorização dos metais preciosos e a redução dos salários reais. Além disso, o autor assinala que a plena expansão do comércio de gêneros agrícolas e as garantias contratuais, como a renda fixa paga ao latifundiário pelo uso da terra, aumentaram o capital dos arrendatários sem que eles tivessem necessariamente projetado formas de multiplicar seus ganhos. Assim, todas as condições para o fortalecimento da economia capitalista em áreas rurais estavam presentes na Inglaterra durante o início da Idade Moderna.

O impacto das transformações no sistema de produção em áreas rurais, como a mudança no regime de propriedade e o desenvolvimento das técnicas agrícolas, reside não só na formação de um exército industrial de reserva nos grandes centros urbanos, mas também no surgimento de um mercado interno para a economia capitalista. De acordo com Marx (2017, p. 818), “a expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de

pelo governo. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 417

trabalho, mas cria também o mercado interno”. Dessa forma, o autor assinala que a dissociação entre produtores e meios de subsistência foi determinante para fortalecer o consumo a partir da troca mediada pelo equivalente universal, isto é, o dinheiro, tendo em vista que a riqueza produzida pela sociedade burguesa se converte necessariamente em mercadoria. Assim, o trabalhador se tornou inevitavelmente consumidor da grande indústria e fonte de capital variável enquanto o conjunto dos meios de produção passou a ser capital constante. Cumpre notar o exemplo dado pelo autor para elucidar sua análise:

Suponha, por exemplo, que uma parte dos camponeses da Vestfália, que no tempo de Frederico II fiavam linho, ainda que não de seda, *violentamente expropriada e expulsada da terra*, enquanto a parte restante fosse transformada em jornaleiros de grandes arrendatários. Ao mesmo tempo, ergueram-se grandes fiações e tecelagens de linho, nas quais os “liberados” passaram a trabalhar, agora por salários. O linho tem exatamente o mesmo aspecto de antes. Não se modificou nem uma única de suas fibras, mas uma nova alma social instalou-se em seu corpo. Ele constitui, agora, uma parte do capital constante dos patrões manufatureiros. Antes, ele era repartido entre inúmeros pequenos produtores, que, com suas famílias, o cultivavam e fiavam em pequenas porções; agora, ele se concentra nas mãos de um capitalista, que coloca outros para fiar e tecer para ele (MARX, 2017, p. 816-817).

Após ter examinado as condições que possibilitaram a gênese do arrendatário e o crescimento da agricultura comercial na Inglaterra, o autor procura demonstrar como o processo de industrialização avançou durante a Idade Moderna a ponto de transformar a burguesia numa classe com interesses claros e coesos. Segundo ele, o modo de produção capitalista, cuja expressão se encontra na fórmula D-M-D’, ainda enfrentava obstáculos no decorrer das grandes navegações tendo em vista as demandas do mercado mundial e sua relação com o colonialismo. De todo modo, Marx destaca a importância da expansão ultramarina para a acumulação primitiva do capital afirmando que:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista (MARX, 2017, p. 821).

Marx (2017) observa que esses métodos de violência se transformaram em propulsores do comércio e das grandes navegações²⁴, garantindo a concentração de capital necessária ao processo de industrialização subsequente, portanto ainda que os entraves dos

²⁴ A importância da escravidão moderna para o desenvolvimento da economia atlântica bem como para a formação de uma extensa rede mercantil é salientada na crítica de Marx a Proudhon, intitulada *Miséria da Filosofia*. O comércio de almas, as grandes plantações de commodities das Américas e as instituições coloniais forneceram um dos pilares do modo de produção capitalista: o comércio mundial. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 103-104.

Estados absolutistas impossibilitassem o pleno desenvolvimento do sistema capitalista após o declínio das relações feudais de produção, o conjunto de práticas econômicas adotado pelas monarquias do Velho Mundo forneceu *a posteriori* as condições materiais para o arranque da atividade industrial. Refletindo especialmente sobre o colonialismo, o autor o observa que:

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades *Monopolia*” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio de mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformava em capital (MARX, 2017, p. 823).

Assim, podemos afirmar que a gênese do capitalismo na Europa Ocidental, sobretudo na Inglaterra, foi marcada por um violento processo de expropriação camponesa que anunciava progressivamente o fim das relações feudais de produção bem como o alvorecer de uma economia cujo desenvolvimento estava sujeito à expansão ultramarina, tendo em vista que o regime de exclusividade comercial, a exploração da força de trabalho indígena na América e o tráfico internacional de escravos²⁵ eram suas forças constitutivas.

A acumulação primitiva, situada entre o final da Baixa Idade Média e o início da Idade Moderna, foi indispensável ao surgimento do capitalismo na Europa Ocidental tendo em vista que o declínio das relações feudais de produção, a espoliação da América, a servidão indígena e a exploração da mão de obra africana forneceram a base material necessária a uma nova sociabilidade.

O processo originário constitui-se numa análise histórica da economia capitalista devido à tentativa do autor de compreender o movimento que culminou no advento de novas relações de produção no continente europeu, principalmente na Inglaterra, seu principal laboratório de estudos no que diz respeito à economia política. O autor demonstra que a gênese, a reprodução e a mundialização do capital só foram possíveis através da violência²⁶.

²⁵ O tráfico negreiro já existia antes mesmo das grandes navegações: estima-se que 9 milhões de escravos foram vendidos em rotas transaarianas entre os séculos IX e XIX. A economia atlântica, forjada pela conquista do ultramar durante a Idade Moderna, impôs um novo ritmo ao comércio de almas. Segundo levantamentos mais recentes, 12 milhões de **negros** foram embarcados em portos africanos com destino ao Novo Mundo, especialmente às plantações de açúcar, tabaco, algodão, café etc. Arrancados de suas terras, separados de suas famílias e condenados ao trabalho degradante num lugar desconhecido, os escravos representam uma parte da história brutal do modo de produção capitalista. Para mais detalhes, ver: REDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 12-13.

²⁶ A violência com que o modo de produção capitalista esmaga a autodeterminação dos povos e destrói economias locais está presente, por exemplo, no processo de desindustrialização da Índia, estimulado sobretudo pelo desenvolvimento do sistema fabril desde pelo menos o último quarte do século XVIII no Reino Unido, e na abertura beligerante do mercado chinês por potências estrangeiras. Para mais detalhes, ver:

A gênese da produção capitalista dissociou os produtores das condições necessárias à sua subsistência e saqueou o mundo colonial; seu desenvolvimento, cuja expressão se encontra na fórmula D-M-D', aniquilou o espírito do proletariado e o empobreceu devido à exploração do trabalho; por último, sua expansão global decretou o colapso da autodeterminação dos povos, como será visto adiante.

2.3.2 Teoria Moderna da Colonização

Após ter examinado as leis gerais do capital bem como seu processo originário, Marx (2017) permanece investigando o caráter histórico da produção capitalista estabelecendo, inicialmente, uma distinção entre a propriedade sob controle dos trabalhadores e aquela cujo âmago consiste numa exploração materializada na contínua extração de mais-valer. De acordo com ele, as relações de produção na Europa Ocidental já obedecem à mercantilização geral produzida pelo moderno de sistema de trocas, entretanto a relativa autonomia dos trabalhadores nos domínios coloniais impede que haja um triunfo absoluto da economia capitalista, resultando, por conseguinte, num conflito entre formas particulares de reprodução da vida material. Segundo Marx (2017, p. 835), “a contradição desses dois sistemas econômicos diametralmente opostos se efetiva aqui, de maneira prática, na luta entre eles”.

A resistência dos produtores independentes constitui um obstáculo à autovalorização do capital, uma vez que a privação das condições materiais necessárias ao trabalho livre é o fundamento da economia burguesa. De acordo com Marx (2017, p. 835), “onde o capitalista é respaldado pelo poder da metrópole, ele procura eliminar à força o modo de produção e apropriação fundado no trabalho próprio”, portanto a sujeição do Estado a interesses particulares resulta num violento processo de expropriação colonial semelhante àquele consumado na metrópole, condenando os trabalhadores ao pauperismo devido à imposição do acúmulo despudorado imanente ao funcionamento do sistema capitalista. Segundo Marx (2017), a burguesia cria meios artificiais que promovem a miséria do povo para, supostamente, promover o que a economia política chama de riqueza nacional.

O crescimento da produtividade, isto é, o aumento da eficiência operacional, baseado na divisão do trabalho, na predominância da maquinaria e no rigor disciplinar, corresponde a relações de produção historicamente determinadas, cujo pressuposto é a

expropriação dos trabalhadores e a transformação dos meios de produção em capital. Assim, a existência de produtores autônomos fora da Europa representa um entrave à tendência eminentemente global da economia burguesa.

Enquanto o trabalhador pode acumular para si mesmo – o que ele pode fazer na medida em que permanece como proprietário de seus meios de produção –, a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis. Falta a classe dos trabalhadores assalariados, imprescindíveis para esse fim (MARX, 2017, p. 837).

A base material de um povo independente consiste na produção autônoma, promovida pelo trabalho livre e planejada segundo as necessidades genuinamente humanas, entretanto a ocupação geográfica decorrente do processo de acumulação capitalista incorpora novas áreas à dinâmica do mercado, estabelece uma relação de dependência entre a periferia e o centro dinâmico do capitalismo e decreta o triunfo global da civilização burguesa²⁷. Segundo Marx (2017, p. 838), “a expropriação da massa do povo, que é despejada de sua terra, constitui a base do modo de produção capitalista”, isto é, dissociando os produtores das condições materiais de existência, o conjunto das forças produtivas se transforma em mercadoria. Além disso, o aumento progressivo de trabalhadores supranumerários é indispensável à produção capitalista em seus domínios coloniais, pois, assim como ocorre na metrópole, a existência de uma superpopulação relativa contribui para o aumento da exploração proletária.

A grande beleza da produção capitalista consiste em que ela não só reproduz constantemente o assalariado como assalariado, mas, em relação à acumulação do capital, produz sempre uma superpopulação relativa de assalariados (MARX, 2017, p. 839).

Marx conclui sua análise afirmando que a colonização natural-espontânea, enquanto paradigma explicativo baseado num contrato voluntário entre capital e trabalho, é uma hipótese completamente destituída de conteúdo histórico, pois o caráter universal da economia capitalista se deve à privatização das condições materiais de existência, à reprodução do trabalho assalariado e à atuação decisiva do Estado moderno. Através dessa

²⁷ A desintegração de sociedades tradicionais, a incorporação de novas áreas ao mercado mundial, o colapso da autodeterminação dos povos e o desenvolvimento de uma potência civilizatória sem qualquer paralelo na história são apontados na seção I do *Manifesto do Partido Comunista*, intitulado Burgueses e Proletários. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 44.

combinação, o capital decreta o colapso de sistemas produtivos autônomos e proclama o fim da autodeterminação do povos²⁸.

O que nos interessa é apenas o segredo que a economia política do Velho Mundo descobre no Novo Mundo e proclama bem alto, a saber, o de que o modo capitalista de produção e acumulação – e, portanto, a propriedade privada capitalista – *exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador* (MARX, 2017, p. 844, grifo nosso).

Desse modo, a economia capitalista, essa forma de existência material cuja finalidade é a acumulação infinita, apresenta, em seus três momentos constitutivos, a violência como determinação estrutural, uma vez que gênese, produção e expansão pressupõem a exploração do homem pelo homem.

²⁸ O desmantelamento de formações econômicas pré-capitalistas é uma tendência da produção cujo sentido é o incremento do valor. A desintegração de sociedades tradicionais, registrada especialmente em processos coloniais, caracteriza a violência praticada pela acumulação cega e desmedida do capital. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 332.

3 A VIOLÊNCIA NO LIVRO II DE “O CAPITAL”

Toda empresa de produção de mercadorias torna-se, ao mesmo tempo, empresa de exploração da força de trabalho, mas apenas a produção capitalista de mercadorias é um divisor de águas, um modo de exploração que, em seu desenvolvimento histórico e por meio da organização do processo de trabalho e do enorme progresso da técnica, revoluciona a estrutura econômica inteira da sociedade, deixando para trás todas as épocas anteriores (MARX, 2014, p. 119, grifo nosso)

O capital, como valor que valoriza a si mesmo, não encerra apenas relações de classe, um caráter social determinado e que *repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado*. Ele é um movimento, um processo cíclico que percorre diferentes estágios e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico. Por isso, ele só pode ser compreendido como movimento, e não como coisa imóvel (MARX, 2014, p. 184, grifo nosso)

O que a economia política vê é a *aparência*, a saber, o efeito que o tempo de circulação exerce sobre o processo de valorização do capital em geral. Ela toma esse efeito negativo como positivo, porque suas consequências são positivas. Ela se agarra tanto mais a essa aparência porque nela crê encontrar a prova de que *o capital contém em si uma fonte mística de autovalorização, que flui na esfera da circulação, independentemente de seu processo de produção e, portanto, da exploração do trabalho* (MARX, 2014, P. 205, grifo nosso).

3.1 A Violência como determinação estrutural da circulação capitalista

Este capítulo pretende demonstrar, como base na crítica de Marx à economia política, como a violência se constitui num elemento constitutivo das leis que regem a circulação capitalista. A presente seção, cuja finalidade é demonstrar como o processo de espoliação sistêmica e o consumo insustentável da força de trabalho estão inscritos nas metamorfoses do valor, apresenta a seguinte divisão: 1) as três figuras do capital industrial e seus ciclos; 2) o tempo de curso; 3) os custos de circulação.

3.1.1 As três figuras do capital industrial e seus ciclos

Marx (2014) inicia sua exposição sobre a circulação do capital apontando os três estágios que constituem o processo cíclico da produção capitalista: 1) a transformação do dinheiro em mercadoria; 2) o consumo da mercadoria durante a produção; 3) a venda da mercadoria com mais-valor obtida através do metabolismo entre meios de produção e força de trabalho. Em sua análise das leis que regem a economia burguesa, Marx expôs de forma mais ampla e sistemática apenas o segundo estágio do circuito. Cabe agora demonstrar o funcionamento das séries cuja inserção no livro I se limitava à compreensão do processo de

produção do mais-valor. Vejamos como Engels (2014, p. 107) descreve a sucessão do dinheiro, isto é, o ciclo do capital monetário: “A fórmula para o ciclo do capital monetário é, portanto: D-M...P...M’-D’, sendo que os pontos significam que o processo de circulação foi interrompido, e M’ e D’ indicam M e D aumentados pelo mais-valor”²⁹.

3.1.1.1 O ciclo do capital monetário

Marx introduz o ciclo do capital monetário retomando a relação de troca cujo nexo foi explicitado no capítulo 3 do livro I, intitulado *O dinheiro ou a circulação de mercadorias*. Segundo o autor, o primeiro estágio da fórmula que tem como ponto de partida o capital monetário encontra sua expressão no circuito D-M, isto é, na transformação do dinheiro em mercadoria, cuja plenitude contempla a unidade força de trabalho T e meios de produção Mp, conforme é apresentado na seguinte equação: $M = T + Mp$.

A quantia de dinheiro D se divide em duas partes, das quais uma compra força de trabalho e a outra, meios de produção. Essas duas séries de compras pertencem a mercados absolutamente distintos: um ao mercado de mercadorias propriamente dito, e a outra, ao mercado de trabalho (MARX, 2014, p. 108).

A execução do estágio D-M, isto é, a compra de capital constante e capital variável mediante o feitiço do dinheiro, é composta por duas operações distintas, porém interdependentes, de modo que a passagem da forma de valor, representada pela combinação entre meios de produção Mp e força de trabalho T, pressupõe uma adequação entre seus substratos materiais. Essa metamorfose tem como propósito extrair o mais-valor necessário à produção capitalista, cujo fundamento, conforme foi demonstrado no livro I, consiste no esgotamento físico e mental dos trabalhadores.

Desse modo, o autor destaca o equilíbrio entre as partes que constituem o capital produtivo para esclarecer as cisões qualitativa e quantitativa decorrentes do estágio D-M, isto é, da transformação do dinheiro em mercadoria. A primeira fase do capital monetário cumpre seu papel na circulação garantindo a medida ideal entre meios de produção Mp e força de trabalho T, capital constante e capital variável, trabalho morto e trabalho vivo, ou seja, imprime à produção burguesa uma correspondência entre os elementos de sua composição orgânica mediante o tempo de trabalho não pago. Obediente à lógica de exposição categorial,

²⁹ Trata-se aqui de um enxerto feito por Engels no decorrer da exposição de Marx sobre o ciclo do capital monetário, portanto a referência bibliográfica para o leitor é o próprio livro II de *O Capital*. p. 26-34.

Marx desconsidera a assimetria proveniente da acumulação capitalista, enunciada na seção VII do livro I enquanto manifestação estrutural do processo de valorização do valor, e sublinhada na seção III do livro III como corolário da disputa pelo controle do mercado mundial e fundamento da queda tendencial da taxa de lucro.

Até que ponto o emprego do trabalho excedente provoca, em diferentes ramos da indústria, um incremento de valor em forma de meios de produção é aqui totalmente indiferente. O que importa é que a parte do dinheiro investida em meios de produção – os meios de produção comprados em $D - M_p$ – seja, sob quaisquer circunstâncias, suficiente; que ela seja, portanto, calculada de antemão, obtida na devida proporção. Em outras palavras, a massa dos meios de produção tem de ser suficiente para absorver a massa de trabalho, e por meio desta, transformar-se em produto. Sem os meios de produção suficientes, o trabalho excedente do qual dispõe o comprador não seria aplicável; seu direito de dispor desse trabalho não serviria para nada. Se ao contrário, houvesse mais meios de produção do que trabalho disponível, eles não seriam absorvidos pelo trabalho e, portanto, não se converteriam em produto (MARX, 2014, p. 109).

A transformação do dinheiro em mercadoria garante ao burguês o controle sobre uma massa de valor cuja grandeza supera o montante destinado à compra dos meios de produção M_p e da força de trabalho T , portanto a metamorfose originária do capital monetário corresponde à gênese da reprodução ampliada. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 110): “O valor por ele adiantado na forma-dinheiro [*Geldform*] encontra-se agora, portanto, numa forma natural, em que ele, como valor prehe de mais-valor (na forma de mercadorias), pode ser realizado”.

Como determinação provisória da substância que dá vida ao capital, o dinheiro corresponde ao *quantum* de valor que deve ser antecipado e retornar ao final do ciclo monetário mediante o cumprimento de todos os seus desígnios, pois, conforme Marx destacou (2014, p. 110), “na fase do ciclo que ora analisamos, o dinheiro aparece, portanto, como o primeiro suporte do valor de capital e, por conseguinte, o capital monetário como a forma em que o capital é adiantado”.

O dinheiro, embora seja a expressão de valor comum ao universo das mercadorias e apresente mais inconvenientes do que Maritornes³⁰, é capital apenas em forma de potência, uma vez que seu poder social³¹ se torna mediação do sistema capitalista sob condições

³⁰ Marx se refere ao dinheiro no capítulo 2 do livro I fazendo alusão à personagem da obra Dom Quixote, de Miguel de Cervantes. Para mais detalhes, ler: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 160.

³¹ O dinheiro, embora seja oriundo de relações historicamente determinadas, aparece no sistema capitalista como uma necessidade humana. A monetarização da economia, um aspecto *sui generis* do modo burguês de produção, é tão naturalizada quanto as atividades fisiológicas. Por fim, trata-se de uma figura simbólica que determina a própria relação entre os sujeitos. Para mais detalhes, ler: MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos*

historicamente determinadas. O que transforma o dinheiro em capital é seu lugar no movimento da economia moderna, isto é, sua subordinação à lógica da produção burguesa. Ao considerarmos o ciclo do capital monetário, atribuímos a essa figura simbólica um nexos determinado pela fórmula D-M...P...M'-D', portanto deduzi-la do capital consistiria numa abstração comum à filosofia especulativa, cujas categorias são hipostasiadas da história.

Por outro lado, o valor de capital na condição de dinheiro está limitado a desempenhar exclusivamente funções próprias do dinheiro. O que transforma estas em funções do capital é seu papel determinado no movimento do capital e também, portanto, o nexos entre a fase em que elas aparecem e as outras fases de seu ciclo. Por exemplo, no caso em questão, o dinheiro é convertido em mercadorias, cuja combinação constitui a forma natural do capital produtivo, forma essa que, portanto, já traz em si de modo latente, isto é, conforme seja possível, o resultado do processo capitalista de produção (MARX, 2014, p. 110).

A transformação do dinheiro em mercadoria, conforme foi esclarecido anteriormente, apresenta uma cisão qualitativa e quantitativa, uma vez que o montante destinado à composição do capital produtivo é convertido em força de trabalho T e meios de produção Mp. Como ocorre em toda metamorfose da mercadoria, compra e venda representam momentos distintos cuja execução pressupõe a unidade do processo, isto é, a complementaridade. Vejamos como a fórmula D-M se decompõe no mercado de trabalho: o que para o comprador é D-T, aquisição da força de trabalho mediante o uso do dinheiro, para o vendedor é T-D, venda da força de trabalho e obtenção do meio necessário à sua subsistência, portanto D-M é, inversamente, M-D. Para o capital, a troca corresponde ao primeiro estágio do processo de acumulação; para o proletariado, o início da maldição de Sísifo.

Sendo assim, o circuito D-T equivale à metamorfose do capital monetário em força de trabalho, isto é, capital que produz valor excedente, uma vez que a espoliação é *conditio sine qua non* à acumulação capitalista. Trata-se de um momento singular da série D-M, pois o dinheiro, enquanto substrato do valor, permitirá a aquisição da única mercadoria capaz de fornecer a substância que dá vida ao capital.

D-T é o momento característico da transformação de capital monetário em capital produtivo, pois é a condição essencial para que o valor adiantado em forma-dinheiro se realize em capital, ou seja, transforme-se em valor que produz mais-valor. D-M é necessário apenas para realizar a massa de trabalho comprada mediante D-T (MARX, 2014, p. 111).

A decomposição da fórmula D-M no mercado de trabalho, isto é, a metamorfose do capital monetário em capital produtivo é própria da economia burguesa devido ao seu conteúdo: entrega de trabalho excedente ou capitalização do valor. A troca entre capital e trabalho mediada pelo dinheiro corresponde estritamente ao modo pelo qual o valor percorre o circuito D-T, portanto o salário consiste apenas na forma disfarçada da exploração capitalista, uma vez que o montante recebido pelo trabalhador lhe garante consumir apenas o necessário à sua subsistência. Agregada aos meios de produção, a força de trabalho deve cumprir sua atribuição determinada pelo capital: manter o funcionamento de um sistema parasitário, necessariamente desigual e estruturalmente contraditório. Conforme declarou Marx (2014, p. 113), "assim que, por meio de sua venda, a força de trabalho é posta em contato com os meios de produção, ela se transforma numa parte constitutiva do capital produtivo de seu comprador, tanto quanto os meios de produção".

Obediente à condenação registrada na Bíblia, isto é, ao castigo decorrente do pecado original, a economia capitalista reserva aos trabalhadores o suplício da mitologia judaico-cristã em virtude de sua acumulação parasitária, isto é, da espoliação subjacente ao crescimento *ad infinitum*. Embora fundamentado supostamente na igualdade, o circuito D-T pressupõe exatamente o oposto da cantilena burguesa.

A relação de classe entre capitalista e assalariado já está dada, pressuposta, no momento em que os dois se confrontam na operação D-T (T-D, do lado do trabalhador). Ela é compra e venda, relação monetária, mas uma compra e venda em que o comprador é pressuposto como capitalista e o vendedor como trabalhador assalariado, e que se baseia no fato de as condições necessárias à realização da força de trabalho - meios de subsistência e meios de produção - estarem apertadas, como propriedade alheia, do possuidor dessa força de trabalho (MARX, 2014, p. 113).

A extração do mais-valor, isto é, o tempo de trabalho excedente usurpado na produção, pressupõe a relação entre compra e venda subjacente ao processo de circulação: a exploração proletária, como elemento constitutivo do capital produtivo, representa a materialização do cinismo burguês ou a pilhagem alicerçada na igualdade formal entre capital e trabalho. Se a produção determina a circulação mediante a espoliação operária, reproduzindo o pauperismo que lhe é estrutural, a circulação determina a produção segundo a paridade ilusória do direito burguês.

A relação de capital durante o processo de produção só surge porque ela já existe, em si mesma, no ato de circulação, nas diferentes condições econômicas fundamentais em que o comprador e o vendedor se defrontam um com o outro, em sua relação de classe. Não é o dinheiro que, pela própria natureza, engendra essa

relação, mas, antes, é a existência dessa relação que pode transformar uma simples função do dinheiro numa função do capital (MARX, 2014, p. 114).

O nexo entre capital e trabalho mediante o poder social do dinheiro é concebido pelo autor como aspecto formal de um processo estruturalmente contraditório, portanto a economia monetária é mero desdobramento de uma sociedade que, em última instância, produz para a troca. Conforme foi esclarecido anteriormente, transformar o dinheiro no demiurgo da produção capitalista é um devaneio comum à filosofia especulativa, cujo procedimento inverte a relação entre sujeito e objeto, concebe a legalidade da coisa segundo a arbitrariedade do pensar e despreza o conjunto de determinações resultante do processo histórico. Desse modo, a decomposição do capital monetário no mercado de trabalho, isto é, o cumprimento da série D-T, apresenta, em geral, duas distorções paralelas, conforme diz Marx a seguir:

Na concepção do capital monetário (este só nos interessa, por ora, no interior da função determinada em que ele se apresenta aqui) costumam ter lugar dois erros paralelos ou amalgamados. Primeiramente: as funções que o valor de capital exerce como capital monetário e que ele pode exercer precisamente por se encontrar na forma-dinheiro são erroneamente deduzidas de seu caráter de capital, ao passo que elas se devem apenas à condição de dinheiro do valor de capital, à sua forma de manifestação como dinheiro. E em segundo lugar, inversamente: o conteúdo específico da função de dinheiro, que faz dela ao mesmo tempo uma função do capital, é deduzido da natureza do dinheiro (confundindo-se, assim, dinheiro com capital), quando na realidade tal conteúdo pressupõe condições sociais - como, nesse caso, na operação D-T - que não estão de modo algum dadas na circulação simples de mercadorias e na correspondente circulação de dinheiro (MARX, 2014 p. 114).

A execução do circuito D-T, isto é, a compra da força de trabalho mediante o poder social do dinheiro, pressupõe a dissociação entre produtores e seus meios de subsistência, portanto a distribuição excludente dos elementos necessários à produção é imprescindível à circulação do capital monetário. Segundo Marx (2014, p. 115), "para que a operação D-T possa tornar-se um ato social geral, é preciso que os meios de produção, a parte objetiva do capital produtivo, já existam enquanto tais - isto é, como capital - diante do trabalhador", ou seja, o trabalho assalariado emerge de um processo que, através da espoliação visceral, negou autonomia aos produtores, reuniu uma massa de indigentes nos centros industriais da Europa e criou o germe da acumulação capitalista.

Conforme foi apresentado, a transformação do dinheiro em mercadoria representa a série embrionária do capital monetário, mas o circuito D-M é, inversamente, M-D, portanto, em sua interdependência, compra e venda constituem a unidade da circulação. Sendo assim, a paralisação momentânea do valor é consumada na troca, pois o cumprimento da série D-M

resulta na decomposição do dinheiro em meios de produção e força de trabalho, isto é, em capital produtivo. Segundo Marx (2014, p. 117), "o primeiro estágio, a transformação do capital monetário em capital produtivo, aparece apenas como precursor e fase introdutória do segundo estágio, da função do capital produtivo".

A transformação do dinheiro em mercadoria equivale, para o trabalhador, exatamente o seu oposto: se a compra é representada pela série D-T, aquisição da força de trabalho mediante o poder social do dinheiro, a venda corresponde à inversão que lhe é decorrente, T-D. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 117): "Diante do trabalhador, o capitalista tem de atuar constantemente como capitalista monetário, e seu capital tem de confrontá-lo como capital monetário". O primeiro estágio do capital monetário representa, para o proletariado, o início de sua deterioração: submetido à sordidez do capital e reduzido à condição fisiológica, o operário recebe o equivalente à sua subsistência, cuja finalidade, sob o prisma da acumulação parasitária, consiste na reprodução em escala social do pauperismo subjacente ao trabalho assalariado.

Por outro lado, porém, para que a massa dos produtores diretos, os trabalhadores assalariados, possa realizar a operação T-D-M, é preciso que ela encontre constantemente os meios de subsistência em forma comprável, isto é, em forma de mercadorias. Essa situação requer um alto grau de circulação dos produtos como mercadorias e, portanto, do desenvolvimento da produção mercantil. Tão logo a produção por meio do trabalho assalariado esteja generalizada, a produção de mercadorias deve se tornar a forma geral da produção (MARX, 2014, p. 117-118).

A reposição da força de trabalho pressupõe a aquisição dos meios de subsistência em forma de mercadoria pelo proletariado, portanto a troca, determinação estrutural e generalizada da economia capitalista, é imprescindível à execução do circuito D-T, que por sua vez é *conditio sine qua non* à produção mercantil. Desse modo, a condenação proletária ao trabalho degradante emana da íntima relação entre o trabalho assalariado e a ampla circulação de mercadorias. Como um carrasco impiedoso, o capital sacrifica lentamente sua vítima, destrói formas alternativas de existência material, transforma a história num registro de sua acumulação devastadora e proclama sua tirania pelos confins do universo.

As mesmas circunstâncias que produzem a condição fundamental da produção capitalista - a existência de uma classe de trabalhadores assalariados - exigem que toda produção de mercadorias se transforme em produção capitalista de mercadorias. À medida que esta última se desenvolve, ela exerce um efeito destrutivo e dissolvente sobre todas as formas anteriores de produção, que, voltadas preferencialmente à satisfação das necessidades imediatas do produtor, só convertem em mercadoria as sobras do que foi produzido. Ela faz da venda do produto o interesse primordial, sem que, de início, isso pareça afetar o próprio modo de

produção, o que, por exemplo, constitui o primeiro efeito do comércio capitalista mundial sobre povos como o chinês, o indiano, o árabe etc. Em segundo lugar, porém, onde lança raízes, ela destrói todas as formas da produção de mercadorias baseadas seja no trabalho dos próprios produtores, seja meramente na venda dos produtos excedentes como mercadorias. Primeiramente ela universaliza a produção de mercadorias e, então, transforma gradualmente toda a produção de mercadorias em produção capitalista (MARX, 2014, p. 118).

Após a execução do circuito D-M, o processo de circulação é interrompido devido ao funcionamento do capital produtivo, portanto o dinheiro cumpre seu dever enquanto equivalente universal e reúne os elementos necessários à produção capitalista para reaparecer no mercado com uma massa de valor superior ao montante germinal do capital monetário. “Muito mais do que a mercadoria, o dinheiro garante um comando social que oculta o caráter pessoal das relações articuladas pela sua ação, comando que se afigura como poder outorgado aos indivíduos por uma ‘coisa’ a ser conquistada” (GRESPLAN, 2019, p. 121). Vejamos de que modo isso acontece: o dinheiro, mediante o poder social que lhe é atribuído, garante a unidade entre meios de produção M_p e força de trabalho T, cujo objetivo é ampliar o *quantum* de valor embrionário; do metabolismo entre capital constante e capital variável, resulta o mais valor objetivado no capital-mercadoria; por fim, o cumprimento da série M'-D' representa a última etapa do processo de valorização do valor.

Dessa maneira, atribuir à esfera da circulação a origem do lucro consiste num quiproquó que oculta o fundamento real da acumulação capitalista. Segundo Marx (2014, p. 120), “a mercadoria se torna *capital-mercadoria* [*Warenkapital*] como forma de existência funcional do valor de capital já valorizado e surgida diretamente do próprio processo de produção”. A forma capital-mercadoria equivale à soma dos elementos consumidos durante a produção mais o tempo de trabalho usurpado pela classe dominante, portanto a massa de valor contida em M' corresponde a “P + M, isto é, ao valor do capital produtivo P consumido em sua produção mais o mais-valor por ele gerado”, conforme diz Marx (2014, p. 120) ao descrever a equação resultante da exploração capitalista.

O capital-mercadoria, resultante da composição entre meios de produção M_p e força de trabalho T, isto é, das forças produtivas que mantêm a acumulação burguesa, deve cumprir o circuito M'-D' mediante uma nova metamorfose, pois se o início do processo de valorização do valor consiste em D-M, o desfecho corresponde ao seu oposto. Segundo Marx (2014, p. 122), “a função de M' é, agora, a função de todo produto-mercadoria: converter-se em dinheiro, ser vendida, percorrer a fase de circulação M-D”. Como um parasita insaciável, o capital absorve do hospedeiro a substância que garante seu impulso vital aguardando seu metabolismo instantâneo, pois a massa de valor contida na mercadoria deve se converter

rapidamente em capital monetário. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 122): “Enquanto o capital já valorizado conserva-se em sua forma do capital-mercadoria, permanecendo imóvel no mercado, o processo de produção fica paralisado. O capital não atua nem como criador de produtos, nem como criador de valor.”

A execução da série M'-D' representa o último estágio do capital monetário, uma vez que a massa de valor lançada no mercado através do dinheiro retorna ao início do circuito com uma grandeza superior, cuja finalidade é satisfazer o impulso vital da produção capitalista. Segundo Marx (2014, p. 124), "ao completar-se o ato de M'-D', realiza-se tanto o valor de capital adiantado quanto o mais-valor. A realização de ambos se dá na sequência de vendas ou na venda, de um só golpe, da massa inteira de mercadorias expressa por M'-D'".

Enquanto a última série do capital monetário corresponde, para o mais valor, o início do processo de circulação, para o montante germinal equivale à etapa derradeira, portanto o salto mortal da mercadoria representa estágios distintos para o *quantum* de trabalho usurpado durante o capital produtivo e a massa de valor que dá origem ao processo de acumulação burguesa. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 124): "O que para o mais-valor é a primeira transmutação da forma-mercadoria em forma-dinheiro para o valor de capital é o retorno ou a reconversão a sua forma-dinheiro original".

O cerne do processo de expansão capitalista, isto é, a diferença entre a grandeza de valor materializada no dinheiro e o *quantum* de trabalho incorporado no capital-mercadoria, reside na unidade entre as forças produtivas reunidas pela economia capitalista. O metabolismo entre meios de produção Mp e força de trabalho T interrompe a circulação, amplia a massa de valor germinal e cumpre sua função no ciclo do capital monetário, cuja finalidade é obter uma diferença quantitativa entre seus extremos preservando seu caráter qualitativo.

O processo de produção aparece, assim, apenas como uma interrupção do processo de circulação do valor de capital, que até o momento só percorreu sua primeira fase D-M. Ele percorre a segunda e conclusiva fase M-D depois de M ter sido modificada em sua matéria e seu valor. Porém, quando se considera o valor de capital em si mesmo, vê-se que ele sofreu apenas uma alteração de sua forma de uso no processo de produção (MARX, 2014, p. 125).

O montante germinal do capital monetário, cuja finalidade reside na compra de meios de produção Mp e força de trabalho T mediante o poder social do dinheiro, apresentará a mesma grandeza ao final do processo de acumulação percorrendo estágios mutuamente complementares, pois a transformação do dinheiro em mercadoria, isto é, a execução do

circuito D-M, é simultaneamente seu oposto, venda do capital-mercadoria ou cumprimento da série M-D. Assim, os extremos do ciclo correspondente ao processo de valorização do valor são perfeitamente idênticos, uma vez que suas determinações qualitativa e quantitativa permanecem iguais.

A diferença entre a massa de valor embrionária do capital monetário e o resultado de sua metamorfose conclusiva é decorrente do tempo de trabalho não pago, da espoliação que garante o impulso vital da economia capitalista, portanto a série M'-D' representa conjuntamente a grandeza de valor primária mais o excedente obtido durante a produção.

A forma-dinheiro desempenha aqui, portanto, um duplo papel; por um lado, é a forma retomada de um valor originalmente adiantado em dinheiro, logo, o retorno à forma-valor que dá início ao processo; por outro, é a primeira forma transmutada de um valor que entra originalmente na circulação da forma da mercadoria (MARX, 2014, p. 125).

Após o cumprimento de todos os seus desígnios, o capital monetário reaparece com um novo *quantum*, cujo fundamento, conforme foi dito anteriormente, reside na espoliação proletária. Obediente às leis que regem o modo burguês de produção, a classe dominante transforma o dinheiro resultante da metamorfose M'-D' na largada de um novo ciclo da acumulação capitalista. Segundo Marx (2014, p. 126), "D não aparece mais como mero dinheiro, mas funciona expressamente como capital monetário, expresso como valor que se valorizou e que, portanto, possui também a propriedade de se valorizar, de criar mais valor do que o que ele mesmo tem".

O cumprimento do circuito D...D' equivale, de forma resumida, ao processo de acumulação imanente à economia burguesa, de modo que a diferença entre o montante germinal e o mais valor resultante da série M'-D' desvanece, surgindo uma identidade absoluta entre as partes constitutivas do capital valorizado. Enquanto forma sem-conceito, D' é pura abstração, hipostasiado de suas determinações ou destituído de conteúdo, pois ao desconsiderar o processo que lhe dá existência, isto é, a combinação das mercadorias particulares, o *quantum* de valor obtido mediante a execução da série M'-D' é completa indiferença. Conforme destacou Marx (2014, p. 127), "no dinheiro, toda distinção entre as mercadorias é apagada porque ele é justamente a forma equivalente comum a todas elas".

A relação de equivalência entre os agentes de mercado durante o processo de circulação do capital representa a igualdade mistificada da economia capitalista, pois, embora haja uma paridade no regime de trocas, seja na aquisição dos elementos necessários à produção ou na venda da mercadoria resultante do metabolismo entre meios de produção Mp

e força de trabalho T, a exploração decorrente da diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador é mantida em virtude do caráter parasitário de um sistema que aumenta sua riqueza sem diminuir sua miséria. Como Merrill Brown e Abram Hamilton³², o capital age com cinismo ao se apresentar de forma elegante e cordial na esfera da circulação para, em seguida, condenar os trabalhadores ao martírio profano.

Aqui resulta, ademais, que nas duas metamorfoses que ocorrem na circulação, D-M e M'-D', confrontam-se e substituem-se mutuamente valores de mesma grandeza e que existem simultaneamente. A alteração de valor pertence exclusivamente à metamorfose P, ao processo de produção, que assim aparece como metamorfose real do capital, diante das metamorfoses meramente formais da circulação (MARX, 2014, p. 131).

O capital industrial, cujo funcionamento destrói ou submete outras formas de existência material devido à sua acumulação despudorada, é o responsável pelo próprio movimento da economia burguesa. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 134): "Esse capital condiciona, portanto, o caráter capitalista da produção; sua existência inclui a existência da oposição de classes entre capitalista e trabalhadores assalariados". Embora a existência do dinheiro seja anterior à produção capitalista, o ciclo do capital monetário, cujos extremos obedecem ao processo de valorização do valor conservando a identidade na diferença, consiste apenas num epifenômeno do capital industrial.

Os dois extremos equivalentes ao ciclo do capital monetário correspondem à síntese da acumulação burguesa, portanto o impulso vital da produção capitalista pode ser resumido da seguinte maneira: o dinheiro, enquanto substrato necessário da forma de valor, cumpre o processo de circulação ampliando sua grandeza sem abandonar seu conteúdo. Segundo Marx (2014, p. 136), "a criação de mais-valor por meio do valor é não apenas expresso como o alfa e o ômega do processo como também aparece concretamente na forma reluzente do dinheiro", entretanto, se considerarmos apenas a relação idêntico-diferente contida na séria D...D', a reprodução ampliada permaneceria como um mistério cuja resolução estaria confinada ao quiproquó da economia política clássica.

Como já foi demonstrado, o fundamento do processo de valorização do valor consiste na espoliação proletária, isto é, no tempo de trabalho usurpado pelo capital. Essa relação parasitária só pode ser mantida enquanto o hospedeiro tiver vida, pois, conforme diz

³² Dois velhacos que sequestraram o negro Solomon Northup após tê-lo embriagado em Washington no início dos anos 1840. Vítima do tráfico clandestino, o jovem afro-americano passou mais de uma década como escravo na Luisiana. Para mais detalhes, ver: NORTHUP, Solomon. *Doze Anos de Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 26-34.

Marx (2014, p. 137), “o trabalhador, para poder se manter no mercado, sempre como matéria explorável pelo capitalista, necessita, antes de tudo, viver, isto é, sustentar-se mediante seu consumo individual”. Para o trabalhador, o salário é apenas meio de garantir seus meios de subsistência ou reproduzir-se em condição animalésca, sua existência está limitada à satisfação do capital, que, após levá-lo à exaustão, exige a reposição imediata de suas capacidades para o cumprimento de seu castigo profano. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 137): “A operação T-D serve de mediação ao consumo individual do trabalhador, possibilitando a transformação dos meios de subsistência em sua carne e em seu sangue”.

3.1.1.2 O ciclo do capital produtivo

Marx (2014) inicia a exposição do capital produtivo destacando seu caráter cíclico ao afirmar que a série correspondente ao seu funcionamento é renovada sucessivamente em escala ampliada, o que transforma a série $P...M'-D'-M...P$ num movimento de infinitude. Como nada semelhante pôde ser registrado nas formações pré-capitalistas, o ciclo do capital produtivo apresenta uma forma de ser inteiramente particular ou sem precedente histórico.

Se, para o capital monetário, a produção consistia numa mediação necessária à ampliação da grandeza representada em D' , para o capital produtivo ela é a origem e o desfecho do circuito, cuja função intermediária é exercida pela circulação. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 143): "A circulação propriamente dita aparece apenas como etapa intermediária da reprodução periodicamente renovada e que se faz contínua por meio de sua renovação".

O ciclo do capital produtivo parte do metabolismo entre meios de produção M_p e força de trabalho T , da relação parasitária que garante o processo de acumulação burguesa, da sujeição proletária ao crescimento *ad infinitum*. Após o cumprimento de todos os seus desígnios na circulação, de forma cínica e virulenta, ele retorna ao seu estágio inicial. Desse modo, o ciclo do capital produtivo representa, para os trabalhadores, a atualização do mito de Sísifo, o cumprimento impiedoso da punição secular, pois o eterno retorno já está inscrito no ponto de partida.

A renovação da pilhagem que garante o impulso vital da produção capitalista pressupõe a realização do valor, isto é, a venda do capital-mercadoria. Se abstrairmos os dois extremos do circuito referente ao capital produtivo, restará apenas o processo de circulação, cuja série corresponde à $M'-D'-M$, ou seja, metamorfoses necessárias à recomposição entre os elementos que constituem a produção capitalista.

A circulação inteira apresenta-se sob uma forma oposta à que ela assume no ciclo do capital monetário. Lá ela se representava como D-M-D (D-M. M-D), abstraindo da determinação de valor; aqui, abstraindo novamente da determinação de valor, ela é M-D-M (M-D. D-M), ou seja, a forma da circulação simples de mercadorias (MARX, 2014, p. 144).

Para a renovação do capital produtivo, o momento decisivo reside na etapa conclusiva da circulação, isto é, na compra de meios de produção M_p e força de trabalho T mediante o poder social do dinheiro. Enquanto a reprodução simples destina apenas uma fração da venda à reposição das forças produtivas, a reprodução ampliada reserva todo o quantum de valor resultante da série $M'-D'$ à própria engrenagem do capital industrial. Segundo Marx (2014, p. 144), "é essa decisão que determina se a fórmula representa uma reprodução simples ou uma reprodução em escala ampliada. De acordo com essa decisão altera-se, portanto, o caráter do ciclo".

A separação entre as duas partes do montante obtido através da série $M'-D'$, isto é, a cisão entre os componentes do quantum de valor proveniente do capital-mercadoria transformado em dinheiro, corresponde ao movimento da reprodução simples, de modo que a reposição das forças produtivas permanece idêntica a cada renovação do ciclo independente da soma entregue pelo produto-mercadoria de P ou primeira metamorfose da circulação. Em vez de ampliar a magnitude da produção através da massa de valor excedente, a burguesia decidiu pelo *habitus* aristocrata³³ "seja em mercadorias propriamente ditas, seja em serviços para sua respeitável pessoa ou família", conforme diz Marx (2014, p. 145).

Assim, o quantum de valor resultante da série $M'-D'$, isto é, da transformação do capital-mercadoria em dinheiro, é distribuído da seguinte maneira: 1) reposição dos meios de produção M_p e da força de trabalho T ; 2) compra de bens e serviços para usufruto individual. Embora o dinheiro seja a mediação entre a venda do capital-mercadoria e os dois momentos seguintes da reprodução simples, sua função é alterada conforme o circuito do qual é determinação intermediária: para o movimento cíclico do capital industrial, o dinheiro consiste numa forma transitória do processo de valorização do valor; junto à circulação geral de mercadorias, aparece enquanto reserva monetária destinada ao consumo corrente. Desse modo, a soma resultante da metamorfose $M'-D'$ se divide em duas grandezas com atribuições

³³ Os privilégios da burguesia vitoriana eram mantidos por turnos de trabalho extensos e cansativos, geralmente organizados em torno de tarefas monótonas e comandadas pelo ritmo de operações mecânicas, cujos resultados para a classe operária eram o adoecimento do corpo, a atrofia das habilidades genuinamente humanas, a degradação moral etc. Abundância e privação, refinamento e bestialidade, civilização e barbárie: eis os antagonismos insuperáveis da sociedade moderna. Para mais detalhes, ver: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 228.

distintas, pois enquanto o valor de capital deve garantir a reposição das forças produtivas, o mais-valor é destinado à fruição da burguesia. Conforme assinalou Marx (2014, p. 146), "a circulação de M e m , do valor de capital e do mais-valor, cinde-se após a transformação de M' em D''' , cuja expressão sem conceito agora apresenta duas quantias independentes sob as formas D e d .

Posto que o capital-mercadoria é realizado por meio de $M'-D' = M'-(D + d)$, o movimento ainda indiferenciado e incorporado na mesma massa de mercadorias, pode-se cindir, já que ambos possuem agora formas independentes como quantias de dinheiro (MARX, 2014, p. 147).

A fórmula $M'-D'-M$, isto é, a obtenção do dinheiro mediante a realização do capital-mercadoria e sua conversão imediata em forças produtivas ou consumo corrente, corresponde à circulação geral de mercadorias, cuja finalidade é vender para comprar. A origem do circuito é o produto mercadoria de P , cuja metamorfose resultará na separação entre os dois componentes de valor, que, mediante o poder social do dinheiro, deverão cumprir suas atribuições e finalizar a fase intermediária do capital produtivo. Nesse caso, a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador é a força motriz do circuito, portanto o tempo de trabalho usurpado pela classe dominante corresponde à gênese de um movimento cujo desfecho reside na própria renovação do capital industrial e na circulação de bens e serviços para usufruto da burguesia.

M apresenta-se desde o início como capital-mercadoria, e a finalidade do processo inteiro, o enriquecimento (valorização), não exclui de modo algum um consumo do capitalista, que aumenta com a grandeza do mais-valor (portanto, também do capital), mas, antes, o inclui (MARX, 2014, p. 148).

A reserva monetária adquirida pela classe dominante após o cumprimento da série $M'-D'$ e aplicada na circulação geral de mercadorias é proveniente da espoliação imanente ao ciclo do capital produtivo, isto é, da pilhagem que condena o proletariado à miséria e mantém a majestade de seu corsário. Sob a legalidade da economia moderna, a reprodução simples garante o *habitus* aristocrata da burguesia sem comprometer a renovação das forças produtivas, reserva o usufruto do trabalho ao segmento mais privilegiado da pirâmide social e, como resultado inevitável, perpetua o ciclo que impede o fim da exploração do homem pelo homem. Desse modo, a circulação representada na série $M'-D'-M$, isto é, a etapa intermediária do circuito do capital produtivo, revela como os componentes do valor cumprem todos os seus desígnios inseridos na reprodução simples.

Na circulação da renda do capitalista, a mercadoria produzida m (ou a fração do produto-mercadoria M' que a ela corresponde idealmente) só serve, de fato, para convertê-la primeiro em dinheiro e , deste, numa série de outras mercadorias destinadas ao consumo privado. Aqui, porém, não podemos perder de vista o pequeno detalhe de que m é um valor-mercadoria que não custou nada ao capitalista; ele é incorporação de mais-trabalho, razão pela qual entra em cena originalmente como parte integrante do capital-mercadoria M' (MARX, 2014, p. 148).

O caráter autônomo da série $d-m$, equivalente à compra de bens e serviços pela classe dominante, representa, conforme já observamos, uma cisão entre os componentes de valor reunidos no produto-mercadoria de P , cuja finalidade é a venda imediata no mercado. Embora a reserva monetária proveniente da série $M'-D'$ diminua o grau da substância necessária ao desenvolvimento do capital industrial, o consumo corrente é indispensável ao processo de acumulação burguesa, uma vez que a progressão do valor, força motriz da economia moderna, pressupõe a figura do capitalista, cuja existência depende da circulação geral de mercadorias.

Sob as leis da reprodução simples, o proletariado mantém seu eterno calvário ao garantir o processo cíclico do capital produtivo renovando as condições materiais de existência e assegurando o tesouro burguês. Assim como a tradição cristã atribui ao Cordeiro de Deus o sacrifício para a remissão dos pecados, capital e burguesia, cuja cumplicidade só encontra paralelo em Dom Quixote e Sancho Pança, reservam aos trabalhadores o castigo que lhes dará a salvação.

Após a execução da metamorfose representada na série $M'-D'$, etapa conclusiva do enriquecimento burguês, e sob os desígnios da reprodução simples, o dinheiro apresentará as seguintes funções: 1) como capital monetário, será forma evanescente do processo de valorização do valor; 2) como tesouro privado, consistirá em meio de aquisição de bens e serviços. Se o primeiro corresponde a um estágio da cisão que complementa o ciclo do capital produtivo enquanto mera tautologia devido à renovação das forças produtivas com grandeza idêntica à primeira fase do capital monetário, o segundo equivale ao mais-valor resultante da série $M'-D'$ e aplicado na circulação geral de mercadorias. A respeito da separação entre os dois componentes de valor obtidos após a realização do capital-mercadoria e suas respectivas metamorfoses, Marx (2014, p. 149) argumenta que: "É próprio do cretinismo da economia vulgar considerar como ciclo característico do capital justamente essa circulação – a circulação da parte do produto-valor consumida como renda –, que não entra no ciclo do capital".

Embora a separação entre os componentes de valor inscrita na reprodução simples após o cumprimento da série $M'-D'$ assinala a distinção entre o ciclo do capital industrial e a

circulação simples de mercadorias, tanto o capital-monetário como o tesouro burguês, formas particulares do dinheiro no interior do processo de troca, são substratos de valor, portanto, independente do uso que lhe seja atribuído, o montante representado em D' é "expressão monetária de trabalho pretérito", conforme diz Marx (2014, p. 150). Sendo assim, as duas metamorfoses que sucedem a venda do capital-mercadoria emanam, em última instância, do tempo de trabalho consumido durante a produção, isto é, do esgotamento físico e mental dos trabalhadores. O dinheiro, como resultado da venda da mercadoria na esfera da circulação, incorpora o quantum de valor contido em M' e se desdobra em capital-monetário ou tesouro burguês preservando a essência da troca. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 150): "Com o resultado de M-D, o dinheiro é sempre expressão de trabalho pretérito". Inclusive, a própria renovação da força de trabalho T, elemento constitutivo da produção capitalista, ocorre mediante trabalho pretérito sob a forma monetária, cuja finalidade, conforme já foi destacado, é garantir a reprodução animalésca do proletariado.

O ciclo do capital produtivo representa, acima de tudo, valor em movimento, cujo propósito é cumprir todos os seus desígnios durante a circulação e assegurar tanto a unidade entre meios de produção Mp e força de trabalho T como o consumo de bens e serviços pela classe dominante. Vejamos de que forma isso acontece: ao entrar no processo de troca, o capital-mercadoria consiste apenas em forma evanescente da substância que mantém a economia capitalista, sua venda encerra o estágio M'-D' e prepara uma metamorfose em sentido oposto, cuja fórmula é D'-M; com dinheiro em mãos, o capitalista deve repor os elementos indispensáveis à produção e garantir seu consumo corrente; em seguida, o ciclo deverá cumprir novamente o circuito P...M'-D'-M...P.

A transformação dos elementos de produção em produto-mercadoria, de P em M', ocorre na esfera da produção; a reconversão de M' em P ocorre na esfera da circulação. Ela é mediada pela metamorfose simples das mercadorias. Mas seu conteúdo é um momento do processo de reprodução considerado como um todo. O processo M-D-M, como forma de circulação do capital, implica um metabolismo funcionalmente determinado (MARX, 2014, p. 152).

O valor, abstração que permite a troca entre objetos qualitativamente distintos, representa o fundamento das formas evanescentes inscritas no ciclo do capital industrial. Seja qual for o estágio, o tempo de trabalho contido nas mercadorias permanece enquanto impulso vital da produção capitalista, portanto a unidade entre meios de produção Mp e força de trabalho T, a venda do capital-mercadoria, a reposição das forças produtivas e o reinício do

circuito P...M'-D'-M...P correspondem a etapas distintas de um movimento cuja força motriz é a exploração do trabalho.

A segunda e última metamorfose inscrita no ciclo do capital produtivo anuncia o recomeço de um movimento cuja finalidade é garantir a renovação dos elementos necessários à produção bem como o *habitus* aristocrata da classe dominante, porém, conforme já foi assinalado, o dinheiro resultante da série M'-D' cumprirá funções distintas junto ao processo de circulação: no primeiro caso, apresenta-se enquanto suporte transitório do valor ou forma evanescente do capital industrial; no segundo, consiste em reserva monetária ou tesouro privado. Sob o mesmo substrato material, a soma equivalente à venda do capital-mercadoria apresentará duas grandezas distintas e independentes.

É preciso observar, uma vez mais, que D-T não é simples troca de mercadoria, mas compra de uma mercadoria A que deve servir à produção de mais-valor, assim como D-Mp é apenas o procedimento materialmente indispensável à consecução dessa finalidade (MARX, 2014, p. 153).

O metabolismo entre meios de produção Mp e força de trabalho T após o cumprimento da série M'-D' corresponde ao início de um novo ciclo do capital produtivo, o que, para o trabalhador, equivale à aplicação do castigo de Sísifo: através do consumo imoderado da vitalidade operária, o processo de circulação é retomado, o valor se apodera ocasionalmente das formas subordinadas ao capital industrial, as metamorfoses inscritas na economia mercantil são cumpridas, e o ciclo vicioso retorna ao estágio inicial de seu impulso predatório, isto é, à exploração da força de trabalho. Sujeito à autovalorização do capital, o proletariado é hospedeiro de um enriquecimento parasitário, organismo indispensável à sordidez da produção capitalista.

A reprodução em escala ampliada dos fatores de produção, cuja força motriz reside na exploração do trabalho, pressupõe uma soma capaz de garantir o crescimento das forças produtivas segundo as determinações imanentes à composição orgânica do capital, pois, conforme destacou Marx (2014, p. 157), "as proporções em que se pode ampliar o processo de produção são determinadas não de forma arbitrária, mas de forma técnica". Através dos ciclos sucessivos de acumulação, a classe dominante transforma o dinheiro em capital-monetário ao aplicá-lo na compra de meios de produção Mp e força de trabalho T. Afastado provisoriamente da circulação de mercadorias, esse quantum de valor materializado no dinheiro corresponde ao estágio preliminar do capital industrial.

Sob a reprodução em escala ampliada, a metamorfose representada na série M'-D' tem como propósito fornecer o quantum de valor necessário à aquisição progressiva dos elementos indispensáveis à produção de mercadorias, pois, enquanto personificação do capital, a burguesia deve garantir o incremento constante das forças produtivas. Segundo Marx (2014, p. 159), "P' expressa não o mais-valor produzido, mas o fato de que o mais-valor produzido se capitaliza", portanto o dinheiro resultante da operação M'-D' e forma transitória do capital industrial finaliza o ciclo do capital produtivo mediante a aquisição progressiva de meios de produção Mp e força de trabalho T.

Os dois momentos da circulação inscritos no ciclo do capital produtivo correspondem a metamorfoses opostas cuja finalidade é garantir a passagem do valor até seu estágio conclusivo: a reposição ampliada das forças produtivas. Subordinados à autovalorização do capital, mercadoria e dinheiro correspondem a formas evanescentes da substância que garante o impulso vital da produção capitalista. Para a classe dominante, a execução desse fluxo representa o crescimento ilimitado de seu patrimônio, para o proletariado, o cumprimento inexorável de seu castigo profano.

O resultado do metabolismo entre meios de produção e força de trabalho corresponde à materialização do valor em M', cuja finalidade, como forma evanescente do capital-industrial, é garantir o processo de acumulação burguesa. Sendo assim, a força motriz do primeiro estágio equivalente ao ciclo do capital-mercadoria consiste na sujeição operária à indústria moderna. Enquanto produtor de mercadoria, o trabalhador é rebaixado à sua condição mais primitiva, sua existência se limita à satisfação das necessidades mais imediatas, à reabilitação da força vital consumida na esfera da produção. Desse modo, a unidade entre valor de capital e mais-valor corresponde ao início do circuito relativo ao capital-mercadoria. Conforme destacou Marx (2014, p. 166), "M' inicia o ciclo sempre como um capital-mercadoria, que é = valor de capital + mais-valor".

3.1.1.3 O ciclo do capital-mercadoria

O capital-mercadoria representa o cumprimento da exploração do trabalho, a necessidade da lei que rege o processo de acumulação do capital, a comprovação da violência como elemento constitutivo do modo burguês de produção. Resultado da sede vampiresca por mais-trabalho, M' é a mais perfeita síntese da espoliação imanente à economia burguesa, pois, conforme observou Marx (2014, p. 167), "do ponto de vista do valor, ele é o valor de capital P acrescido do mais-valor m produzido na função de P". Resguardada pelo contrato, cuja

natureza irretocável reside na igualdade abstrata do direito moderno, a classe dominante está autorizada a promover a rapinagem que condena os trabalhadores à miséria.

O aspecto *sui generis* de M'-D'-M...P...M' consiste justamente no conteúdo de sua forma embrionária, pois, em relação aos outros ciclos do capital industrial, é o único cujo início equivale à síntese entre os dois componentes do valor. Conforme Marx (2014, p. 171) destacou, "M', como relação de capital, é aqui o ponto de partida e, como tal, atua de modo determinante sobre o ciclo inteiro, pois inclui, já em sua primeira fase, tanto o ciclo do valor de capital como o do mais-valor". Após o metabolismo entre meios de produção Mp e força de trabalho T, a classe dominante deve seguir o impulso vital da economia capitalista mediante o cumprimento da série M'-D' na esfera da circulação, uma vez que o processo de acumulação consiste numa totalidade orgânica, isto é, uma unidade cujo funcionamento pressupõe a mediação entre os estágios que lhe são constitutivos. Segundo Marx (2014, p. 171), "na forma M'...M', o consumo do produto-mercadoria inteiro é pressuposto como condição do curso normal do próprio processo do capital".

A soma germinal que impulsiona o ciclo do capital-mercadoria já contempla a massa de valor contida nos estágios anteriores do circuito e o excedente que garante o processo de reprodução em escala ampliada. Para o trabalhador, M' representa tanto o esgotamento de sua força vital como o castigo de Sísifo; para a burguesia, comprova sua subserviência à autovalorização do capital, análoga àquela de Sancho Pança a Dom Quixote. Segundo Marx (2014, p. 171), "M', como relação de capital, é aqui o ponto de partida e, como tal, atua de modo determinante sobre o ciclo inteiro, pois inclui, já em sua primeira fase, tanto o ciclo do valor de capital como o do mais-valor".

A inversão entre sujeito e objeto necessária ao processo de acumulação burguesa, materializada na exploração operária, isto é, na relação parasitária entre trabalho vivo e trabalho morto, corresponde ao fundamento do capital-mercadoria. A transformação contida na série P...M', cuja força motriz reside no definhamento dos trabalhadores, "diz respeito, em primeiro lugar, não apenas à forma funcional do capital, mas também à sua grandeza de valor" (MARX, 2014, p. 173). Desse modo, a transmutação resultante da unidade entre meios de produção Mp e força de trabalho T representa tanto a progressão do valor junto ao movimento do capital industrial como o crescimento do montante usado para adquirir as forças produtivas.

Os elementos-mercadorias T e Mp, que constituem o capital produtivo P, não possuem, como modos de existência de P, a mesma forma que ostentam nos diferentes mercados de mercadorias nos quais são adquiridos. Eles estão agora

reunidos e, nessa conexão, podem funcionar como capital produtivo (MARX, 2014, p. 174).

Obtidas junto à esfera da circulação mediante o poder social do dinheiro, as mercadorias sofrem uma metamorfose instantânea no ato da compra em virtude da finalidade atribuída pela burguesia, uma vez que o propósito da série D-M é agrupar as forças produtivas e abrir caminho para a autovalorização do capital. Cumpridora de seu dever, a classe dominante se dirige ao mercado para satisfazer as exigências do consumo produtivo se apoderando dos meios que lhe são constitutivos.

O capital-mercadoria, expressão sem-conceito e forma de existência transitória do valor, é vendido no mercado como resultado do metabolismo entre meios de produção Mp e força de trabalho T, cuja finalidade, conforme já foi esclarecido, é garantir o crescimento da economia capitalista através da pilhagem na esfera da produção. As metamorfoses inscritas no processo de troca, representadas no circuito M-D-M, consistem apenas numa etapa intermediária de um ciclo cujos extremos pressupõem o mais-valor adquirido em P.

3.1.1.4 As três figuras do capital industrial em seu conjunto

A racionalidade imanente aos ciclos constitutivos do capital industrial, isto é, a execução periódica de suas formas evanescentes, revela acima de tudo que o processo de valorização do valor corresponde a um movimento de eterno retorno, cujo fluxo depende da sucessão dos momentos que lhe são subordinados, portanto "a diferença inteira apresenta-se como uma diferença meramente formal, ou também como meramente subjetiva, existente apenas para seu observador", conforme diz Marx (2014, p. 180). As três figuras do processo cíclico demonstram a íntima relação entre produção e circulação de riqueza no regime do capital, de modo que a existência desta pressupõe aquela e vice-versa. Se houver a paralisação de uma das etapas que, conjuntamente, mantêm o funcionamento da indústria moderna, a coesão do sistema é arruinada. De acordo com Marx (2014, p. 180), "a reprodução do capital em cada uma de suas formas e cada um de seus estágios é tão contínua quanto a metamorfose dessas formas e a passagem sucessiva pelos três estágios". Seja qual for a série, o âmago da reprodução consiste no tempo de trabalho usurpado pela classe dominante e projetado segundo as necessidades da economia burguesa.

O ciclo do capital industrial se renova mediante a passagem do valor pelo conjunto de seus substratos provisórios, cujo nexos apresenta um caráter sistêmico em virtude da relação de dependência lhes é constitutiva. A economia capitalista, embora tenha sido

capaz de se apoderar do tempo ao projetar um crescimento imoderado, é incapaz de eliminar o intervalo entre os momentos da reprodução em escala ampliada. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 181): "O processo cíclico do capital é de contínua interrupção: abandona-se um estágio, entra-se no estágio seguinte; descarta-se uma forma, assume-se outra; cada um desses estágios não apenas condiciona, mas, ao mesmo tempo, exclui o outro".

Diante dos limites que se apresentam à produção capitalista, essa forma de existência material devastadora, impositiva e soberana desenvolve artifícios para reduzir o interstício que separa as etapas de sua rotação, entretanto a passagem do valor pelas três figuras do processo cíclico jamais poderá ser abrupta devido ao seu estatuto de necessidade. O ritmo das metamorfoses pode alterar de modo circunstancial, porém nunca se converter em sucessão instantânea. Segundo Marx (2014, p. 182), "o verdadeiro ciclo do capital industrial, em sua continuidade, não é apenas a unidade dos processos de circulação e produção, mas a unidade de todos os seus três ciclos". A relação de dependência entre as formas transitórias do valor demonstra o aspecto orgânico da reprodução em escala ampliada, portanto a paralisação de qualquer uma de suas etapas constitutivas resulta numa perturbação cíclica. De acordo com Marx, "cada estancamento num estágio causa um estancamento maior ou menor em todo o ciclo, não apenas do capital imobilizado, mas também do capital individual em sua totalidade". Subordinado ao processo de acumulação burguesa, o proletariado apenas cumpre sua maldição conforme as flutuações sistêmicas, sua existência se limita à satisfação das necessidades do modo de produção moderno.

O movimento do valor demonstra que a forma celular da economia burguesa percorre substratos qualitativamente distintos durante o processo de acumulação infinita. A sucessão das metamorfoses inscritas no ciclo do capital industrial representa o desenvolvimento da produção mercantil de tipo capitalista, que, em perfeita sintonia com suas leis gerais, apodera-se de tudo aquilo que lhe convém revelando seu caráter tirano e impiedoso. Sob a abstração do valor, trabalho e natureza se transformam em mercadoria, formações pré-capitalistas entram em colapso, tempo e espaço são comprimidos e a condição humana é arruinada. Segundo Marx (2014, p. 184), "aqueles que consideram a autonomização do valor uma mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa mera abstração *in actu* [em ato]". As três figuras do processo cíclico são apenas formas evanescentes da substância que garante o impulso vital da produção capitalista. A passagem do valor pelos substratos que, conjuntamente, preservam o movimento de eterno retorno, consiste num fluxo arbitrário e despidorado, cuja única finalidade é a acumulação infinita. Conforme Marx (2014, p. 184) declarou, "o valor percorre aqui diferentes formas, diferentes

movimentos, nos quais ele se conserva e, ao mesmo tempo, se valoriza, aumentando de tamanho".

Embora a autovalorização do capital adquira sucessivamente um caráter independente, a classe dominante exerce um papel indispensável no interior do processo de acumulação infinita, uma vez que o produto do trabalho deve ser vendido no mercado. Apesar de garantir sua reprodução apoderando-se de tudo o que lhe convém, o modo de produção capitalista é incapaz de se manter como totalidade sem a figura do burguês. Conforme já foi dito, essa relação de lealdade só encontra paralelo no apoio incondicional de Sancho Pança a Dom Quixote.

Os movimentos do capital aparecem como ações do capitalista industrial individual na medida em que ele funciona como comprador de mercadorias e de trabalho, vendedor de mercadorias e capitalista produtivo, ou seja, na medida em que, por meio de sua atividade, serve de mediação ao ciclo (MARX, 2014, p. 184).

A passagem do valor pelos estágios constitutivos da indústria moderna sem longos intervalos demonstra que a produção capitalista está em pleno desenvolvimento, pois a conformidade entre as metamorfoses da substância proveniente da espoliação proletária representa o corolário da reprodução em escala ampliada. De todo modo, as três figuras do processo cíclico são sumariamente desagregadas em caso de paralisação funcional, portanto se a sucessão do valor pelas formas subordinadas ao funcionamento do capital industrial sofrer alguma perturbação, o movimento cíclico é interrompido. Conforme Marx (2014, p. 184) assinalou, "se o valor de capital experimenta uma revolução de valor, pode ocorrer que seu capital individual seja afetado por ela e pereça, por não satisfazer as condições desse movimento de valor".

Sob as leis que regem o capital, a classe dominante se depara com uma tendência da produção generalizada de mercadorias: o fluxo ininterrupto do valor pelos estágios constitutivos da indústria moderna resultará em perturbação sistêmica. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 184): "Essas revoluções periódicas do valor confirmam, portanto, o que supostamente deveriam contradizer: a autonomização que o valor experimenta como capital e que ele conserva e intensifica por meio de seu desenvolvimento". À medida que a forma celular da economia burguesa cumpre todos os seus desígnios e se torna sujeito da reprodução em escala ampliada, a convulsão se torna cada vez mais latente. A diferença entre o montante germinal e a soma obtida após a execução de todas as metamorfoses inscritas no funcionamento da indústria moderna demonstra que a progressão do valor se apodera de

formas qualitativamente distintas para se manter como movimento cíclico, de modo que o processo de acumulação sempre terá como barreira o limite constituído na rotação anterior.

Essa sequência de metamorfoses do capital em funcionamento implica a comparação constante das alterações da grandeza de valor do capital consumadas no ciclo com seu valor original. Se é verdade que a autonomização do valor diante da força formadora de valor, da força de trabalho, é introduzida no ato D-T (compra da força de trabalho) e realizada durante o processo de produção como exploração da força de trabalho, essa autonomização do valor não volta a aparecer nesse ciclo, em que dinheiro, mercadoria e elementos de produção são apenas formas alternadas do valor de capital em processo e a grandeza pretérita do valor se compara com a grandeza atual modificada do capital (MARX, 2014, p. 185).

Diante dos desequilíbrios estruturais, o trabalhador apenas cumpre seu castigo profano ao fornecer, segundo as necessidades do capital, a substância indispensável ao processo de acumulação burguesa. Assim como o pecado original foi justificado pelo sacrifício do Messias, o descontrole do capital é salvo pela condenação proletária. Segundo Marx (2014, p. 186), "o processo só transcorre de modo inteiramente normal quando as relações de valor permanecem constantes", isto é, se o valor cumpre suas metamorfoses sem qualquer perturbação e de forma sucessiva, a economia capitalista funciona de acordo com a projeção ilusória da tradição liberal, cujo postulado consiste numa simetria entre oferta e demanda.

A economia moderna, conforme já foi assinalado, destrói ou incorpora formas alternativas de existência material segundo suas necessidades estruturais, uma vez que o extermínio ou a preservação de formações pré-capitalistas é decretada de acordo com as demandas de uma produção eminentemente global. Se, por um lado, a grande indústria condena o trabalhador à maldição de Sísifo renovando diariamente seu castigo profano, por outro, apodera-se de complexos produtivos coordenando seu funcionamento e dilacerado sua autonomia, de modo que o valor possa cumprir todos os seus desígnios e dar continuidade ao processo de reprodução em escala ampliada. Como cada matriz produtiva já foi absorvida pelo crescimento *ad infinitum*, a circulação é indiferente ao arranjo do mercado mundial³⁴.

³⁴ O intercâmbio entre nações industriais avançadas e sociedades tradicionais que, na melhor das hipóteses, estariam nas margens do mercado mundial, demonstra ser praticável justamente pela capacidade do capitalismo de acomodar certas áreas, mesmo longínquas e recalcitrantes, ao seu regime de acumulação. O organismo social desenvolvido pode tolerar sem nenhum prejuízo economias residuais, desde que adequada às suas necessidades. Supor que o progresso extraordinário do sistema fabril na Inglaterra durante o século XIX condenaria ao desaparecimento a agricultura de tipo mais ou menos rudimentar, inclusive nos limites de seu próprio território, demonstrou ser um grande erro. Seja como for, a tendência do capital é a universalidade de suas leis ou o domínio da produção de riqueza pelo processo de valorização do valor. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed, UFRJ, 2011. p. 616

Demonstrando sua promiscuidade latente, o capital satisfaz suas necessidades reunindo em torno de si comunidades cuja base material foi radicalmente transformada em virtude de sua acumulação despudorada.

Dentro de seu processo de circulação, em que o capital industrial funciona como dinheiro ou como mercadoria, o ciclo do capital industrial, seja como capital monetário ou como capital-mercadoria, entrecruza-se com a circulação de mercadorias dos mais diferentes modos sociais de produção, na medida em que essa circulação for, ao mesmo tempo, produção de mercadorias. Pouco importa se as mercadorias são o produto de um sistema de produção baseado na escravidão, ou do trabalho de camponeses (chineses, *ryots* indianos), ou de comunidades (Índias Orientais Holandesas), ou da produção estatal (como aquela que, baseada na servidão, ocorre em certas épocas primitivas da história russa, ou de povos caçadores semisselvagens etc (MARX, 2014, p. 188-189).

A execução da série D-M atribui um novo estatuto à mercadoria adquirida fora do modo de produção capitalista ao convertê-la em substrato material do valor e inseri-la no processo de acumulação ininterrupta, isto é, ao ser retirada da circulação simples e absorvida pelo capital industrial, a essência da mercadoria é sumariamente transformada. De acordo com Marx (2014, p. 189), "assim que o ato D-Mp se completa, as mercadorias (Mp) deixam de ser mercadorias e se tornam um dos modos de existência do capital industrial em sua forma funcional como P, capital produtivo". Ao se apoderar da riqueza global, a economia capitalista cumpre o movimento que lhe é constitutivo e atribui às mercadorias adquiridas em seu entorno uma determinação funcional: garantir a passagem do valor pelo estágio P. Conforme Marx (2014, p. 189) afirmou, "elas existem apenas como formas de existência do capital industrial".

O cumprimento da série D-M mediante a sujeição de complexos produtivos pelo sistema capitalista demonstra, acima de tudo, a escala progressiva do processo de valorização do valor, consumado no intercâmbio mundial. Segundo Marx (2014, p. 190), "o comércio de mercadorias, como função do capital comercial, é pressuposto e desenvolve-se cada vez mais com o desenvolvimento da produção capitalista". Sob o imperativo da acumulação, o capital arruína economias independentes, promove uma separação radical entre produtores e seus meios de subsistência, cria um mercado sem paralelo na história e estabelece um novo marco civilizatório.

Uma das peculiaridades mais tangíveis do processo cíclico do capital industrial e, portanto, também da produção capitalista é a circunstância de que, por um lado, os elementos constitutivos do capital produtivo provêm do mercado de mercadorias e precisam ser constantemente recomprados, como mercadorias, nesse mesmo mercado; por outro lado, o produto do processo de trabalho provém dele como

mercadoria e tem de ser constantemente comprado, uma vez mais, como mercadoria (MARX, 2014, p. 194).

Desse modo, a tendência à formação de um extenso domínio mercantil, isto é, uma relação de compra e venda que, em virtude da acumulação infinita, assume uma dimensão global, consiste na singularidade da economia capitalista, cujo desenvolvimento pressupõe e reproduz o trabalho assalariado. Se, por um lado, a renovação das forças produtivas é feita mediante o poder social do dinheiro durante o processo de troca, por outro, o resultado do metabolismo entre meios de produção M_p e força de trabalho T representa uma nova mercadoria a ser absorvida pela circulação.

Cumpridor de seu dever e demonstrando absoluta deferência à majestade do capital, a burguesia reproduz as relações de classe ao transformar o mercado num momento da acumulação infinita. Conforme Marx (2014, p. 196) declarou, "o capitalista põe em circulação, na forma-dinheiro, menos valor do que dela retira, porque faz circular mais valor em forma de mercadoria do que retirou da circulação nessa mesma forma", isto é, ao reunir os elementos necessários à produção do capital-mercadoria, a classe dominante retira do mercado uma massa de valor cuja grandeza será ampliada pelo metabolismo entre as forças produtivas antes de ser devolvida ao processo de troca.

A diferença quantitativa entre o montante germinal e a soma proveniente da série $M'-D'$ é o que garante o desenvolvimento da economia capitalista. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 196): "Quando atua meramente como personificação do capital, como capitalista industrial, sua oferta de valor-mercadoria é sempre maior do que sua demanda. A coincidência de oferta e demanda significaria, nesse caso, a não valorização de seu capital", de modo que a taxa de crescimento, seja ela singular ou geral, é avaliada segundo a variação entre os dois extremos do processo de acumulação, cujo fundamento reside na espoliação proletária, isto é, no tempo de trabalho usurpado pela classe dominante.

3.1.2 O tempo de curso

A sucessão das metamorfoses inscritas no ciclo do capital industrial equivale ao tempo de rotação do valor, de modo que o ritmo do circuito é determinado pela conformidade entre as três figuras subordinadas ao processo de acumulação eterna bem assim como pelo conjunto de intervalos entre as séries que lhe são constitutivas. Decomposto em duas etapas

gerais, o percurso da célula germinal contempla a sintonia entre produção e circulação³⁵, isto é, "a duração de sua permanência na esfera da produção constitui seu tempo de produção e, na esfera da circulação, seu tempo de circulação ou de curso", conforme diz Marx (2014, p. 201).

Naturalmente, o processo de trabalho, isto é, o consumo de energia humana, representa uma quota do tempo de produção, mas, como o capital-mercadoria é resultante do metabolismo entre meios de produção M_p e força de trabalho T , cumpre notar o papel daqueles junto ao tempo de produção final. A parcela invariável do capital é absorvida pela produção ao participar ativamente do seu desenvolvimento bem como em razão de pausas regulares e situações de armazenamento, portanto, embora o capital constante mantenha-se inoperante, o tempo de produção permanece em movimento.

Além disso, uma parte do capital produtivo pode funcionar inclusive à margem do processo de trabalho. Segundo Marx (2014, p. 202), "nesse caso, o processo de produção - e, por conseguinte, a função dos meios de produção - continua em marcha, apesar de interrompido o processo de trabalho e, com ele, a função dos meios de produção como meios de trabalho". Sendo assim, a diferença entre o curso da produção e o tempo de trabalho se deve, em primeiro lugar, à ociosidade transitória do capital constante junto ao processo produtivo; em segundo lugar, à gestação do capital-mercadoria sem a mediação do trabalho.

Os objetos de trabalho que permanecem à margem da série $P...M'$ e participam do processo de acumulação burguesa na forma de capital latente só podem ser incorporados ao fluxo ininterrupto do valor caso haja depósitos para armazená-los durante a fase preliminar da produção. Segundo Marx (2014, p. 202), "as construções, os aparatos etc. necessários como receptáculos do estoque produtivo (do capital latente) são condições do processo de produção e constituem, desse modo, partes do capital produtivo adiantado". Embora os objetos de trabalho mantenham-se temporariamente inativos, o uso esporádico da força de trabalho sobre o material armazenado amplia a massa de valor do capital latente, no entanto, conforme diz Marx (2014, p. 202), "uma parte desse trabalho, como a de qualquer outro trabalho assalariado, não é paga", portanto, ainda que o processo de trabalho seja de curta duração, o capital retira do proletariado o excedente que garante seu impulso vital. Em suma, o curso da produção capitalista corresponde ao tempo de gestação do capital-mercadoria, cujos

³⁵ A autovalorização do capital é uma totalidade entre dois momentos reciprocamente dependentes, isto é, uma unidade indivisível entre produção e circulação. Assim como o tempo de realização social do trabalho determina a velocidade de abastecimento do mercado, a relação entre compra e venda pode atrasar o fim da rotação e, por conseguinte, o retorno do dinheiro ao seu ponto de partida. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 518.

componentes lhe dão forma de modo circunstancial: enquanto a força de trabalho T participa em ato do capital produtivo, os meios de produção Mp transferem valor ao produto-mercadoria de P mesmo à margem do processo de trabalho.

Qualquer que seja a razão pela qual o tempo de produção torne-se superior ao tempo de trabalho - seja porque os meios de produção constituam apenas capital produtivo latente, isto é, encontrem-se ainda numa fase preparatória do verdadeiro processo de produção, seja porque sua função se interrompa no interior desse processo devido às suas pausas ou, finalmente, porque o próprio processo de produção provoque interrupções no processo de trabalho -, em nenhum desses casos os meios de produção atuam como absorvedores de trabalho. E como não absorvem trabalho, tampouco absorvem mais-trabalho (MARX, 2014, p. 203).

Embora o capital variável seja um pressuposto ao processo de acumulação parasitária, há uma diferença entre o tempo de produção e o cumprimento sistemático da maldição de Sísifo pelo proletariado, pois a esfera produtiva dispensará, por razões determinadas, o uso da força de trabalho. Seja como for, a tendência da economia capitalista, apesar dos limites que impedem a correspondência entre o tempo de gestação do capital-mercadoria e o processo de trabalho, é aumentar sua produtividade e, por extensão, sua massa de valor. Retomando o que já foi esclarecido anteriormente, Marx (2014, p. 204) reitera que a passagem do valor pela produção capitalista equivale ao "tempo durante o qual o capital produz valor de uso e valoriza a si mesmo, ou seja, o tempo em que ele funciona como capital produtivo, embora durante parte desse tempo permaneça latente ou produza sem se valorizar".

Ainda que o aumento da produtividade seja uma tendência da economia capitalista, uma vez que o frenético processo de acumulação acelera a passagem do valor pelo capital produtivo, o tempo de curso representa um limite à renovação intempestiva do circuito D-M-D'. Se, por um lado, o ritmo da produção é determinado internamente, isto é, pelo domínio cada vez maior dos trabalhadores pela grande indústria, por outro, a irregularidade das metamorfoses na esfera da circulação impede que haja um controle absoluto do tempo pelo capital, de modo que a antítese de seu crescimento instantâneo reside exatamente no seu mecanismo de reprodução. Conforme Marx (2014, p. 205) destacou, "o tempo de curso do capital limita, em geral, seu tempo de produção e, por conseguinte, seu processo de valorização. E os limita, decerto, em relação à sua duração³⁶". Ao obstruir a identidade entre

³⁶ A esfera da circulação representa um entrave ao desenvolvimento capitalista, pois quanto maior for o tempo de permanência do valor no mercado, menor será a velocidade de rotação do capital. Como o intercâmbio entre mercadoria e dinheiro exige um intervalo mais ou menos prolongado, ele retardada o encerramento do ciclo ou, mais exatamente, o processo de reprodução em escala ampliada. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl.

produção e acumulação, a circulação representa um estorvo necessário ao funcionamento do capital industrial, um pressuposto à valorização do valor, uma etapa que, devido às demandas estruturais da economia capitalista, deve ocupar um espaço menor em seu tempo de rotação.

Apesar de impossibilitar a valorização imediata e demonstrar os limites do horizonte burguês, uma vez que o tempo de curso é necessário ao processo de acumulação, a circulação representa, para a tradição liberal, o desfecho para as controvérsias sobre a origem do lucro, de modo que o cerne do desenvolvimento capitalista estaria na relação complementar entre compra e venda, isto é, no conjunto de metamorfoses situadas à margem da produção. Seduzido pelos encantos do sofisma burguês, o *laissez-faire* limita sua demonstração à superfície do capital e vê a plena realização do *ethos* na esfera da circulação.

Composta pela interdependência entre dois momentos, a circulação, embora represente um entrave à valorização instantânea, está parcialmente sob o controle do capital, uma vez que a metamorfose representada em D-M, isto é, a aquisição das forças produtivas mediante o equivalente universal, pode ser feita conforme suas necessidades. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 205): "Como dinheiro, o valor encontra-se numa forma que pode ser convertida a qualquer momento". Apesar disso, a série D-M apresenta uma contrariedade fortuita, como o tempo prolongado em caso de oferta indisponível, fornecimento distante, aumento dos preços e outras variáveis à margem da representação formal. Incapaz de evitar as perturbações que retiram sua autonomia na esfera da circulação, o capital permanece vulnerável aos transtornos do processo de troca.

É possível que os meios de produção não estejam disponíveis no mercado, mas tenham de ser produzidos ou trazidos de mercados longínquos, ou que se apresentem falhas em sua oferta normal, mudanças de preços etc.; em suma, uma grande variedade de circunstâncias que não podem ser reconhecidas na simples operação D-M, mas que consomem, nessa parte da fase da circulação, ora mais, ora menos tempo (MARX, 2014, p. 206).

As operações inscritas na esfera da circulação podem diminuir o ritmo do processo de acumulação burguesa se a relação entre compra e venda for dividida por intervalos extensos, o que ocorre em caso de desagregação dos agentes responsáveis pela troca, portanto, além da separação subjacente à formalidade das metamorfoses, uma vez que são executadas em momentos distintos, a aglutinação do mercado interfere diretamente no tempo de rotação do capital. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 206): "É igualmente

possível que as operações M-D e D-M, que são separadas no tempo, possam também estar separadas no espaço, que o mercado de compra e o mercado de venda sejam espacialmente distintos".

O percurso do valor pelas três figuras do processo cíclico demonstra que, embora haja uma tentativa de transformar o tempo numa grandeza subordinada às necessidades do capital, as flutuações na esfera circulação impedem o desenvolvimento arbitrário da economia burguesa.

3.1.3 Os custos de circulação

As metamorfoses do valor na esfera da circulação correspondem paralelamente ao exercício das funções reservadas à classe dominante pelo capital, de modo que, antes de condenar o proletariado ao cumprimento do seu castigo profano, o capitalista reúne, mediante o poder social do dinheiro, os elementos necessários à produção de mercadorias, cuja representação formal reside em D-M; através do metabolismo entre as forças produtivas, a forma celular adquire um novo substrato no interior do processo de acumulação, cujo movimento ulterior está contido na série M'-D', isto é, na venda do capital-mercadoria pelo seu possuidor. Se, por um lado, as operações comerciais inscritas no ciclo do capital industrial determinam o tempo de curso, por outro, atribuem à burguesia seu papel no mercado.

As transformações de forma do capital, de mercadoria em dinheiro e de dinheiro em mercadoria, são, ao mesmo tempo, operações comerciais de compra e venda. O tempo em que essas transformações de forma do capital se realizam é, subjetivamente, o tempo de venda e de compra, o tempo durante o qual ele atua no mercado como vendedor e comprador (MARX, 2014, p. 209).

Os circuitos D-M e M'-D' representam etapas constitutivas do sistema capitalista, uma vez que a compra dos elementos produtivos e a venda da mercadoria resultante da maldição de Sísifo correspondem aos extremos do processo de acumulação burguesa, entretanto a relação mutuamente complementar entre os dois momentos consiste apenas numa mudança de forma do valor. Segundo Marx (2014, p. 209), "se as mercadorias são vendidas por seus valores, a grandeza de valor permanece inalterada tanto na mão do comprador como na do vendedor; altera-se apenas sua forma de existência".

Atuando como capital personificado, a classe dirigente garante a passagem do valor pelas formas que lhe são evanescentes acrescentando força de trabalho às metamorfoses inscritas na esfera da circulação, pois a existência de um terceiro, cujo ofício é aumentar a

velocidade do tempo de curso, torna-se imprescindível ao processo de acumulação burguesa. Embora o intermediário contratado pelo capitalista desempenhe uma função improdutiva, uma vez que a massa de valor permanece a mesma durante a relação entre compra e venda, sua performance interfere diretamente no desenvolvimento da produção capitalista.

Para o capitalista que coloca outros para trabalhar para si, a compra e a venda tornam-se uma função fundamental. Como se apropria do produto de muitos numa grande escala social, ele também tem de vender esse produto na mesma escala e, mais tarde, reverter o dinheiro nos elementos de produção. Tal como antes, o tempo de compra e venda não cria valor algum (MARX, 2014, p. 211).

Assim como os trabalhadores que atuam diretamente na produção de mercadorias, a figura do intermediário no processo de troca é indispensável à progressão do valor, de modo que sua existência é incorporada segundo as necessidades do capital, portanto à medida que a produtividade social do trabalho aumenta e o mercado cresce, a esfera da circulação absorve uma força de trabalho responsável pela execução do conjunto de suas metamorfoses.

O cumprimento de uma tarefa à margem do processo produtivo, embora represente um custo incapaz de agregar valor ao capital-mercadoria, também resulta em tempo de trabalho usurpado pela classe dirigente, cuja finalidade é diminuir as consequências deletérias sobre o processo de valorização do valor. Para o capitalista, conforme assinalou Marx (2014, p. 212), "trata-se de um ganho positivo, pois assim reduz-se o limite negativo colocado à valorização de seu capital". Destituído de pudor e obcecado por trabalho excedente, o burguês consegue mitigar os custos de circulação subordinando o agente de compra e venda à exploração estrutural da economia capitalista, portanto, apesar de exercer uma tarefa complementar, seu representante está submetido à mesma espoliação do trabalho produtivo.

Além de impedir a valorização instantânea do capital, uma vez que o resultado do metabolismo entre as forças produtivas deve cumprir a metamorfose M'-D', a esfera da circulação impõe efeitos retroativos à classe dominante. Se, por um lado, o intermediário representa um estorvo necessário ao funcionamento do mercado, uma vez que impulsiona a relação entre compra e venda reduzindo a valorização do valor, por outro, a contabilidade revela que o egoísmo burguês, expressão subjetiva do capital, materializa-se em custos improdutivos, porém subjacentes ao processo de acumulação despudorada. Ao desempenhar suas atribuições de classe reservando parte do mais-valor ao controle da produção na forma de cálculo, a classe dirigente incorpora à esfera da circulação uma tarefa cuja necessidade é diretamente proporcional ao desenvolvimento da economia capitalista. Segundo Marx (2014,

p. 215), "a contabilidade, como controle e resumo ideal do processo, torna-se tão mais necessária quanto mais o processo se realiza em escala social, perdendo seu caráter puramente individual", portanto, à medida que a produção capitalista se torna onipresente, o movimento da riqueza se transforma idealmente numa balança de pagamentos. O montante adquirido após a operação M'-D', além de garantir a renovação periódica do metabolismo entre as forças produtivas, deve paralelamente cobrir a despesa com contabilidade, que, apesar de manter inalterado o valor final do capital-mercadoria, é necessária ao funcionamento da produção capitalista.

Os efeitos deletérios acarretados pela esfera da circulação sobre o processo de acumulação burguesa incluem também os custos para manter o dinheiro como figura mais desenvolvida da forma de valor, de modo que, conforme a metamorfose da mercadoria assume um caráter global, o consumo de moeda é ampliado. Assim como ocorre com o intermediário e o controle da produção segundo uma representação monetária, parte da soma obtida após o circuito M'-D' é reservada aos gastos com outra demanda à margem da fase produtiva.

A esfera da circulação, conforme foi esclarecido por Marx ao demonstrar os entraves do tempo de curso, assume um caráter ambivalente no interior do processo de acumulação burguesa: por um lado, impede que haja valorização instantânea do valor devido à espera pela venda do capital-mercadoria; por outro, apresenta-se como momento constitutivo da produção capitalista através da correspondência entre suas metamorfoses.

O armazenamento da riqueza proveniente da operação M'-D' consiste num estorvo ao desenvolvimento capitalista, pois o intervalo da mudança de forma interfere diretamente na passagem do valor pelas figuras inscritas no ciclo do capital industrial, porém a existência de mercadorias em estoque é um pressuposto à aquisição das forças produtivas mediante o poder social do dinheiro. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 218): "A existência constante da mercadoria no mercado, o estoque de mercadorias, aparece para D-M como condição do fluxo do processo de reprodução, assim como do investimento de capital novo ou adicional".

O estoque da riqueza formado a partir do metabolismo entre os elementos produtivos exige da classe dirigente uma soma destinada às necessidades da circulação, uma vez que a oferta permanente de mercadorias só é possível mediante investimento na forma de depósito em geral, conservação e força de trabalho. A massa de valor contida nos componentes do processo de armazenamento está situada à margem da fase produtiva, mas altera a grandeza do capital-mercadoria.

Aqui o valor das mercadorias só é conservado ou aumentado, porque o valor de uso, o próprio produto, apresenta-se sob determinadas condições objetivas que custam um investimento de capital e são submetidas a operações que incrementam os valores de uso com trabalho adicional (MARX, 2014, p. 219).

O armazenamento de riqueza, embora represente um momento constitutivo da circulação do capital, está presente também em sistemas produtivos cujo metabolismo social é determinado em última instância pela produção de valores de uso, portanto historicamente os estoques antecedem o processo de mercantilização geral acarretado pela economia burguesa. A formação de depósitos que possam garantir o intercâmbio global entre os produtos do trabalho emerge da combinação entre o processo originário, o trabalho assalariado e a destruição das formações pré-capitalistas, o que demonstra haver uma íntima relação entre o papel do armazenamento em geral e as transformações estruturais.

A formulação de categorias destituídas de conteúdo substantivo, entrave que impede o desenvolvimento categorial da economia política clássica, concebe o estoque como necessidade singular da produção capitalista. Segundo Marx (2014, p. 220), "Adam Smith confunde a forma do estoque com o estoque propriamente dito e crê que a sociedade tenha vivido até então na urgência diária de garantir sua sobrevivência ou expostas às contingências do dia seguinte. Trata-se de um erro pueril".

A autovalorização do capital, como movimento propulsor das relações que lhe são constitutivas, transforma o estoque num setor cujo volume deve estar acomodado às necessidades da produção, de modo que a falta de abastecimento interrompe a sucessão de metamorfoses e causa uma perturbação sistêmica. À medida que a economia capitalista adquire um caráter onipresente através da combinação entre o aumento da produtividade social do trabalho, o desenvolvimento dos transportes, a comunicação global e o sistema de crédito, o consumo produtivo dispensa o armazenamento devido à capacidade sistêmica de reposição instantânea. Se, por um lado, os circuitos do mercado mundial viabilizam a execução imediata da série D-M e promovem a dissolução dos estoques, por outro, elevam a grandeza social do trabalho e provocam um estancamento no interior do processo de acumulação.

A expansão da economia capitalista, ao contrário do que propunha a tradição liberal, é determinada pelo crescimento permanente do volume de mercadorias, isto é, pelo aumento necessário da massa de valor mediante a correspondência entre as três figuras inscritas no ciclo do capital industrial, portanto associar a escala da produção ao interesse mútuo entre os agentes de mercado consiste numa distorção da racionalidade imanente ao

processo de acumulação burguesa³⁷. “A ideia de um modo de produção capitalista numa condição estável, de não crescimento, é improvável, se não totalmente impossível” (HARVEY, 2013, p. 243). Apesar de vislumbrar um equilíbrio entre oferta e demanda na esfera da circulação, o movimento do capital é renovado segundo suas necessidades estruturais. Como princípio regulador da economia burguesa, o *laissez-faire* consiste num formalismo cujo paralelo só encontraríamos na razão especulativa.

Com o desenvolvimento da produção capitalista, a escala da produção é determinada em grau cada vez maior pelo volume de capital de que dispõe o capitalista individual, pelo impulso de valorização de seu capital e a necessidade de continuidade e ampliação de seu processo de produção. Com isso, cresce necessariamente, em cada ramo específico de produção, a massa de produtos que se encontram no mercado como mercadorias ou que procuram comprador. Cresce a massa de capital fixada por mais ou menos tempo na forma de capital-mercadoria. Com isso, cresce o estoque de mercadorias (MARX, 2014, p. 224).

A necessidade estrutural da economia capitalista de superar sua própria escala produtiva transforma o estoque num setor restritivo à valorização do valor, uma vez que o armazenamento prolongado reduz a soma proveniente da operação $M'-D'$. Segundo Marx (2014), os custos acarretados pelo estancamento da circulação representam um efeito retroativo sobre o processo de acumulação em virtude da abundância de mercadorias. O capital aumenta a produtividade social do trabalho segundo uma determinação sistêmica, independente da vontade dos agentes de mercado, de modo que o equilíbrio predestinado entre oferta e demanda representa apenas uma casualidade do modo burguês de produção, sem qualquer instância de regulação ou planejamento porque suas operações ocorrem em meio à anarquia da concorrência.

Além dos custos de circulação já enumerados, o processo de acumulação burguesa pressupõe o desenvolvimento dos transportes, pois, à medida que a produção capitalista adquire um caráter global, os agentes de mercado se deparam com distâncias colossais³⁸. A soma necessária à redução do intervalo que obstrui o metabolismo do trabalho social, ao contrário dos investimentos retroativos apontados anteriormente, altera a grandeza de valor da mercadoria devido ao aspecto particular dos transportes, setor da indústria cujo

³⁷ O sentido geral do modo burguês de produção é o crescimento infinito, portanto, como o metabolismo social é organizado em torno do processo de valorização do valor, todas as barreiras à acumulação capitalista, como interdições ambientais, leis trabalhistas e governança global, devem ser sumariamente derrubadas. Para mais detalhes, ver: HARVEY, David. *Para entender o capital*: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 249.

³⁸ Eric Hobsbawm, analisando a economia capitalista durante um período de triunfo do *laissez-faire* (1848-1875), destaca a importância dos transportes e das comunicações para sua expansão global, notadamente o crescimento da rede ferroviária e do telégrafo. Para mais detalhes, ler: HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 59

funcionamento na esfera da circulação lhe reserva um traço ambivalente: 1) assume uma função produtiva ao impulsionar o crescimento do valor por meio do deslocamento da mercadoria; 2) satisfaz as necessidades do comércio mundial ao garantir a transferência da riqueza de uma região à outra.

A indústria do transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro lado, ela se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção *dentro* do processo de circulação e *para* o processo de circulação (MARX, 2014, p. 229).

A indústria dos transportes, em virtude do seu próprio funcionamento, representa um caso particular da produção, uma vez que o excedente obtido mediante a exploração do trabalho é processado de forma instantânea na esfera da circulação.

3.2 A Violência subjacente à rotação capital

O objetivo desta seção é demonstrar como a totalidade do processo de produção e circulação do capital pressupõe tanto o intercâmbio desigual mistificado pelo direito burguês, isto é, a exploração representada na forma-salário, como o esgotamento das capacidades físicas e espirituais dos trabalhadores.

3.2.1 A Unidade entre as fases do processo cíclico

A composição orgânica do capital, cujo arranjo equivale à distribuição do valor pelas formas que lhe são constitutivas, apresenta, no interior de seu metabolismo, ritmos alternados para o consumo dos fatores necessários à execução da série P...M'. O capital constante, por exemplo, desempenha suas atribuições na esfera da produção segundo a forma e o conteúdo de seus elementos, portanto a transferência da massa de valor pode ser realizada num único ciclo ou de modo prolongado. O caráter permanente dos meios necessários ao processo de trabalho revela que, mesmo após a extração do mais-valor, uma parte do capital constante é mantida em funcionamento de forma renovada até sua completa perda produtiva. Segundo Marx (2014, p. 239), "essa parte do valor de capital fixada no meio de trabalho circula tanto quanto qualquer outra", entretanto sua participação no processo de acumulação infinita é esparsa. Subordinado a necessidades sistêmicas, o trabalhador, confrontado pela miséria estrutural, pelo aparelho jurídico que garante a reprodução normativa da sociedade

burguesa e pela força repressiva do Estado, cumpre seu castigo secular transferindo gradualmente a massa de valor concentrada nos meios de trabalho à forma mercadoria sem que haja uma brusca exaustão.

A circulação da parte do capital aqui considerada é uma circulação peculiar. Antes de tudo, ela não circula em sua forma de uso: é apenas seu valor que circula e, mesmo assim, gradualmente, de modo fragmentado, à medida que vai sendo transferido ao produto, que circula como mercadoria (MARX, 2014, p. 240-241).

O aspecto singular dos meios de trabalho, ou seja, a manutenção de seus elementos constitutivos durante a produção de mercadorias bem como a transferência sucessiva do valor até sua operação derradeira, revela a existência de uma quota do capital constante absorvido sem liquidez, portanto inscrita de forma renovada no impulso vital da economia burguesa. "Por meio dessa peculiaridade, essa parte do capital constante assume a forma de capital fixo" (MARX, 2014, p. 241).

Além disso, os meios de trabalho, em virtude de seu lugar no processo produtivo, são excluídos do consumo final, isto é, participam da autovalorização do capital sem que haja uma incorporação de suas propriedades à forma mercadoria. Sendo assim, embora exerça suas funções no interior do processo produtivo, "os meios de trabalho propriamente ditos, os suportes materiais do capital fixo, só se consomem produtivamente e não podem entrar no consumo individual" (MARX, 2014, p. 241).

O tempo de permanência dos meios de trabalho na esfera da produção é determinado pela sua durabilidade, de modo que a massa de valor armazenada em sua superfície após a execução do estágio P é alterada conforme a extensão de seu funcionamento no processo de acumulação burguesa. Quanto maior for a conservação produtiva dessa parcela do capital constante, mais lenta será a transferência do valor até seu desgaste final, permitindo um desempenho mais longo no interior do movimento cíclico.

Dado que o meio de trabalho, como qualquer outro suporte material de capital constante, só transfere valor ao produto na medida em que perde, com seu valor de uso, seu valor, fica claro que quanto mais lenta for a perda de seu valor de uso, isto é, quanto mais tempo ele operar no processo de produção, mais longo será o período em que o valor de capital constante permanece nele incorporado (MARX, 2014, p. 243).

Além disso, a participação dos meios de trabalho no processo de acumulação burguesa resulta numa circulação peculiar do valor, uma vez que, por se tratar de capital fixo, parte dele permanece concentrada nos elementos produtivos, parte é absorvida pela

mercadoria, convertida em dinheiro após sua metamorfose na esfera da circulação. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 245): "Seu valor agora, portanto, assume uma dupla existência. Uma parte dele permanece vinculada à sua forma de uso ou natural, que integra o processo de produção, enquanto outra parte se desgarra dessa forma como dinheiro". Componente do processo de acumulação burguesa, o capital fixo conserva, de modo decrescente, uma grandeza de valor após a execução da série P...M', participando, por esse motivo, da expansão capitalista de maneira renovada até ser completamente esvaziado.

Além dos meios de trabalho, o capital constante contempla igualmente objetos que, na esfera da produção, são consumidos de forma instantânea e transferem por inteiro sua massa de valor após o encerramento do processo produtivo. Segundo a forma social, a compra desses elementos no mercado resulta em capital circulante, uma vez que sua absorção é processada sem intervalos regulares. De acordo com Marx (2014, p. 246), "sua rotação não é interrompida, como a do capital fixo, mas percorre continuamente o ciclo inteiro de suas formas, de modo que esses elementos do capital produtivo não cessam de ser renovados *in natura*", portanto o caráter fluido desse conjunto de mercadorias e o desenvolvimento frenético do capitalismo exigem reabastecimentos sistemáticos ou perfeitamente acomodados às necessidades de uma economia global.

Finalmente, a grandeza monetária transformada em forças produtivas com rápida absorção durante o movimento cíclico compreende também o único componente capaz de garantir o desenvolvimento da grande indústria: o capital variável. O consumo da massa de valor incorporada à mercadoria através da exaustão proletária exige reposições periódicas da força de trabalho, pois, conforme assinalou Marx (2014, p. 246-247), "a compra tem de ser constantemente renovada nos prazos habituais". Ao contrário dos materiais auxiliares e dos substratos naturais sobre os quais o operário emprega seu vigor produtivo, que apenas transferem valor à mercadoria, a força de trabalho representa o fundamento da expansão burguesa, uma vez que, através da espoliação estrutural, mantém o processo de reprodução em escala ampliada. Apesar disso, em face de sua liquidez, ambos pertencem à categoria de capital circulante.

Destituído dos seus meios de subsistência, o operário se depara na esfera da circulação com a burguesia, cujo dever, enquanto capital personificado, consiste na extração do mais-valor bem como na compra regular da força de trabalho, isto é, no pagamento necessário aos custos de vida dos empregados. Conforme Marx (2014, p. 247) declarou, "é o próprio trabalhador que converte o dinheiro recebido por sua força de trabalho em meios de subsistência a fim de reconvertê-los em força de trabalho, de manter-se vivo", portanto a

grandeza de valor reservada aos produtores na forma de salário corresponde somente ao rebaixamento do homem à condição animalésca, à mera satisfação de suas necessidades primárias.

O domínio da força de trabalho pelo capital, agravado com o emprego da maquinaria, apresenta, como lei social, a extração do mais-valor, portanto, seja qual for o grau de aplicação da ciência moderna, a espoliação é um elemento constitutivo do processo de acumulação infinita. Conforme o avanço tecnológico acelera a defasagem dos componentes produtivos estabelecendo novas condições materiais de existência, cujo impulso reside na disputa entre os capitais singulares pelo controle do mercado, a renovação dos meios de trabalho sofre um verdadeiro cataclismo, de modo que o tempo de permanência do capital fixo no processo produtivo é drasticamente reduzido em função da concorrência.

A luta concorrencial, especialmente quando se trata de revolucionamentos decisivos, força a substituição dos antigos meios de trabalho por novos antes que os primeiros tenham chegado ao término natural de sua vida. São principalmente as catástrofes, as crises que forcem tal renovação prematura dos equipamentos industriais em grande escala (MARX, 2014, p. 253).

A luta entre capitais de um mesmo setor pelo monopólio da oferta na esfera da circulação transforma bruscamente os padrões tecnológicos do processo produtivo, alterando regularmente as condições materiais do crescimento *ad infinitum*. A destruição acarretada pela introdução de novos meios de trabalho decreta, por um lado, o colapso de capitais em formação ou com modesto poder de investimento; por outro, exige da classe operária adequação instantânea às formas mais desenvolvidas de produção do valor. Como um hospedeiro dominado pelo parasita, o trabalhador rapidamente se adapta à reestruturação produtiva do capital entregando-lhe a substância que garante sua acumulação infinita.

Os meios de trabalho também consomem a vitalidade operária fora da produção de mercadorias, uma vez que seu funcionamento pressupõe tarefas habituais de conservação, desempenhadas durante os intervalos para o repouso, portanto nem mesmo o tempo de reabilitação necessário à continuidade do processo de trabalho é reservado aos produtores, que, exauridos após o cumprimento de seu castigo profano, são encarregados de evitar o desgaste prematuro do aparato responsável pelo seu esgotamento físico e mental. Esse procedimento vampiresco "é realizado gratuitamente pelos trabalhadores durante as pausas para descanso e, por isso, também frequentemente durante o processo de produção, o que o torna a causa da maioria dos acidentes" (MARX, 2014, p. 256). O serviço de reparo consiste em tempo de trabalho sem remuneração, um direito reservado à burguesia pelo sistema

normativo que garante a circulação da riqueza sem custos adicionais e promove a celebração dos agentes de mercado. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 256): "Esse trabalho não conta no preço do produto. O consumidor o obtém, portanto, gratuitamente. Por outro lado, assim o capitalista recebe gratuitamente os custos de manutenção de sua máquina".

Exaurido pelo funcionamento arbitrário da grande indústria, ameaçado diariamente pelo desemprego estrutural e amordaçado pelo aparelho repressivo do Estado burguês, o trabalhador é inteiramente subordinado a um mecanismo de exploração cuja única finalidade é a acumulação infinita.

O cumprimento do martírio profano pelos trabalhadores apresenta singularidades conforme o setor da grande indústria, isto é, segundo a dinâmica de cada segmento da produção capitalista. Naturalmente, o elemento basilar da economia burguesa é a extração do mais-valor, porém, até adquirir a forma de capital-mercadoria, sua metamorfose pode ser mais curta ou prolongada, abarcando turnos de trabalho consecutivos até que a operação P...M' seja concluída. Nos dois casos, o operário permanece subordinado à autovalorização do capital, ou seja, ao movimento cujo impulso parasitário pressupõe a existência de um hospedeiro capaz de satisfazer suas necessidades sistêmicas.

A extensão do período de trabalho não altera em nada a determinação fundante do processo de acumulação capitalista: a grandeza de valor usurpada pelo burguês na esfera da produção. Se, por um lado, a mercadoria é finalizada em alguns ramos da grande indústria num curto espaço de tempo, exigindo o retorno imediato do operário ao processo de trabalho, por outro, demanda um prazo mais longo até que esteja devidamente consumada, de modo que, nos dois casos, o desfecho é o arranjo nefasto entre espoliação e decaimento.

Num caso, o produto é de natureza discreta, e o mesmo trabalho recomeça diária ou semanalmente. No outro, o processo de trabalho é contínuo, estende-se por um número maior de processos diários de trabalho que, em sua interconexão e na continuidade de sua operação, só fornecem um produto acabado após um prazo mais longo (MARX, 2014, p. 319).

O tempo de execução da etapa produtiva consiste aqui na única diferença entre o conjunto de segmentos da economia burguesa, que, embora apresente singularidades, conserva como aspecto estrutural a extração do mais-valor, portanto a produção do capital-mercadoria, isto é, "o número de jornadas de trabalho conexas que, num ramo determinado de negócios, é requerido para fornecer um produto acabado" (MARX, 2014 p. 321), exige do trabalhador graus determinados de vitalidade orgânica.

O modo pelo qual cada ramo da grande indústria funciona se torna mais claro em períodos de perturbação sistêmica, pois o estancamento da produção acarreta uma gravidade maior para setores com períodos de trabalho mais extensos devido à paralisação sumária do processo produtivo. Ao impedir a finalização do capital-mercadoria, o cataclismo interrompe a passagem do valor pelas figuras do processo cíclico revelando igualmente o desequilíbrio da acumulação infinita, de modo que, quanto mais longa for a pausa, maior será o estrago do organismo inoperante. Conforme assinalou Marx (2014, p. 321), "o que se interrompe aqui não é só o trabalho, mas um ato interconexo de produção. Se a obra não for levada adiante, os meios de produção e o trabalho já consumido em sua produção foram gastos inutilmente".

Além disso, períodos de trabalho mais extensos demandam maior capacidade de investimento, uma vez que a fabricação do capital-mercadoria pressupõe uma renovação periódica dos seus componentes circulantes. Nesse caso, o prazo mais elástico da rotação consome regularmente a força produtiva dos trabalhadores até que a série P...M' seja concluída. Através de pagamentos distribuídos durante o processo de autovalorização do capital, a classe dominante exige do proletariado o cumprimento da maldição de Sísifo amparado pela igualdade formal do direito burguês. Segundo Marx (2014, p. 324), "uma camada de trabalho sobre a outra se deposita no produto. Não só o valor da força de trabalho despendida, mas também o mais-valor é constantemente transferido ao produto durante o processo laboral".

O processo de acumulação capitalista, cuja etapa mais desenvolvida é marcada pela dissolução da concorrência, transforma os investimentos em setores de retorno a longo prazo em expedientes habituais, de modo que tarefas por encomenda bem como os adiantamentos regulares que garantem sua continuidade desaparecem conforme o mercado adquire um caráter onipresente. A subordinação global do comércio à autovalorização do capital revela igualmente o triunfo de oligopólios que passam a controlar a oferta de bens e serviços, cujo surgimento reside em três pontos fundamentais: disputa assimétrica na esfera da circulação, combinação de capitais e participação do sistema de crédito. Confrontado pelo poder unívoco do capital, isto é, pela tirania que emana de sua centralização, o operário perde a sórdida prerrogativa de escolha no mercado de trabalho e é completamente absorvido pelo despotismo sistêmico da economia burguesa.

Na era capitalista desenvolvida, em que, por um lado, somas maciças de capital se concentram nas mãos de indivíduos, enquanto, por outro, o capitalista associado (as sociedades por ações) surge ao lado dos capitalistas individuais e o sistema de

crédito está desenvolvido, apenas excepcionalmente um construtor capitalista constrói por encomenda, para pessoas privadas, isoladas (MARX, 2014, p. 324).

O desenvolvimento da economia burguesa apresenta, como aspecto tendencial, a participação do setor financeiro em ramos da indústria cujo período de trabalho demanda maior concentração de capital, portanto, até que a mercadoria seja consumada, a produção do mais-valor é garantida através de empréstimos que garantem o processo de acumulação parasitária. Segundo Marx (2014 p. 326), "o desenvolvimento do sistema de crédito oferece ao capitalista o cômodo expediente de adiantar - e, desse modo, também arriscar - capital alheio, em vez de capital próprio".

O cinismo burguês adquire nesse ponto sua forma mais desenvolvida, quando a igualdade formal do contrato e a cobrança de juros negam a espoliação como base do processo de acumulação capitalista. Por um lado, a onipresença da grande indústria se deve ao equilíbrio metafísico entre oferta e demanda e à obtenção do lucro na esfera da circulação; por outro, a expansão das instituições financeiras reside na capacidade misteriosa de transformar tempo em dinheiro, embora perturbações cíclicas possam revelar o segredo e os riscos de suas operações.

A disputa entre capitais singulares pelo controle do mercado mundial apresenta como corolário o aumento da produtividade, cujas bases residem na combinação entre cooperação, especialização das tarefas, trabalho disciplinado, introdução da maquinaria, fiscalização sistemática e controle absoluto do tempo pelo comando da fábrica.

A satisfação dessas condições pressupõe a participação do sistema financeiro, pois o capital industrial se acomoda às necessidades impostas pelo seu próprio desenvolvimento somente através de empréstimos, quitados naturalmente pela exploração do trabalho. "O crédito, na medida em que possibilita, acelera e aumenta a concentração de capital numa só mão, contribui para abreviar o período de trabalho e, com ele, o tempo de rotação" (MARX, 2014, p. 326-327). Sem qualquer perturbação sistêmica, o processo de acumulação burguesa ocorre num ritmo cada vez mais intenso, subordinando inclusive o tempo à sua expansão infinita, embora cada segmento industrial tenha desenvolvido seus próprios mecanismos de redução do período de trabalho. No mesmo sentido, diz Marx (2014, p. 330): "Os métodos que encurtam o período de trabalho são aplicáveis em distintos ramos da indústria somente em graus diversos e não nivelam as diferenças de duração entre os distintos períodos de trabalho".

Submetido à reestruturação produtiva do capital, o trabalhador cumpre novas exigências na esfera da produção sob ameaça do desemprego, de modo que, entre o

esgotamento diário acarretado pelos novos padrões de extração do mais-valor e as mazelas do exército industrial de reserva, resta-lhe a existência animaléscica garantida através do salário.

A economia burguesa, como sistema produtivo cujo desenvolvimento pressupõe extração de mais-valor, transforma o processo de trabalho no fundamento de sua acumulação parasitária, mas a esfera da produção permanece em funcionamento mesmo quando a maldição de Sísifo é interrompida, uma vez que a fabricação da mercadoria é determinada por forças naturais absolutamente independentes da vontade humana. A interrupção não é determinada pelo esgotamento operário tampouco pela generosidade burguesa, mas pelas condições materiais do próprio objeto, de modo que "durante grande parte do tempo de produção agrega-se trabalho adicional apenas ocasionalmente" (MARX, 2014, p. 332). Após o cumprimento de sua metamorfose no processo de troca, o valor abandona a forma dinheiro e entra na esfera da produção abarcando tanto o processo de trabalho como os fenômenos naturais que embaraçam sua valorização, portanto, embora as noções de tempo tenham sido radicalmente transformadas pelo capitalismo, a natureza estabelece limites à reprodução em escala ampliada, uma vez que sua legalidade interna representa um estorvo à execução da série P...M'.

Embora a gestação da mercadoria em alguns ramos da indústria seja mais extensa em virtude de processos naturais, a economia capitalista absorve as fontes de riqueza encontradas no meio ambiente exaurindo seu potencial de renovação. De acordo com Marx (2014, p. 338), "o desenvolvimento da civilização e da indústria em geral mostrou-se sempre tão enérgico na destruição de florestas que tudo o que esse mesmo desenvolvimento tem feito para a conservação e a produção de árvores é absolutamente insignificante". A exploração virulenta de áreas florestais se deve à formação de um estoque produtivo capaz de garantir o crescimento *ad infinitum*, portanto, de forma antecipada, o burguês reúne o capital circulante necessário à renovação do processo cíclico superando os entraves naturais à sua reprodução.

O processo de acumulação burguesa, conforme já foi declarado, apresenta um caráter orgânico em virtude da interdependência entre as figuras que lhe são constitutivas, portanto, embora a grande indústria tenha reduzido substancialmente o tempo de produção, exigindo dos trabalhadores a execução de movimentos impostos, repetitivos e acelerados, a paralisação da mercadoria na esfera da circulação retardada a absorção sistêmica do valor. Segundo Marx (2014, p. 343), "o tempo de rotação do capital é igual à soma de seu tempo de produção e de seu tempo de curso ou de circulação", de modo que, se a grandeza de valor obtida mediante a exploração do trabalho não for realizada no processo de troca, a

acumulação cíclica é sumariamente interrompida, acarretando um entupimento geral na esfera da circulação.

Apesar de ser um pressuposto à expansão capitalista, a passagem do valor pelo conjunto das formas que lhe são evanescentes pode ser mais ou menos extensa segundo o funcionamento de cada setor da grande indústria, portanto há uma elasticidade na simetria entre produção e circulação devido ao movimento *sui generis* dos capitais singulares. "É evidente, por isso, que durações diversas do tempo de curso fazem com que também o tempo de rotação e, conseqüentemente, a duração do período de rotação sejam diferentes" (MARX, 2014, p. 343).

O tempo necessário ao abastecimento dos mercados, sobretudo aqueles mais longínquos, prolonga o tempo de realização do valor, tornando-se um entrave à expansão do capital na medida em que sua rotação é dilatada. Através do desenvolvimento dos transportes e em condições normais, portanto na ausência de perturbações sistêmicas, a permanência da mercadoria na esfera da circulação é reduzida bruscamente, embora núcleos industriais antes privilegiados pelas condições naturais sejam inteiramente arruinados pela revolução tecnológica.

Um centro de produção que, por estar situado junto a uma estrada ou canal, desfrutava de uma posição privilegiada, encontra-se agora ao lado de uma única via ferroviária, que funciona apenas em intervalos relativamente grandes, enquanto outro ponto, antes completamente distante das vias principais, encontra-se agora no lugar onde várias linhas férreas se entrecruzam (MARX, 2014, p. 346).

Condenados ao desaparecimento pelas novas condições de produção, centros dinâmicos da economia burguesa entram em colapso num processo de rápido deslocamento da mercadoria e acelerada integração dos mercados. O capital, como poder alheio e sujeito do processo de acumulação, institui uma rede comercial sem precedente em virtude de seu ecumenismo profano, embora nem sempre a riqueza obtida pela combinação nefasta entre exploração do trabalho e devastação ambiental seja transformada em dinheiro na esfera da circulação, demonstrando o formalismo da igualdade entre oferta e demanda defendida pelos teólogos do *laissez-faire*.

3.3 A Violência subjacente à relação intersetorial

O objetivo desta seção é demonstrar como o intercâmbio entre os capitais singulares pressupõe tanto a sucção de mais-trabalho, portanto a relação social que mantém o

processo de acumulação infinita, cujas implicações mais imediatas são a miséria e a exaustão do corpo³⁹, como o colapso ou o desmantelamento de formações econômicas pré-burguesas.

3.3.1 A Reprodução e a circulação do capital social total

O capitalismo, em virtude de sua particularidade histórica, submete o processo de trabalho à valorização do valor, portanto, ao concebê-lo como pressuposto da acumulação infinita, atribui-lhe uma nova finalidade. Segundo Marx (2014, p. 449), "o processo imediato de produção do capital é seu processo de trabalho e valorização, processo cujo resultado é o produto-mercadoria e cujo motivo determinante é a produção de mais-valor".

O regime do capital, em face da exploração que lhe é constitutiva, converteu o trabalho numa força absolutamente hostil aos produtores, reservando-lhes o cumprimento diário de seu castigo secular. Subsumido à autovalorização do capital, o metabolismo entre homem e natureza tem como única finalidade o crescimento *ad infinitum*. Subordinada à acumulação frenética do capitalismo, a práxis perde seu caráter livre e consciente, arruína a vitalidade humana e glorifica o caráter fetichista da mercadoria. Conforme já foi assinalado, a correspondência entre produção do valor e seu conjunto de metamorfoses revela a natureza sistêmica da economia moderna, de modo que o descompasso entre as figuras do processo cíclico consiste numa perturbação orgânica, cujo resultado é um entupimento geral. Sendo assim, a absorção do mais-valor na esfera da circulação é um pressuposto à reprodução do trabalho assalariado, marcado pelo arranjo infame entre exaustão, degradação moral miséria etc.

Quer consideremos o ciclo na forma D...D' ou na forma P...P, o próprio processo direto de produção constitui sempre apenas um elo desse ciclo. Numa forma, ele aparece como mediação do processo de circulação; na outra, o processo de circulação aparece como sua mediação. Em ambas as formas, a constante renovação, a constante representação do capital como capital produtivo é condicionada por suas metamorfoses no processo de circulação. Por outro lado, o processo constantemente renovado de produção é a condição das metamorfoses que o capital experimenta constantemente na esfera da circulação, a condição de sua representação alternada como capital monetário e capital-mercadoria (MARX, 2014, p. 449).

Se fosse possível, o mais-valor adquirido na esfera da produção mediante o trabalho assalariado seria absorvido de forma instantânea, pois o controle do tempo é uma

³⁹ Em momentos de crise, as condições de vida dos trabalhadores são dramaticamente arruinadas, pois as perturbações cíclicas e inevitáveis do modo de produção capitalista agravam o pauperismo estrutural e consomem de forma cada vez mais brutal a força de trabalho.

tendência do processo de acumulação capitalista, mas, em virtude de suas próprias determinações, é impossível eliminar as condições mínimas que subjazem a metamorfose da mercadoria.

A passagem do valor pelo conjunto das figuras que lhe são evanescentes confirma tanto a majestade global da economia burguesa como a continuidade da exploração do homem pelo homem. O movimento do capital social, isto é, a reprodução cíclica dos capitais singulares espalhados pela superfície terrestre, revela a escala planetária da civilização burguesa, que condicionou o metabolismo entre homem e natureza à progressão infinita do valor. Inclusive, a existência de sistemas produtivos incorporados ao mercado mundial demonstra que, se não houver um colapso generalizado das formações econômicas pré-capitalistas, seu horizonte é o desmantelamento das fundações primárias. Conforme Marx (2014, p. 451) assinalou, "o ciclo do capital social total, como já observado, inclui também a circulação de mercadorias que não faz parte do ciclo do capital individual, isto é, a circulação de mercadorias que não constitui capital".

Embora, em seus fundamentos, a crítica de Marx ao capital seja caudatária da economia política clássica, reconhecendo inclusive a centralidade do valor-trabalho para o desenvolvimento de seu complexo categorial, a insistência numa conformidade metafísica entre as operações de mercado e a negligência diante da exploração estrutural obstruíram a compreensão mais detalhada do capitalismo pelos economistas burgueses. A. Smith, por exemplo, além de postular um mecanismo capaz de garantir o equilíbrio entre compra e venda, negava a espoliação subjacente ao processo de reprodução em escala ampliada, um exercício de autovalidação que rejeitava tanto a crise como a troca desigual.

O trabalhador cria, portanto, um produto de valor na forma de mercadoria; de acordo com Adam Smith, tal produto é, por um lado, um equivalente de seu salário, e essa parte é determinada pela grandeza de valor de seu salário; conforme essa grandeza for maior ou menor, ele tem de adicionar mais trabalho para produzir ou reproduzir um valor igual àquele de seu salário. Por outro lado, no entanto, o trabalhador adiciona um trabalho ulterior, ultrapassando o limite estabelecido, e esse trabalho cria mais-valor para o capitalista que o emprega (MARX, 2014, p. 477).

A finalidade do burguês ao empregar força de trabalho na produção de mercadorias é obter mais-valor, de modo que a razão estruturante do contrato assinado supostamente entre partes iguais é a espoliação: por um lado, o processo originário dissociou os produtores de seus meios de subsistência, lançando as bases das relações de produção capitalista através da violência; por outro, o salário garante apenas a reabilitação física dos

assalariados, de modo a fornecer regularmente tempo de trabalho não pago cristalizado nas mercadorias.

Ele é valor tanto qualquer outra parcela de valor do produto, mas se distingue pelo fato de que o trabalhador não recebeu por ele equivalente algum, nem o receberá posteriormente; esse valor é, ao contrário, apropriado pelo capitalista sem qualquer equivalente (MARX, 2014, p. 477).

A origem da massa de valor que garante o crescimento infinito reside na forma-salário, cuja finalidade é reproduzir, conforme já foi declarado, a condição meramente animalésca do proletariado. Submetido ao impulso vital da economia capitalista, o trabalho, embora seja uma atividade teleológica, torna-se um dispêndio de energia vital hostil ao livre jogo das forças físicas e espirituais.

O pagamento pelo uso da força de trabalho, reconhecido pelo direito burguês como troca livre e igualitária, reproduz a exploração burguesa, de modo que os operários estariam virtualmente obrigados a cumprir as arbitrariedades de um poder sistêmico, impessoal e violento. "O dinheiro que o trabalhador recebe é gasto por ele para conservar sua força de trabalho, ou seja, com vistas a, considerando a classe capitalista e a classe trabalhadora em sua totalidade, conservar para o capitalista o instrumento mediante o qual ele pode continuar a ser capitalista" (MARX, 2014, p. 482). Destituídos dos meios necessários à sua subsistência como resultado da acumulação primitiva, submetidos à força do Estado moderno e ameaçados pelo desemprego, resta-lhes apenas a sobrevivência por meio do salário.

Porque o valor da força de trabalho - isto é, o preço de venda adequado dessa mercadoria - está determinado pela quantidade de trabalho necessária a sua reprodução e porque essa quantidade de trabalho, por sua vez, está aqui determinada pela quantidade de trabalho requerida para a produção dos meios de subsistência para o trabalhador, ou seja, a quantidade de trabalho requerida para a conservação de sua vida, o salário se converte na renda com que o trabalhador tem de se sustentar (MARX, 2014, p. 482).

Adam Smith pôde superar a teoria fisiocrata da propriedade fundiária ao apontar a relevância do trabalho em geral para a satisfação das necessidades materiais, porém sua insistência na troca de equivalentes inviabilizou a exposição das contradições que regem o processo de reprodução em escala ampliada, como a união nefasta entre riqueza e miséria.

O salário, representação cínica da economia capitalista e arraigado nas fundações do Estado burguês, reproduz o antagonismo de classe sem que a exploração seja claramente

visualizada, pois a extração do mais-valor está camuflada. A operação sorrateira começa através do contrato, com a compra da força de trabalho; durante a produção, a grandeza de valor sem equivalente se torna real; por fim, o movimento é consumado com a venda da mercadoria na esfera da circulação.

A apropriação de mais-valor - de um valor que excede o equivalente do valor adiantado pelo capitalista -, embora introduzida pela compra e venda da força de trabalho, é um ato que se completa no interior do próprio processo de produção e deste constitui um momento essencial (MARX, 2014, p. 487).

Desse modo, o perfeito equilíbrio entre as fases do capital industrial ou, em outras palavras, a passagem do valor pelo conjunto das figuras que lhe são evanescentes é um pressuposto à acumulação infinita. O burguês, conforme diz Marx (2014, p. 488), "deve primeiro transformar a mercadoria em dinheiro, por meio da venda, para então poder continuar sua operação; ele precisa convertê-la na forma de equivalente universal", de modo que a ruptura com a ordem do circuito resulta em paralisação sistêmica.

A economia capitalista, ao contrário da grande maioria dos sistemas produtivos que lhe são anteriores, tem como finalidade o crescimento *ad infinitum*, cujo fluxo pressupõe uma diferença quantitativa entre as extremidades do circuito. Através da exploração do trabalho, a grandeza monetária empregada na compra dos meios necessários à esfera da produção é inferior àquela obtida após a metamorfose do capital-mercadoria, de modo que seu curso não é determinado pela satisfação de necessidades particulares, mas pela acumulação sistêmica. Sendo assim, "a reprodução simples em escala constante aparece, nesse sentido, como uma abstração, na medida em que, por um lado, a ausência de toda acumulação ou reprodução em escala ampliada é uma suposição estranha sobre a base capitalista" (MARX, 2014, p. 498).

O processo de reprodução em escala ampliada, traço peculiar da economia burguesa e mantido pela extração contínua do mais-valor, alcança uma dimensão global à medida que o metabolismo entre homem e natureza é absorvido pela produção de mercadorias, isto é, quando as fontes de riqueza são inteiramente subordinadas à autovalorização do capital. Para os trabalhadores, sua existência no movimento de acumulação infinita começa na esfera da circulação, quando, por meio do contrato, entrega seu corpo ao capitalista, cuja função é criar mais-valor. Após reunir os elementos produtivos mediante o poder social do dinheiro e condenar os trabalhadores ao esgotamento físico, o

burguês espera finalizar o circuito com a metamorfose da mercadoria. Caso isso aconteça, o processo é retomado e, em condições normais, repete-se de forma ininterrupta.

Embora a autorregulação do mercado seja um postulado da economia política clássica, a metamorfose da mercadoria é determinada pelas leis que regem o processo de acumulação capitalista, portanto conceber o *laissez-faire* como expressão irretocável de organização produtiva é negligenciar a fisiologia interna do capital e consagrar a abstração burguesa como método de exposição do objeto. Como a satisfação das necessidades materiais no capitalismo é resultado de uma operação monetária, o consumo pressupõe a circulação do dinheiro, mas, em virtude da desigualdade interna, não há conformidade entre oferta e demanda. "É pura tautologia dizer que as crises surgem da falta de um consumo solvente, ou da carência de consumidores solventes. O sistema capitalista desconhece outros tipos de consumo que não aquele capaz de pagar" (MARX, 2014, p. 514).

Absolutamente vulneráveis às oscilações da economia burguesa, os trabalhadores são excluídos da produção durante as crises e condenados à situação de extrema pobreza, tendo em vista que, num cenário de paralisação sistêmica, o avanço do desemprego resulta em privação generalizada. A miséria se alastra no capitalismo como sintoma da acumulação despudorada, um movimento absolutamente nefasto que arruína a classe trabalhadora em períodos de crescimento ou perturbação.

Além de saquear os produtores através do mais-valor e levá-los ao esgotamento diário, o capital reproduz distorções absurdas, cujo intuito é reforçar seus pressupostos normativos camuflando sua natureza predatória, como a tentativa ardilosa de decompor a estratificação social e a luta de classes transformando o trabalhador em capitalista na esfera da circulação. A inversão dos economistas burgueses pode ser desmistificada da seguinte forma: 1) a existência de um contrato entre partes livres e iguais é puramente formal, inteiramente abstraída das condições materiais; 2) a exploração do trabalho é ocultada pela forma-salário, cujo sentido é reduzir o homem à condição de mercadoria; 3) a venda da força de trabalho não tem como propósito a acumulação, mas apenas garantir a subsistência dos produtores.

Na realidade, a força de trabalho é seu patrimônio (que sempre se renova, se reproduz), não seu capital. É a única mercadoria que ele pode e tem de vender constantemente para viver, e que só atua como capital (variável) quando se encontra nas mãos do comprador, do capitalista. O fato de um homem ser constantemente forçado a vender sua força de trabalho - isto é, vender a si mesmo - a um terceiro demonstra, segundo esses economistas, que tal homem é um capitalista porque dispõe constantemente de uma 'mercadoria' (ele mesmo) para vender (MARX, 2014, 544-545).

Os ideólogos da economia burguesa, com a vulgaridade de suas abstrações, são capazes até mesmo de abolir a relação de classes na sociedade burguesa bem como a exploração que lhe é constitutiva. A venda da força de trabalho tem como finalidade apenas garantir a aquisição dos meios de subsistência pelos operários, de modo que possam fornecer regularmente mais-trabalho à produção capitalista. Dessa maneira, as operações T-D e M'-D' têm propósitos absolutamente distintos: enquanto a primeira mantém os trabalhadores em condição animalésca, limitados à mera reprodução orgânica, a segunda encerra a autovalorização do capital a acumulação parasitária. Para o burguês, a esfera da circulação representa uma etapa do processo de acumulação infinita; para o trabalhador, a esperança de se manter vivo na selva da modernidade. Conforme diz Marx (2014, p. 550), "a classe trabalhadora vive do pão de cada dia, ela compra enquanto pode comprar [...] O capitalista não vive do pão de cada dia. O que o motiva é a maior valorização possível de seu capital", ou seja, proletariado e burguesia entram na esfera da produção desempenhando funções distintas, porém intimamente relacionadas.

Durante o processo de trabalho o capitalista tem em suas mãos o capital variável como força de trabalho criadora de valor, que põe a si mesma em ação, mas não como valor de grandeza dada; no entanto, como só paga ao trabalhador, invariavelmente, depois que a força deste último operou durante um período determinado, mais ou menos longo, o capitalista também já tem em sua mão, antes de pagá-lo, o valor de reposição dessa força, valor que foi criado por ela mesma, acrescido de mais-valor (MARX, 2014, p. 552).

Conforme já foi esclarecido, a exploração do trabalho não encerra o processo de acumulação burguesa: caso a mercadoria seja paralisada em virtude da assimetria entre oferta e demanda, o mais-valor não será absorvido na esfera da circulação, constituindo um entupimento geral. A disfunção no interior da produção capitalista é absolutamente ignorada pelos entusiastas do *laissez-faire*, pois os cataclismos não resultariam de perturbações orgânicas, mas de fatores externos. O caráter holístico do estancamento é comprovado através de seus efeitos colaterais, como a falta de liquidez junto ao sistema de crédito e a contração da renda fundiária, de modo que a independência do capital portador de juros e do arrendatário seria desmistificada com a crise.

Se a parte do mais-valor das mercadorias que o capitalista industrial tem de ceder como renda fundiária ou juro a outros coproprietários do mais-valor não é realizável por um longo tempo mediante a venda das próprias mercadorias, então também o pagamento de renda fundiária ou juro tem um fim, de modo que os proprietários de terra ou os recebedores de juro já não podem mais, por meio do dispêndio dessas

rendas ou juros, servir como *deus ex machina* para converter arbitrariamente em dinheiro determinadas parte da reprodução anual (MARX, 2014, p. 561).

O poder metafísico do capital portador de juros desaparece durante as crises, pois o estancamento da mercadoria na esfera da circulação impossibilita a distribuição do mais-valor entre os agentes parasitários. O mesmo ocorre com o proprietário fundiário, cuja arrecadação entra numa fase de encolhimento à revelia de esforços particulares.

A formação de um excedente, isto é, a abundância de riqueza motivada pelo desenvolvimento da produtividade social do trabalho, revela a capacidade do homem de subjugar as forças naturais e fundar um novo marco civilizatório, mas, para a economia burguesa, consiste num cataclismo, já que sua reprodução pressupõe compra e venda de mercadoria. Conforme Marx (2014, p. 574) destacou, "esse tipo de superprodução é igual ao controle da sociedade sobre os meios objetivos de sua reprodução. No âmbito da sociedade capitalista, no entanto, ele é um elemento anárquico". As perturbações no interior do sistema capitalista já aparecem de forma latente devido à mercantilização geral, que reserva ao dinheiro a função de meio de circulação e substrato provisório do valor, de modo que a escassez monetária na esfera da circulação interrompe o processo de acumulação. Destarte, o equilíbrio entre as operações de mercado é rigorosamente fortuito, sem nenhum estatuto de necessidade, embora seja possível demonstrar a conformidade entre oferta e demanda através do formalismo burguês

O estorvo à autovalorização do capital acarretado pela assimetria no mercado é superado provisoriamente através do comércio exterior, porém essa alternativa "não faz mais do que deslocar as contradições a uma esfera mais ampla, abrindo-lhe um maior campo de ação" (MARX, 2014, p. 573). O processo de acumulação burguesa, em face do seu desequilíbrio estrutural, transforma a superfície planetária num gigantesco espaço de realização do valor, destruindo sistemas produtivos autônomos⁴⁰, criando novos padrões de consumo e arruinado completamente a soberania das nações.

Essa é uma formulação muito nítida de como entender a luta do capital para superar suas contradições internas com o recurso dos "*spatial fixes*" (como eu os chamo),

⁴⁰ A dominação britânica na Índia consiste num exemplo notável da violência que esmaga sociedades tradicionais à medida que a produção capitalista assume um caráter global. Embora Marx tenha vislumbrado um sentido revolucionário para o colonialismo no país asiático, sua interpretação mais conclusiva sobre o assunto está registrada, por exemplo, nos esboços à carta de 8 de março de 1881, destinada à ativista russa Vera Zasulich. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 108.

mediante expansão geográfica, colonialismo e imperialismo, e a globalização do mercado mundial (HARVEY, 2014, 340-341).

O processo de acumulação capitalista é determinado pelas leis que regem sua onipresença devastadora, portanto o aspecto global da economia burguesa reside na sua legalidade interna, cujo movimento, conforme já foi esclarecido, resulta em compressão do tempo, transformação do espaço e trabalho degradante. Desse modo, enquanto a produção de riqueza estiver subordinada à autovalorização do capital, será impossível superar a exploração do homem pelo homem.

O pensamento liberal é incapaz de desvelar a essência da economia capitalista porque insiste nos pressupostos da sociedade burguesa, embora sejam estritamente formais e distorçam o conteúdo real do objeto. O fundamento da acumulação, por exemplo, não pode ser atribuído ao consumo, pois a metamorfose da mercadoria representa apenas a absorção da grandeza de valor extraída na esfera da produção, inclusive aquela fração proveniente da exploração do trabalho.

A ideia de que a acumulação se realiza à custa do consumo é – enunciada desse modo geral – ela mesma uma ilusão, que contradiz a essência da produção capitalista, na medida em que pressupõe que o objetivo e a mola propulsora desta última é o consumo, e não a subtração de mais-valor e sua capitalização, isto é, acumulação (MARX, 2014, p. 610).

Em suma, o que determina o processo de reprodução em escala ampliada é o impulso do capital de superar a barreira que se forma a cada rotação finalizada e se pôr como movimento totalizante e infinito, muito embora sua existência dependa da sucção permanente de mais-trabalho.

4 A VIOLÊNCIA NO LIVRO III DE “O CAPITAL”

O fato de, apesar da dimensão ainda maior da *carnificina*, bem como do número insuficiente e do poder ínfimo dos inspetores, o número dos acidentes ter caído muito desde a introdução da inspeção evidencia a *tendência natural da exploração capitalista*. Essas vítimas humanas se devem, na maioria, à avareza suja dos donos das minas, que, por exemplo, faziam cavar apenas uma galeria, impossibilitando com isso não só qualquer ventilação eficaz, como também qualquer saída, ficando obstruída a única via (MARX, 2017, p. 116, grifo nosso).

Portanto, onde quer que o *capital comercial* exerça um poder preponderante, ele constitui um *sistema de saqueio*, do mesmo modo que seu desenvolvimento nos povos comerciantes, tanto dos tempos antigos como dos mais recentes, vincula-se diretamente à *pilhagem violenta, à pirataria, ao roubo de escravos e ao subjugamento nas colônias*; assim foi em Cartago, em Roma e, mais tarde, entre venezianos, portugueses, holandeses etc. (MARX, 2017, p. 375-376, grifo nosso).

Em capital-lucro, ou, melhor ainda, capital-juros, terra-renda fundiária, trabalho-salário – essa trindade econômica que conecta os componentes do valor e da riqueza em geral com suas fontes –, *está consumada a mistificação do modo produção capitalista, a reificação das relações sociais, o amálgama imediato das relações materiais de produção com sua determinação histórico-social*: o mundo encantado, distorcido e de ponta-cabeça, em que *monsieur Le Capital e madame La Terre* vagueiam suas fantasmagorias como caracteres sociais e, ao mesmo tempo, como meras coisas (MARX, 2017, p. 892, grifo nosso).

4.1 A Violência subjacente à produção do lucro industrial

Este capítulo pretende demonstrar, com base na crítica de Marx à economia política, como a violência se constitui num elemento constitutivo do esquema de distribuição do mais-valor, tendo em vista que o conjunto de suas figuras pressupõe a espoliação representada na forma-salário e o consumo insustentável das capacidades físicas e espirituais do homem. A presente seção, organizado em torno da disputa entre os capitais singulares pelo controle do mercado mundial, apresentará a seguinte ordem de exposição: 1) mistificação do lucro industrial na esfera da concorrência; 2) agravamento das mazelas sociais nos períodos de crise.

4.1.1 Mistificação do lucro industrial na esfera da concorrência

A massa de valor da representação mais elementar da economia capitalista⁴¹ pode ser decomposta em três partes: capital constante, relativo aos meios de produção, capital

⁴¹ Aqui, faço referência à mercadoria, ser aí do valor e forma geral de existência da riqueza no regime capitalista. O método de apresentação (*Darstellungsmethode*) do complexo categorial de Marx em *O capital*, cujo

variável, correspondente à força de trabalho, e mais-valor, resultante da exploração necessária à acumulação infinita. A venda da mercadoria na esfera da circulação contempla tanto o preço de custo como a grandeza monetária proveniente do trabalho excedente, soma indispensável ao processo de reprodução em escala ampliada. Caso sua metamorfose equivalêsse apenas à restituição do investimento em fatores produtivos, haveria uma tautologia entre compra e venda.

A razão dessa diferença consiste no tempo de trabalho incorporado à mercadoria sem equivalente, isto é, na espoliação que reserva miséria e esgotamento aos produtores. “Se a parte do valor-mercadoria constituída de mais-valor não custa nada ao capitalista, é justamente porque ela custa trabalho não pago ao trabalhador” (MARX, 2017, p. 54), por conseguinte a base da acumulação, ao contrário do que propunha a economia política clássica, está na produção, muito embora num primeiro momento esse fato esteja embaçado pela igualdade burguesa. Conforme Marx (2017, p. 54) destacou, “o preço de custo da mercadoria aparece para o trabalhador como o custo real da própria mercadoria”, uma distorção que nega o caráter predatório da economia capitalista.

Caso a mercadoria seja transformada em dinheiro na esfera da circulação, o montante equivalente ao preço de custo apenas garante a reposição das forças produtivas, portanto sem a exploração do trabalho é impossível satisfazer as necessidades do sistema capitalista. “A categoria de preço de custo, por sua vez, não guarda nenhuma relação com a criação de valor da mercadoria nem com o processo de valorização do capital” (MARX, 2017, p. 54), ou seja, deduzir a acumulação do investimento em meios de produção e força de trabalho consiste numa vulgaridade comum ao pensamento burguês. Segundo Marx (2017, p. 55), “na economia capitalista o preço de custo assume a falsa aparência de uma categoria da própria produção do valor”, como se a aquisição dos elementos produtivos mediante o poder social do dinheiro fosse suficiente ao processo de reprodução em escala ampliada. O mistério se resolve com a espoliação da força de trabalho, quando os assalariados entregam uma massa de valor à classe dominante sem receber em contrapartida um equivalente, o que é reconhecido pelo direito moderno como expressão de vontades livres e iguais.

No interior do adiantamento de capital a força de trabalho conta como valor, mas no processo de produção ela funciona como *criadora de valor*. Em vez do valor da força de trabalho, que figura no interior do adiantamento de capital, surge, no capital produtivo realmente *em funcionamento*, a própria força de trabalho viva, criadora de valor (MARX, 2017, p. 56).

movimento reside na dialética entre o abstrato e o concreto, pressupõe a transformação dos produtos do trabalho em mercadoria.

Obviamente, o preço de custo é inferior à magnitude da riqueza produzida pelos trabalhadores, sua grandeza monetária corresponde somente a uma fração da soma adquirida após a metamorfose da mercadoria, entretanto, ao ser apontado como fundamento do processo de reprodução em escala ampliada, assume um intento de classe, pois abstrai a mudança qualitativa da força de trabalho, resultante do deslocamento entre o mercado e a esfera da produção, e nega a exploração como aspecto estrutural do sistema capitalista. Num primeiro momento, a força de trabalho é potência, carrega em si a propriedade de criar valor; posta em ato, fornece a substância que dá vida ao capital.

A mistificação do preço de custo não é apenas uma distorção do objeto, mas um artifício cuja finalidade é ocultar o mecanismo de reprodução em escala ampliada. “O modo de produção capitalista se distingue do modo de produção fundado na escravidão, entre outros motivos, pelo fato de que o valor ou o preço da força de trabalho se apresenta como valor ou preço do próprio trabalho ou como salário” (MARX, 2017, p. 57). Ao contrário do que ocorre em outros sistemas produtivos, a extração do trabalho excedente é camuflada pela forma-salário, o que transforma o preço de custo no fundamento da expansão capitalista. Trata-se aqui de uma confusão entre aparência e essência.

A diferença entre a grandeza monetária investida em forças produtivas e a soma proveniente da massa de valor absorvida na esfera da circulação consiste no tempo de trabalho usurpado durante a produção, ou seja, na exploração do homem pelo homem. “Agora está claro para o capitalista que esse crescimento do valor tem origem nos empreendimentos produtivos realizados com o capital, ou seja, que ele deriva do próprio capital, pois depois do processo de produção ele existe e antes ele não existia” (MARX, 2017, p. 60, grifo nosso).

Destarte, o metabolismo social que reserva aos trabalhadores exaustão e miséria consiste na verdadeira e única origem do lucro, cuja finalidade é incrementar regularmente a produção de mercadorias. O próprio mecanismo de acumulação do capital, em condições normais, extrai e absorve o excedente que garante seu impulso vital. “O lucro, tal como ele se apresenta aqui, é, então, o mesmo que o mais-valor, apenas numa forma mistificada, que, no entanto, tem origem necessariamente no modo de produção capitalista⁴²” (MARX, 2017, p. 62). A distorção do objeto real, ao mesmo tempo que exerce um papel ilusório, nega a

⁴² O tempo de trabalho necessário, cuja representação monetária reside no salário, é um pressuposto à grandeza do mais-valor, pois o grau de espoliação do capital é determinado pelo pagamento que revigora a capacidade de trabalho, isto é, pelo dinheiro que assegura o consumo dos meios de subsistência ao operário e o transforma num verdadeiro Prometeu dos tempos modernos. Muito embora o lucro seja uma figura transmutada do mais-valor, aparece na superfície da produção capitalista com a mais fajuta autonomia, independente do trabalho ou mero resultado da troca, portanto dissociado da exploração de classe. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 495.

exploração imanente à economia burguesa, forjando uma episteme segundo interesses de classe e camuflando a exploração do trabalho. A aparência também se manifesta no consumo de mercadorias, pois, embora satisfaça necessidades humanas, seu sentido genuíno é a acumulação, o que transforma o aspecto qualitativo num efeito secundário para o capitalista, inteiramente alheio às mazelas sociais acarretadas pela contradição entre valor de uso e valor. “O produto que o capitalista tem realmente em vista não é o produto palpável em si, mas o excedente de valor do produto, acima do valor de capital nele consumido” (MARX, 2017, p. 67).

Conforme já foi esclarecido, a acumulação primitiva criou as condições necessárias à exploração do trabalho pela grande indústria, uma vez que, despojado dos seus meios de subsistência, os produtores transformaram sua força vital em mercadoria para garantir a própria existência. O direito moderno, indiferente às transformações históricas que resultaram na sociedade burguesa bem como à espoliação que lhe é constitutiva, autoriza o capitalista a cumprir sua tarefa de classe, isto é, a extrair regularmente mais-valor através do trabalho assalariado e eternizar um sistema produtivo arraigado na combinação nefasta entre violência originária e exploração despudorada. Ao promover o metabolismo entre meios de produção e força de trabalho mediante o poder social do dinheiro, o capitalista, como guardião do movimento de acumulação, cumpre seu dever após a valorização do valor ser consumada na esfera da circulação.

Transformar o valor do capital variável por ele adiantado num valor maior é algo que ele só pode fazer por meio de seu intercâmbio com trabalho vivo, da *exploração de trabalho vivo*. E ele só pode explorar o trabalho na medida em que adianta as condições para a realização desse trabalho - os meios e os objetos de trabalho, a maquinaria e a matéria-prima -, isto é, na medida em que utiliza, na forma de condições de produção, uma soma de valor de que dispõe; do mesmo modo, ele só é capitalista, só é capaz de promover o processo de exploração do trabalho, porque, como proprietário das condições de trabalho, ele se confronta com o trabalhador como mero proprietário da força de trabalho (MARX, 2017, p. 67, grifo nosso).

O mecanismo de acumulação descrito acima pressupõe extração contínua de mais-valor, ou seja, tempo de trabalho incorporado à produção de mercadorias gratuitamente. Sem a espoliação assegurada pelo Estado burguês, é impossível haver lucro. Segundo Marx (2017, p. 68), “o mais-trabalho, ou lucro, consiste precisamente no excedente do valor-mercadoria sobre seu preço de custo, isto é, no excedente da soma total de trabalho contida na mercadoria sobre a soma de trabalho paga nela contida”. Trata-se aqui da diferença que garante o impulso vital da produção capitalista, embora haja uma suposta equivalência representada na forma-salário.

Naturalmente, o tempo de trabalho usurpado na esfera da produção apresenta uma dimensão absoluta, mas a espoliação capitalista deve ser confrontada com o capital total para identificarmos a taxa de lucro, que jamais deve ser confundida com a taxa de mais-valor. Segundo Marx (2017, p. 68), “trata-se de duas medições distintas da mesma grandeza, as quais, em decorrência da diversidade dos padrões de medida, expressam simultaneamente proporções ou relações distintas da mesma grandeza”, ou seja, a massa de valor necessária ao processo de acumulação burguesa sofre uma variação em termos proporcionais.

A taxa de lucro, por se manifestar na superfície da economia burguesa, é absolutamente mistificada pela circulação, de modo que a aparência é transformada num subterfúgio de classe capaz de distorcer a lógica da coisa para fins particulares. “Ambos, o processo imediato de produção e o processo de circulação, invadem constantemente os domínios um do outro, interpenetram-se e, desse modo, falseiam constantemente os traços característicos que os distinguem” (MARX, 2017, p. 69).

Embora a realização do mais-valor corresponda somente à etapa derradeira do processo de acumulação infinita, presta um grande serviço à mistificação burguesa negando a exploração do trabalho. “O próprio mais-valor aparece não como produto da apropriação do tempo de trabalho, mas como excedente do preço de venda das mercadorias sobre seu preço de custo” (MARX, 2017, p. 70). Se aceitássemos essa propriedade sobrenatural, haveria um esvaziamento do próprio objeto, pois a economia capitalista, supostamente independente da forma-salário, absorveria conteúdo a partir do nada. Embora o movimento do capital se apresente de forma autônoma, seu fundamento reside na extorsão de classe. A taxa de mais-valor, ainda que traduza em termos percentuais o grau de exploração da força de trabalho, é incapaz de revelar a grandeza da valorização face à composição orgânica do capital, ou seja, “quando o excedente - hegelianamente falando – volta a se autorrefletir [*zurückreflektiert*] a partir da taxa de lucro, ou, dito de outro modo, quando o excedente é caracterizado mais de perto por meio da taxa de lucro” (MARX, 2017, p. 73).

Em virtude da assimetria entre meios de produção e força de trabalho no decorrer do processo de acumulação infinita, o mais-valor, comparado à totalidade do capital, seria gradualmente rebaixado se os salários e os turnos de trabalho estivessem imunes à virulência da economia burguesa.

Devemos apenas lembrar brevemente que o salário exerce sobre a grandeza do mais-valor e o nível da taxa de mais-valor um efeito inverso àquele exercido pela duração da jornada de trabalho e pela intensidade deste; que o aumento do salário reduz o mais-valor, ao passo que o prolongamento da jornada de trabalho e a elevação da intensidade do trabalho o aumentam (MARX, 2017, p. 77).

A deterioração dos salários, o prolongamento da jornada de trabalho e a imposição de uma escala produtiva frenética correspondem a manifestações sistêmicas do capital, que se apodera de seu hospedeiro com mais violência na tentativa de superar suas contradições e satisfazer seu impulso parasitário. O mais-valor proveniente da exploração do trabalho é absorvido gradualmente em virtude do tempo necessário à metamorfose da mercadoria, de modo que a grandeza do capital paralisado, seja qual for seu substrato, é condicionada pela esfera da circulação. “Uma parte do capital é continuamente imobilizada, seja na forma de capital-monetário, de matérias-primas em estoque, de capital-mercadoria acabado, porém ainda não vendido, seja na forma de títulos de crédito ainda não prescritos” (MARX, 2017, p. 97).

O entrave pôde ser mitigado através dos transportes e das comunicações, que registraram uma expansão notável e reduziram o tempo de rotação do capital contribuindo decisivamente para o processo de acumulação burguesa. Segundo Marx (2017, p. 98), “o tempo de rotação do comércio mundial encurtou-se na mesma medida, e a capacidade de ação do capital nele empenhado mais do que dobrou ou triplicou. É evidente que isso não deixou de provocar um efeito sobre a taxa de lucro”. O aumento da produtividade social do trabalho, como uma determinação estrutural do capitalismo, pressupõe imediata realização da massa de valor em estoque na esfera da circulação, diminuindo inclusive o risco de entupimento geral.

O controle do tempo é de máxima importância para o modo burguês de produção, de modo que a integração do mercado mundial através da navegação, da rede ferroviária e dos telégrafos contribuiu decisivamente para a autovalorização do capital, revolucionando os padrões de circulação da mercadoria e subordinando a totalidade do metabolismo social ao processo de acumulação infinita. A relação complementar entre capitais singulares, por estar situada na superfície da economia burguesa, manifesta-se com autonomia, abstraída do trabalho assalariado. Com um cinismo farisaico, a classe dominante transforma aparência em essência e reveste a barbárie de ternura.

Que ele compra o produto do trabalhador num ramo de produção alheio com o produto do trabalhador em seu próprio ramo de produção e, assim, só dispõe do produto de trabalhadores alheios na medida em que já se apropriou gratuitamente do produto de seus próprios trabalhadores é um nexos eficazmente encoberto pelo processo de circulação (MARX, 2017, p. 113-114).

A metamorfose da mercadoria revela apenas que a expansão do valor foi consumada, mistificando a relação social que condena os trabalhadores à maldição de Sísifo.

As leis que regem a economia capitalista, como a acumulação infinita e as pressões que emanam da concorrência, transformam as condições de existência dos produtores numa força que lhe é estranha e brutal. A miséria, o desperdício de energia humana e o esvaziamento da vida em comunidade são marcas indelévels da sociedade burguesa. Vejamos, por exemplo, como a busca irrefreável pelo aumento da taxa de lucro através da redução de custos com capital constante devasta a dignidade humana.

Essa economia se estende à prática de superlotar recintos estreitos e insalubres com trabalhadores - o que, na língua capitalista, chama-se 'economizar instalações' -, espremer nesses mesmos recintos uma maquinaria perigosa, desprezar o emprego de meios de produção contra o perigo, negligenciar regras de precaução em processo de produção insalubres por natureza ou que, como na mineração, apresentam periculosidade etc. Isso sem falar da ausência de quaisquer expedientes para fazer do processo de produção um processo humano, agradável ou simplesmente tolerável ao trabalhador. Do ponto de vista capitalista, isso seria um desperdício desprovido de propósito e sentido (MARX, 2017, p. 114).

Qualquer iniciativa que possa mitigar os resultados nocivos da produção de mercadorias é prontamente rejeitada pela parcimônia capitalista. Trata-se de uma manifestação sistêmica, independente da vontade burguesa e indiferente aos custos humanos. Conforme Marx (2017, p. 116) declarou, "é esse caráter imediatamente social do trabalho que gera essa dissipação de vida e de saúde dos trabalhadores", portanto que inverte a relação entre sujeito e objeto e arruína a condição humana. Supressão das interdições legais à exploração, aglomeração operária em espaços insalubres, turnos de trabalho prolongados, execução de movimentos impostos, repetitivos e acelerados, deformação do corpo e pauperismo generalizado, eis a combinação nefasta camuflada pela esfera da circulação.

Evidentemente, a jornada de trabalho apresenta variações no interior da produção capitalista, mas a tendência subjacente à expansão do mercado mundial é a queda sistêmica dos salários e a busca desenfreada pelo aumento da taxa de lucro. Seja em situação de concorrência ou oligopólio, o impulso vital da economia burguesa permanece o mesmo: desenvolvimento arraigado na exploração do trabalho. "Numa investigação geral, pressupõe-se sempre que as relações reais correspondem a seu conceito ou, o que é o mesmo, que as relações reais só se apresentam na medida em que expressam seu próprio tipo geral" (MARX, 2017, p. 177-178).

Ainda que o processo de acumulação burguesa seja marcado por diferenças relativas à taxa do mais-valor, a distribuição da riqueza acontece de forma equilibrada entre os capitais singulares, pois eles "se comportam aqui como meros acionistas de uma sociedade por ações, na qual os dividendos se repartem igualmente" (MARX, 2017, p. 193). Ávida por

lucro, a burguesia celebra os resultados de sua tarefa indecorosa com solidariedade de classe, revelando, além de fabulosa diligência como meio de enriquecimento, grande camaradagem entre seus membros.

A taxa de lucro, por se tratar da relação do capital consigo mesmo, na medida em que o mais-valor é comparado à sua composição orgânica, mistifica o processo de reprodução em escala ampliada. A diferença quantitativa entre os extremos do circuito aparece dissociada da espoliação operária. Trata-se de uma confusão necessária à base normativa da sociedade moderna, que tem como finalidade negar a exploração que lhe é constitutiva e reconhecer a legalidade da apropriação coletiva burguesa⁴³.

Como na taxa de lucro o mais-valor é calculado sobre o capital e é referido a ele como sua medida, o próprio mais-valor aparece como algo que surge do capital total, como se emanasse por igual de todas as suas partes, de modo que a diferença orgânica entre capital constante e variável encontra-se apagada no conceito do lucro; portanto, de fato, nessa figura metamorfoseada como lucro, o próprio mais-valor negou sua origem, perdeu seu caráter, tornou-se irreconhecível (MARX, 2017, p. 201).

A própria metamorfose do valor em preço de produção oculta a substância do capital, como se o movimento das mercadorias fosse autossuficiente, independente do trabalho. A essência da economia capitalista é absolutamente camuflada pela transfiguração realizada no mercado, onde a abstração burguesa pode atingir sua apoteose elevando liberdade e igualdade ao infinito.

Por outro lado, embora haja uma interdependência entre o valor das mercadorias e os seus preços diários, a existência de um lucro médio a partir da disputa entre os capitais singulares na esfera da concorrência estabelece uma diferença quantitativa entre ambos, portanto, à revelia da sua mania de enriquecimento, o burguês se depara com flutuações que estabelecem o ritmo de crescimento do seu negócio. Além de não existir um preço geral no interior da mesma esfera produtiva, abstraindo aqui circunstâncias excepcionais como a formação de cartéis, não há coincidência entre oferta e demanda. Na verdade, a esfera da circulação já revela o caráter absolutamente especulativo da economia capitalista ao supor uma igualdade entre mercadoria e dinheiro.

⁴³ A taxa de lucro oculta a exploração capitalista porque a valorização é dissociada do intercâmbio desigual que mantém o crescimento *ad infinitum*. Como o excedente é considerado segundo o volume pressuposto do capital, o tempo de trabalho usurpado na esfera da produção desaparece numa relação mistificada. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 639.

A oferta e a demanda nunca coincidem, ou, se o fazem, é de modo acidental, de maneira que se deve qualificá-las cientificamente como $= 0$, isto é, como se tal coincidência não existisse. Na economia política, no entanto, parte-se da premissa de que coincidem. Por quê? Para considerar os fenômenos na forma que corresponde a suas leis, a seu conceito, isto é, para considerá-los independentemente da aparência provocada pelo movimento da oferta e da demanda” (MARX, 2017, p. 224).

O fluxo ininterrupto das operações de mercado só pode encontrar validade acomodando o objeto a argumentações tautológicas, abstraindo o movimento real da produção capitalista e negando seu caráter contraditório. A existência de mercadorias na esfera da circulação se transforma num cataclismo quando há entupimento geral, ou seja, em caso de escassez monetária ou desequilíbrio entre oferta e demanda, mas essa deformidade é absolutamente rejeitada pelos pressupostos arbitrários do *laissez-faire*.

O movimento da economia capitalista, marcado pela exploração do homem pelo homem, apresenta-se em sua superfície despojado do seu impulso parasitário, revestido de formalidade e absolutamente triunfante. Trata-se de uma negação do trabalho de trabalho usurpado na esfera da produção, da coerção sistemática e das contradições que lhe são irreversíveis.

4.1.2 Agravamento das mazelas sociais nos períodos de crise

O crescimento do capital constante, na forma de matéria-prima, máquinas etc., associado à desvalorização relativa do capital variável, isto é, à participação cada vez menor em termos comparativos da força de trabalho na produção de mercadorias, enquanto aspecto tendencial da economia burguesa, é acarretado pela própria fisiologia interna do capital, cuja expressão reside na diminuição progressiva do lucro médio. Em virtude das leis que regem a própria concorrência, o processo de acumulação perde vigor se o grau de exploração do trabalho for mantido.

A mesma taxa de mais-valor, com um grau de exploração constante da força de trabalho, seria expressa assim numa taxa decrescente do lucro, porque, com seu volume material, também aumenta, ainda que não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e, com isso, do capital total (MARX, 2017, p. 249).

O avanço tecnológico é indispensável ao controle do tempo e do espaço pelo modo burguês de produção e à dissolução da concorrência no interior do sistema capitalista. O desequilíbrio na composição orgânica do capital é acarretado pelo próprio movimento irrefreável do valor, que parece reservar à força de trabalho um caráter obsoleto. Como a mecanização reduz o emprego de trabalho vivo, opera-se uma distorção do objeto, pois o

capital se manifesta como potência autônoma, dissociado de seu fundamento real e soberano. Ainda que sua reprodução pressuponha mais-valor, a diminuição geral do número de trabalhadores reforça a suposta autossuficiência do capital.

A mistificação apresenta um caráter deletério, um estorvo ao próprio desenvolvimento da economia burguesa, pois a relação do capital consigo mesmo se traduz numa queda tendencial da taxa de lucro. À medida que o impulso cego e desmedido por mais-valor revoluciona os métodos de produção, seja em situação de concorrência (repulsão) ou oligopólio (atração), a margem de acumulação é cada vez menor⁴⁴. “A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas *uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho” (MARX, 2017, p. 251).

A economia política clássica, embora tenha superado a distorção do pensamento fisiocrata ao ressaltar a centralidade do trabalho em geral para as condições materiais de existência, eternizou categorias historicamente determinadas, insistiu num suposto equilíbrio entre as operações de mercado e desenvolveu uma análise do capitalismo restrita à sua superfície, de modo que sua falta de clareza conceitual, negligenciando aspectos como contradição e transitoriedade, transforma a queda tendencial da taxa de lucro num mistério. Segundo a arbitrariedade do *laissez-faire*, a economia capitalista representaria um sistema coeso, insuperável e mais adequado à satisfação das necessidades humanas; à medida que as determinações reais do objeto são reveladas, constata-se a existência de antagonismo, provisoriedade e carência.

Menciona-se o fato de que a economia política até o presente tateava às cegas a diferença entre capital constante e capital variável, sem jamais conseguir formulá-lo com exatidão; que ela jamais apresentou o mais-valor separado do lucro, tampouco este último em forma pura, em contaste com seus diversos componentes reciprocamente autonomizados como lucro industrial, lucro comercial, juros, renda fundiária; que ela jamais analisou profundamente a diferença na composição orgânica do capital e, por isso, tampouco o fez com a formação da taxa geral de lucro - então deixa de ser enigmático o fato de que ela jamais tenha encontrado a solução desse enigma (MARX, 2017, p. 251).

⁴⁴ A busca desenfreada por mais-valor, traduzida numa extraordinária capacidade produtiva cujas bases residem na ciência moderna, isto é, num conhecimento rigoroso e aplicado das leis naturais, representa um obstáculo insuperável à manutenção da economia capitalista. A relação social que nasce sob a promessa de eliminar completamente o domínio servil é derrubada pelo próprio estreitamento das condições de acumulação, como o emprego cada vez menor de trabalho vivo. As perturbações que interrompem o crescimento *ad infinitum*, por exemplo, representam o agravamento de contradições sistêmicas ou antagonismos irreparáveis do capital. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 627.

O modo de produção capitalista é marcado pela absorção contínua de mais-valor, o que pressupõe naturalmente exploração de classe; no entanto, em virtude do investimento cada vez maior em componentes do capital constante, o dinheiro transformado em força de trabalho na esfera da circulação diminui em relação à soma geral da riqueza. De acordo com Marx (2017, p. 253-254), “uma alíquota sempre menor do capital total desembolsado converte-se em trabalho vivo, e esse capital total diga, assim, cada vez menos mais-trabalho em relação à sua grandeza”.

A acomodação do tempo e do espaço à acumulação cíclica, a abertura de novos mercados e a transformação da mercadoria em forma dominante de existência da riqueza resultam numa desagregação aparente entre trabalho e capital, traço ilusório do avanço tecnológico e absoluta inversão entre sujeito e predicado no interior de um movimento regido pela contradição. Embora haja uma revolução nas condições materiais de existência e uma queda tendencial da taxa de lucro, a exploração do trabalho atinge uma escala cada vez maior segundo o grau de desenvolvimento da economia burguesa. Conforme Marx (2017, p. 255) declarou, “não só *pode* ser o caso, como *tem de* ocorrer necessariamente assim – abstraindo de flutuações transitórias – sobre a base da produção capitalista”.

O processo de acumulação infinita, com o desligamento sistemático dos trabalhadores e a formação de um exército industrial de reserva, cria as condições necessárias para a absorção progressiva do mais-valor, portanto a desaceleração de seu impulso vital, acarretada pelo emprego cada vez maior em capital constante, resulta em deterioração dos salários ou pauperismo generalizado: quanto maior for a produção de mercadorias, maior será a exploração do trabalho. A antítese imanente à produção capitalista revela como sua fisiologia interna foi mistificada pelos pressupostos dogmáticos dos economistas burgueses.

Com o progresso do modo de produção capitalista, o mesmo desenvolvimento da força produtiva social do trabalho se expressa, por um lado, numa tendência à queda progressiva da taxa de lucro e, por outro, no aumento constante da massa absoluta do mais-valor ou do lucro apropriado; de modo que, em geral, ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos (MARX, 2017, p. 261).

O aumento da produtividade social do trabalho, tendência do sistema capitalista seja em caso de concorrência ou oligopólio, decreta, sem qualquer consideração pela expectativa dos agentes de mercado, o enfraquecimento do organismo em seu âmbito geral. As causas da perturbação que obstrui a expansão infinita resultam das próprias leis que regem o processo de valorização do valor, de modo que a produção de mercadorias em escala planetária e a redução da taxa de lucro são expressões do caráter antitético da economia

burguesa. Trata-se aqui de uma “conexão interna e necessária entre dois termos que aparentemente se contradizem” (MARX, 2017, p. 263).

O movimento contrastante do capital permaneceu confuso até que a natureza de sua negação fosse revelada pela exposição estrutural do objeto, independente do horizonte burguês e atravessado de contradições irreparáveis. Como a economia política clássica, a despeito de seus notáveis avanços, ignorou o antagonismo que rege a produção capitalista, a convulsão sistêmica foi absolutamente negligenciada.

Embora o aumento da produtividade social do trabalho reduza a taxa de lucro em virtude do desequilíbrio na composição orgânica do capital, a acumulação infinita restaura seu vigor através de mecanismos que atuam contra o seu perecimento, de modo que os efeitos da perturbação sistêmica são revertidos pela própria fisiologia da economia capitalista. Conforme diz Marx (2017, p. 271), “é preciso que aí atuem influências contra-arrestantes, que interfiram na ação da lei geral e a anulem, dando a ela apenas o caráter de tendência, razão pela qual também caracterizamos a queda da taxa geral de lucro como tendencial”.

A necessidade da desaceleração burguesa esbarra no impulso de conservação do próprio objeto, revelando tanto os limites do capitalismo quanto suas condições de reabilitação, como a expansão da taxa de mais-valor por meio do prolongamento da jornada de trabalho, a execução de tarefas cada vez mais frenéticas e concentradas etc. O movimento que diminui relativamente o número de empregados no interior da produção capitalista aumenta o grau de exploração do trabalho. A espoliação reativa “não derroga a lei geral, mas faz com que esta atue mais como tendência, isto é, como uma lei cuja aplicação absoluta é contida, refreada e enfraquecida por circunstâncias contra-arrestantes” (MARX, 2017, p. 273).

Além de exaurir os produtores ao mantê-los por mais tempo no processo de trabalho e subordiná-los à intensidade destrutiva da grande indústria, o capital, com a colaboração da população supranumerária, reduz a grandeza dos salários concebendo outro meio de paralisar sua depressão⁴⁵. Conforme Marx (2017, p. 274) assinalou, trata-se de “uma das causas mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro”.

O processo de desaceleração da economia capitalista e o estancamento que relativiza seu caráter necessário apresentam a mesma causa. Por um lado, o desequilíbrio na composição orgânica do capital, marcado pela liberação do trabalho vivo, nega a própria fonte

⁴⁵ Ainda que o estreitamento das condições de autovalorização do capital seja determinado pelo emprego cada vez menor de trabalho vivo na esfera da produção, alguns expedientes freiam provisoriamente a lei da queda tendencial da taxa de lucro, como o desperdício de um gigantesco volume de riqueza, o consumo brutal de energia humana, o pauperismo generalizado etc. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 627-628.

do valor em face do desenvolvimento material; por outro, o alargamento da diferença entre o volume de riqueza produzido pelo trabalhador e o que lhe é restituído em forma de salário restabelece o vigor da acumulação infinita. “A taxa de lucro não cai porque o trabalho se torna mais improdutivo, mas porque se torna mais produtivo. Ambas as coisas, aumento da taxa do mais-valor e queda da taxa de lucro, são apenas formas particulares nas quais se expressa capitalisticamente a produtividade do trabalho” (MARX, 2017, p. 279).

A contradição imanente à economia burguesa demonstra que o encolhimento da taxa de lucro e a sua reversão apresentam a mesma origem, pois na medida em que há uma busca irrefreável do valor de se pôr no infinito mediante a exploração do trabalho, relativizam o estatuto de necessidade devido à tensão que lhes é constitutiva, salientam o fundamento da privação operária na abundância capitalista e decretam a “expropriação dos últimos produtores diretos que ainda disponham de algo a ser expropriado” (MARX, 2017, p. 281). Trata-se de um antagonismo cujos desdobramentos nefastos podem ser resumidos nos seguintes pontos: 1) esgotamento dos trabalhadores, que, subordinados a uma potência que lhes é absolutamente estranha e nociva, são despojados de sua vitalidade; 2) expansão da miséria, que se manifesta em fome, doença, apatia, ignorância e todo tipo de mazela social; 3) destruição de núcleos produtivos autônomos, incapazes de resistir ao caráter global do capitalismo, cuja fragilidade reside exatamente na diferença entre as condições de produção e realização do valor⁴⁶.

Elas divergem não só quanto ao tempo e ao lugar, mas também conceitualmente. Uma são limitadas pela força produtiva da sociedade; outras, pela proporcionalidade entre os diversos ramos de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Essa capacidade não é determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só suscetível de variação dentro de limites mais ou menos estreitos (MARX, 2017, p. 284).

O processo de reprodução em escala ampliada resvala na letargia do consumo, que, em momentos de crise, é virtualmente paralisado, demonstrando a insuficiência explicativa do equilíbrio entre oferta e demanda para o movimento real da economia capitalista. Quanto maior for a produtividade social do trabalho, mais desigual e contraditória

⁴⁶ A disputa desenfreada pela maximização do lucro na esfera da concorrência, em virtude do desequilíbrio insuperável entre as condições de produção e realização do valor, resulta inevitavelmente em crise, portanto o germe da perturbação está no próprio movimento da economia moderna. Mercados saturados, fábricas fechadas, proprietários falidos e trabalhadores na miséria: eis a devastação social produzida pelo processo de acumulação capitalista. Para mais detalhes, ver: ENGELS, Friedrich. Esboço para uma crítica da economia política: e outros textos de juventude. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 240.

se torna a sociedade burguesa, de modo que, em virtude de sua própria legalidade, o capital enfrenta cataclismos que interrompem sua progressão infinita.

A perturbação do objeto não emerge de circunstâncias que lhe são alheias e externas, como um acidente reparável por intervenções pontuais, mas da ruptura irreversível entre as etapas da reprodução cíclica. Conforme Marx (2017, p. 284) declarou, “quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em conflito com a base estreita sobre a qual repousam as relações de consumo”, portanto à medida que o mais-valor submete as condições materiais de existência, maior será o achatamento de sua absorção.

O estorvo ao capitalismo reside na busca irrefreável de superação da própria finitude, isto é, da soma de riqueza que emerge como barreira de suas entranhas e exige uma progressão ininterrupta e arbitrária do valor, absolutamente deslocada dos meios de realização. A economia burguesa, em virtude do impulso que lhe é constitutivo, gera um verdadeiro desequilíbrio interno, marcado pela necessidade de expansão do mercado a contrapelo da miséria generalizada.

O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção; o fato de que a produção é produção apenas para o capital, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios de para um desenvolvimento cada vez mais amplos do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores. Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e a valorização do valor de capital, as quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, entram assim constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para a produção como fim em si mesmo, para um desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho (MARX, 2017, p. 289-290).

O regime do capital é indiferente à escassez que obstrui sua progressão infinita e causa perturbações estruturais: seu impulso não é regulado pela demanda que se apresenta no mercado, mas pelo aumento contínuo da escala produtiva, de modo que a igualdade entre a oferta de mercadorias e as condições de sua absorção é puramente fortuita. O desequilíbrio entre os dois polos da troca é inegável em momentos de crise, quando há superprodução, desemprego, moratória, falência e outros sintomas de convulsão sistêmica. “O economista apresenta sua bela teoria de demanda e oferta, prova que ‘nunca se pode produzir em demasia’, e a prática responde com crises comerciais que se repetem tão regularmente quanto

os cometas e as quais temos agora a cada cinco a sete anos, em média⁴⁷” (ENGELS, 2021, p. 174).

A superabundância de mercadorias, a desocupação dos trabalhadores, a prorrogação dos prazos de pagamento e a bancarrota generalizada são apenas manifestações do descompasso entre produção e consumo no capital. O estancamento do processo de valorização do valor não é meramente circunstancial, acarretado por fatores externos, como administração obsoleta, ingerência do Estado ou catástrofes naturais, mas resultado da desagregação irreversível entre as operações de compra e venda.

A confraria de classe, isto é, a repartição da riqueza mantida durante períodos de expansão, é suplantada pelo fratricídio profano, pois o burguês transfere a seu congênere os efeitos mais devastadores da crise. “Deflagra-se, então, o antagonismo entre o interesse de cada capitalista individual e o da classe capitalista, do mesmo modo como antes se impunha praticamente a identidade desses por meio da concorrência” (MARX, 2017, p. 292).

Ainda que a perturbação apresente um caráter sistêmico, seus desdobramentos variam conforme a resistência dos capitais singulares, isto é, de acordo com o poder de enfrentamento particular. O desmoronamento acarretado pela estagnação do valor assume um caráter mais ou menos assombroso segundo uma capacidade reativa determinada, de modo que “um capital se vê inativado, outro destruído, um terceiro experimenta apenas uma perda relativa ou sofre apenas uma desvalorização transitória etc” (MARX, 2017, p. 293).

O grau de perturbação no sistema de crédito, isto é, nas operações de capitalização, é determinado antes de tudo pela magnitude do desastre no setor produtivo. Como a relação entre compra e venda é necessariamente dissociada em face do antagonismo que rege o processo de acumulação burguesa, os empréstimos adquirem um teor cada vez mais especulativo. A promessa de lucro sob a forma de juros é contrariada pelas fundações da própria economia capitalista, ou seja, pela diferença entre as condições de produção e realização do valor. A desordem financeira consiste apenas numa reverberação do entrave que emerge da coexistência inelutável entre riqueza e miséria no regime do capital. A emissão de promissórias sem lastro monetário demonstra que a escala da produção de mercadorias é arbitrária, indiferente aos níveis de consumo e ilusória.

⁴⁷ A estimativa do intervalo entre as crises é reavaliada por Engels durante a maturidade. Por exemplo: no *Esboço para uma crítica da economia política* (1844), em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845) e nos *Princípios do Comunismo* (1847), o autor fala de perturbações regulares a cada cinco anos. Já no prefácio à edição alemã de 1892 da penúltima obra citada, ele afirma que o interstício é de uma década. Para mais detalhes, ver: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 350-351.

A parte do valor de capital que só se encontra na forma de indicações de futuras participações no mais-valor, no lucro - de fato, como meros títulos de dívida sobre a produção sob diversas formas -, é imediatamente desvalorizada com a diminuição das entradas sobre as quais está calculada (MARX, 2017, p. 293).

A depressão creditícia é somente um epifenômeno do distúrbio que se aprofunda conforme a evolução do sistema capitalista. O entupimento dos mercados, isto é, a dissociação irreversível entre compra e venda, obstrui as metamorfoses do valor, interrompe o processo de acumulação burguesa, causa uma paralisação geral e extrapola o domínio do sujeito burguês ao demonstrar que “a relação da produção total se impõe aos agentes da produção como uma lei cega, e não como uma lei compreendida e, portanto, dominada por sua inteligência associada, que submeta o processo de produção a seu controle coletivo” (MARX, 2017, p. 296).

O impulso vital da economia capitalista é interrompido tanto pela relação inversamente proporcional entre o desenvolvimento da produtividade social do trabalho e a taxa de lucro como pela indiferença do processo de acumulação às condições desiguais de consumo. O movimento de desaceleração do capital, acarretado pelo estreitamento cada vez maior das condições de realização do valor, acentua a existência de um sistema imperfeito e finito, cuja perturbação derradeira confirmaria apenas seu caráter provisório. À medida que a autovalorização do capital arranca dos trabalhadores seus meios de subsistência, consome os recursos naturais de forma insustentável, submete tempo e espaço às suas necessidades, condena o corpo à exaustão, arruína os salários e reserva todo tipo de mazela às camadas desvalidas, mais brutal e contraditória se torna a sociedade burguesa.

Assim cresce o poder do capital, a autonomização das condições sociais da produção, personificadas no capitalista em face dos produtores reais. O capital se mostra cada vez mais como um poder social, cujo funcionário é o capitalista, e que já não guarda nenhuma relação com o que o trabalho de um indivíduo isolado possa criar - mas se apresenta como um poder social estranhado, autonomizado, que se opõe à sociedade como uma coisa, e como poder do capitalista através dessa coisa (MARX, 2017, p. 303).

Desse modo, o processo de acumulação infinita, cuja expressão objetiva reside no aumento da produtividade social do trabalho, assume a condição de centro gravitacional do movimento histórico, inaugura uma religiosidade profana glorificando a mercadoria, estabelece uma inversão radical entre sujeito e predicado e estende os limites de sua fronteira civilizatória exaurindo o homem e a natureza.

4.2 A Violência subjacente aos demais componentes do mais-valor

A presente seção, cuja finalidade é compreender o nexo entre a violência e os demais componentes do mais-valor, está dividida em três momentos: 1) o rendimento do capital comercial como parte do lucro empresarial; 2) a suposta autonomia do capital portador de juros, potência autocriadora, fetichista, independente ou, em outras palavras, dissociada de seu fundamento real; 3) a mistificação da renda fundiária.

4.2.1 O Rendimento do capital comercial como parte do lucro empresarial

O mais-valor proveniente da espoliação operária é absorvido na esfera da circulação de forma segmentada, de modo que a distribuição da soma de riqueza produzida sem equivalência pelos trabalhadores demonstra o caráter holístico da pilhagem capitalista. O processo de acumulação burguesa revela a dimensão de sua natureza parasitária quando o tempo de trabalho excedente objetivado na mercadoria é usurpado em quotas pelos agentes econômicos.

O comerciante, por exemplo, exige sua parcela de valor no decorrer da reprodução cíclica exercendo a função de intermediário entre compra e venda, portanto desempenhando uma tarefa entre a produção e o consumo. Trata-se apenas de uma mudança relativa à figura do possuidor, sem qualquer garantia de cumprimento absoluto da série. “Justamente aí se mostra que a mercadoria não se vende de maneira definitiva ao passar das mãos do produtor às do comerciante e que este último não faz mais do que dar continuidade à operação da venda, ou seja, à mediação da função do capital-mercadoria” (MARX, 2017, p. 313).

A depressão do capital comercial, isto é, o estreitamento da massa de valor extraída da circulação pelo negociante de mercadoria, revela o caráter sistêmico da perturbação cuja base reside nos limites da autovalorização do capital. A desigualdade entre as condições de produção e realização do valor representa, para o comerciante, estagnação das operações de mercado, afetando necessariamente seus dividendos sob ameaça de aniquilação. Quanto mais ele estiver vulnerável às oscilações periódicas da economia capitalista, maior será o risco de desaparecimento. O resultado do processo de desaceleração burguesa sobre o comércio revela tanto a interdependência entre os momentos do sistema capitalista como a prevalência do oligopólio sobre a concorrência.

Seja como for, o intermediário, embora seja incapaz de alterar a soma de valor contida na mercadoria, contribui para o desenvolvimento da grande indústria ao abreviar a

transmutação da forma celular. Quando a massa de riqueza produzida pelo conjunto dos capitais singulares circula sem nenhuma perturbação, a existência de uma figura responsável pela aglutinação intersetorial fortalece a produção capitalista. Segundo Marx (2017, p. 322), “na medida em que ajuda a expandir o mercado e em que medeia a divisão do trabalho entre os capitais, isto é, em que capacita o capital a trabalhar em maior escala, sua função promove a produtividade do capital industrial e sua acumulação”.

Naturalmente, a participação do comerciante no processo de intercâmbio das mercadorias ocorre mediante a absorção de parte do excedente contido no produto do trabalho, de modo que seria absolutamente fantasioso conceber a grandeza monetária proveniente das operações desempenhadas por ele como resultado de uma cobrança mais ou menos arbitrária. “Que o lucro comercial seja mero acréscimo, uma elevação nominal do preço das mercadorias acima de seu valor, não é mais que aparência” (MARX, 2017, p. 324). O consumo parasitário do trabalho vivo, cada vez mais destrutivo e onipresente, garante o funcionamento orgânico da produção capitalista ao fornecer regularmente o mais-valor distribuído entre a grande indústria, o comércio e as instituições de crédito, portanto a origem do montante adquirido pelos atravessadores reside na espoliação operária.

Os ganhos derivados do comércio de mercadorias correspondem somente a uma quota da massa de valor extraída na produção sem restituição ao trabalhador na forma de salário, embora, na superfície da economia capitalista, apareçam como resultado do talento burguês. “Essa é a realização do lucro comercial por meio do incremento de preço das mercadorias, conforme ela se apresenta à primeira vista em sua forma de manifestação” (MARX, 2017, p. 325).

A grandeza monetária equivalente ao lucro comercial é reservada, em parte, aos custos do processo de troca, isto é, às operações necessárias à venda da mercadoria na esfera da circulação. Embora se trate de trabalho improdutivo, uma vez que a massa de valor gerada na produção é rigorosamente a mesma, seu fundamento consiste na exploração de classe.

Seja qual for a tarefa desempenhada no interior da economia capitalista, todo o metabolismo social está arraigado na exploração do homem pelo homem, mais concretamente na espoliação burguesa. “Do mesmo modo como o trabalho não pago do trabalhador cria diretamente mais-valor para o capital produtivo, também o trabalho não pago dos assalariados comerciais cria para o capital comercial uma participação naquele mais-valor” (MARX, 2017, p. 335). Conforme já foi esclarecido, os dividendos do comerciante são provenientes do tempo de trabalho usurpado na esfera da produção, portanto, ao contrário do que aparece na

superfície da economia capitalista, o pagamento necessário à manutenção das operações que viabilizam a metamorfose da mercadoria deriva unicamente da pilhagem burguesa.

O movimento de compra e venda das mercadorias, assim como ocorre com a produção industrial, é determinado pela acumulação infinita, isto é, pela superação constante de sua massa de valor. Pressionado por necessidades sistêmicas, o capital comercial nega os limites de seu próprio desenvolvimento ao armazenar uma quantidade cada vez maior de riqueza graças à participação do sistema de crédito, estimulando a fantasia de uma expansão abstraída do poder real de consumo, cujo desdobramento inelutável é a estagnação. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 347): “A dependência interna e a autonomia externa empurram o capital comercial até um ponto em que a conexão interna se restabelece à força, por meio de uma crise”.

O impulso que rege a progressão infinita do capital comercial é alheio às condições de produção e realização do valor, de modo que a paralisação das mercadorias revela o caráter especulativo do processo de acumulação burguesa bem como seus desajustes estruturais. Conforme Marx (2017, p. 347) declarou, “em algum ponto singular e invisível é preciso que uma mercadoria reste sem ser vendida ou, então, que se abarrotem pouco a pouco os estoques de todos os produtores e intermediários”.

Embora os economistas burgueses sugiram um equilíbrio entre oferta e demanda na esfera da circulação, o entupimento geral salienta a arbitrariedade, a imperfeição e a finitude da economia capitalista, de modo que sua absoluta indiferença à combinação nefasta entre riqueza e miséria revela o caráter necessário da crise, independente do esforço particular. A causa da superprodução é também sua consequência, uma vez que a insuficiência monetária na esfera da circulação resulta num abarrotamento dos estoques, cujo desfecho é a escassez de dinheiro no mercado.

Por um lado, o processo de desenvolvimento capitalista aumenta necessariamente a escala da produção de mercadorias; por outro, estreita sua base de consumo em virtude das contradições que lhe são constitutivas. A despeito de qualquer abstração ordinária, o desequilíbrio entre as operações de mercado é inelutável devido às condições de erosão do próprio capital. A mesma arbitrariedade e indiferença à história é constatada na tentativa da economia vulgar de atribuir eternidade a formas sociais provisórias, como no “esforço apologético para caracterizar o capital-mercadoria e o capital-monetário [...] como formas necessariamente derivadas do processo de produção, quando na verdade eles provêm da forma específica do modo de produção capitalista” (MARX, 2017, p. 368). O comércio, por exemplo, embora exista desde a Idade Antiga e tenha sido ostensivamente praticado pelos

fenícios, adquire um caráter global à medida que as condições materiais de existência são organizadas segundo a autovalorização do capital. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 369): “O volume em que a produção entra no comércio e passa pelas mãos dos comerciantes depende do modo de produção e alcança seu máximo com o pleno desenvolvimento da produção capitalista”.

Por um lado, o comércio representa uma condição lógico-histórica à economia burguesa na medida que lança os fundamentos da acumulação monetária bem como do intercâmbio de mercadorias; por outro, é sobrepujado pela progressão infinita do valor e assume uma função determinada no interior do processo de reprodução em escala ampliada. “Dentro da produção capitalista, o capital comercial perde sua existência autônoma para ser rebaixado a um fator particular do investimento de capital em geral” (MARX, 2017, p. 371).

A perda do protagonismo batavo após ter se apoderado das rotas comerciais provenientes do desmoronamento feudal, da colonização das Américas e do comércio atlântico negreiro revela, de modo exemplar, o impacto da grande indústria sobre uma nação que assumira o comando dos negócios mundiais desde sua independência em relação à Espanha, no último quartel do século XVI. A República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, depois de exaurir as fontes de riqueza do sistema colonial, foi incapaz de se acomodar às transformações acarretadas pelo modo de produção capitalista e entrou num processo de franca decadência econômica.

4.2.2 O fetichismo do capital portador de juros

O emprego do dinheiro na economia capitalista assume uma função que supera aquela relativa a sociedades comerciais, uma vez que sua finalidade extrapola o mero intercâmbio de mercadorias ao se tornar substrato do processo de valorização do valor. “Com base na produção capitalista, o dinheiro [...] pode ser convertido em capital e, mediante essa conversão, deixar de ser um valor dado para se transformar num valor que valoriza a si mesmo, incrementa a si mesmo” (MARX, 2017, p. 385). A grandeza monetária que entra na esfera da circulação deve retornar ao seu estágio inicial com uma diferença proveniente da exploração do trabalho, de modo que o desfecho da série permita a retomada da expansão rumo ao infinito. No caso do sistema creditício, a espoliação operária é inteiramente camuflada pela mistificação do empréstimo a juros, como se o pagamento pelo capital adiantado fosse independente do tempo de trabalho não pago.

Ponto de partida e ponto de retorno, cessão e restituição do capital emprestado, aparecem, pois, como movimentos arbitrários, mediados por transações jurídicas efetuadas antes e depois do movimento efetivo do capital e que com ele não têm relação nenhuma (MARX, 2017, p. 395).

A absorção do mais-valor em sua figura transmutada envolve agentes econômicos cujas operações pressupõem tempo de trabalho usurpado durante a produção de mercadorias, de modo que o lucro repassado às instituições financeiras após o cumprimento das metamorfoses inscritas no ciclo do capital industrial apenas demonstra a existência de uma confraria secular e predatória. A alienação impulsionada pelo reembolso valorizado se manifesta na superfície da economia burguesa como um negócio dissociado de sua base concreta. A abstração vulgar transforma o capital portador de juros numa potência autárquica, que, por estar concentrada em si mesma, aparece sem qualquer relação com o trabalho assalariado. “O retorno do dinheiro às mãos do capitalista, que constitui o movimento característico do capital em geral, assume no capital portador de juros uma figura completamente exterior, separada do movimento real, do qual ele constitui a forma” (MARX, 2017, p. 395).

Embora a emissão de promissórias, letras de câmbio, títulos da dívida pública e empréstimos de todo tipo seja derivada das relações de produção capitalista, cujo âmago reside na exploração do trabalho, o negócio é mistificado pela própria natureza de seu funcionamento, de modo que um acordo mais ou menos arbitrário parece determinar a grandeza dos juros. A massa de valor alienada sob a forma dinheiro retorna ao seu possuidor com um acréscimo cujo cerne é ocultado pela ilusão que subjaz o movimento do circuito usurário: “Tanto a devolução como a cessão do capital são mero resultado de uma transição jurídica entre o proprietário do capital e uma segunda pessoa. O que vemos é apenas cessão e devolução” (MARX, 2017, p. 396). O dinheiro aplicado em transações creditícias é restituído pelo seu dono à margem da produção de mercadorias, como se o procedimento fosse independente do trabalho assalariado.

Mesmo que a aquisição das forças produtivas mediante o poder social do dinheiro e a venda da mercadoria proveniente do trabalho assalariado sejam obliteradas pelo capital portador de juros, as duas operações constituem um pressuposto à acumulação monetária por meio de empréstimos recorrentes. “Os atos de circulação D-M e M-D’, em que a soma de valor exerce a função de dinheiro ou de mercadoria, não são mais que processos intermediários, fases do movimento total. Como capital, essa soma de valor realiza o movimento total D-D” (MARX, 2017, p. 397).

O dinheiro empregado em operações financeiras assume o caráter de capital exatamente por ser reembolsado com mais-valor pelo seu proprietário através da cobrança de juros, portanto sua finalidade é absorver parte da riqueza usurpada pela classe dominante na esfera da produção. “É esse valor de uso do dinheiro como capital - a capacidade de engendrar o lucro médio - que o capitalista monetário aliena ao capitalista industrial pelo tempo durante o qual ele cede a este último o direito de dispor do capital emprestado” (MARX, 2017, p. 398). Caso haja um abarrotamento no mercado, o processo de valorização do valor é interrompido sumariamente para desespero do credor, de modo que a união entre os agentes econômicos é desestabilizada pela falta de liquidez generalizada.

Destarte, as crises periódicas do capitalismo desmantelam o conluio arraigado na exploração do trabalho e acentua a dependência do sistema financeiro em relação à grande indústria. “O valor de uso do dinheiro emprestado consiste em poder funcionar como capital e, como tal, produzir, em circunstâncias usuais, o lucro médio” (MARX, 2017, p. 399), mas o desequilíbrio entre oferta e demanda obstrui o processo de acumulação infinita e paralisa o desenvolvimento do capital portador de juros.

O dinheiro empregado em transações creditícias apresenta uma particularidade, pois, diferente do que ocorre com as mercadorias em geral, os empréstimos com rendimentos futuros apresentam duas grandezas de valor: uma relativa ao dinheiro transformado em forças produtivas, outra equivalente ao incremento monetário sem conteúdo real. “Os juros, como preço do capital, são desde sempre uma expressão absolutamente irracional” (MARX, 2017, p. 401). Embora represente uma massa de valor determinada, o dinheiro, como capital portador de juros, adquire a capacidade ilusória de autogeração, cuja incoerência, entre muitas outras peculiares ao modo burguês de produção, é o duplo valor de uma mercadoria. “Uma mercadoria tem, aqui, um duplo valor: de um lado, um valor; de outro, um preço distinto desse valor, ao passo que, na verdade, o preço é a expressão monetária do valor” (MARX, 2017, p. 401).

O capital portador de juros aumenta sua quota na distribuição do lucro especialmente durante as crises, ainda que seja uma operação de risco, pois os empréstimos são motivados pela tentativa dos devedores de respeitar seus compromissos num cenário de absoluta estagnação, o que revela a escassez monetária para a quitação das dívidas junto ao sistema creditício. A metafísica da economia política clássica desmorona em virtude das leis que regem os “ciclos de rotação em que se move a indústria moderna - estabilidade, crescente animação, prosperidade, superprodução, *crash*, estagnação, nova estabilidade etc” (MARX, 2017, p. 407). A profissão de fé burguesa se manifesta na crença de uma igualdade entre as

condições de produção e consumo bem como na certeza de valorização permanente do capital portador de juros. O movimento especulativo da produção capitalista é comprovado tanto pela falta de adequação entre oferta e demanda, ratificado pela inadimplência coletiva, como pela emissão de títulos creditícios sem lastro de pagamento.

A taxa de juros atinge seu nível mais alto durante as crises, quando, para poder pagar, é preciso pegar dinheiro emprestado, custe o que custar. Como a alta dos juros corresponde a uma queda de preço nos papéis, isso representa uma excelente situação para que pessoas que dispõem de capital monetário possam se apropriar por preços irrisórios daqueles papéis portadores de juros, os quais tão logo a taxa de juros volte a cair, voltarão a atingir, no mínimo, seu preço médio (MARX, 2017, p. 408).

O dinheiro alienado sob a promessa de valorização futura, embora seja uma mercadoria particular em face da relação absurda entre preço e valor, é restituído pelo seu proprietário conforme as oscilações da produção capitalista, cuja superfície corresponde ao nexos inversamente proporcional entre oferta e demanda. Ainda que seja mero epifenômeno das leis que regem o processo de acumulação burguesa, o movimento do capital portador de juros é determinado pelo concerto entre os agentes econômicos.

O capital portador de juros, embora seja uma categoria absolutamente diferente da mercadoria, converte-se numa mercadoria *sui generis*, que tem nos juros seu próprio preço, o qual, tal como o preço de mercado das mercadorias comuns, é fixado em cada momento pela ação da oferta e da demanda (MARX, 2017, p. 415).

Os empréstimos que incrementam a produção de mercadorias devem ser quitados pelos seus devedores, sob condições previamente estabelecidas, com um acréscimo proveniente do tempo de trabalho não pago, de modo que o arranjo nefasto entre a grande indústria e o sistema creditício absorve mais-valor exaurindo diariamente a classe operária com inteiro reconhecimento do direito moderno. “Para o capitalista produtivo que investe capital emprestado, o lucro bruto se divide em duas partes: os juros, que ele precisa pagar ao prestamista, e o excedente sobre os juros, que forma sua própria participação no lucro” (MARX, 2017, p. 422). A exploração do trabalho, camuflada pela autonomia ilusória do capital portador de juros, consiste no verdadeiro fundamento do processo de acumulação burguesa, do qual o lucro industrial representa apenas uma parte.

Vimos que o produto verdadeiramente específico do capital é o mais-valor, que, de maneira mais concreta, é o lucro. Para o capitalista que trabalha com capital emprestado, esse produto não é o lucro, mas o lucro menos os juros, isto é, a parte do lucro que resta para ele após o pagamento dos juros (MARX, 2017, p. 422).

Desse modo, como um parasita dotado de inúmeras ventosas, o capital absorve a energia do hospedeiro na tentativa de garantir sua reprodução virulenta e irreprimível. As frações do lucro, particularmente o ganho empresarial⁴⁸ e os juros, manifestam-se na superfície da economia burguesa como se fossem provenientes de operações distintas, sem uma raiz comum e abstraídas da exploração que lhes é constitutiva: “Uma aparece como simples fruto da propriedade do capital, a outra, como fruto da mera operação com o capital, como fruto do capital em ação ou das funções que o capitalista desempenha” (MARX, 2017, p. 424). O sistema creditício é mistificado pela economia vulgar exatamente por estar à margem da produção de mercadorias, isto é, do processo real de valorização do valor.

Os juros são, pois, a expressão do fato de que o valor - o trabalho objetivado em sua forma social geral - isto é, o valor que no processo efetivo de produção assume a forma de meios de produção, confronta-se como uma potência autônoma com a força viva de trabalho e constitui o meio para se apropriar de trabalho não pago; e de que ele é esse poder na medida em que se confronta com o trabalhador como propriedade alheia. Por outro lado, na forma dos juros apaga-se essa antítese em relação ao trabalho assalariado, pois o capital portador de juros não tem como termo antagônico o trabalho assalariado, mas o capital ativo; o capitalista prestamista confronta-se como tal diretamente com o capitalista que atua de fato no processo de reprodução, mas não com o trabalhador assalariado, que se encontra expropriado dos meios de produção justamente com base na produção capitalista (MARX, 2017, p. 428).

A teoria econômica burguesa, com as ilusões que lhe são peculiares, nega a essência do sistema capitalista ao transformar o lucro em salário da classe dominante. A espoliação que garante o processo de reprodução em escala ampliada é obliterada pela tentativa absurda de conceber o enriquecimento particular sem a exploração do trabalho. Trata-se de uma “tendência apologética de apresentar o lucro não como mais-valor, isto é, não como trabalho não pago, mas como salário que o próprio capitalista recebe pelo lucro que realiza” (MARX, 2017, p. 438).

A figura metamorfoseada do mais-valor, cujas raízes sociais consistem na miséria e na exaustão dos trabalhadores, é absolutamente mistificada, e o que deveria ser “simples mais-valor, valor pelo qual não se paga equivalente nenhum, trabalho realizado e não pago” (MARX, 2017, p. 439), aparece como pagamento pelo desempenho de funções determinadas no interior da produção capitalista. O lucro, como resultado da pilhagem que mantém a progressão do valor rumo ao infinito, revela a existência de uma religiosidade profana ao

⁴⁸ O lucro absorvido tanto pela indústria como pelo comércio a cada rotação do capital é denominado de ganho empresarial.

glorificar a mercadoria bem como salienta o caráter nefasto da irmandade burguesa, “de maneira que o capitalista atuante explora realmente o trabalho e, quando opera com capital emprestado, divide o fruto de sua exploração em juros e lucro do empresário, que é o excedente do lucro sobre os juros” (MARX, 2017, p. 439). O fetichismo do modo burguês de produção revela sua apoteose no capital portador de juros, pois o dinheiro alienado sob promessa de valorização futura é dissociado da exploração do trabalho, de modo que o desenvolvimento do sistema de crédito se manifesta como sujeito do processo de acumulação infinita.

É no capital portador de juros que a relação capitalista assume sua forma mais exterior e mais fetichista. Aqui deparamos com D-D', dinheiro que engendra mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo mediador entre os dois extremos (MARX, 2017, p. 441).

O capital portador de juros, embora seja dotado de autossuficiência na superfície da economia burguesa, pressupõe reprodução cíclica do valor, equilíbrio entre oferta e demanda, consumo ininterrupto da mercadoria, superação da barreira que emerge do processo de acumulação infinita ou desenvolvimento contínuo das forças produtivas capitalistas. A restituição do dinheiro alienado sob promessa de valorização futura “é o capital consumado, a unidade do processo de produção e do processo de circulação, que, por conseguinte, gera mais-valor ao final de determinado período” (MARX, 2017, p. 441), mas a natureza holística da expansão capitalista é virtualmente decomposta pela fantasia que subjaz o circuito creditício, “e o capital aparece como fonte misteriosa e autocriadora de juros, de seu próprio incremento” (MARX, 2017, p. 442).

A valorização do capital monetário aparece indiferente à esfera da produção, como movimento resultante da qualidade de um substrato material, inerente ao corpo do objeto. Ainda que se trate de um ser inanimado, simples coisa, sem potência e meramente simbólico, o dinheiro se transforma em sujeito do processo da acumulação usurária. “No capital portador de juros, portanto, produz-se em toda sua pureza esse fetiche automático do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro, mas que, ao assumir essa forma, não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento” (MARX, 2017, p. 442). A ilusão acarretada pelo cumprimento da série D-D' oblitera todo o processo de intermediação, notadamente a unidade entre produção e circulação de mercadorias, de modo que “a relação social é consumada como relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Em vez da

transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas sua forma vazia de conteúdo” (MARX, 2017, p. 442).

Desse modo, a reprodução incrementada do dinheiro no interior do sistema creditício consiste na expressão mais desenvolvida do fetichismo burguês. Por fim, as implicações acarretadas pela distorção do movimento realizado pelo capital portador de juros podem ser resumidas nos seguintes pontos: 1) negação de um elemento constitutivo da economia burguesa, particularmente a espoliação operária; 2) dissolução da confraria profana que arruína diariamente a vida dos trabalhadores por meio do arranjo cruel entre miséria, desagregação familiar, doenças, mortes e todo tipo de mazela social; 3) autossuficiência das transações usurárias em relação à produção de mercadorias.

Enquanto os juros são somente uma parte do lucro, isto é, do mais-valor que o capitalista ativo arranca do trabalhador, agora os juros aparecem, ao contrário, como o verdadeiro fruto do capital, como o originário, ao passo que o lucro, transfigurado em ganho empresarial, aparece como simples acessório e ingrediente adicionado no processo de reprodução. Aqui se completam a forma fetichista do capital e a ideia do fetichismo do capital. Em D-D', temos a forma mais sem conceito [*begriffslose*] do capital, a inversão e a coisificação das relações de produção elevadas à máxima potência: a forma simples do capital, como capital portador de juros, na qual ele é pressuposto a seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro ou, conforme o caso, da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução - eis a mistificação capitalista em sua forma mais descarada (MARX, 2017, p. 442).

O equilíbrio entre produção e circulação da mercadoria, o nexo entre dois momentos inseparáveis no interior do processo de valorização do valor, é abstraído pela progressão ilusória do capital portador de juros, como se os procedimentos creditícios estivessem dissociados da exploração do trabalho e livres das perturbações que interrompem regularmente o desenvolvimento da economia burguesa. A restituição do dinheiro alienado sob promessa de valorização futura está arraigada na contradição entre trabalho e capital, na violência do consumo produtivo, na pilhagem de classe, no estranhamento social, na inversão entre sujeito e objeto ou, resumidamente, em condições materiais de existência degradantes. De todo modo, “para a economia vulgar, que pretende apresentar o capital como fonte independente de valor, de criação de valor, essa forma é naturalmente um achado magnífico” (MARX, 2017, p. 442).

Os juros, embora apareçam de modo autônomo, obliterando o germe de sua reprodução, notadamente o trabalho assalariado, representam apenas uma quota do mais-valor distribuído entre os agentes econômicos. O dinheiro empregado em transações creditícias, ao contrário do que é incutido pela mistificação burguesa, não é fonte de acumulação capitalista,

pois, conforme Marx (2017, p. 443) declarou, “assim como crescer é próprio das árvores, também criar dinheiro (*tokoz*) [juros; descendência] parece ser próprio do capital nessa forma de capital monetário”.

O capital usurário, embora anteceda a economia moderna, assume um caráter orgânico com o modo burguês de produção. A venda da mercadoria na esfera da circulação, finalidade do metabolismo social no regime capitalista, pressupõe a rigor letras de câmbio que fixam a liquidez em vencimentos futuros, o que já demonstra o caráter especulativo das operações de mercado. “Aqui, a única função do dinheiro é, em geral, a de meio de pagamento, isto é, a mercadoria é vendida não em troca de dinheiro, mas de uma promessa escrita de pagamento a ser realizado em determinado prazo” (MARX, 2017, p. 451). Caso os compromissos não sejam respeitados dentro dos termos contratuais, a emissão de papéis como representação de débitos ativos ocorre a contrapelo do lastro real, cujo desdobramento é a estagnação sistêmica.

A busca irrefreável do capital pela infinitude sob condições de produção e consumo absolutamente desiguais transforma o crédito em base de transações fraudulentas. “Negócios e especulação estão, em muitos casos, tão intimamente unidos que é impossível dizer onde exatamente acabam os negócios e onde começa a especulação” (MARX, 2017, p. 459-460). A incerteza que subjaz o processo de acumulação capitalista e o desespero burguês em situações de crise, retratado em demissões gigantescas, moratórias, falências e depressão geral, revelam que, a despeito de suas contribuições notáveis, a economia política clássica foi incapaz de salientar a desigualdade necessária entre oferta e demanda.

O restabelecimento do ciclo de prosperidade é garantido, por exemplo, através da abertura violenta de novos mercados, isto é, de invasões que avançam sobre a superfície planetária⁴⁹ destruindo economias locais, esmagando a soberania das nações, devastando a natureza e alargando as condições de realização do valor. Conforme Marx (2017, p. 460) assinalou, “em 1843, a Guerra do Ópio abriu ao comércio inglês o mercado da China. O novo mercado ofereceria uma oportunidade para a expansão que já se encontrava em pleno auge, sobretudo a da indústria algodoeira”. O sistema internacional não pode resistir às tendências

⁴⁹ Marx argumentou, no *Manifesto de lançamento da Associação Internacional do Trabalhadores*, que a absoluta emancipação dos trabalhadores pressupunha a superação dos preconceitos nacionais sobre os quais a política externa do centro dinâmico do capitalismo operava. As guerras, que historicamente foram decisivas para a formação do mercado mundial, revestiram-se de “progresso civilizatório” na tentativa de justificar a violência chauvinista. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Volume I. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2013. p. 313-321.

do modo de produção capitalista, como a permanência da expropriação originária, o intercâmbio universal, a financeirização etc. A questão pode ser tratada da seguinte forma:

Porque o comércio ignora as fronteiras nacionais e o industrial insiste em ter o mundo como um mercado, a bandeira desta nação tem de acompanhá-lo, e as portas das nações que estão fechadas para ele têm de ser *arrombadas*. As concessões obtidas pelos financistas têm de ser salvaguardadas por ministros de Estado, mesmo que a soberania de nações renitentes seja *ultrajada*. Colônias têm de ser conquistadas ou implantadas, para que *nenhum canto útil do mundo* seja negligenciado ou desperdiçado (WILSON apud HARVEY, 2013, p. 103, grifo nosso).

Ainda que os empréstimos ocorram sob a salvaguarda de liquidez futura representada em cauções, o ciclo do capital portador de juros é absolutamente especulativo, de modo que as execuções hipotecárias apenas confirmariam a estagnação do processo de valorização do valor. O desequilíbrio que interrompe periodicamente a expansão da economia burguesa se manifestaria no sistema de crédito, por exemplo, através do desconto sumário de letras bancárias quase invariavelmente sem lastro. Se houver fundos para a quitação da dívida, o credor mais otimista ignora a explosão que cedo ou tarde afetará seus negócios; caso o débito permaneça demonstrando a fraudulência das garantias de pagamento, a crise revela sua natureza holística e arrasa a expectativa burguesa de acumulação infinita. Trata-se de um aprofundamento das incertezas que se manifestam no regime do capital desde a produção da mercadoria. Conforme Marx (2017, p. 494) declarou, “o crédito, ao permitir uma separação mais prolongada dos atos de compra e venda, serve de base para a especulação”.

O desenvolvimento da economia burguesa, mais precisamente a concentração de riqueza impulsionada pelo capital portador de juros, lança as bases da desagregação produtiva que salienta o caráter metafísico da igualdade entre oferta e demanda, especialmente em virtude de barreiras tarifárias que, à revelia de um dos pressupostos mais destacados do liberalismo, obstruem o comércio entre nações e impulsionam uma tendência do processo de acumulação infinita: desequilíbrio entre as condições de produção e realização do valor. A disputa pelo abastecimento dos mercados exige do Estado uma política fiscal inteiramente avessa à majestade da concorrência, de modo que a arbitrariedade da mão invisível é confrontada pela proteção governamental bem como pelas complicações que lhe são decorrentes.

A rapidez cada vez maior com que hoje se pode incrementar a produção em todos os campos da grande indústria contrasta com a progressiva lentidão da expansão do mercado para atender a essa produção aumentada. O que aquela produz em meses este só pode absorver, quando muito, em anos. Acrescente-se a isso a política de

proteção aduaneira, que faz com que cada país industrial se feche aos demais, especialmente à Inglaterra, aumentando assim, artificialmente, a capacidade interna de produção. Disso resulta: superprodução geral crônica, preços baixos, queda tendencial dos lucros e até mesmo sua total desaparecimento; em outras palavras, a tão falada liberdade de concorrência chegou ao fim da linha e se vê ela mesma obrigada a proclamar sua manifesta e escandalosa falência (ENGELS, 2017, p. 495-496)⁵⁰.

A expansão das transações creditícias aprofunda a especulação comercial porque incrementa a produção de mercadorias sob condições de consumo cada vez mais estreitas. Como o movimento do capital portador de juros, assim como o processo de valorização do valor em geral, é indiferente aos embaraços acarretados pelo pauperismo, a convulsão é irreversível. Conforme Marx (2017, p. 499) declarou, “o crédito acelera ao mesmo tempo as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com elas, os elementos da dissolução do antigo modo de produção”, lançando as bases de uma agitação revolucionária. Destarte, as operações financeiras contribuem tanto para o desenvolvimento das forças produtivas como para o aumento das contradições que regem o processo de acumulação infinita.

Tais são as duas características intrínsecas ao sistema de crédito: por um lado, ele desenvolve a mola propulsora da produção capitalista, o enriquecimento mediante a exploração do trabalho alheio, até convertê-lo no mais puro e colossal sistema de jogo e fraude e limitar cada vez mais o número dos poucos indivíduos que exploram a riqueza social; por outro lado, estabelece a forma de transição para um novo modo de produção (MARX, 2017, p. 499-500).

A economia burguesa, cujo movimento é determinado pela necessidade irreprimível de superação da própria massa de valor, agrava os riscos de entupimento geral à medida que satisfaz suas necessidades internas, contudo, subordinadas ao processo de acumulação infinita, as transações usurárias estimulam a expansão capitalista independente dos antagonismos que interrompem obrigatoriamente o ciclo de prosperidade. O abarrotamento dos mercados, fato incontestável da especulação que subjaz o capital, é estimulado largamente pelo sistema de crédito, uma vez que o pagamento dos empréstimos é absolutamente incerto. “A caixa de Pandora da atividade especulativa de crédito tem de ser aberta, e dela sai todo tipo de coisa indesejada” (HARVEY, 2014, p. 13).

A massa de valor representada nos títulos portadores de juros é fictícia e indiferente às perturbações cíclicas da economia burguesa; sua existência, puramente nominal e alheia aos estancamentos inelutáveis do processo de reprodução em escala ampliada, consiste em capitalizações que obliteram a espoliação operária. Trata-se de um procedimento

⁵⁰ Trata-se aqui de um enxerto feito por Engels no decorrer da exposição de Marx sobre o papel do crédito na produção capitalista, portanto a referência bibliográfica para o leitor é o próprio livro III de *O capital*.

que apaga “até o último rastro toda a conexão com o processo real de valorização do capital e se reforça a concepção do capital como um autômato que se valoriza por si mesmo” (MARX, 2017, p. 524). As ações, por exemplo, garantem os dividendos empresariais, isto é, transferem a seus proprietários uma quota de mais-valor a cada rotação do capital, dissociando a circulação monetária do trabalho assalariado, como se os rendimentos fossem independentes da pilhagem realizada na esfera da produção.

A autonomia dos papéis portadores de juros é confrontada necessariamente durante os períodos de estagnação, pois a desigualdade entre oferta e demanda, acarretada pelo estreitamento irreversível das condições de realização do valor, interrompe os descontos das letras de câmbio. Como resultado da falta de liquidez, “a exigência de pagamento à vista e as precauções que se observam nas vendas a crédito são particularmente características daquela fase do ciclo industrial que se segue ao *crash*” (MARX, 2017, p. 540). A contração do capital fictício, embora seja uma manifestação da desconfiança entre os agentes de mercado, é determinada em última instância pela superabundância de mercadorias: à medida que a economia burguesa satisfaz seu impulso vital, abreviando proporcionalmente a capacidade de consumo, maiores são os riscos de entupimento dos depósitos, moratória, falência, agitação nas bolsas e crise generalizada.

A razão última de todas as crises é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em contraste com o ímpeto da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se estas tivessem seu limite apenas na capacidade absoluta de consumo da sociedade (MARX, 2017, p. 541).

O domínio da grande indústria sobre a acumulação usurária pode ser constatado durante os períodos de saturação, pois a formação de estoques gigantescos obstrui necessariamente o movimento do capital portador de juros. Indiferentes às condições impostas pela produção, cujos limites são determinados pela absoluta desigualdade no processo de distribuição da riqueza, os empréstimos assumem cada vez mais um caráter fraudulento. A dissociação entre compra e venda, fato independente do esforço burguês, suspende a distribuição do mais-valor entre os agentes econômicos, salienta a falta de lastro das letras de câmbio, derruba o preço das ações, aumenta o exército industrial de reserva, diminui os salários e exige do Estado medidas de intervenção que possam manter em funcionamento um sistema marcado pela contradição inelutável entre abundância e privação.

Se, portanto, os ramos de produção estão saturados e há excesso de oferta de capital de empréstimos, essa abundância de capital monetário emprestável é uma simples

demonstração dos limites da produção *capitalista*. A fraude subsequente com base no crédito evidencia que não existe obstáculo positivo à aplicação desse capital excedente. Ela revela, no entanto, um obstáculo imposto pelas leis que regem sua valorização, pelos limites dentro dos quais o capital pode valorizar-se como capital (MARX, 2017, p. 565).

Alheio à essência contraditória da economia burguesa, o crédito potencializa involuntariamente o abarrotamento dos mercados e consiste numa alavanca do próprio *crash*. A tendência do capitalismo a paralisações cíclicas é aprofundada por empréstimos que incrementam a produção de mercadorias independente das condições de consumo.

Os juros e o lucro comercial, embora sejam figuras transmutadas do mais-valor ou expressões da exploração do trabalho no regime do capital, são formas sociais cujas origens antecedem o nascimento do modo burguês de produção. Antes mesmo da dissociação violenta entre trabalhadores e seus meios de subsistência, do aprofundamento de uma economia monetária e da formação do mercado mundial, já havia transações usurárias e circuitos de intercâmbio da riqueza.

As condições para o advento do crédito, independente do seu grau de desenvolvimento, residem na combinação entre produção mercantil e uso do dinheiro como meio de negócio, o que estava presente em povos da Antiguidade, como os romanos. O processo de acumulação infinita, como potência histórica dotada de legalidade interna, apenas subordinou o crédito e o comércio ao seu impulso vital, arraigado no consumo desenfreado de energia humana e forças naturais.

O capital portador de juros, ou, para empregar o termo antigo, capital usurário, figura com seu irmão gêmeo, o capital comercial, entre as formas antediluvianas do capital, que precedem por longo tempo o modo de produção capitalista e podem ser encontradas nas mais diversas formações econômicas da sociedade (MARX, 2017, p. 653).

Embora a usura esteja presente em formações pré-capitalistas, seu desenvolvimento emerge do processo de acumulação infinita, isto é, da racionalidade imanente à economia burguesa. Subordinados à autovalorização do capital, os empréstimos adquirem um caráter sistêmico e passam a incrementar regularmente a produção de mercadorias, absorvendo a cada desconto das letras de câmbio parte da riqueza proveniente da exploração do trabalho. “O sistema de crédito não significa nada além da submissão do capital portador de juros às condições e às necessidades do modo de produção capitalista” (MARX, 2017, p. 660).

A finalidade do dinheiro empregado em transações de crédito consiste na grande particularidade da alienação monetária sob o regime do capital, pois é a busca irrefreável pela extração do mais-valor que determina o sentido dos empréstimos. Conforme Marx (2017, p. 660) declarou, “mesmo quando um homem carente de meios obtém crédito como industrial ou comerciante, isso ocorre na confiança de que ele atuará como capitalista, ou seja, de que empregará o dinheiro emprestado para apropriar-se de trabalho não pago”. Desse modo, o que impulsiona o movimento do capital portador de juros é o processo de reprodução em escala ampliada, cujo fundamento reside na espoliação operária.

4.2.3 A mistificação da renda fundiária

O processo de valorização do valor, como movimento social totalizante, apodera-se dos mananciais de riqueza submetendo as condições materiais de existência ao seu impulso irrefreável. A terra, por exemplo, adquire um caráter predominantemente comercial após o emprego dos métodos de acumulação originária, notadamente a dissociação brutal entre produtores e seus meios de subsistência. Conforme Marx (2017, p. 674) declarou, “a agricultura está dominada pelo modo de produção capitalista exatamente do mesmo modo que a manufatura”. A formação do latifúndio, o arrendamento do solo e a exploração do trabalhador no campo demonstram tanto a erosão de sistemas produtivos independentes como o triunfo global do capitalismo. “Desse modo, a propriedade fundiária assume sua forma puramente econômica ao despojar-se de todos os enfeites e amálgamas políticos e sociais” (MARX, 2017, p. 678).

As relações de produção no campo sob o domínio do capital aglutinam basicamente três personagens econômicos cujo surgimento está arraigado na combinação entre expropriação, opressão do Estado e miséria, isto é, na violência que destruiu as últimas barreiras para o advento da economia burguesa: 1) assalariados, verdadeiros responsáveis pelo metabolismo com a natureza; 2) arrendatários, que, por meio de contrato, recebem temporariamente autorização para uso do solo bem como de melhorias que lhe sejam incorporadas; 3) proprietários fundiários, que exigem pagamentos regulares pelo aluguel da terra. O fundamento da riqueza concentrada pelos membros do último segmento é obliterado na superfície da economia capitalista, como ocorre igualmente entre as demais figuras transmutadas do mais-valor: lucro e juros. “A renda que flui para o proprietário é uma

dedução da mais-valia⁵¹ que o trabalhador do campo produz e que é apropriada pelo capitalista que explora produtivamente a terra” (NETTO, 2020, p. 387). Cada vez mais subordinados às leis que regem o processo de acumulação infinita, os trabalhadores rurais são confrontados por um movimento cuja tendência é a privação generalizada.

Um fato muito mais geral e importante é a compressão do salário do trabalhador agrícola propriamente dito abaixo de seu nível médio normal, de modo que ao trabalhador é subtraída uma parte do salário, a qual constitui um componente do arrendamento e, desse modo, sob a máscara da renda fundiária, aflui para o proprietário fundiário, em vez de para o trabalhador (MARX, 2017, p. 688).

A renda fundiária, embora seja um componente do mais-valor concebido no interior do processo de acumulação burguesa, também pôde ser extraída em formações econômicas pré-capitalistas, uma vez que seu pressuposto, “a propriedade de determinados indivíduos sobre determinadas porções do globo terrestre” (MARX, 2017, p. 695), foi conservado a despeito das transformações históricas. A natureza peculiar do excedente agrícola sob o regime do capital decorre exatamente do sentido atribuído à produção, que reduz os mais variados produtos do trabalho à forma mercadoria, cuja finalidade é a transubstanciação, ainda que profana, em dinheiro.

A renda só pode se desenvolver como renda monetária sobre a base da produção de mercadorias - mais precisamente, na produção capitalista - e se desenvolve na mesma medida em que a produção agrícola se converte em produção de mercadorias, isto é, em que a produção não agrícola se desenvolve independentemente da produção agrícola, pois nessa mesma proporção o produto agrícola se converte em mercadoria, valor de troca e valor (MARX, 2017, p. 699).

O mais-trabalho, ou seja, o consumo diário de energia vital acima do que é exigido para a subsistência dos produtores é um elemento comum entre as mais variadas formas de organização da vida material. A economia burguesa, arraigada nas mistificações que camuflam seu impulso violento, como a igualdade entre as partes que assinam o contrato e o pagamento dos salários, apodera-se da riqueza alheia empobrecendo cada vez mais os trabalhadores em face de sua legalidade interna. Desse modo, a renda fundiária consiste apenas numa expressão do antagonismo que subjaz a produção capitalista.

A especificidade é que, com as condições em que os produtos agrícolas se desenvolvem como valores (mercadorias) e com as condições de realização de seus valores, há também o poder da propriedade fundiária de apropriar-se de uma parte

⁵¹ José Paulo Netto optou pela tradução de *Mehrwert* como mais-valia.

crescente desses valores criados sem sua participação, e uma parte cada vez maior do mais-valor é convertida em renda fundiária (MARX, 2017, p. 701).

A particularidade da economia burguesa consiste exatamente num impulso cego e desmedido que transforma o conjunto da superfície planetária em mero substrato da forma de valor e nega ao homem a satisfação de suas necessidades fora do mercado⁵². O capital se torna absoluto quando toda a produção de riqueza é determinada por sua virulência, inclusive aquela organizada no campo. “Conforme Marx (2017, p. 714) declarou, “a invasão da agricultura pelo modo de produção capitalista - a transformação dos camponeses autônomos em assalariados - é, de fato, a última conquista desse modo de produção em geral”.

A economia burguesa consiste numa ruptura com outras formas de existência material devido ao processo de reprodução em escala ampliada, cujo pressuposto reside na abertura de novas fronteiras por meio da combinação entre desintegração de sociedades tradicionais, degradação ambiental e exploração do trabalho. O capitalista, indiferente às contradições que regem a autovalorização do capital, tem como meta “ocupar o maior espaço possível no mercado. Havendo superprodução, ele não lançará a culpa em si mesmo, mas nos competidores” (MARX, 2017, p. 735). Como um Dom Quixote da modernidade, o modo burguês de produção exige da classe dominante obediência incondicional, reservando-lhe um futuro de perturbação em virtude da impossibilidade de desenvolvimento contínuo.

As complicações verificadas na agricultura de base capitalista, particularmente o estancamento da produção no campo, revelam que o desequilíbrio imperativo entre oferta e demanda no âmago do processo de acumulação burguesa interrompe como necessidade férrea a transfiguração do mais-valor em renda fundiária. A permanência do proprietário da terra na esfera da concorrência, seja em ciclos de estagnação ou prosperidade, depende tanto de condições naturais favoráveis, como a fertilidade do solo, como do grau de exploração do trabalho. A decadência dos latifundiários da Europa no século XIX, por exemplo, está associada tanto à existência dos grandes mananciais de riqueza no ultramar como ao fornecimento de mercadorias a baixo custo por formações econômicas às margens do regime capitalista.

Graças aos navios transoceânicos e às ferrovias norte e sul-americanas e indianas, regiões de características muito peculiares passaram a concorrer nos mercados

⁵² O controle do globo terrestre pelo capital é uma tendência que perturba o equilíbrio da natureza e ameaça as próprias condições de vida em geral. À medida que a economia moderna conserva e produz necessidades sociais em virtude de seu impulso cego e desmedido por mais-valor, agrava-se o estado de degradação ambiental. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 332-333.

cerealistas da Europa. Entre elas se encontravam, por um lado, as pradarias norte-americanas, os pampas argentinos, as estepes aráveis por obra da própria natureza, terras virgens que ofereciam ricas colheitas durante anos, mesmo quando submetidas a um cultivo primitivo e sem adubos. Aí se encontravam também as terras das coletividades comunistas russas e indianas, que tinham de vender parte de seu produto – parte sempre crescente – para pagar os impostos que lhes eram arrancados pelo implacável despotismo de Estado – muito frequentemente, mediante tortura. Esses produtos eram vendidos sem consideração quanto aos custos de produção, pelo preço que o comerciante oferecia ao camponês, pois este necessitava urgentemente de dinheiro diante do prazo de pagamento dos impostos. Contra essa concorrência – tanto a do solo virgem das estepes quanto a do camponês russo ou indiano garroteado pelos impostos -, o arrendatário e o camponês europeus já não podiam prosperar e, ao mesmo tempo, pagar as antigas rendas (ENGELS, 2017, p. 787)⁵³.

O capital, ao contrário do que sugere a economia vulgar, consiste em relações de produção historicamente determinadas, portanto suas categorias não são eternas, mas transitórias. A propriedade fundiária, por exemplo, não existe desde a realização do verbo onipotente, que deu forma e conteúdo ao universo a partir do nada⁵⁴. O controle individual de vastas extensões da superfície planetária e sua adequação às necessidades do capital correspondem somente a certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas. “Nisso reside a imensa diferença entre os países antigos e as colônias no que diz respeito ao solo: a inexistência, de direito ou de fato, da propriedade fundiária” (MARX, 2017, p. 817). À medida que a economia burguesa amplia o seu domínio sobre o globo terrestre, o aproveitamento dos recursos naturais adquire um caráter estritamente mercantil e estranho aos interesses locais.

A autovalorização do capital, como movimento estruturante da sociedade moderna, transforma o conjunto da superfície planetária em substrato à produção de mercadorias: a natureza é subordinada não à satisfação das necessidades genuinamente humanas, mas ao processo de acumulação infinita, que avança sobre o globo terrestre sem a menor consideração pelos limites que lhe são constitutivos. Ao proprietário fundiário, como um verdadeiro Sancho Pança da economia burguesa, cabe apenas cumprir sua obrigação sistêmica exigindo o pagamento pelo uso da terra.

Onde quer que forças naturais possam ser monopolizadas e proporcionarem um lucro extra ao industrial que as explora, seja uma queda d’água, uma mina rica, águas com abundância de peixes, seja um terreno para construção bem localizado, a pessoa cujo título sobre uma parte do globo terrestre a caracteriza como proprietária

⁵³ Trata-se aqui de um enxerto feito por Engels no decorrer da exposição de Marx sobre a renda diferencial, portanto a referência bibliográfica para o leitor é o próprio livro III de *O capital*.

⁵⁴ Para mais detalhes sobre a crítica de Feuerbach à cosmogonia da tradição judaico-cristã, ler: FEUERBACH, Ludwig. *A Essência do Cristianismo*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 120-128.

desses objetos naturais subtrai esse lucro extra, na forma de renda, ao capital em funcionamento (MARX, 2017, p. 833).

O controle de domínios mais ou menos extensos por indivíduos particulares consiste apenas numa representação jurídica que lhes assegura, por meio das instituições de Estado, apoderar-se dos mananciais de riqueza que garantem a existência do homem. Sob o impulso da produção capitalista, a superfície do globo é necessariamente transformada em mercadoria. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 834): “A propriedade fundiária implica o direito dos proprietários a explorar o corpo do planeta, as entranhas da Terra, a atmosfera e, com isso, a conservação e o desenvolvimento da vida”. A superfície da economia capitalista, com as distorções que lhe são peculiares, atribui a gênese da renda fundiária aos direitos de propriedade cuja história, marcada pela combinação brutal entre expropriação, desalojamento e pauperismo, é obliterada pelo formalismo contratual. A violenta desintegração de sociedades tradicionais e a exploração do trabalho desaparecem em títulos absolutamente indiferentes às origens da produção de riqueza no regime do capital.

O título precisa existir antes de poder aliená-lo, mas assim como uma venda não pode criar tal título, tampouco o pode uma série inteira dessas mesmas vendas. O que efetivamente o criou foram as relações de produção. Assim que estas cheguem a um ponto em que precisem metamorfosear-se, desaparece a fonte material do título, econômica e historicamente justificada, emanada do processo de geração social da vida e de todas as transações nelas fundadas (MARX, 2017, p. 836).

O advento de um sistema produtivo cujas fundações já tenham superado o fetichismo da mercadoria e as relações de coisificação que lhe são correspondentes apagará da superfície planetária o controle exclusivo da terra. O objetivo da produção, ao contrário da irracionalidade burguesa, será a realização das carências humanas, tanto materiais quanto espirituais, respeitando os limites da natureza e assegurando as condições de existência das futuras gerações. Numa sociedade comunista, o domínio coletivo dos mananciais de riqueza será um contraponto à propriedade fundiária; o trabalho emancipado decretará o fim da maldição de Sísifo; por fim, os indivíduos serão reconduzidos a um metabolismo de harmonia com o meio ambiente.

Do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada do globo terrestre nas mãos de indivíduos isolados parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de um ser humano sobre outro ser humano. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, ou, mas ainda, todas as sociedades contemporâneas reunidas não são proprietárias da Terra. São apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e como *boni patres familias* [bons pais de famílias], devem legá-la melhorada às gerações seguintes (MARX, 2017, p. 836).

O desmoronamento do feudalismo, a revolução industrial, a disputa entre as economias avançadas por fontes de matéria-prima e novos consumidores, a centralização de riqueza por meio da participação de bancos e da formação de sociedade por ações, a perda de autonomia do Estado-nação frente à maximização do lucro e a reprodução de um metabolismo insustentável traduzem acima de tudo o “rápido desenvolvimento do capital, que não pode se obter pelas chamadas vias naturais, mas apenas por meios coercitivos” (MARX, 2017, p. 846). A existência de empresas capazes de movimentar uma gigantesca massa de valor por toda superfície planetária, buscando sempre aumentar seus ganhos na esfera da concorrência, demonstra que expropriação, desigualdade e crise ambiental são elementos constitutivos da produção capitalista.

A transformação do globo terrestre em imagem e semelhança do processo de acumulação infinita corresponde a uma trágica e profana alegoria da narrativa bíblica: assim como Deus criou o homem através de sua onipotência e lhe reservou arbitrariamente o controle sobre a natureza⁵⁵, o capital reduziu toda diversidade do planeta à forma mercadoria exigindo de seus representantes a exploração desenfreada das condições materiais de existência, isto é, dos próprios meios de vida. Embora as catástrofes ambientais sejam acarretadas por relações de produção historicamente determinadas, “a ‘mãe natureza’, caprichosa, imprevisível e teimosa, é quem leva a culpa pelas desgraças que em boa parte são causadas pelo capital” (HARVEY, 2016, p. 236).

O sistema capitalista, inteiramente alheio ao processo de degradação ambiental, consome os mananciais de riqueza espalhados pela superfície planetária unicamente para aumentar sua massa de valor, sem qualquer preocupação com o desequilíbrio natural e indiferente à própria sobrevivência das gerações futuras. Ao contrário de formações econômicas sedimentadas no autoconsumo, o modo burguês de produção tem como finalidade a acumulação infinita, cuja marcha condena inevitavelmente o globo terrestre à devastação. “O cultivo racional e consciente do solo como propriedade perene da comunidade, condição inalienável da existência e da reprodução das gerações humanas que se substituem umas às outras” (MARX, 2017, p. 872) é arruinada pelo metabolismo social que mantém a autovalorização do capital.

O avanço da economia burguesa pelo globo terrestre atribui um caráter estritamente mercantil ao uso da terra com o desalojamento de populações locais e a formação de latifúndios alheios a qualquer padrão sustentável. A dissociação brutal entre produtores e seus

⁵⁵ Segundo a cosmogonia da tradição judaico-cristã, Deus, através de sua vontade infinita, deu forma e conteúdo ao universo garantindo ao homem o domínio sobre a natureza. Para mais detalhes, ver BÍBLIA, 2002, p. 34-35.

meios de subsistência transformou a agricultura em meio de acumulação, provocou uma verdadeira explosão demográfica nas cidades e alterou radicalmente o intercâmbio entre homem e natureza.

A grande propriedade do solo reduz a população agrícola a um mínimo em diminuição constante e opõe-lhe uma população industrial cada vez maior, aglomerada em grandes cidades, gerando assim as condições para uma ruptura irremediável no metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida; dessa ruptura decorre o desperdício da força da terra, o qual, em virtude do comércio, é levado muito além das fronteiras do país (MARX, 2017, p. 873).

O impulso vital da produção capitalista, ao contrário do que sugere o dogma liberal, não está sedimentado na realização da vontade, sem interferência de agentes externos, regulado pela igualdade entre oferta e demanda, capaz de satisfazer as necessidades humanas com um gigantesco volume de mercadorias, com imensa capacidade de dominar as forças naturais e emancipado de convenções arcaicas. O desenvolvimento da indústria moderna bem como da agricultura comercial, manifestações concretas do processo de valorização do valor, foi promovido por meios coercitivos, sob amparo do Estado, marcado por perturbações cíclicas, indiferente ao pauperismo, à degradação ambiental e às normas consuetudinárias.

4.3 A Violência obliterada pela fórmula trinitária

O objetivo desta seção é demonstrar como o quiproquó da fórmula trinitária apaga a relação social que mantém o processo de acumulação capitalista, pois a exploração do trabalho, o consumo insustentável de energia humana e a destruição da natureza não aparecem nas fontes de rendimentos da sociedade burguesa.

4.3.1 A mistificação da trindade profana

A fórmula capital-juros, terra-renda fundiária e trabalho-salário abstrai a condição de existência da acumulação capitalista, isto é, o mais-valor resultante da exploração de classe. A fantasmagoria da economia moderna se manifesta plenamente quando os rendimentos das três figuras que constituem a trindade profana emerge *per se*, independente de uma relação social específica, de modo que “o capital seria produtivo por ele mesmo, teria virtudes produtivas independentes do trabalho que ele coloca a seu serviço: é o *fetichismo do*

capital” (HETZEL, 2021, p. 270, tradução nossa). As fontes de remuneração presentes na superfície do modo burguês de produção tanto apagam a exploração imanente ao crescimento *ad infinitum* como são alheias umas às outras⁵⁶. De acordo com Marx (2017, p. 877), “entre elas se encontra mais ou menos a mesma relação que existe entre as taxas cartoriais, a beterraba e a música”.

A massa de valor equivalente à totalidade do capital, segundo a aparência que subjaz as operações executadas pelos agentes econômicos, corresponderia à soma de três medidas autônomas, reciprocamente indiferentes e provenientes de esferas separadas. Como o dinheiro é a forma de expressão geral da riqueza no modo burguês de produção, cada uma estaria objetivada numa determinada grandeza monetária. No mesmo sentido, diz Marx (2017, p. 879): “Todos estes três rendimentos - juros (em vez de lucro), renda, salário – constituem partes do valor do produto, ou seja, partes do valor em geral; se expressamos isso em dinheiro, determinadas partes do dinheiro, do preço”. O desenvolvimento interno do organismo, cujo âmago reside no tempo de trabalho excedente, é embaraçado pelas fantasias que lhe são constitutivas.

Adam Smith⁵⁷, embora tenha contribuído decisivamente para a análise da economia moderna, inclusive atribuindo ao trabalho uma centralidade às condições materiais de existência, foi incapaz de superar as representações que interditam o aprofundamento da crítica ao capital. Conforme Marx (2017, p. 880) declarou, “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.

O funcionamento do capital portador de juros, por exemplo, oblitera a intermediação do circuito D-D’, como se o dinheiro pudesse aumentar sua grandeza após o cumprimento de prazos determinados. A quitação das letras de câmbio, conforme já foi demonstrado, pressupõe a venda da mercadoria na esfera da circulação, portanto a realização do mais-valor. Caso os estoques fiquem abarrotados, a fantasia monetária é comprovada com perturbação sistêmica e desespero entre os credores. A renda fundiária, por sua vez, corresponde somente à parte da riqueza obtida mediante a exploração do trabalho, sejam quais forem as condições naturais de produção, como a fertilidade do solo. Por fim, o salário nada

⁵⁶ A origem do lucro e da renda já consta nos esboços de Marx para a crítica da economia política: embora os componentes do mais-valor apareçam na superfície da produção capitalista de modo independente, seu fundamento real consiste no tempo de trabalho usurpado pela classe dominante, mais precisamente pela espoliação comandada por empresários, proprietários fundiários, banqueiros etc. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 260-261.

⁵⁷ Salário, lucro e renda da terra são apontados pelo economista escocês como as fontes de todo rendimento. Para mais detalhes, ver: SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Volume 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016. p. 65

mais é do que o pagamento mínimo pelo dispêndio de energia vital cuja finalidade é a acumulação perpétua.

A fórmula trinitária consiste apenas num quiproquó da economia burguesa, pois a massa de valor incrementada periodicamente surge de uma aliança mundana, capaz de ocultar o “mais-trabalho que o capitalista recebe sem equivalente e que, conforme sua essência, continua sempre a ser trabalho forçado, por mais que possa aparecer como resultado de um contrato livremente consentido” (MARX, 2017, p. 882). As figuras da trindade econômica obliteram a violência diária na esfera da produção, a degradação ambiental, o estreitamento do tempo, a coisificação sistêmica, a depreciação dos salários, o pauperismo e todas as mazelas decorrentes de uma relação social cuja única finalidade é a autovalorização do capital. Numa sociedade livre dos grilhões impostos pelo regime capitalista, o intercâmbio entre homem e natureza não estará mais submetido à insanidade da expansão contínua, alheia à desgraça dos trabalhadores e ao risco de colapso dos seus meios de vida, mas será determinado de forma compartilhada e prudente, garantindo a satisfação das necessidades individuais com o menor consumo de força vital e a devida responsabilidade ecológica.

Aqui, a liberdade não pode ser mais do que fato de que o homem socializado, os produtores associados, regulem racionalmente o metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo, em vez de serem dominados por ele como por um poder cego; que o façam com o mínimo emprego de forças possíveis e sob as condições mais dignas e em conformidade com sua natureza humana (MARX, 2017, p. 883).

A aparência da economia burguesa, alheia aos métodos de acumulação primitiva, à desigualdade real do mercado de trabalho e à exploração que permite o crescimento infinito, reduz as figuras transmutadas do mais-valor a ganhos dissociados das condições reais de produção. A abstração do movimento que reserva ao proletariado miséria na riqueza, privação na abundância e atraso no progresso oculta o cerne do impulso que dá vida ao capital. “Lucro do capital (lucro empresarial mais juros) e renda fundiária não são, portanto, nada além de componentes específicos do mais-valor, categorias que este se diferencia conforme recaia no capital ou na propriedade da terra, rubricas que, porém, mantêm inalterada sua essência” (MARX, 2017, p. 884).

As supostas fontes de rendimentos que se manifestam na superfície do modo de produção capitalista são na verdade meios permanentes de esgotamento físico e mental dos trabalhadores: o capital, como um parasita, apodera-se diariamente do hospedeiro que garante sua reprodução cíclica; a terra, substrato necessário à transformação do mais-valor em renda

fundiária, absorve de modo insustentável a energia humana; o trabalho, expressão de criatividade e elemento constitutivo do metabolismo social, rebaixado a mero expediente de subsistência.

O capital é uma perpétua máquina de sugar mais-trabalho, o solo, um ímã inesgotável que atrai para o proprietário fundiário uma parte do mais-valor sugada pelo capital; e, por último, o trabalho é a condição que sempre se renova e o meio para obter, sob a forma de salário, uma parcela do valor produzido pelo trabalhador e, por conseguinte, uma parte do produto social proporcional a essa parte do valor, os meios de subsistência necessários (MARX, 2017, p. 885, grifo nosso).

O antagonismo de classe, a exploração do trabalho e as leis em geral que determinam o processo de acumulação infinita desaparecem sob a mistificação da fórmula trinitária. Os rendimentos dos agentes da produção representariam assim a justa distribuição do valor social, certificando a apoteose da marcha civilizatória. Por um lado, a espoliação que garante o crescimento do capital é obliterada; por outro, a riqueza parece brotar das transações de mercado. Segundo Marx (2017, p. 890), “tanto a restituição dos valores adiantados na produção como, sobretudo, o mais-valor incorporado nas mercadorias parecem não só se realizar na circulação, mas surgir dela”. Capital e juros, por exemplo, duas figuras metamorfoseadas do tempo de trabalho excedente fixado na mercadoria, adquirem uma autonomia enganosa no processo de troca, uma fantasia que oculta o fundamento real da autovalorização do capital e sedimenta os princípios mais abstratos do direito burguês. “Se o capital apareceu originalmente, na superfície da circulação, como fetiche de capital, como valor que cria valor, agora ele se apresenta outra vez na forma do capital que rende juros, que é sua forma mais estranhada e peculiar” (MARX, 2017, p. 892).

A autarquia das fontes de remuneração, o desmembramento entre os componentes do mais-valor e a inexistência da espoliação são apenas expressões de uma relação social mistificada, que atribui propriedades fantasiosas às coisas, reifica os homens e nega a transitoriedade de categorias historicamente determinadas. A trindade econômica tanto distorce as leis da produção capitalista como serve à manutenção da ordem burguesa, pois “ao proclamar e elevar à qualidade de dogma a necessidade natural e a legitimação eterna de suas fontes de rendimentos, essa fórmula corresponde ao interesse das classes dominantes” (MARX, 2017, p. 893). A massa de valor distribuída entre capitalistas, banqueiros e proprietários fundiários após a rotação do capital não é resultante de predicados da aliança mundana, abstraídos do movimento que comanda a sociedade burguesa, mas da exploração

que subjaz a produção de mercadorias. Em outras palavras, “a soma do lucro e da renda é igual a todo o mais-valor realizado (mais-trabalho)” (MARX, 2017, p. 896).

A essência da economia capitalista é obliterada na esfera da circulação, pois o intercâmbio entre patrão e empregado, notadamente a compra da força de trabalho pela classe dominante, estaria sedimentado na íntima relação entre liberdade e igualdade. O fundamento do processo de acumulação infinita – a quota da massa de valor arrancada dos trabalhadores durante a produção – desaparece com a fórmula trinitária. De acordo com Marx (2017, p. 899), “a forma de salário, lucro e renda foi objeto de um incrível erro de análise, que atravessa toda a economia política desde A.[dam] Smith”. Se aceitássemos a fantasia da aliança mundana, a composição do valor social estaria presa num argumento circular que demonstraria tanto o caráter mistificado da produção de riqueza no sistema capitalista como o engodo da apologética burguesa. Como os entusiastas da economia moderna foram incapazes de superar suas ilusões, permaneceram no “belo círculo vicioso segundo o qual o valor das mercadorias se origina da soma do valor de salário, lucro e renda, e, por sua vez, o valor de salário, lucro e renda se determina pelo valor das mercadorias” (MARX, 2017, p. 908).

A distribuição do valor social entre os agentes da produção, ao contrário do que se manifesta na superfície da economia capitalista, pressupõe um fundamento comum, notadamente a espoliação que garante o processo de acumulação infinita, de modo que seria um absurdo transformar salário, juros e renda fundiária em quotas de riqueza mutuamente alheias e ossificadas.

As partes que integram o valor da mercadoria se confrontam umas com as outras como rendimentos independentes que, como tais, estão referidos a três agentes de produção completamente distintos entre si - o trabalho, o capital e a terra - e, por isso, parecem ter origem nesses agentes. É a propriedade da força de trabalho, do capital e da terra que faz com que os diferentes componentes do valor das mercadorias recaiam em seus respectivos proprietários e, assim, convertam-se em rendimentos para eles (MARX, 2017, p. 929).

Desse modo, a produção e a distribuição do valor no regime do capital são completamente distorcidas, um falseamento que nega a essência da economia moderna, reifica o homem, reveste o intercâmbio mundial de justiça, castiga a ineficiência com privação e compensa o empenho com abundância. A indiferença entre os rendimentos e a inexistência da exploração do trabalho residem em última instância na “ilusão suscitada pela forma falsa, autônoma e invertida dos componentes do valor, como se o valor das mercadorias fosse determinado exclusivamente pelo salário, ou pelo salário e pelo lucro em conjunto” (MARX, 2017, p. 931). Na superfície da produção capitalista, os dividendos ganham independência

porque a relação social que dá forma e conteúdo às mercadorias desaparece, de tal maneira que o pressuposto real da distribuição do valor é apagado.

Tal ilusão surgiria necessariamente pelo fato de que no movimento efetivo dos capitais individuais e de seus produtos-mercadorias não é o valor das mercadorias que aparece como anterior a sua decomposição, mas, ao contrário, são os componentes em que eles se decompõem que funcionam como se fossem anteriores ao valor das mercadorias (MARX, 2017, p. 932).

A distribuição do valor social entre os agentes econômicos representa apenas um momento da produção capitalista, isto é, um mecanismo provisório de decomposição da riqueza que garante à classe dominante a maior quota do trabalho contido nas mercadorias. Além de ter ossificado os dividendos e abstraído seu fundamento real, o dogmatismo burguês eternizou formas de existência transitórias, sedimentadas numa relação social particular e passível de transformação no curso da história. Conforme Marx (2017, p. 933) declarou, “enquanto a produção capitalista continuar a existir como tal, uma parte do trabalho novo agregado se resolverá constantemente em salário, outra, em lucros (juros e ganho empresarial), e a terceira, em renda”.

A maneira pela qual o produto da autovalorização do capital é decomposto, como figuras autônomas e dissociadas da exploração do trabalho, embora seja resultado de condições materiais determinadas, é transformada em lei necessária, imutável e independente dos homens. O fetichismo da economia moderna tanto apaga o movimento real da produção de mercadorias como eterniza as ilusões da trindade profana.

A análise científica do modo de produção capitalista demonstra ser ele um modo de produção peculiar, com uma determinação histórica específica; que, como qualquer outro modo de produção determinado, ele pressupõe, como sua condição histórica, um certo nível das forças sociais produtivas e de suas formas de desenvolvimento, uma condição que, por sua vez, é ela mesma resultado e produto histórico de um processo anterior e do qual o novo modo de produção parte como de sua base dada; que as relações de produção que correspondem a esse modo de produção específico e historicamente determinado – relações que os homens contraem no processo de sua vida social e na criação desta última – possuem um caráter específico, histórico e transitório; e que, por fim, as relações de distribuição são essencialmente idênticas a essas relações de produção, expressando-as de modo reverso, de tal forma que ambas compartilham do mesmo caráter historicamente determinando (MARX, 2017, p. 940).

A grandeza desigual entre os componentes do valor, que aparecem na esfera da circulação como rendimentos da aliança mundana, representa apenas um epifenômeno do processo de acumulação do capital, um movimento que, ao estampar nos indivíduos caracteres sociais, inaugura um expediente sistêmico de dominação, cujo resultado consiste no arranjo nefasto entre degradação ambiental e esvaziamento das capacidades humanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi apresentar a violência como determinação estrutural da economia capitalista mediante uma leitura da principal obra de Karl Marx. A tese que levantamos foi a seguinte: 1. a violência não é fortuita, mas permanente e estrutural, de maneira que o processo de valorização do valor só é possível graças ao impulso cego e desmedido por mais-trabalho, cujos resultados são indiferença absoluta, criaturas embrutecidas, vícios detestáveis⁵⁸, desagregação familiar, exploração sexual⁵⁹, privações de todo tipo, superexcitação nervosa, enfermidades, corpos adoecidos, crime⁶⁰ etc.; 2. a violência é a parteira do modo moderno de produção, pois a expropriação camponesa, a conquista das Américas, o tráfico internacional de escravos e a exploração dos povos indígenas sedimentaram historicamente um mecanismo brutal de acumulação; 3. O crescimento *ad infinitum* da produção capitalista reproduziu em larga escala a dissociação entre produtores e seus meios de subsistência⁶¹, abriu compulsoriamente novos mercados, estendeu a superpopulação relativa e impôs um sistema internacional draconiano às nações mais pobres.

A sociedade burguesa comete assassinatos de forma dissimulada, e como os homicídios são praticados com opacidade, a autoria do crime é mistificada. Habitações

⁵⁸ Como, por exemplo, o alcoolismo se torna um problema de saúde para a classe trabalhadora? 1. a aguardente, por exemplo, é uma fonte de distração e prazer depois do cumprimento de tarefas monótonas nas fábricas, que arruinam o espírito e transforma o trabalho num castigo diário. Além disso, a sua própria condição de miséria exige o consumo de substâncias que possam amenizar o seu sofrimento; 2. o corpo debilitado, em busca do revigoramento, recorre a estimulantes que possam capacitá-lo à realização das obrigações profissionais, sobretudo diante de recursos modestos, incapazes de garantir uma alimentação saudável; 3. os momentos de evasão do cotidiano em geral ocorrem nas tabernas, onde se vende sobretudo bebida alcoólica. Dentro dessas circunstâncias, o alcoolismo não é um vício de responsabilidade individual, mas um epifenômeno das condições materiais de existência. Para mais detalhes, ver: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 142.

⁵⁹ Se tomarmos como exemplo as relações de classe e gênero numa cidade urbano-industrial do século XIX, a fábrica não era apenas um microcosmo de tortura do corpo, com turnos de trabalho prolongados e exaustivos, mas um espaço de absoluta degradação moral, onde as operárias eram vítimas da licenciosidade burguesa: assediadas por patrões inescrupulosos, que exploravam o pauperismo para satisfazer seu desregramento sexual, essas mulheres enfrentavam regularmente a depravação de seus empregadores. Para mais detalhes, ver: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 186-187.

⁶⁰ Indivíduos atomizados, alheios entre si e em competição permanente produzem, mesmo que de forma involuntária, o crime, expressão cruel, detestável e agressiva de resistência pessoal ou coletiva à guerra social de todos contra todos gestada pelo próprio modo burguês de produção. Para mais detalhes, ver: ENGELS, Friedrich. *Esboço para uma crítica da economia política*: e outros textos de juventude. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 204.

⁶¹ Como redator da *Gazeta Renana*, em 1842, Marx fez duras críticas à expropriação camponesa na Alemanha através de um artigo intitulado *Debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. Na ocasião, o autor demonstra como o processo de mercantilização geral demoliu direitos consuetudinários ao impedir a população pobre do Reno de coletar galhos secos nas florestas da região. Para mais detalhes, ver: MARX, Karl. *Os despossuídos*: debates sobre a lei referente ao furto da madeira. São Paulo. Boitempo: 2017. p. 88.

precárias⁶², má alimentação, bairros insalubres, falta de cuidados médicos e óbitos precoces emergem da miséria gestada pelo modo de produção capitalista, que, além de criar uma gigantesca massa de desvalidos e ceifar vidas operárias, emprega sistematicamente a violência para reprimir as mais variadas manifestações de enfrentamento à ordem vigente. As mazelas acarretadas pela economia capitalista não podem ser superadas sem uma revolução social. Numa economia planejada, o volume da produção e a grandeza do consumo podem ser mensurados por uma administração central, evitando complicações decorrentes da anarquia da concorrência, como superacumulação, espoliação praticada por atravessadores, emprego irracional da força de trabalho, estoques abarrotados etc.

A burguesia inglesa, por exemplo, com sua cantilena liberal, argumentava que as *Corn Laws* eram absolutamente prejudiciais à alimentação dos trabalhadores, pois se o fornecimento do trigo permanecesse sob controle dos produtores locais, o custo do pão continuaria absorvendo grande parte da renda operária. Como os encargos tributários exigiam maiores salários para cobrir a cesta de consumo dos pobres, o *laissez-faire* surgia como panaceia da questão social, isto é, a concorrência estrangeira poderia disputar a preferência do mercado sem as complicações impostas por barreiras tarifárias. Caso o governo da Inglaterra autorizasse a entrada de produtos primários sem taxas de importação, a indústria nacional se libertaria dos problemas acarretados pelo protecionismo aduaneiro e começaria a prosperar, mas a liberdade comercial não resultaria em melhoras substanciais para os trabalhadores, pois, à medida que a industrialização avança, mais intenso é o processo de mecanização no interior da economia burguesa, o que inevitavelmente produz desemprego, desvalorização da força de trabalho e miséria generalizada. A lei que reduz o consumo de energia humana na esfera da produção graças ao desenvolvimento da ciência moderna representa, no regime do capital, aumento da população supranumerária e pressão dos trabalhadores sobre seus meios de ocupação.

⁶² Os pobres que conseguiam se instalar em abrigos noturnos na cidade de Londres em meados do século XIX eram obrigados a dividir o mesmo espaço sem qualquer restrição quanto ao sexo, ao estado de saúde, à idade, ao grau de sobriedade etc. Nem mesmo a cama garantia a individualidade e a decência dos miseráveis que se alojavam nesses lugares repugnantes, onde inclusive se planejavam roubos e todo tipo de delito. Para mais detalhes, ver: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 75.

O modo burguês de produção lança as bases para uma forma mais elevada de metabolismo social, na qual o intercâmbio necessário entre homem e natureza será regulado pelo livre jogo das forças físicas e espirituais. Sob uma economia planificada, o emprego da tecnologia já não resultará em pauperismo e crises cíclicas, mas na aplicação da máxima: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades” (MARX, 2012, p. 33).

REFERÊNCIAS

BÍBLIA, De Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

CHAGAS, Eduardo. A determinação dupla do trabalho em Marx: Trabalho concreto e trabalho abstrato. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 1, p. 1-14, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Esboço para uma crítica da economia política: e outros textos de juventude**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEUERBACH, Ludwig. **A Essência do Cristianismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **Para entender O capital: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Para entender O capital: livros II e III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 2013.

HETZEL, Ludovic. **Commenter Le Capital, livre 1**. Paris: Les Éditions sociales, 2021.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBBSBAWM, Eric. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LINEBAUGH, Peter. REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico Filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Crítica de Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto da madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Guerra Civil dos Estados Unidos**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre o capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Volume I. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2013.
- MORE, Thomas. **Utopia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- NORTHUP, Solomon. **Doze Anos de Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- PAULO NETTO, José. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.
- REDIKER, Marcus. **O navio negreiro**: uma história humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Volume I. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.